

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CIBELE CAMARGOS PEREIRA

ENTRE A SUCESSÃO E A REPÚBLICA: REPRESENTAÇÕES DA
PRINCESA ISABEL E PROJEÇÕES PARA O TERCEIRO REINADO

VITÓRIA

2023

CIBELE CAMARGOS PEREIRA

ENTRE A SUCESSÃO E A REPÚBLICA: REPRESENTAÇÕES DA
PRINCESA ISABEL E PROJEÇÕES PARA O TERCEIRO REINADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em História.
Orientadora: Profa. Dra. Karulliny Silverol Siqueira.

VITÓRIA

2023

CIBELE CAMARGOS PEREIRA

**ENTRE A SUCESSÃO E A REPÚBLICA: REPRESENTAÇÕES DA PRINCESA
ISABEL E PROJEÇÕES PARA O TERCEIRO REINADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em História

Aprovada em: 14/03/2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Karulliny Silverol Siqueira
(Orientadora)
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Profa. Dra. Adriana Pereira Campos (Membro interno)
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa (Membro externo)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

P436e Pereira, Cibele Camargos, 1998-
Entre a sucessão e a República : Representações da Princesa Isabel e projeções para o Terceiro Reinado / Cibele Camargos Pereira. - 2023.
220 f. : il.

Orientadora: Karulliny Silverol Siqueira.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Terceiro Reinado. 2. Princesa Isabel. 3. Republicanismo. 4. Abolicionismo. 5. Brasil Imperial. I. Siqueira, Karulliny Silverol. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Parece, portanto, incrível que cem anos depois da revolução que tornou todos os homens iguais ante a lei, um partido político a sombra do barrete frígio, hostilize a Excelsa Senhora pelo fato de ter transformado em lei no Brasil os Direitos do homem que, há um século o povo francês proclamava no Campo de Marte em Paris.

Cidade do Rio, 05 jan. 1889.

*Aos meus pais, os primeiros e maiores encorajadores
dos meus sonhos.*

Agradecimentos

O percurso de construção desta dissertação foi marcado pelo incentivo e colaboração de instituições, professores, amigos e familiares. Reservo este espaço para agradecer o apoio e carinho de todos.

Primeiramente, agradeço de todo o coração, à minha orientadora, a professora Karulliny Siqueira, sem dúvidas o meu maior espelho como pesquisadora. Seus ensinamentos foram responsáveis por moldar a minha paixão pela produção científica. Nunca serei capaz de retribuir sua generosidade, principalmente devido à sua escolha de orientar voluntariamente a produção da minha monografia, ainda em 2019. Suas contribuições transbordaram o âmbito da universidade, me inspirando virtudes como dedicação e coragem.

Às professoras Adriana Campos e Silvana Barbosa, agradeço imensamente o aceite para compor a banca examinadora desta dissertação, bem como a solicitude em contribuir para o desenvolvimento deste trabalho. Aos professores, Belchior Lima Neto, Ueber de Oliveira e Kátia Sausen da Motta, pelas importantes discussões realizadas no decorrer das aulas. Rememoro também, a constante atenção das professoras Kátia e Adriana para com a minha pesquisa, sempre dispostas a me ouvir e colaborar com este estudo.

A minha eterna gratidão à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), por fomentar o desenvolvimento desta pesquisa, propiciando a minha dedicação exclusiva ao mestrado e à Universidade Federal do Espírito Santo.

Meu muito obrigada ao Laboratório de História, Poder e Linguagens, e ao Grupo de Estudos Cultura Escrita e Impressa, pelos importantes debates suscitados em nossas reuniões, que foram elementos nevrálgicos para a escrita da dissertação.

Não poderia deixar de agradecer aos responsáveis pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, espaço onde grande parte desta pesquisa foi produzida. À arquivista Maria Celina de Mello e Silva, à Alessandra Fraguas, Arthur Soares e Vitor Sternberg, meu muito obrigada.

A convivência no Museu foi contemplada por uma pluralidade de descobertas acerca da História do Brasil, tornando o desenvolvimento deste trabalho muito mais feliz e empolgante.

Agradeço com muito carinho à minha amiga e colega de turma, Driely Coutinho, pela convivência sempre agradável e por compartilhar comigo as alegrias e os desafios da pós-graduação.

A minha amada amiga de longa data, Tamires, pelo seu constante apoio, e por trazer nuances da arte ao mundo a minha volta. Também relembro aqui o carinho e o incentivo das minhas queridas amigas Amanda, Thalita, Luciane e Déborah. Agradeço ainda às companheiras do terceiro ano do Ensino Médio, Carolina, Maria Clara, Isabella e Ludmilla, pelas palavras de encorajamento nestes anos.

Meus sinceros agradecimentos aos meus estimados tios, Carlos, Bete e Nardely, por compreenderem as minhas ausências, encorajarem os meus sonhos, acreditarem no meu potencial, e por me fazerem sentir que eu sempre teria com quem contar. Agradeço à minha irmã Cecília por todo apoio, ao meu amado irmão Célio e à minha cunhada Pauliane, por tornarem nossa família mais colorida com o nascimento dos meus sobrinhos Maria Clara e Bento.

Minha eterna gratidão aos meus infinitamente amados pais, Célio e Drica, sem vocês nada disto seria possível. Muitas vezes sem compreender ao certo minhas aspirações, sempre me encorajaram a sonhar e investiram com muito esforço na concretização da minha formação intelectual. Não sou capaz de encontrar palavras que expressem o quanto sou grata por tudo. Ao meu pai pelo incentivo constante à leitura, que compõe as minhas primeiras memórias da infância, a minha mãe por tamanha abnegação e por me ensinar as primeiras letras. Obrigada por suportarem a longa e dolorosa distância nestes anos, e por compreenderem a minha necessidade de voar.

RESUMO

A década de 1880 foi palco para o fortalecimento do movimento republicano, para a concretização da abolição do regime de trabalho escravo e para o desenvolvimento de uma propaganda para a sucessão dinástica no formato do Terceiro Reinado da Princesa Imperial D. Isabel de Bragança. O cenário político e social brasileiro experimentava um processo de rupturas e transformações, marcado pela difusão de ideais positivistas, que conduziam membros da elite política a projetarem divergentes futuros para a jovem nação. Neste sentido, a imprensa periódica da corte, influenciada pelo ideário evolucionista e progressista do período, repercutia o adoecimento do imperador a partir de meados da década de 1880, elaborando diferentes projeções para o Brasil. Enquanto um eixo monarquista buscava produzir prestígio e legitimidade para o possível reinado da Princesa Isabel, uma ala republicana alegava que a fragilidade do monarca imperante, significava também a vulnerabilidade daquele sistema, atacando a responsável pela sua perpetuação, a Princesa Imperial D. Isabel. Nesta conjuntura, a herdeira da coroa, no exercício da sua Terceira Regência, solidificava a sua participação no movimento abolicionista e desenvolvia sua autonomia como governante e sucessora, despertando apoio popular, assim como rejeição à sua figura e ao possível Terceiro Reinado.

Palavras-chave: Terceiro Reinado; Princesa Isabel; Republicanismo; Abolicionismo.

ABSTRACT

The 1880s was a scenario for the reinforcement of the republican movement, for the realization of the abolition of slavery, and for the development of publicity for the dynastic succession in the format of the Brazilian Third Reign of the Imperial Princess Isabel de Bragança. The Brazilian political and social context experienced a process of ruptures and transformations characterized by the spread of positivist ideas, in which elite political's members project different futures for the young nation. The periodical press replayed the notices about the emperor's illness from the mid-1880s, producing different political projections for Brazil. While the monarchists pursued the prestige and legitimacy for the possible Reign of Princess Isabel, the republicans reclaimed the monarch's fragility and the system's vulnerability. They attacked the Imperial Princess Isabel, responsible for the Bragança Kingdom perpetuation. In the exercise of the Kingdom, pending the monarch's illness, the crown's heir solidified her participation in the abolitionist movement. In this context, she developed her autonomy as regent and successor, awakening at the same time popular support and rejection as heir of the crown in the virtual Third Reign.

Keywords: Third Reign; Princess Isabel; Republicanism; Abolitionism.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Periódicos analisados	151
---------------------------------------	-----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Fazenda Imperial de Santa Cruz.....	49
FIGURA 2. Palácio São Cristóvão.....	175
FIGURA 3. Paço Isabel.....	189

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. O ISABELISMO E A EXPECTATIVA DO TERCEIRO REINADO NA LINGUAGEM POLÍTICA DA DÉCADA DE 1880	35
1.1 A CRISE DO IMPÉRIO, A PRINCESA ISABEL E O TERCEIRO REINADO NA HISTORIOGRAFIA	40
1.2. A TRAJETÓRIA PRIVADA E PÚBLICA DA PRINCESA ISABEL: BREVE BIOGRAFIA DA HERDEIRA DA COROA	46
1.3. A PROPAGANDA PARA O TERCEIRO REINADO: A VIAGEM DO CASAL D’EU ÀS PROVÍNCIAS DO SUL DO IMPÉRIO	54
1.4. OS RUMORES DE ABDICAÇÃO E A MOLÉSTIA DO IMPERADOR	57
1.5. A PARTIDA DO IMPERADOR: INAUGURAVA-SE O TERCEIRO REINADO OU A TERCEIRA REGÊNCIA?	62
1.6. O GABINETE DO SR. BARÃO DE COTEGIPE SUSTENTARIA O TERCEIRO REINADO OU LEVARIA ISABEL I À RUÍNA?	69
1.7. A PUBLICIDADE PARA O TERCEIRO IMPÉRIO E O VOCABULÁRIO DO ISABELISMO	73
1.8. O QUARTO REINADO: ESPECULAÇÕES ENTORNO DA ASCENSÃO DE D. PEDRO AUGUSTO DE SAXE AO TRONO	88
1.9. CONCLUSÃO	93
2. DINASTIA OU DEMOCRACIA: LINGUAGENS ABOLICIONISTAS E REPUBLICANAS ACERCA DO TERCEIRO REINADO	96
2.1. UMA PRINCESA ABOLICIONISTA?	98
2.2. A FLUIDEZ DO VOCÁBULO TERCEIRO REINADO NO CONTEXTO PÓS ABOLIÇÃO	108
2.3. ESTADISTAS DO TERCEIRO REINADO? A TÔNICA DA CRÍTICA AOS ISABELISTAS	118
2.4. A LINGUAGEM DE RESISTÊNCIA AO TERCEIRO REINADO	122
2.4.1. ORLEANIZAR A NAÇÃO: O TERCEIRO REINADO E A IMPOPULARIDADE DO PRÍNCIPE CONSORTE, O CONDE D’EU	142
2.5. CONCLUSÃO	151
3. SOBERANIA E INTIMIDADE: AS ASPIRAÇÕES DA PRINCESA HERDEIRA PARA O PROGRESSO DO BRASIL	155

3.1. DIFERENTES PRISMAS DE UMA MESMA PRINCESA	160
3.2. TERCEIRA REGÊNCIA DE ISABEL: EXPECTATIVAS E SENTIMENTOS	173
3.3. A AUTONOMIA DA REGENTE ABOLICIONISTA	184
3.4. CONCLUSÃO	206
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
5. REFERÊNCIAS	213

INTRODUÇÃO

A última década de vigência do domínio da Dinastia Bragança em território brasileiro foi marcada por um cenário de instabilidade. Na conjuntura dos anos 1880, o movimento republicano potencializava cada vez mais sua influência na cultura política daquela sociedade, influenciando decisivamente as prospecções da elite política para o futuro da nação. Naquele contexto, o Imperador D. Pedro II já apresentava uma idade avançada e começava a sentir os impactos dos longos anos de dedicação à vida pública. Neste sentido, o monarca passava a experimentar, a partir de meados nos anos 1880, um processo de fragilização do seu estado de saúde. Sendo assim, a possibilidade da sucessão dinástica pode ter se tornado algo mais palpável nos horizontes de expectativa da elite política e da própria família imperial.

A primeira na linha de sucessão do trono, a Princesa Isabel de Bragança, estava sendo preparada para reinar desde os 4 anos de idade, tendo em vista o falecimento dos herdeiros do sexo masculino. Entretanto, a concretização de um processo sucessório em uma nação tão jovem, ainda no percurso de construção da sua nacionalidade, poderia não ser tão simples. Era necessário construir uma representação que conferisse prestígio à herdeira da coroa, legitimando a sua soberania na sociedade brasileira. Deste modo, toda a trajetória privada e pública de D. Isabel precisava ser engendrada para produzir contornos mais autênticos à sua posição.

Neste contexto, não podemos ignorar a influência do gênero da princesa na sua imagem como futura Imperatriz. Ainda que não fosse incomum que representantes do sexo feminino reinassem em regimes monárquicos, correntemente, isto ocorreria apenas na ausência de um descendente masculino. É importante destacar também, que a mulher da elite oitocentista estaria reservada para as dimensões privadas, conformando-se com o papel de mãe e esposa. Logo, o primeiro obstáculo da Princesa Imperial para ascender ao trono seria exatamente a sua natureza feminina.

O pai da princesa, no decorrer de seu longo reinado, conferiu estabilidade e solidificou o regime imperial após o nublado governo do Imperador D. Pedro I, e o instável período regencial. Sendo assim, o aguardado e antecipado, pelo golpe da maioria, domínio de Pedro II poderia ser confundido com a própria identidade do país. Entretanto, apesar da hereditariedade da coroa, tal prestígio e confiança popular não seriam transmitidos instantaneamente para a filha do monarca.

Períodos de ruptura, como o encerramento de um reinado e inauguração de um novo domínio imperante, podem traduzir a vulnerabilidade de todo um sistema. O adoecimento do Imperador, e a mobilização para a sucessão, podem ter exposto a monarquia a uma fragilidade, comprometendo a fidelidade da elite política imperial, já contaminada desde a década de 1870 pelas investidas do movimento republicano.

Reconhecemos os anos 1880 como o período de consolidação das críticas à monarquia brasileira, que haviam iniciado ainda na década de 1870. Nesta conjuntura, linguagens monarquistas e republicanas colidiam divulgando diferentes expectativas para o futuro do Brasil monárquico, seja propondo a sua perpetuação na forma de um Terceiro Reinado, ou propagandeando a sua total destruição através de um golpe republicano. Conforme os estudos de Angela Alonso, o império experimentava um contexto de modificações sociopolíticas. Segundo a autora, era possível sentir os efeitos do esgotamento do sistema escravista e da modernização promovida pelo gabinete Rio Branco, que colidiriam para a fragmentação dos partidos políticos.¹

A cientista política destaca a emergência de um “espaço público em miniatura” no império neste período. Deste modo, percebe-se uma certa democratização dos meios de expressão de posicionamentos políticos, visto que os custos para edição de jornais e livros haviam diminuído. Além disso, o acesso ao ensino superior ampliou-se para além da elite tradicional. Nesta

¹ ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.65-87.

conjuntura, uma nova elite intelectual emergiu a partir da experiência compartilhada de alijamento do poder político. O novo grupo dirigia críticas as instituições políticas e as tradições que legitimavam o poder monárquico.²

Nesta acepção, a análise de Maria Teresa Chaves de Mello acerca do teor dos questionamentos da geração de 1870, demonstra que os contestadores investiram em dessacralizar a figura do monarca, explorando a moléstia que o afligiu em 1886, assim como optaram por atacar a imagem de sua sucessora, que possuía pouco prestígio perante a sociedade imperial.³ A partir da segunda metade da década de 1880, de acordo com Maria Luiza de Carvalho Mesquita, a problemática da sucessão do Império Brasileiro consistia em uma das principais pautas dos jornais.⁴

Identificamos a necessidade de discutir o processo de crise do sistema imperial considerando o papel central da rejeição ao Terceiro Reinado para a movimentação golpista que inaugurou a República. Naquele contexto, rejeitar Isabel significaria rejeitar a monarquia. Questionamos se a desaprovação da figura da Princesa Imperial como sucessora teria ensejado o movimento republicano, ou se ao contrário, o movimento republicano aproveitou-se da falta de prestígio da herdeira da coroa naquela sociedade, assim como do seu gênero, para encontrar justificações que solidificassem a proposta de mudança no sistema de governo, fortalecendo a publicidade para a republicanismo.

A segunda opção, como explicitaremos no decorrer deste trabalho, nos parece mais coerente para compreender o processo de impugnação do Reinado da Princesa Isabel. A retórica do movimento republicano comprometeu-se em esvaziar em simbolismos a legitimidade e a representação da sucessora, empreendimento semelhante ao realizado a partir da figura de D.

² *Ibidem*, p. 97-101 e 242.

³ MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.167.

⁴ MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras, p.9.

Pedro II. De um lado, o velho enfermo e demente, de outro, a princesa carola e intelectualmente frágil demais para gerir o Brasil. Contudo, tal linguagem precisou conviver com a publicidade Isabelista, que buscava preparar a opinião pública para acolher a coroação e sagração de D. Isabel na ausência do Imperador.

Logo, nos anos 1880, a imprensa política abrigava duas narrativas conflitantes que buscavam inscrever-se como as melhores alternativas para o futuro da nação. Identificamos que a linguagem republicana costumava ser mais hostil e incisiva do que a Isabelista, visto que necessitava construir uma nova gama de simbolismos que sustentassem a empreitada golpista. A propaganda Isabelista intentava combater o republicanismo. Contudo, a inauguração de um Terceiro Reinado era sustentada constitucionalmente, e o forjamento do prestígio da sucessora datava de 1850, momento em que assumiu a primeira posição na linha de sucessão ao trono. Sendo assim, o Isabelismo constituía uma possibilidade de branda ruptura com o governo de Pedro II, sendo difundido por meio de uma noção de continuidade, enquanto a República corresponderia a uma completa demolição da ordem que aquela sociedade conhecia, apresentando contornos nitidamente revolucionários.

Neste sentido, o objetivo norteador desta pesquisa foi investigar como a elite política vislumbrava o contexto de possibilidade sucessória, explorando a retórica Isabelista e republicana, e relacionando à visão da personagem principal desta conjuntura de ideias conflitantes, a princesa herdeira. Deste modo, destacaremos a perspectiva da Princesa Isabel acerca da possibilidade de tornar-se Imperatriz do Brasil, e a forma como ela encarava a cena política do período, tendo em vista as narrativas da imprensa imperial envolvendo o Terceiro Reinado e a sua própria representação.

A delimitação do recorte temporal deste estudo, 1880-1889, advém da compreensão de que a crise que atingiu a sustentação da monarquia a partir do final da década de 1860, alcançou seu ápice nos anos 1880. De acordo com Maria Teresa Chaves de Mello, a última década de

vigência da monarquia foi pautada pela intensificação das críticas contra o regime e pela propaganda republicana.⁵ O exame da historiografia acerca da crise do regime e de fontes documentais datadas da década de 1880, conduziram à formulação de questionamentos acerca da sucessão dinástica no final do Império, a partir da identificação das diferentes visões acerca da possibilidade do Terceiro Reinado. Por conseguinte, foi possível verificar a necessidade de produzir estudos relacionados ao percurso do problema sucessório, enfocando as percepções da elite política e dos membros da família imperial acerca do futuro Terceiro Reinado.

Deste modo, esta pesquisa ambicionou esclarecer a diversidade de visões em relação ao possível Terceiro Reinado que circulavam na Corte imperial. Para tanto, o exame da imprensa proporcionou a delimitação do vocabulário dos diferentes grupos de políticos que planejavam um Terceiro Reinado para o Brasil. Objetivou-se também, elucidar a perspectiva do Imperador D. Pedro II e da própria herdeira do trono acerca da questão, a partir da análise das correspondências trocadas por estes dois membros da Dinastia Bragança em seus últimos anos de domínio sobre a nação. Propomo-nos, desta forma, a produzir um trabalho que complemente a historiografia nacional a respeito da crise da monarquia brasileira, e das múltiplas visões para a continuidade do Império. O intuito foi cruzar fontes e utilizar um aporte metodológico inédito para o tema, constituindo uma pesquisa inovadora e que contribua para a apreensão do passado político e cultural brasileiro.

Identificamos uma pluralidade de estudos que esclarecem o contexto pesquisado, por meio de metodologias e abordagens diversas. Inúmeros são os argumentos elencados para abordar a crise que provocou a instalação da República. Entre os trabalhos que compõe a historiografia clássica acerca dos últimos anos do Império, destacamos os escritos de Leôncio Basbaum, que elencam os fatores que teriam conduzido o processo de deterioração da monarquia: a questão militar, a questão religiosa, e a questão da abolição. Para o autor, a desafeição dos fazendeiros,

⁵ MELLO, 2007, p.174.

dos militares e da Igreja em relação ao regime teria desestabilizado as bases do Império.⁶ Oliveira Vianna também conduz sua argumentação baseada nos três critérios destacados. Em *O ocaso do Império*, o autor expõe a crise do gabinete de Zacarias de Goés, em 1868, como determinante no desequilíbrio do regime.⁷

Orientado segundo uma visão materialista da história, Nelson Werneck Sodré sinaliza o surgimento de uma classe média no Brasil a partir de meados do século XIX e suas projeções para a crise. O autor norteia as reivindicações do novo grupo por participação política, que era restrita aos latifundiários. Sodré indica que a infiltração da classe média no exército e no clero teria influenciado a expressão de suas opiniões, que não teriam se destacado caso o grupo senhorial fosse coeso.⁸ Seguindo perspectiva semelhante, Boris Fausto explora o fim da monarquia considerando as modificações econômicas que abalaram a sociedade Oitocentista. Em sua obra, ele discute a influência dos cafeicultores paulistas, do exército, da recepção da moléstia do imperador pela opinião pública, assim como do pouco prestígio que possuía o casal herdeiro da coroa.⁹

Já Sergio Buarque de Holanda, em sua obra *O Brasil Monárquico*, pontua as crises econômicas que marcaram a trajetória imperial em 1868, 1875, e 1877. Tais eventos, para o autor, teriam conduzido o regime ao colapso.¹⁰ Em contrapartida, Emília Viotti da Costa, por meio de sua obra *Da Monarquia à República*, destaca que o golpe republicano teria sido motivado pelos encontros entre militares e líderes do movimento republicano, assim como por mudanças experimentadas na estrutura econômica e social do país.¹¹ Enfocando o Partido Republicano,

⁶ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república*. 2ed. São Paulo: Edições L.B., 1963.

⁷ VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1933.

⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1987.

⁹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

¹⁰ HOLLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico: Do Império à República*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

¹¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

George Boehrer explicita a direção assumida pelo partido no contexto de crise, através do ataque não somente ao regime, mas também ao monarca e sua família.¹²

Os referidos estudos desconsideram o problema sucessório e a própria figura da Princesa Imperial D. Isabel como elementos determinantes no processo de crise das instituições monárquicas. Nesta perspectiva, os autores referenciados expressam a conjuntura de finalização do Império por um sistema de causa e efeito já revisado pela historiografia desde o início dos anos 2000. Compreende-se que a abolição do regime escravista não constituiu fator de impacto negativo para a popularidade da coroa, já que, como orientado Maria Teresa Chaves de Mello, na última década de vigência da monarquia, a necessidade de emancipação tornou-se um consenso na sociedade brasileira. Em relação à questão religiosa e à possibilidade de ruptura entre o trono e a Igreja Católica, ressaltamos que o ideário republicano propunha a laicização do Estado. Logo, como poderiam os eclesiásticos se alinharem a um projeto de governo que restringiria o seu poder? Quanto à Questão Militar, Mello demonstra que o movimento contrário à República não adivinha de reflexos da Guerra do Paraguai. Ao contrário, os oficiais que movimentaram o republicanismo e o abolicionismo haviam ingressado no meio militar na década de 1880, logo, não combateram contra o exército de Solano Lopez, derrotado ainda em 1870. Neste sentido, conforme a autora, estes militares também compunham o movimento intelectual cientificista que orquestrou a finalização da monarquia.¹³

As obras *Ideias em Movimento*, de Angela Alonso, e a *A república consentida* de Maria Tereza Chaves de Mello fundamentam nossa percepção acerca do processo de crise do regime imperial, orientando nossas análises. A primeira autora, argumenta que as modificações econômicas experimentadas nos anos 1870 promoveram a emergência de um espaço público em miniatura. Alonso demonstra o surgimento de uma nova elite intelectual no país, insatisfeita com a

¹² BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Ministério da Educação e Cultura, 1954.

¹³ MELLO, 2007.

condição de marginalização do poder político. Esta nova *geração de 1870*, pressionava o *status quo* imperial através de meios não oficiais de debate político.¹⁴ Seguindo direção semelhante, Mello esclarece o processo de destruição do aparato simbólico que legitimava a monarquia, examinando ainda, a propaganda republicana, a dessacralização da figura do monarca e a pequena popularidade do projeto sucessório.¹⁵

Filipe Nicoletti Ribeiro, em seu trabalho *Império das incertezas*, apresenta o papel das inflexões críticas na dinâmica política e partidária para a fragilização das instituições imperiais.¹⁶ Também seguem esta tendência as pesquisas de Milene Ribas da Costa e de Silvana Motta Barbosa, enfocando o contexto paulista. Em sua dissertação de Mestrado, Ribas da Costa acentua o papel das novas doutrinas políticas e a fragilização das instituições imperiais como dimensões sensíveis no processo de maturação da República.¹⁷ Já a segunda autora, enfoca o vocabulário republicano de desqualificação das tradições monárquicas.¹⁸

José Murilo de Carvalho¹⁹ também analisa a conformação do Partido Republicano no país, explicitando a diversidade de modelos para a instalação da República que circulavam naquela conjuntura. O autor demonstra a concretude dos projetos republicanos para o futuro do país, nos conduzindo a percepção de que, para aqueles grupos, o golpe contra a instituição monárquica se inscrevia como algo possível, palpável, em detrimento da efetivação da sucessão na forma de um Terceiro Reinado.

¹⁴ ALONSO, 2002.

¹⁵ MELLO, 2007.

¹⁶ RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das Incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade São Paulo, São Paulo.

¹⁷ RIBAS da COSTA, Milene. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹⁸ BLANCO, Silvana Motta Barbosa. *República das letras: discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Campinas, Campinas.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Concordamos em grande parte com a perspectiva do autor acerca do processo de crise e da conformação do republicanismo no Império, mas destacamos também trabalhos mais recentes, como o *Império das Repúblicas*²⁰, de Karulliny Silverol Siqueira. A autora promove um estudo que garante uma visão mais ampla e detalhada das particularidades do republicanismo no país, salientando perspectivas provinciais, em especial, o Espírito Santo. Siqueira cumpre o importante papel de avaliar o contexto da crise do Império para além dos centros de poder, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, norteando a trajetória do republicanismo na província do Espírito Santo, conectando a realidade da instabilidade regional ao âmago político do Império. Tais produções historiográficas, acerca do contexto de finalização do regime imperial, cumprem o importante papel de esclarecer a movimentação intelectual que produziu a Proclamação da República no país. Entretanto, ao enfocarem o movimento republicano e os embates na imprensa com os monarquistas, citam brevemente ou desconsideram o cenário de iminente sucessão experimentado a partir de meados da década de 1880. Nesta perspectiva, identificamos a necessidade de produzir uma análise mais profunda acerca da possibilidade do Terceiro Reinado, e das representações entorno da herdeira da coroa, a Princesa Imperial D. Isabel. Esperamos com esta dissertação complementar a historiografia nacional acerca do processo de fragilização da monarquia, enfocando o problema sucessório.

Os primeiros trabalhos produzidos dedicados à demarcação da trajetória da Princesa Isabel de Bragança são datados da década de 1940 e 1980 do século XX. As obras de Pedro Calmon²¹, Hermes Vieira²² e Lourenço Luís Lacombe²³, correspondem a trabalhos de caráter biográfico e laudatório, que compõe a historiografia clássica. Os autores dissertam a partir da reiteração das ideias expressas nas fontes acerca do perfil da redentora. Ainda em se tratando de biografias,

²⁰ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O império das Repúblicas: Projetos Políticos Republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

²¹ CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel, "a redentora"*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

²² VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1990.

²³ LACOMBE, Lourenço Luís. *A Princesa Redentora*. Petrópolis: I.H de Petrópolis, 1989.

demarcamos o livro *Princesa Isabel do Brasil*. Na publicação, Roderick Barman contribui com o estudo das questões de gênero, e demonstra, por meio de extensa documentação, o interesse da sucessora e do Conde d'Eu em assumir o governo da nação na conjuntura do golpe republicano. Na visão do autor, apesar da inércia de D. Pedro II, o Conde e a Condessa d'Eu teriam se mantido ambiciosos.²⁴

Estudos como os de Pedro Calmon, Lourenço Luís Lacombe, Hermes Vieira, e Roderick Barman, apresentam a Princesa Isabel como uma espécie de fanática religiosa, despreparada ou pouco interessada em governar o país. Identificamos, que tais biografias, frequentemente, reproduzem uma visão repleta de estereótipos de gênero, condizentes com o período de sua produção. Entretanto, nesta pesquisa, demonstraremos um outro espectro da Princesa Imperial, interessada pela conjuntura política e social do Império e alinhada ao mundo intelectual do período. Também elucidaremos uma princesa que recebia influências da Igreja, mas que concomitantemente construía sua autonomia como futura governante.

Similarmente, Mary Del Priore em *O Castelo de Papel*, seguindo um caráter biográfico, evidencia o casal d'Eu. A autora retrata a infância, o matrimônio e a vida pública dos herdeiros da coroa brasileira.²⁵ Do mesmo modo, em *O Príncipe Maldito*²⁶, Mary Del Priore promove o estudo da suposta conspiração formulada acerca da sucessão monárquica. A historiadora demonstra os anseios de D. Pedro Augusto de Saxe e Coburgo, o primogênito da Princesa Leopoldina, em assumir o possível Terceiro Reinado. Ressaltamos que as obras da autora seguem uma dimensão mais literária.

²⁴ BARMAN, RODERICK J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

²⁵ DEL PRIORE, Mary. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, o conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

²⁶ _____. *O príncipe maldito – Pedro Augusto de Saxe e Coburgo: uma história de traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

Já o trabalho de Robert Daibert, nos auxilia na compreensão do processo de inserção da figura de D. Isabel como elemento de discussão na opinião pública. Para o autor, a Princesa Isabel passaria a ser alvo das expectativas da elite política apenas a partir da sua primeira atuação como Regente, em 1871. Em sua dissertação de Mestrado, o autor expõe que o republicanismo questionava a religiosidade, a submissão ao marido e a falta de preparo para governar da herdeira do trono. Daibert analisa o forjamento da imagem da redentora pelos favoráveis ao Terceiro Reinado, alegando que a participação efetiva de Isabel no movimento abolicionista foi mínima.²⁷ Já em sua tese de doutorado, o enfoque do autor é a relação da Princesa Isabel com o catolicismo, esboçando que a religiosidade da sucessora era pautada por padrões da romanização católica oitocentista. Para Daibert, a participação de Isabel no movimento abolicionista, no âmbito político e a sua própria visão de mundo foi substanciada pelas influências do catolicismo e pela submissão à igreja.²⁸

Em relação ao Terceiro Reinado, Maria Luiza de Carvalho Mesquita explora que a recepção da moléstia do Imperador e da Terceira Regência de D. Isabel, teria provocado a sensação de que o Terceiro Reinado havia sido inaugurado. A autora ainda relaciona a abolição ao fervoroso apoio recebido pela princesa dos abolicionistas, que teriam elaborado o projeto da *Monarquia Democrática Popular*.²⁹ Neste sentido, também inspirada pelo crédito da princesa no movimento abolicionista, estruturou-se a Guarda Negra. A questão é apresentada nos escritos de Augusto Oliveira Mattos. O autor orienta que a união dos escravos libertos para defender a

²⁷ DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora dos escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

²⁸ _____. *Princesa Isabel (1846-1921)*: a “política do coração” entre o trono e o altar. 2007. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

²⁹ MESQUITA, 2009.

redentora e o Terceiro Reinado, correspondeu a uma forma de identificação para esta população afrobrasileira.³⁰

Por outro lado, o estudo de Lucas Suzigan Nachtigall explora a expectativa do Terceiro Reinado, os personagens que defenderam a sucessão, e os posicionamentos dos monarquistas nos primeiros momentos da República.³¹ Nesta perspectiva, a dissertação de Mestrado de Bárbara Ferreira Fernandes denota o empenho do Imperador Pedro II em preparar a Princesa Isabel para gerir a nação. Em seu trabalho, apresenta a ausência do monarca na cerimônia do juramento da princesa ao Senado Imperial como uma demonstração pública de que Isabel seria capaz de governar por si mesma.³²

Promovendo uma análise a respeito da historiografia acerca da Princesa Isabel de Bragança, Felipe Teixeira Lourenço explicita a diferença de abordagem feita pelos historiadores do século XX e XXI em relação à imagem da herdeira da coroa brasileira. Deste modo, para o autor, os escritos sobre a princesa constituem representações conflitantes da mesma personalidade.³³ Já Rafael Oliveira Cruz, destaca a rejeição à figura da Princesa Isabel em escala provincial, examinando a imprensa baiana e sergipana. Cruz enfocou a religiosidade e o gênero da sucessora como elementos centrais da crítica ao seu possível reinado.³⁴

³⁰ MATTOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redentora no ocaso do Império* (Rio de Janeiro 1888-1889). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília.

³¹ NACHTIGALL, Lucas, Suzigan. “*Mas, e depois?*”: O Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do império (1888-1893). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciência e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

³² FERNANDES, Bárbara Ferreira. *Do juramento da Princesa ao Senado Imperial: a análise de uma obra e sua inserção no projeto político do Estado*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

³³ LOURENÇO, Felipe Teixeira. *A construção de memórias historiográficas através do pensamento de Walter Benjamin e Michel Foucault: o caso da princesa imperial*. 2017. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

³⁴ CRUZ, Rafael Oliveira de. *O terceiro reinado em questão: Isabel I uma (im)possível imperatriz nas laudas da imprensa provincial (1886-1889)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, 2020.

Por meio do exame das referidas obras, identificamos que a hipótese vigente na historiografia acerca do processo de crise do regime é, de certo modo, aproveitada nos trabalhos referentes à impugnação da sucessão de Pedro II. Sendo assim, grande parte dos autores associam a trajetória da Princesa herdeira e do conde d'Eu, às três questões, Religiosa, Militar e da Abolição, como forma de justificar a rejeição ao Terceiro Reinado e o consequente golpe republicano. Neste sentido, a Princesa Isabel é exposta como fanática religiosa, responsável por influenciar o pai nas decisões acerca do conflito entre maçonaria e Igreja. Deste modo, os autores apontam a participação da Princesa Isabel na Questão Religiosa como fator determinante para a não concretização de seu reinado.

Os referidos trabalhos, também conectam a Questão Militar ao Terceiro Reinado, focado o Príncipe Consorte, Gastão de Orleans. O marido da herdeira da coroa é apresentado como ambicioso, em constante conflito com o sogro, e responsável por moldar sua impopularidade entre os militares durante a sua campanha na Guerra do Paraguai. Logo, os autores argumentam que a sucessão foi comprometida devido à desafeição dos militares em relação ao Conde d'Eu. As obras citadas, relacionam a Princesa Isabel à Questão da Abolição devido ao seu papel na assinatura da Lei Áurea. Deste modo, propõem-se que a participação da herdeira da Coroa no movimento emancipacionista comprometeu o seu prestígio na sociedade imperial, e provocou a ruína da dinastia Bragança a partir do golpe republicano. Para os historiadores, a abolição teria sucumbido todo o apoio dirigido ao regime, já que os proprietários de escravos se tornaram insatisfeitos com a ausência de indenização.

A explicação fornecida acerca da participação da Princesa Isabel na crise do Império corresponde a um prolongamento de concepções já revisadas a respeito do ocaso da monarquia brasileira. Logo, asseveramos que compreendemos o percurso da crise do Brasil Imperial segundo a perspectiva de Angela Alonso. Sendo assim, ressaltamos que o processo de finalização da ordem monárquica relaciona-se à emergência de uma nova geração de

intelectuais em situação de exclusão do poder, que almejavam participação política.³⁵ Neste sentido, a nova geração compôs uma linguagem de contestação aos símbolos do regime imperial.

Portanto, conjecturamos que esse novo idioma atuou sobre a representação de D. Isabel, atrelando a mesma aos malefícios da monarquia e a impossibilidade de continuidade de sua família no poder. Defendemos a hipótese de que as investidas da linguagem republicana contra a representação da princesa, determinaram a desconstrução de sua imagem e impossibilitaram a perpetuação da ordem na realização do Terceiro Reinado. Compreendemos o advento do vocabulário que deslegitimava a sucessora de D. Pedro II como componente decisivo na crise do regime e instalação da república, destacando assim a emergência de uma nova cultura política republicana, que progressivamente, por meio de novos vocábulos e destituição de simbologias, apartou a família real da política brasileira

Deste modo, identificamos a necessidade de desenvolver uma pesquisa que promova o estudo da linguagem que circulava na imprensa da Corte relacionada às diferentes visões do iminente Terceiro Reinado, ou no próprio imaginário dos membros da família imperial na conjuntura da crise que finalizou a monarquia em 1889. Também reconhecemos a importância de explorar a temática da sucessão de D. Pedro II a partir de metodologias de pesquisa inéditas para este tema, o estudo das Linguagens Políticas e a Teoria da Avaliatividade, bem como aplicar novas abordagens teóricas. Sendo assim, almejamos complementar a historiografia nacional a respeito do processo de crise que compreendeu os anos finais da monarquia brasileira.

A construção da Dissertação foi fundamentada a partir de arcabouço teórico que direcionou a análise das fontes, e conduziu a uma exploração mais detida e profunda da temática. Nesta perspectiva, com o objetivo de analisar o contexto dos anos de crise do Império brasileiro, a partir da linguagem expressa na imprensa, identificamos a pertinência do uso do conceito de

³⁵ ALONSO, 2002.

cultura política. Deste modo, pretendendo investigar as diferentes visões acerca da possibilidade do Terceiro Reinado que circulavam na década de 1880, utilizamos o conceito de *representação*.

Se considerado o questionamento da nova geração da elite política a respeito dos símbolos da monarquia, pareceu pertinente discutir a cultura política que, segundo Serge Berstein, “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”. O autor argumenta que, em uma sociedade vigoram diversas culturas políticas, indicando que uma delas pode se tornar dominante a partir da ampliação da sua “zona de abrangência”, da sua “área de valores partilhados”.³⁶

Segundo Keith Baker, o conceito de cultura política obtém destaque nas ciências humanas a partir das décadas de 1950 e 1960, apresentando inconstantes adesões. Considerando os estudos de Baker, principiamos utilizando a definição do autor para política, que se relaciona estreitamente com o termo destacado. Política, na visão do autor, corresponde a forma como grupos ou indivíduos de uma sociedade elaboram, negociam, estabelecem e concretizam suas demandas.³⁷

Sendo assim, Keith Baker estabelece que, cultura política é “o conjunto de discursos ou práticas simbólicas, mediante as quais se realizam essas demandas” de caráter político. Representa o sentido dos termos em que se estruturam as demandas, “a natureza dos contextos nos quais se inscrevem e a autoridade dos princípios em razão dos quais certas demandas adquirem sua legitimidade”.³⁸

³⁶ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, J; SIRINELLI, J. (org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363, p.353-354.

³⁷ BAKER, Keith Michael. El concepto de cultura política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. *Ayer*, Stanford University, p.89-110, 2006, p.90.

³⁸ *Ibidem*, p.94.

Portanto, segundo as proposições de Baker, “a autoridade política é [...] essencialmente uma questão de autoridade linguística. E a mudança política é [...] uma questão de mudança linguística”.³⁹ Deste modo, por meio da análise da linguagem da imprensa, desvendamos aspectos da cultura política em vigor na crise do Império brasileiro com relação às perspectivas acerca do possível Terceiro Reinado, e os horizontes de expectativa⁴⁰ suscitados pela ideia da sucessão monárquica e pelo movimento republicano.

A fim de conhecer não apenas a cultura política, mas também a representação da sociedade sobre si mesma, como define Keith Baker, adotamos o conceito de representação, baseado nas premissas de Roger Chartier. Para o autor, a representação constitui-se como um artifício de dominação política, são os signos que legitimam a soberania de um rei. Nesta perspectiva, o poder político e a “ostentação das formas simbólicas” compartilham estreita relação.⁴¹ Chartier indica que as representações são definidas pelos interesses do grupo que as formulou. Sendo assim, os discursos não são neutros e se relacionam com a posição daquele que os proferiu.⁴²

Para Chartier, a abordagem da história cultural acerca das lutas de representação, “centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade”.⁴³ Entendemos que representar consiste na formulação de uma miragem, por meio de palavras, gestos, figuras, marcas.⁴⁴ Molda-se, de acordo com Chartier, uma “relação decifrável” entre o signo visível e o referente significado.⁴⁵

³⁹ *Ibidem*, p.94.

⁴⁰ KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto: Rio de Janeiro, 1923.

⁴¹ CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*, Dourados, n.24, p.15-29, 2011, p.21-22.

⁴² *Idem*. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987, p.17.

⁴³ *Idem*. O mundo como representação. *Estudos avançados*, São Paulo, n.11, p.173-191, 1991, p.184.

⁴⁴ *Idem*, 2011, p.17.

⁴⁵ *Idem*, 1991, p.184.

Por meio da abordagem sugerida por Chartier, tentamos identificar as representações formuladas a respeito da possibilidade do Terceiro Reinado, da herdeira da coroa, e da própria monarquia. Portanto, como indicam os trabalhos de Chartier, consideramos que as representações estão frequentemente sujeitas a perversões, tendo existência apenas na imagem, mascarando o real.⁴⁶

Sendo assim, os conceitos de cultura política e representação, forneceram subsídios para a compreensão mais ampla dos aspectos da cultura política do contexto dos últimos anos de vigência da ordem imperial. Assim como também colaboraram para o estudo dos símbolos que constituíam as diversas representações expressas sobre a possibilidade do Terceiro Reinado. Logo, pretendemos contribuir para a historiografia acerca da possibilidade da sucessão imperial de D. Pedro II, promovendo o uso de um novo aporte teórico para este tema.

Para empreender a pesquisa, selecionamos um conjunto documental amplo e diversificado. As fontes escolhidas mesclam-se entre imprensa, que circulou entre os anos de 1885 e 1889, na corte imperial, e correspondências trocadas entre a família imperial, produzidas entre os anos de 1887, 1888 e 1889. Para a análise dos periódicos, optou-se pela utilização da metodologia das Linguagens Políticas, fundamentada nos estudos de John G. A. Pocock e Quentin R. D. Skinner. Em seus escritos, Skinner aponta a necessidade da apreciação do vocabulário, que revela as intencionalidades do autor e determinam sua ação. O integrante da Escola de Cambridge elucida a pertinência de estudar o contexto em que o vocabulário político se inscreve, como “um meio de alcançar maior visão interna do que seu autor queria dizer”.⁴⁷

Conforme os estudos de Pocock, compreendemos a cultura política de certa sociedade, a partir da investigação das linguagens que integram o “universo do discurso público”. Neste sentido, esclarecemos que “cada contexto linguístico, indica um contexto político, social ou histórico,

⁴⁶*Ibidem*, 1991, p.185.

⁴⁷SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.13.

no interior do qual a própria linguagem se situa”. Deste modo, concebemos o autor como “habitante de um universo de *langues* que confere sentido às *paroles* que ele emite nessas línguas”.⁴⁸

De acordo com Elías Palti, é fundamental “transcender à história das ideias ou dos conceitos em direção a uma história das linguagens políticas”, para compreender como os conceitos se alteram historicamente. Segundo o autor, para reconstruir uma linguagem política, é necessário examinar como o significado dos conceitos se modificou no decurso do tempo, e observar o que impossibilitava estes conceitos de atingir “sua plenitude semântica”.⁴⁹

Logo, com base na metodologia das Linguagens Políticas, analisamos os números dos jornais *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio*, *O País*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias* e *O Mequetrefe*, que circularam no centro de poder da monarquia, a corte, entre os anos de 1885 e 1889. A investigação possibilitou a identificação da linguagem favorável à concretização do Terceiro Reinado de D. Isabel, do vocabulário republicano de rechaço ao Terceiro Reinado, e dos diferentes projetos de sucessão que se inscreviam nos horizontes de expectativa do período de fragilização da coroa.

As correspondências trocadas entre a família imperial nos anos de 1885 a 1889 foram examinadas segundo a concepção metodológica da Análise Crítica do Discurso, em particular a Teoria da Avaliatividade, desenvolvida pelos pesquisadores australianos James Martin e Peter White. A Teoria da Avaliatividade contempla três esferas semânticas que interagem entre si: *attitude*, *engagement* e *graduation*. De acordo com os autores proponentes, a atitude considera os sentimentos, as reações emocionais, e os juízos de valor esboçados em um discurso. Já o envolvimento interessa-se pelas atitudes adquiridas pela apreciação de terceiros, visualizando assim o “jogo de vozes” que reside nas “opiniões de um discurso”. O último domínio, a

⁴⁸ POCKOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p.28, 31 e 36.

⁴⁹ PALTÍ, Elías José. *El tiempo de la política reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p.251.

gradação, trata dos níveis em que os sentimentos e as categorias são ampliados ou expostos de maneira confusa, carente de melhor definição.⁵⁰

O exame das correspondências dos membros da família imperial na conjuntura de fragilização do sistema monárquico, proporcionou a identificação das concepções da própria Princesa Imperial a respeito da possibilidade do Terceiro Reinado. Tal documentação ainda se encontra carente de pesquisas, devido à dificuldade para realizar o acesso no Museu Imperial de Petrópolis. Com base nesses documentos, esclarecemos as visões da Princesa Isabel de Bragança, e do Imperador D. Pedro II acerca da iminência da sucessão imperial a partir de inovador arcabouço metodológico, a Teoria da Avaliatividade.

Logo, evidenciamos a importância de abordar as diferentes visões acerca da possibilidade do Terceiro Reinado que permearam os horizontes de expectativa nos últimos anos da monarquia, segundo uma abordagem metodológica ainda não aplicada para esta temática. Sendo assim, pretendemos construir uma análise inovadora que complemente a historiografia nacional acerca do contexto em que o Império brasileiro entrou em crise e acerca das representações da Princesa Imperial D. Isabel.

A dissertação é composta por três capítulos, desenvolvidos considerando a dinâmica política do contexto de crise da ordem imperial e seus impactos nas diversas visões de Terceiro Reinado. No primeiro capítulo investigamos a linguagem expressa nos periódicos da década de 1880 a respeito da iminência da sucessão imperial. Deste modo, destacamos como a doença que afligiu a saúde do Imperador D. Pedro II impactou as percepções da elite política acerca do possível Terceiro Reinado, demarcando os rumores envolvendo a abdicação do monarca. Neste sentido, também elucidamos um vocabulário do Isabelismo, constituído por uma publicidade para a

⁵⁰ MARTIN, James; WHITE, Peter. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. London/New York: Palgrave Macmilan, 2005. p.34.

sucessão. Por fim, evidenciamos os rumores envolvendo uma suposta conspiração do Príncipe D. Pedro Augusto para herdar a coroa.

Já no capítulo dois, examinamos como o envolvimento da Princesa Imperial D. Isabel na causa abolicionista e na assinatura da lei que extinguiu o cativo escravo impactou as visões acerca do possível Terceiro Reinado. Nesta acepção, também demarcamos o vocabulário empregado pela linguagem política republicana para deslegitimar o Terceiro Reinado, e construir simbolismos que sustentassem a efetivação de um golpe republicano. Logo, elucidamos um vocabulário que atacava a representação da Princesa Imperial D. Isabel, e do seu marido, o conde d'Eu. Tal linguagem associava a imagem da princesa herdeira ao fanatismo religioso, à fragilidade intelectual, à submissão ao marido e ao pai, à corrupção, criticando até mesmo os membros corte que cercavam a condessa d'Eu.

Por outro lado, no terceiro capítulo, exploramos a percepção da Princesa herdeira da coroa acerca do seu possível destino, determinado pela Constituição de 1824, como Imperatriz do Brasil. Também demarcamos aspectos da vida privada e pública de Isabel, desvendando os espectros de sua personalidade como mãe, esposa, filha, amiga e sucessora do Imperador D. Pedro II. Assim, destacaremos como a Princesa Isabel conciliava os dois mundos, privado e público, e vislumbrava seu reinado diante da possibilidade de falecimento do monarca enfermo. Por fim, explicitaremos as conexões da sucessora com o movimento abolicionista e o desenvolvimento de sua autonomia como governante na conjuntura de sua Terceira Regência do Império.

1. O ISABELISMO E A EXPECTATIVA DO TERCEIRO REINADO NA LINGUAGEM POLÍTICA DA DÉCADA DE 1880

“Sua Majestade é deposta por uma conspiração de Palácio e de Parlamento, do mesmo modo que foi entronado. O não sei de hoje é o doloroso inverso do quero já de ontem. Não é isto um triste início para o Terceiro Reinado?”⁵¹

Este estudo pretende elucidar as expectativas para a concretização do Terceiro Reinado da Princesa Imperial Isabel de Bragança no cenário político da última década de vigência da monarquia no Brasil. O assunto é explorado por dois eixos analíticos. Primeiramente, apresenta-se a trajetória da linguagem política do Isabelismo que exaltava a imagem da princesa, construindo simbolismos que legitimassem sua posição como herdeira da coroa. Em segundo, evidenciam-se os boatos envolvendo uma suposta conspiração arquitetada pelo Príncipe D. Pedro Augusto para ascender ao trono no lugar de sua tia Isabel.

Os últimos anos de vigência da monarquia da casa de Bragança em solo brasileiro foram marcados por uma crise que atingiu os símbolos que sustentavam o *status quo*, colocando em risco a manutenção da ordem imperial. Este contexto, advindo da década de 1860⁵², atingindo seu ápice nos anos 1880⁵³, foi permeado por uma nova cultura política de contestação ao regime e circulação de diferentes projetos para substituição do domínio daquela dinastia a partir da inauguração de um governo republicano. Entretanto, a própria família imperial e a elite política monarquista também estabeleciam suas expectativas para o futuro da nação, elaborando um modelo para a perpetuação do Império a partir da sucessão de D. Pedro II.

Sendo assim, o período conclamava diferentes horizontes de expectativa⁵⁴ acerca do sistema político que conduziria o país. Consideramos, nesta perspectiva, consoante a Reinhart

⁵¹ *Gazeta da Tarde*, n.145, 28 jun. 1887.

⁵² CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁵³ MELO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁵⁴ Segundo Reinhart Koselleck “todas as histórias foram constituídas pelas experiências e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. São Paulo: Contraponto, 2007, p.306.

Koselleck, que as categorias experiência e expectativa são pertinentes para “nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro, são adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político”.⁵⁵

Deste modo, conjecturamos que a experiência do Imperador D Pedro I com a abdicação gerou uma expectativa que orientou as ações de D. Pedro II no contexto de crise das instituições monárquicas, que ameaçavam a sua posição como chefe de Estado. Assim como, os eventos da abdicação e o golpe da maioria de Pedro II, produziram um espaço de experiência de ruptura com as determinações constitucionais. Tal espaço de experiência se inscreveu nos horizontes de expectativa da elite política imperial, proporcionando a projeção do golpe republicano e o desrespeito às leis que regulamentavam a sucessão do trono, conduzindo a elaboração de diferentes projetos para a concretização do Terceiro Reinado, ignorando a posição da Princesa Isabel de Bragança na linha sucessória.

O século XIX foi permeado pelo desenvolvimento de inovações tecnológicas, como a descoberta da eletricidade, a invenção do telégrafo, das locomotivas a vapor, das estradas de ferro, do automóvel. As novidades produziam sensíveis modificações no cotidiano das sociedades europeias, e tais mudanças aconteciam cada vez mais rápido. O contexto foi marcado também pelo desenvolvimento acelerado das ciências, surgimento da psicologia e institucionalização da disciplina História. As ideias de progressismo, cientificismo e evolucionismo eram cada vez mais disseminadas na Europa, atingindo destaque também entre a sociedade brasileira oitocentista.

Sendo assim, constatamos que a elite brasileira conservava um constante olhar para o futuro, ambicionando progredir a situação nacional, identificada com as ideias de modernidade do contexto pós-Revolução Francesa. Nesta perspectiva, compreendemos a preocupação da elite

⁵⁵ KOSELLECK, p.306.

monarquista em inscrever a possibilidade de concretização do Terceiro Reinado como algo aceitável nos horizontes de expectativa da população brasileira, objetivando assim, delinear um futuro de segurança para a monarquia. Almejavam garantir sua continuidade no processo de tomada de decisões para o país.

A inquietação dos brasileiros com o futuro da nação é notória quando observamos as páginas dos periódicos, identificamos inúmeras menções a história, a forma como a história traduziria no futuro os ocorridos daquele momento. Os jornalistas demonstravam uma certa fé na história, como se a narrativa a ser construída fosse capaz de revelar a verdade dos acontecimentos que estaria obscurecida naquele contexto.

Deste modo, os grupos identificados por Angela Alonso como marginalizados do poder político, tentavam idealizar uma nova opção de futuro para o Brasil, através da inauguração da República. Segundo a autora, é no contexto da década de 1870 que se inicia no Império um percurso de cisão política e de investidas relacionadas a modernização social e econômica, produzindo assim, um cenário de crise que colocou em risco a ordem estabelecida. As rupturas no interior dos partidos políticos assumiram maior dimensão, e as divergências de opiniões eram abissais, assim como as reformas promovidas pelo Partido Conservador expandiram os meios para acessar o universo político, inserindo agentes sociais anteriormente excluídos.⁵⁶

Ao longo dos anos os debates e críticas à monarquia se desenvolveram cada vez mais, atingindo seu ápice da década de 1880. De acordo com Maria Tereza Chaves de Mello, o regime monárquico passou a receber “um tratamento crítico bipolar pela propaganda republicana”. Neste sentido, cada vez mais frustradas as reformas, não se questionava mais “aspectos pontuais do regime, mas sua legitimidade e principalmente seu “oportunismo”.⁵⁷

⁵⁶ ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.100.

⁵⁷ MELO, 2007, p.174.

Para a autora, os próprios monarquistas contribuíram na fragilização da sua posição, já que utilizavam uma linguagem ancorada nas ideias novas, assim como os republicanos. Segundo Mello, “o uso e a assimilação do léxico e da semântica do adversário levaram à superação do símbolo antigo”. Logo, os monarquistas terminaram sendo derrotados, no campo ideológico e simbólico, quando os novos conceitos passaram a responder melhor a realidade brasileira oitocentista.⁵⁸

O contexto dos anos 1880 foi permeado por diversas discussões envolvendo o futuro das instituições monárquicas brasileiras. Deste modo, setores da elite política planejavam a sucessão de D. Pedro II, por meio da ascensão de um Terceiro Reinado, ao passo que outras esferas daquela elite articulavam a interrupção do domínio da família Bragança naquele território. Neste sentido, sendo a Princesa Isabel, constitucionalmente, a primeira na linha de sucessão do trono, sua imagem foi alvo de representações conflitantes.

A Princesa Imperial e seu marido, o Conde d’Eu, constituíam tema constante nos artigos dos jornais da época. Os debates eram compostos por aqueles que exaltavam a imagem do casal, forjando uma representação que justificasse e legitimasse a ascensão de D. Isabel, assim como uma tônica republicana rechaçava a imagem da condessa e do conde, demonstrando, em sua linguagem, o fracasso em que se inscreveria o país caso a monarquia perdurasse através do governo da princesa.

As representações delineadas na imprensa em torno da figura da Princesa Isabel de Bragança, possuíam estreita relação com os interesses políticos dos jornalistas. Sendo assim, variavam radicalmente segundo a agremiação política do periodista, e sua intenção de legitimar a instalação do Terceiro Reinado ou propagar os fundamentos do republicanismo, visando a derrubada da família imperial. Percebemos, portanto, que as representações do possível Terceiro Reinado e da Princesa Imperial D. Isabel foram múltiplas naquele contexto dos anos

⁵⁸ MELO, 2007, p.174.

1880. Logo, considerando as indicações teóricas de Roger Chartier, compreendemos que esta “luta de representações” provocava aprovação ou rejeição às imagens representadas.⁵⁹

Analisando os periódicos *Gazeta da Tarde*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias*, *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias* e *O País*, constatamos que no decorrer da década de 1880 existia uma grande expectativa acerca da mudança do imperante no poder. A idade avançada e o frágil estado de saúde do monarca conduziam a elite política monarquista no sentido da preparação para que D. Isabel herdasse a coroa. Os referidos jornais selecionados para este recorte, apresentavam grande tiragem, eram publicados diariamente na corte e atingiam diversas províncias.

Esclarecemos, que estes impressos serão examinados a partir da metodologia das Linguagens políticas, proposta por John Pocock e Quentin Skinner. Logo, seguindo as premissas de Skinner, compreendemos a importância de investigar a linguagem da elite política que expectava o Terceiro Reinado, seja combatendo-o ou propagandeando-o, objetivando detectar a intencionalidade daqueles jornalistas, e demonstrar precisamente aquilo que os periodistas desejavam definir, fornecer sentido, a partir do que escreveram ou optaram por não escrever.⁶⁰ Em suma, considerando a argumentação de Pocock, a partir do exame do vocabulário dos jornais citados, será possível identificar os “atos de fala” e delinear a cultura política do contexto da década de 1880.⁶¹

Orientamos o leitor a não se apegar a rótulos partidários para compreender a análise efetuada dos referidos periódicos. No final da década de 1880, mudava-se constantemente de posicionamento político, por meses apoiava-se e defendia-se a monarquia e o Terceiro Reinado, e logo depois proclamava-se republicano convicto. Também esclarecemos que, por vezes, os jornais apenas mudavam de proprietários, transformando completamente a tônica da linguagem

⁵⁹ CHARTIER, 2011, p.22.

⁶⁰ SKINNER, 1996, p.13

⁶¹ POCOCK, 2003, p.35.

emitida. Deste modo, considerando os aspectos do contexto, enumerava-se diversas motivações para a conduta variante. Asseveramos, contudo, que este trabalho se fundamenta metodologicamente no estudo das linguagens políticas. Portanto, demonstraremos frequentemente as características inatas do comportamento linguístico: a fluidez e a plasticidade.

1.1 A CRISE DO IMPÉRIO, A PRINCESA ISABEL E O TERCEIRO REINADO NA HISTORIOGRAFIA

A historiografia que enfoca o contexto de crise do regime imperial brasileiro cita sucintamente a questão do Terceiro Reinado. As reflexões acerca da sucessão do Imperador D. Pedro II raramente aparecem nestes estudos, as poucas ocorrências traduzem discussões por vezes superficiais, com foco voltado para uma Princesa Isabel apática e inerte frente à dinâmica política do país, pouco interessada nas atribuições constitucionalmente determinadas para o seu papel de sucessora de D. Pedro II. Neste sentido, acreditamos ser necessário uma revisão nestas representações veiculadas à figura da Princesa Imperial, herdeira presuntiva da coroa.

A obra “O ocaso do Império” de Oliveira Vianna descreve o percurso de destruição do regime monárquico no Brasil, apresentando três fatores como determinantes no processo: “Questão Militar”, “Questão Religiosa”, “Questão da Abolição”. Em seu capítulo final, pontua que o gênero da herdeira da coroa e o fato do marido da Princesa Isabel possuir escassa popularidade favoreceram a desafeição ao trono.⁶² Por outro lado, Caio Prado Júnior esboça uma argumentação semelhante a dos próprios republicanos da década de 1880, alegando que o Império era atrasado e inapto para solucionar os problemas do país. Sendo assim, o autor justifica o golpe republicano sem citar a possibilidade do Terceiro Reinado.⁶³

⁶² VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1933.

⁶³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1933, p.102.

Já o livro “História da Queda do Império”, de Heitor Lyra, se destaca ao expor que o desprestígio da Princesa Imperial D. Isabel também influenciou na finalização do Império. Deste modo, o autor esclarecia os pontos da crítica à probabilidade do Terceiro Reinado: a religiosidade da princesa, o gênero, o marido estrangeiro.⁶⁴ Em contrapartida, George Boehrer, em seu estudo acerca do partido republicano no Brasil, não menciona a existência de um esforço por parte dos políticos do partido em deslegitimar a possibilidade da sucessão dinástica.⁶⁵

O trabalho de Nelson Werneck Sodré segue uma vertente materialista da História e demonstra que a finalização do Império foi influenciada pela emergência da classe média na sociedade brasileira. Asseveramos, que Sodré não indica influência da questão sucessória na finalização da monarquia no Brasil.⁶⁶ Outra obra que também parece ignorar as expectativas em relação à possibilidade do Terceiro Reinado é a “História Sincera da República” de Leôncio Basbaum. O autor disserta acerca da conjuntura que originou o golpe de 15 de novembro, desconsiderando o esforço republicano para descredibilizar a sucessora D. Isabel.⁶⁷ Já Dilton Oliveira de Araujo, ao abordar o republicanismo em Salvador, menciona a aversão a possibilidade de concretização do Terceiro Reinado como aspecto integrante dos protestos dos opositores à monarquia nos jornais.⁶⁸

Em consonância com Sodré, o historiador Boris Fausto também expressa tendências do materialismo histórico em sua abordagem sobre a queda da monarquia no Brasil. Na visão do autor, o Exército, a Igreja, a abolição, uma chamada burguesia cafeeira, a doença de Pedro II, e o fato do marido da herdeira da coroa ser francês, impossibilitaram o sistema imperial de

⁶⁴ LYRA, Heitor. *História da Queda do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasileira, 1964, p.176.

⁶⁵ BOEHRER, George. A. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

⁶⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1987, p.274.

⁶⁷ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

⁶⁸ ARAUJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism e Classe Média em Salvador (1870-1889)*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

perdurar. Logo, Boris Fausto define que o único motivo pelo qual o Terceiro Reinado seria rejeitado, é devido à nacionalidade do Príncipe Consorte, o conde d'Eu.⁶⁹

A clássica obra de Sergio Buarque de Hollanda, ao mencionar os anos finais do Império, explicita que a doença que atingiu D. Pedro II e a ascensão da Terceira Regência de D. Isabel influenciaram na campanha pelo fim do regime. Na visão do autor, o Terceiro Reinado era impopular não apenas entre os republicanos, e seu único apoio provinha dos católicos extremados. Segundo Hollanda, “o reinado da beatice e das camarilhas” era extremamente temido.⁷⁰ Por sua vez, os escritos de Emília Viotti da Costa acerca da crise concordam em grande parte com a tese de Oliveira Vianna. Entretanto, a autora cita brevemente a Princesa Isabel, ao explicitar a Questão Religiosa, esclarecendo que a religiosidade da herdeira da coroa constituiu argumento para o republicanismo combatê-la.⁷¹

Constatamos que os referidos estudos, ao tratar a questão do Terceiro Reinado, geralmente reproduzem os estereótipos da própria elite política do século XIX. Em suas obras, veiculam as argumentações dos políticos que combatiam a possibilidade de Isabel herdar a coroa, traduzindo a princesa como fanática religiosa, incapaz de ocupar a função de Imperatriz pelo obstáculo do gênero, assim como expressam que a sua capacidade intelectual era deficitária. Percebemos, portanto, a necessidade de produzir um estudo que estabeleça uma revisão de tais perspectivas e complemente a historiografia nacional acerca da representação da Princesa Imperial e do possível Terceiro Reinado na conjuntura de crise da monarquia brasileira.

⁶⁹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Informamos que a primeira edição da obra foi publicada em 1994, contudo, apenas obtivemos acesso à sua décima segunda edição, impressa em 2006, p.235.

⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico: Do Império à República*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.287 e 353.

⁷¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p.456.

É imperativo destacar a biografia do Imperador D. Pedro II, engendrada por Lilia Moritz Schwarcz. Em seu trabalho monumental, a autora percorre em um capítulo o processo de decadência da monarquia, citando a moléstia do imperante e a Terceira Regência. Contudo, enfoca nas personalidades do conde d’Eu e do Príncipe D. Pedro Augusto a responsabilidade por um possível Terceiro Reinado, ignorando quase completamente a legítima sucessora D. Isabel.⁷² Nesta perspectiva, José Murilo de Carvalho também reserva algumas linhas da *obra A formação das almas* para citar a existência de uma reprovação da Princesa Isabel para o papel de futura Imperatriz.⁷³

Seguindo caminho semelhante, estudos mais recentes, como as produções de Maria Teresa Chaves de Mello⁷⁴, Angela Alonso⁷⁵ e Christian Edward Cyril Lynch⁷⁶ citam sucintamente a questão da rejeição ao Terceiro Reinado e a mobilização de um grupo de monarquistas em favor da propaganda para a sucessão. Em contrapartida, a pesquisa de Filipe Ribeiro⁷⁷, ao contemplar o decurso da destruição do regime monárquico, não menciona a questão da sucessão dinástica.

Destacamos também a existência de uma historiografia que privilegiou o movimento republicano, mas sem muitas vezes aprofundar em sua visão como a linguagem republicana combateu a possibilidade de um Terceiro Reinado. Seguindo esta perspectiva estão as pesquisas

⁷² SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.433-434.

⁷³ CARVALHO, 1990.

⁷⁴ MELLO, 2007.

⁷⁵ ALONSO, 2002.

⁷⁶ LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade ou contingência? A queda do Império reconsiderada. In: RAMOS, Rui; CARVALHO, José Murilo de; SILVA, Isabel Corrêa da. (Org.). *A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*. Belo Horizonte: D. Quixote, 2018. p.407-432.

⁷⁷ RIBEIRO, Filipe Nicoletti. Império das Incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade São Paulo, São Paulo.

de Karulliny Silverol Siqueira⁷⁸, Milene Ribas da Costa⁷⁹, Silvana Mota Barbosa⁸⁰, Daiane Lopes Elias⁸¹, Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca⁸², Andrea Santos da Silva Pessanha.⁸³ Deste modo, esta dissertação objetiva complementar a historiografia relacionada à composição do vocabulário republicano no fim do império, evidenciando o problema sucessório.

Neste sentido, visando colaborar com os estudos citados anteriormente, a partir de novo aporte teórico e metodológico, pretendemos construir uma narrativa histórica para a conflagração da crise do Império na década de 1880, que demonstre a sensível influência dessa rejeição da elite política ao Terceiro Reinado, como um dos elementos determinantes para a extinção do regime imperial. Logo, almejamos contribuir no preenchimento de lacunas na historiografia nacional, relacionadas aos momentos finais da monarquia. Deste modo, objetivamos compreender parte do arcabouço linguístico daquele contexto, considerando o vocábulo Terceiro Reinado, que assumia, assim, diferentes significações a partir da intencionalidade do falante.

Por conseguinte, é imperativo destacar também as obras voltadas para a elucidação da trajetória pessoal e política da Princesa Isabel. Destacamos que os primeiros estudos emergiram nas décadas de 1940 e 1980. Pedro Calmon⁸⁴, Hermes Vieira⁸⁵ e Lourenço Luiz Lacombe⁸⁶ elaboraram biografias para a Princesa Imperial a partir de narrativas que exaltavam os feitos da

⁷⁸ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das Repúblicas: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

⁷⁹ RIBAS da COSTA, Milene. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁸⁰ BLANCO, Silvana Motta Barbosa. *República das letras: discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Campinas, Campinas.

⁸¹ ELIAS, Daiane Lopes. *A guerra das palavras: o discurso político dos republicanos liberais na queda da monarquia no Brasil (1870-1891)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

⁸² FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

⁸³ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁸⁴ CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel, “a redentora”*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

⁸⁵ VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1990.

⁸⁶ LACOMBE, Lourenço Luís. *A Princesa Redentora*. Petrópolis: I.H de Petrópolis, 1989.

sucessora de D. Pedro II na história nacional. Destacamos também a obra de Roderick Barman, que percorre a história da vida privada de D. Isabel, relacionando-a com os momentos em que a sucessora precisou atuar no âmbito público. O autor explicita como o gênero da Princesa Isabel obstaculizou o desempenho de questões políticas ligadas à sua posição herdeira do trono.⁸⁷

Já a dissertação produzida por Robert Daibert Júnior em 2001 enfocou o envolvimento de Isabel na causa abolicionista e a construção de representações em torno de sua imagem como “redentora” dos escravos e futura imperatriz do Brasil.⁸⁸ Também contemplando as contribuições da Princesa no movimento abolicionista, destacamos a obra de Eduardo Silva. O autor esclarece como D. Isabel colaborou com o abolicionismo, salientando as chamadas batalhas de flores.⁸⁹

A historiadora Mary Del Priore contribuiu para os estudos da área a partir das obras *O Príncipe Maldito* e *O Castelo de Papel*. No primeiro livro, a autora utiliza um caráter mais literário para expor supostos conflitos existentes entre D. Pedro Augusto e seus tios, D. Isabel e Gastão de Orleans, manifestando que o neto mais velho do Imperador D. Pedro II desejava herdar a coroa no lugar de D. Isabel.⁹⁰ Já no segundo livro, Del Priore fornece uma biografia do casal d’Eu destacando a vida pessoal e o envolvimento dos príncipes na vida pública do Império.⁹¹

⁸⁷ BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

⁸⁸ DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora dos escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

⁸⁹ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁹⁰ DEL PRIORE, Mary. *O príncipe maldito – Pedro Augusto de Saxe e Coburgo: uma história de traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

⁹¹ _____. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, o conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013

Entre os trabalhos mais recentes, destacamos as dissertações de Mestrado de Maria Luiza de Carvalho Mesquita⁹² e Lucas Suzigan Nachtigall⁹³. Os estudos destes autores examinam a questão da sucessão imperial por meio da análise da imprensa, abarcando a rejeição ou aceitação deste projeto para o futuro do país. Entretanto, os historiadores seguem as premissas da historiografia clássica para considerar a gênese da rejeição ao Terceiro Reinado da Princesa Isabel, mobilizando as questões Religiosa, Militar e da Escravidão, comumente utilizadas para abordar o processo de crise do Império. A dissertação de Mestrado de Rafael de Oliveira Cruz segue perspectiva semelhante à dos autores citados, trazendo a discussão para o âmbito provincial, enfocando a dinâmica das províncias do Sergipe e da Bahia.⁹⁴

Neste trabalho, objetivamos contribuir com este eixo de estudos inaugurado pelas pesquisas citadas anteriormente. Contudo, almejamos aplicar uma metodologia diferente da utilizada pelos autores, investigando fontes divergentes e enfocando o exame das diferentes significações atribuídas ao vocábulo Terceiro Reinado na conjuntura da década de 1880. Além disso, também consideramos o processo de crise do Império brasileiro a partir de obras mais recentes⁹⁵, que discutem o contexto de finalização da monarquia como determinado, principalmente, pela emergência de uma nova elite política que atacou os símbolos do regime imperial, impugnando a sustentação daquela ordem e inaugurando a República.

1.2. A TRAJETÓRIA PRIVADA E PÚBLICA DA PRINCESA ISABEL: BREVE BIOGRAFIA DA HERDEIRA DA COROA

⁹² MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras.

⁹³ NACHTIGALL, Lucas, Suzigan. “Mas, e depois?":O Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do império (1888-1893). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciência e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

⁹⁴ CRUZ, Rafael Oliveira de. *O terceiro reinado em questão: Isabel I uma (im)possível imperatriz nas laudas da imprensa provincial (1886-1889)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, 2020.

⁹⁵ MELLO, 2007; ALONSO, 2002.

Este estudo abarca a trajetória da Princesa Isabel do Brasil, buscando evidenciar como a iminência da concretização do seu reinado impactou e provocou expectativas na sociedade brasileira oitocentista. Deste modo, para compreender os projetos de Terceiro Reinado que foram pensados no Brasil, influenciando o contexto de crise das instituições monárquicas, acreditamos ser sumariamente importante entender a trajetória pessoal e política desta princesa herdeira do trono nacional. Sendo assim, nesta seção, abordaremos uma breve biografia de D. Isabel.

No intento de traçar biograficamente o percurso da Princesa Isabel, fundamentados nos pressupostos de Pierre Bourdieu, reconhecemos a necessidade de evitarmos a produção de “ilusões retóricas”. Neste sentido, pretendemos considerar a trajetória de Isabel a partir da percepção da descontinuidade, apresentando-a como um sujeito propenso a “incessantes transformações”, à inconstância.⁹⁶ Logo, por meio das indicações teóricas de Alexandre de Sá Avelar, compreendemos a importância de ressaltar a imagem da Princesa Isabel como um ser plural, propenso à múltiplas representações e que não poderia ser reduzido na “ideia de uma identidade”. Conforme o autor, as diversas camadas de uma vida não são passíveis de tradução em uma narrativa linear.⁹⁷ Mais adiante mostraremos as transformações na vida da princesa.

Fruto da união da Imperatriz D. Teresa Cristina Maria de Bourbon e do Imperador D. Pedro II, a Princesa Isabel nasceu no dia 29 de julho de 1846, no Paço de São Cristóvão, região norte da cidade do Rio de Janeiro. A pequena princesa foi batizada com oito nomes: Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga. Segundo Roderick Barman, os nomes Cristina e Leopoldina correspondiam à uma homenagem à mãe e à avô de Isabel,

⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191, p.185 e 189.

⁹⁷ AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, n.24, Vitória, p.157-172, 2010, p.163.

respectivamente. Já os 4 últimos nomes representavam uma tradição da Dinastia Bragança, todas as herdeiras os recebiam.⁹⁸

Quando a Princesa Isabel nasceu, seus pais já contavam com um primogênito na família, o Príncipe Afonso, primeiro na linha de sucessão do trono. Entretanto, em julho de 1847, sofrendo de fortes convulsões, Afonso faleceu. Dias depois, a Imperatriz deu a luz à Princesa Leopoldina Teresa. É nesta conjuntura que a Princesa Isabel, aos onze meses de idade, assume a posição do seu irmão mais velho no processo sucessório. Entretanto, tal posição durou pouco tempo, já que no ano seguinte, em julho de 1848, nasceu o Príncipe D. Pedro. Deste modo, seguindo as determinações da Constituição de 1824, o rebento do sexo masculino ultrapassou a posição da herdeira feminina na corrida para a futura ascensão ao trono.⁹⁹

Contudo, a situação mudou novamente dois anos depois, quando o filho mais novo do casal Imperial, sofrendo de febres intermitentes, faleceu na Fazenda Imperial de Santa Cruz.¹⁰⁰ De acordo com Lourenço Luiz Lacombe, a mesma moléstia acometeu também a Princesa Isabel, mas esta conseguiu se recuperar. Considerando a vacância no posto de Príncipe Imperial, em agosto de 1850 ocorreu uma cerimônia no Paço do Senado, reunindo a Assembleia Geral e proclamando a Princesa Isabel, de apenas 4 anos, como herdeira do trono.¹⁰¹

Figura 1 – Fazenda Imperial de Santa Cruz¹⁰²

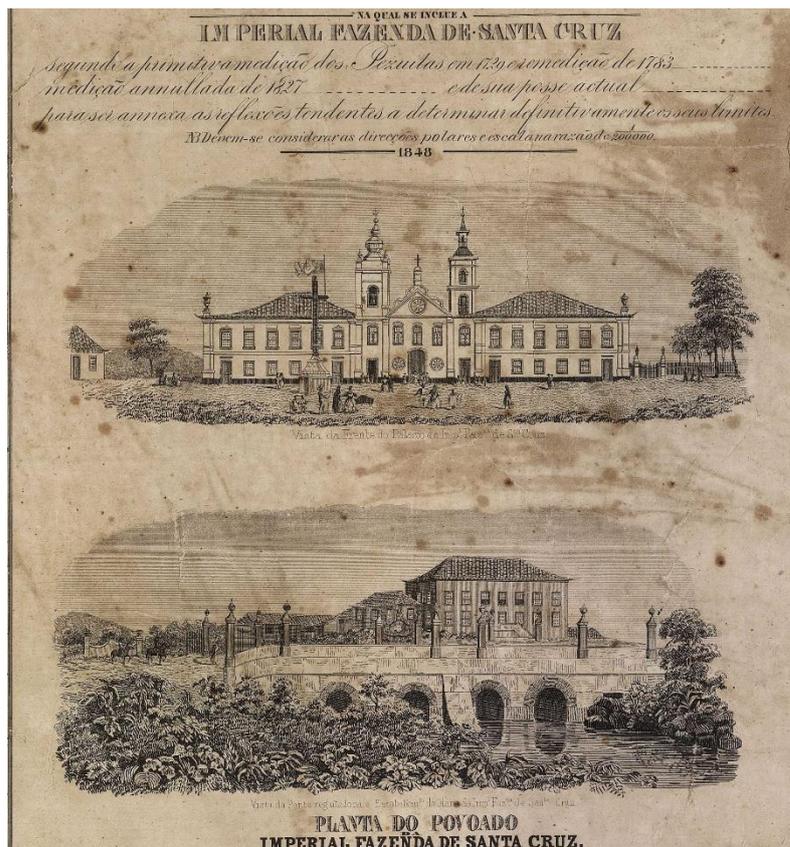
⁹⁸ BARMAN, 2005, p.43.

⁹⁹ LACOMBE, 1989, p.17.

¹⁰⁰ VIEIRA, 1989, p.6. Segundo Edite Moraes, a fazenda de Santa Cruz pertenceu aos jesuítas por dois séculos, consagrando-se como a maior fornecedora de alimentos para a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, a partir da expulsão da Companhia de Jesus das possessões portuguesas em 1759, as terras tornaram-se propriedade da Coroa lusitana. Logo, a partir da dissociação entre o Brasil e Portugal em 1822, o local tornou-se propriedade da família imperial, recebendo o nome de Fazenda Imperial de Santa Cruz: MORAES, Edite. Os donos da Fazenda de Santa Cruz: uma breve história fundiária. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. *Contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília, 2017.

¹⁰¹ LACOMBE, 1989, p.20. Segundo Robert Daibert, Isabel recebeu o título de Princesa Imperial, que era reservado apenas aos herdeiros presuntivos da coroa: DAIBERT, 2001, p.22.

¹⁰² NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Planta corographica de huma parte da província do Rio de Janeiro na qual se inclui a Imperial Fazenda de Santa Cruz*. Rio de Janeiro, RJ: Lith. de Heaton e Rensburg, 1848. 1 planta, 41 x 22cm. em folha 50 x 56 cm. Escala 1:200.000. ((W44° - W43°30' / S22° 15' - S23°)). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart326127/cart326127.jpg. Acesso em: 13 fev. 2023. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart326127/cart326127.html. Acesso em: 13 fev. 2023.



Robert Daibert esclarece que, a partir do momento em que Isabel se tornou Princesa Imperial sua representação passou a ser alvo de preocupação, já que ela não poderia mais ser associada apenas ao âmbito privado, como era comum às mulheres naquele período. A jovem princesa não seria mais limitada à posição de exemplo a ser seguido pelas brasileiras, era necessário representá-la como uma mulher com potencial para gerir o país no futuro, forjando assim sua imagem positiva perante à nação. Segundo Daibert, é com este intuito que em 1850 foi decretado que o aniversário da Princesa seria um dia de grande gala.¹⁰³

Nesta perspectiva, para preparar a Princesa Imperial para sua futura missão como Imperatriz, o Imperador D. Pedro II dedicou extrema atenção aos estudos da herdeira presuntiva da coroa. De acordo com Hermes Vieira, os estudos iniciais da Princesa Isabel e de Leopoldina foram ministrados pelo próprio imperante. Assim, apenas anos mais tarde as princesas passaram a

¹⁰³ DAIBERT, 2001, p.24-25.

contar com dois professores, Joaquim Manoel Macedo lecionava os assuntos ligados à História da pátria, já Cândido José de Araújo Viana ensinava inglês e alemão para as meninas.¹⁰⁴

Logo, como informa Hermes Vieira, quando D. Isabel completou dez anos de idade, o Dr. Francisco Crispiniano Valdetaro ficou responsável pela direção dos estudos da alteza. Os fundamentos musicais foram transmitidos primeiramente por Isidoro Bevilacqua, substituído, posteriormente, por Pizzarrone. Os ensinamentos do inglês e do alemão passaram a ser conduzidos por Marcos Neville e pelo Dr. Guilherme Schulze. A herdeira da coroa também estudou filosofia com o Frei José de Santa Maria Amaral, e a caligrafia com Luís Aleixo Boulanger. Quanto às artes do desenho e da dança, a menina recebeu aulas de Marciano José de Almeida e Júlio Toussaint.¹⁰⁵

Vieira também explicita que a partir do momento que as princesas dominaram o idioma pátrio, D. Pedro II determinou que as meninas dedicariam uma hora por dia para a leitura de obras clássicas portuguesas. O Imperador também ocupava-se em ensinar matemática, latim e física para as meninas.¹⁰⁶ Lacombe demonstra que após uma intensa pesquisa feita pelo imperante, a Condessa de Barral¹⁰⁷ foi designada para o papel de aia das princesas, tornando-se responsável pelo programa de estudos das filhas do monarca do Brasil.¹⁰⁸ O Imperador também selecionou uma preceptora para auxiliar a condessa na educação de Isabel e Leopoldina, a Mademoiselle Templier, recomendada pela Rainha Maria Amélia.¹⁰⁹

Jaqueline Vieira de Aguiar descreve que a maior parte do dia das princesas era ocupada com os estudos, não sobrando tempo para desempenhar outras atividades. Nas análises da autora, as meninas dedicavam 11 horas por dia, 6 vezes por semana à apreciação de suas disciplinas.

¹⁰⁴ VIEIRA, 1989, p.23.

¹⁰⁵ VIEIRA, 1989, p.23.

¹⁰⁶ VIEIRA, 1989, p.27.

¹⁰⁷ D. Luisa Margarida Portugal de Barros, marquesa de Monferrat e condessa de Barral e Pedra Branca, nasceu na Bahia, mas viveu por muitos anos em Paris. No passado foi aia responsável pela educação da irmã de D. Pedro II, D. Francisca. Após o fim do trabalho como aia das princesas Isabel e Leopoldina, tornou-se dama efetiva do serviço da Imperatriz D. Teresa Cristina: VIERA, 1989, p.27-28.

¹⁰⁸ LACOMBE, 1989, p.31.

¹⁰⁹ VIERA, 1989, p.27; BARMAN, 2005, p.64.

Isabel e Leopoldina eram constantemente avaliadas pelos inúmeros professores, e mantinham os pais informados de suas notas por meio de correspondências. A educação das princesas só terminou no momento em que contraíram matrimônio, ambas no ano de 1864.¹¹⁰

Considerando a posição que a Princesa Imperial D. Isabel estava destinada a ocupar no futuro, a seleção do seu marido foi realizada cuidadosamente pelo Imperador. O pretendente escolhido desempenharia a função de Príncipe Consorte e receberia determinadas atribuições políticas. O biógrafo Hermes Vieira esclarece que em 1863, quando D. Isabel estava quase atingindo a maioridade, seu pai iniciou a procura por um noivo adequado para a herdeira da coroa. Considerando a pequena diferença de idade entre as moças, Pedro II também passou a buscar por um esposo apropriado para a Princesa Leopoldina.¹¹¹

Barman informa que com o auxílio do Príncipe de Joinville, Augusto de Saxe-Coburgo Gotha e Gastão de Orléans foram eleitos por D. Pedro II como pretendentes para as jovens princesas.¹¹² O primeiro casou-se com a Princesa Leopoldina, e o segundo com a Princesa Imperial D. Isabel. Conforme elucida Vieira, um decreto-lei foi votado na Câmara dos Deputados para regulamentar o casamento da herdeira da coroa, a Princesa Isabel. Por conseguinte, cerimônia de enlace matrimonial entre Isabel e Gastão ocorreu no dia 10 de outubro de 1864.¹¹³

Logo, assim como descreve Vieira, a cidade estava em festa, a celebração foi de grande gala e atraiu extrema atenção popular. Segundo o autor, a Princesa Imperial utilizou um vestido de filó branco que contava, assim como o véu, com rendas de Bruxelas; a grinalda foi ornada com flores de laranja e uma fita de penas. D. Isabel também utilizou uma pulseira cravejada de

¹¹⁰ AGUIAR, Jaqueline Vieira de. D. Pedro II: o pai/mestre das princesas. *Encontros*, 19. Rio de Janeiro, p.58-72, 2012, p. 24-28.

¹¹¹ VIEIRA, 1989, p.35.

¹¹² BARMAN, 2005, p.84.

¹¹³ VIEIRA, p.46-49.

pérolas e brilhantes. Quanto aos trajes do noivo, o conde d'Eu utilizava a farda de Marechal do exército, onde afixou três importantes broches e uma medalha.¹¹⁴

A Princesa Imperial D. Isabel voltou a ocupar lugar de destaque na cena política do Império no contexto em que seu pai precisou se ausentar da nação em 1871. Segundo Barman, o Imperador pretendia viajar para a Europa desde 1870, mas o estado de saúde da Imperatriz Teresa Cristina e o falecimento da Princesa Leopoldina na Itália endossaram a necessidade do monarca de partir. Nesta conjuntura, o visconde do Rio Branco era o chefe do Gabinete no país, e realizava diversas reformas visando a modernização do Império. É neste espírito que Rio Branco idealizou a lei do Ventre Livre, assinada pela Princesa Isabel, marcando assim o primeiro envolvimento institucionalizado da princesa com a causa abolicionista. Pedro II retornou ao Brasil no ano seguinte, finalizando a regência de D. Isabel.¹¹⁵

Conforme descreve Barman, a Princesa Isabel enfrentou muita dificuldade para engravidar e cumprir o seu papel de gerar herdeiros para a coroa, chegando a partir para a Europa em busca de tratamento. A Princesa Leopoldina, ao contrário da irmã, já era mãe de quatro filhos quando faleceu em 1871, vésperas da Primeira Regência de D. Isabel. A herdeira da coroa enfrentou um aborto em 1872, e deu à luz a uma criança morta em 1874. Somente no ano de 1875 o casal d'Eu finalmente conseguiu um descendente. A criança que recebeu o nome Pedro de Alcântara, ficou conhecido pelo apelido “Baby”, e para a tristeza da família, nasceu sem os movimentos do braço esquerdo. Além disso, em meio a abortos espontâneos, a princesa ainda gerou mais duas crianças nos anos que se seguiram, Antônio e Luiz.¹¹⁶

O Imperador D. Pedro II decidiu se ausentar do país novamente em 1876. Nesta conjuntura, iniciou-se a Segunda Regência da Princesa Imperial, e assim como destaca Mesquita, o período foi marcado pelas críticas à princesa na imprensa e a alegações de que ela seria incapaz de gerir

¹¹⁴ VIEIRA, p.48-50.

¹¹⁵ BARMAN, 2005, p.152-165.

¹¹⁶ BARMAN, 2005, p.174-192

a nação. Neste contexto, a Regente enfrentou os tumultos provenientes da reforma eleitoral, da grande seca no Nordeste e a repercussão da Questão Religiosa.¹¹⁷

De acordo com Roderick Barman, a questão religiosa surgiu a partir do momento em que o governo imperial ignorou a determinação da Igreja Católica que proibia que seus fiéis frequentassem a maçonaria. Neste sentido, dois bispos de Olinda e do Pará tentaram expulsar os maçons de irmandades católicas, e diante da recusa das irmandades, tentaram interdité-las. A alternativa encontrada pelas irmandades foi recorrer ao governo do Império, que repreendeu as atitudes dos bispos. Entretanto os clérigos se recusaram a suspender a interdição, sendo então processados pelo Estado. Logo, os eclesiásticos foram condenados e presos em 1874, aumentando assim o apoio da Igreja à atitude dos bispos. Por conseguinte, todos os envolvidos na questão foram anistiados, e conforme explica Barman, a imprensa veiculou que a Princesa Isabel influenciou na decisão pelo indulto, gerando descontentamento entre os maçons.¹¹⁸

No decorrer da década de 1880, como veremos a seguir, debatia-se frequentemente na imprensa a questão da sucessão dinástica. Assim, quando D. Pedro II deixou o país em 1887 para tratar da diabetes, muitos eixos da elite política¹¹⁹ acreditavam que o Imperador não voltaria vivo e que a Terceira Regência inaugurada, na verdade, correspondia ao Terceiro Reinado da Imperatriz Isabel I. Deste modo na seção a seguir, demonstraremos que mesmo antes da partida do monarca, existia por parte do casal d'Eu uma preparação para ascenderem ao trono no momento em que o pai de Isabel falecesse.

¹¹⁷ MESQUITA, 2009, p.62.

¹¹⁸ BARMAN, 2005, p.183-185.

¹¹⁹ Compreendemos o conceito de elite política no Brasil Imperial a partir das indicações teóricas de José Murilo de Carvalho. Para o autor, a elite política brasileira era antimilitar, anticlerical, e quase totalmente composta por indivíduos responsáveis por tomar “decisões dentro do governo central”. Assim, conforme Carvalho, “os limites de seu poder de decisão eram os limites do poder do governo”. Estes sujeitos são conselheiros de Estado, ministros, senadores e deputados. Neste sentido, os partidos políticos eram muito influentes naquele contexto, assim como associações de classe e a imprensa, sendo muitos de seus jornalistas também políticos. O autor ainda ressalta que os jornalistas “não constituíam um grupo à parte da elite política”: CARVALHO, 2008, p.51-57.

1.3. A PROPAGANDA PARA O TERCEIRO REINADO: A VIAGEM DO CASAL D'EU ÀS PROVÍNCIAS DO SUL DO IMPÉRIO

A viagem realizada pelo casal herdeiro do trono às províncias do Sul do Império obteve grande repercussão na imprensa. Identificamos tal jornada como uma forma de propagandear o futuro Terceiro Reinado e conquistar prestígio para a Princesa Isabel e seu marido, o conde d'Eu. Deste modo, identificamos que os jornais repercutiram a jornada do casal imperial de acordo com suas próprias perspectivas acerca do futuro reinado, transparecendo seus posicionamentos políticos.

Segundo Roderick Barman, o conde d'Eu idealizou uma viagem às províncias sulistas no ano de 1884. O gabinete liberal, que recentemente havia passado a ocupar o poder, aprovou e endossou a referida viagem, almejando conquistar o apoio da herdeira do trono e do seu marido.¹²⁰ Segundo Mary del Priore, Gastão precisou empreender demasiado esforço para convencer D. Isabel a participar da excursão.¹²¹ Assim, partiram em novembro de 1884, retornando em março de 1885.

O *Jornal do Comércio* designou um correspondente para acompanhar cada passo dos príncipes. O periódico não apresentava em suas páginas a identificação de seus redatores, contudo, diversos estudos que contemplam a caracterização do *Jornal do Comércio*.¹²² Segundo Roger Anibal Lambert da Silva, a folha foi fundada em 1827, por Pierre-René-François Plancher de la Noé e seu filho Émile, Joseph Sigaud, Júlio César Muzzi e Francisco de Paula Brito. Em 1832, Plancher vendeu o jornal para Juniues Villeneuve e Réol Antoine de Mougnot. Posteriormente,

¹²⁰ BARMAN, 2005, p.234.

¹²¹ DEL PRIORE, Mary. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, o conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013, p.198.

¹²² MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos do Império. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.; ARAUJO, Rodrigo Soares de. *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.; BAHIA, Juarez. *Jornal, História e técnica: história da imprensa brasileira*. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1990. SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007: de D. Pedro I à Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007.

de acordo com Silva, o único proprietário passou a ser o francês Junius Villeneuve. No ano de 1863, com o falecimento de Junius, seu filho Júlio herdou o jornal.¹²³

Conforme elucida Silva, o periódico contou com a colaboração de diversos redatores, entre eles Luís de Castro e Gusmão Lobo.¹²⁴ Segundo informa José Murilo de Carvalho, o *Jornal do Comércio* era uma folha independente do governo e de organizações partidárias.¹²⁵ O periódico possuía um caráter informativo, e em seu período de circulação analisado neste estudo (1885-1889), o número de páginas variava entre quatro, seis ou oito, sendo as últimas reservadas à publicação de anúncios, cada página apresentava oito colunas. Veiculavam telegramas, avisos, publicações a pedido, folhetins. A circulação era diária e o valor da assinatura por ano na Corte e em Niterói era de 30\$000, já nas demais províncias era de 34\$000.

O referido jornal noticiou o quanto o casal de príncipes estava sendo bem recebido no Sul, os festejos, a vibração exultante do povo, e enfocava as cerimônias e atos solenes prestados pela população em honra aos herdeiros do trono. O periódico buscava demonstrar a afeição e o prestígio de que D. Isabel e seu marido desfrutavam. Nesta conjuntura, publicaram artigo elogioso dedicado ao conde d'Eu.

Como já conhece o público, o ilustre príncipe percorre as províncias do sul do Império, desempenhando uma comissão de alta importância.

Por toda parte sua alteza tem sido objeto das manifestações mais ardentes, as quais se não de repetir, sempre sinceras e cordiais. É uma homenagem bem merecida que o povo deve aos seus talentos, a sua reconhecida ilustração, e, sobretudo, aos seus serviços relevantes prestados ao país.

Tem razão demais para exultar de contentamento a nobre província de Santa Catarina, recebendo a visita de Sua Alteza o Senhor conde d'Eu, o verdadeiro herói do Paraguay: ao mesmo tempo que, pela primeira vez, tem a insigne honra de oferecer hospedagem à essa cândida Princesa, modelo vivo de todas as virtudes públicas e domésticas de quem não dependem os destinos do Brasil. [...] ¹²⁶

¹²³ SILVA, Roger Anibal Lambert da. *Em nome da ordem: O Jornal do Commercio e as batalhas da abolição*. 2017. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p.52.

¹²⁴ SILVA, 2017, p.67.

¹²⁵ CARVALHO, 2008, p.54.

¹²⁶ *Jornal do Comércio*, n.1, 01 jan. 1885.

Tanto no artigo transcrito acima, quanto nas publicações que relatavam toda a viagem, é possível perceber o enfoque dispensado ao desempenho do conde d'Eu na excursão, colocando em segundo plano a personagem principal, a verdadeira herdeira da coroa, a Princesa Isabel. A linguagem da folha parece pretender demonstrar o prestígio de que gozava Gastão, assim como justificar a sua importância. O jornal elevava o marido da Princesa Imperial ao patamar de herói da Guerra do Paraguai.¹²⁷

A tímida menção que a linguagem do periódico faz à D. Isabel, vem acompanhada de vocábulos que aproximavam a sucessora do imperador ao ambiente domiciliar, à vida privada a que pertencia a mulher brasileira oitocentista. Ainda assim, ressaltavam a expectativa da concretização do reinado da princesa. Sendo assim, identificamos, a partir da análise do vocabulário da folha, a viagem do casal imperial às províncias do sul do Império sendo utilizada pelo jornal para promover o prestígio entorno dos sucessores do monarca. A tentativa parece ser a de propagandear o futuro Terceiro Reinado, tornar conhecidos e amados pelo povo os dois personagens que conduziriam os rumos da monarquia na ausência do Imperador.

Entretanto, contrariamente ao *Jornal do Comércio*, a *Gazeta da Tarde* demonstrava certa reprovação à jornada do casal imperial. Pareciam ignorar completamente os ocorridos na viagem, não fornecendo muito enfoque aos príncipes, contrariando os anseios propagandistas da excursão, já que decidiram desconsiderá-la quase completamente. Nos raros comentários tecidos, a linguagem é de zombaria às intenções da monarquia.

A folha *Gazeta da Tarde* foi propriedade de José Carlos do Patrocínio e Luiz Ferreira de Moura Brito. Contudo, no dia primeiro de setembro de 1887, Patrocínio retirou-se da sociedade.¹²⁸ A partir deste momento, a tônica do jornal modificou-se demasiadamente. Na segunda metade da década de 1880, cobrava-se 15\$000 pela assinatura anual na Corte, e 12\$000 nas demais

¹²⁷ Segundo Lacombe, a recepção do Conde d'Eu no Brasil pós Guerra Paraguai foi marcada por festejos populares e por uma aproximação com o Partido Liberal e o abolicionismo devido à sua atuação na extinção dos escravos no Paraguai: LACOMBE, 1989, p.135.

¹²⁸ *Gazeta da Tarde*, n.199, 01 set. 1887.

províncias. Em sua estrutura, apresentava geralmente seis colunas, quatro a seis páginas, sendo as duas últimas costumeiramente compostas por anúncios.

A *Gazeta da Tarde* republicou um artigo de um jornal de Montevideu que comentava a propaganda para o Terceiro Reinado realizada através da viagem, e um conflito em andamento entre a República Argentina e o Brasil. “Quanto ao Rio Grande, cada dia nos persuadimos mais de que seu principal objeto é dar ocasião a que o conde d’Eu seja conhecido e granjeie popularidade. [...] Cremos que o Imperador fará tudo, menos a guerra, para fazer seu genro popular.”¹²⁹ Em outro ponto, também usando o recurso linguístico da ironia, comentavam uma visita de Gastão de Orleans a duas fábricas no Rio Grande do Sul: “É o caso de não se poder dizer: - Antes só do que mal acompanhado.”¹³⁰

Nesta perspectiva, a partir da análise da repercussão na imprensa da viagem do casal d’Eu às províncias do Sul do Império, podemos conjecturar a existência de um projeto por parte da Princesa Isabel de popularizar a sua imagem, tendo em vista sua posição como futura Imperatriz do Brasil. A herdeira da coroa não estava inerte frente ao seu futuro como monarca, e depositava sua energia em conquistar prestígio na sociedade imperial.

1.4. OS RUMORES DE ABDICAÇÃO E A MOLÉSTIA DO IMPERADOR

Na conjuntura do sistema monárquico, a fragilidade do estado de saúde do imperante, seu maior representante, poderia significar a fragilização da própria instituição monárquica. Neste sentido, como será apresentado nas páginas a seguir, o adoecimento de D. Pedro II foi alvo de diversas especulações acerca do futuro do Império e da dinastia Bragança, evocando a possibilidade de instauração do Terceiro Reinado como algo iminente. Assim, a perspectiva de substituição do governante do país provocou diversas discussões na imprensa.

A veiculação de rumores envolvendo a família imperial nos periódicos foi frequente na conjuntura de crise da monarquia brasileira, como demonstraremos ao longo deste trabalho. De

¹²⁹ *Gazeta da Tarde*, n.13, 16 jan. 1885.

¹³⁰ *Gazeta da Tarde*, n.32, 10 fev. 1885.

acordo com Arlette Farge, contextos de instabilidade política são propícios para a disseminação de rumores que influenciam o cenário social, podendo chegar a ser assimilados como dimensões do real naquela conjuntura de vulnerabilidade das instituições.¹³¹ Fernanda Pandolfi indica a potencialidade dos boatos em manipular e interferir na composição da opinião pública.¹³² Sendo assim, identificamos os rumores como um artifício linguístico explorado pela imprensa oitocentista.

A doença que afligiu o Imperador D. Pedro II era assunto frequente nos jornais da década de 1880. Boatos de todos os tipos surgiam envolvendo a saúde do monarca, assim como seu papel na gestão do Estado. Discutindo, inclusive, que as mulheres em seu entorno – a Princesa Isabel, a Imperatriz Teresa Cristina, e a suposta amante, a Condessa de Barral – estariam interferindo nas suas decisões.

O Sr. D. Pedro II, depois de velho e quase com o pé para essa longa viagem de que não se volta mais, está se deixando governar demais por mulheres, de um lado sua fanática filha que odeia, diz ela, o que não é católico ultramontano; de outro lado a velha... que reclama antigos direitos [...]; de outro a meiga e gentil... (A Gazeta suprime o nome da pessoa) que tudo dele obtém [...].¹³³

Inúmeros periódicos estrangeiros repercutiam os assuntos da política interna brasileira, como por exemplo, o *New York Herald*, que tem um de seus artigos republicado pela *Gazeta da Tarde*. O boato constante na sociedade brasileira dos anos 1880 atingiu até mesmo os jornais dos Estados Unidos da América. Deste modo, relatava-se que o soberano estava diabético e não tinha mais firmeza nas pernas. Comentava-se a possibilidade de o Imperador D. Pedro II abdicar ao trono em favor de sua filha a Princesa Imperial D. Isabel.

A verdade é que ele está velho e muito quebrado, já governou demais, e poderá bem passar o leme da nau, quando menos se esperar. Será um bem, será um mal?

Há tempos dizia o Sr. D. Pedro II a um respeitável cidadão, com o qual se encontrou em Petrópolis: “Tive sempre 3 objetivos no meu reinado; [...]

¹³¹ FARGE, Arlette. *Subversive Words: public opinion in Eighteenth-century France*. Pennsylvania State University Press, 1994.

¹³² PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Rumores e política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado. *História*, São Paulo, n.2, p.307-329, 2014, p.307-308.

¹³³ *Gazeta da tarde*, n.104, 08 mai. 1886.

conseguindo isto, posso abdicar na princesa, que está habilitada para fazer ótimo governo.”¹³⁴

A diabetes do Imperador assumia contornos muito mais graves na retórica dos jornalistas, que acusavam D. Pedro II de preparar a sociedade imperial para a ascensão de sua filha ao posto de Imperatriz do Brasil. O correspondente da folha estadunidense mencionava o comentário de um senador riograndense acerca do fracasso que seria caso o Terceiro Reinado se concretizasse, a partir da comparação com o desempenho de Joana I, rainha de Castela e Aragão, no trono que originou a Espanha.¹³⁵

A linguagem do jornalista assumia um tom imperativo, orientando o Imperador acerca dos cuidados que deveria adquirir para melhorar a saúde e garantir que não precisasse abdicar. Sendo assim, expressava, em tom de zombaria, a preocupação com a fragilidade das instituições monárquicas. Já que, o jornalista expunha que esperava uma mudança na forma de governo, a república, e não uma segunda abdicação e coroação da Imperatriz Isabel I.

Foi porém feliz quando assegurou já haver Sua Majestade reinado demais; e mais feliz ainda quando há anos atrás, fazendo história com mais imparcialidade do que hoje, mostrou receio de que o terceiro reinado no Brasil fosse cópia do governo de Joana – a Doida. Há muito a recear; se a princesa pretende governar esse país com a entourage que hoje tem, de mui curta duração será seu reinado.

Para os adversários radicais das instituições, a melhor coisa que lhes pode suceder é a mudança de soberano, dadas as condições atuais do Sr. D. Pedro II e da Sra. Princesa.¹³⁶

O periodista do *New York Herald* demarcava em seu vocabulário as características da Princesa Imperial que justificavam o seu posicionamento acerca do Terceiro Reinado: o mal exemplo de Pedro II no uso do Poder Moderador, a deficiente educação recebida por D. Isabel, a deturpada devoção ao catolicismo e o grupo de pessoas que a acompanhava. Tais fatores, para o correspondente americano, atestavam a impossibilidade do reinado da filha do Imperador se assemelhar aos triunfos da Rainha Victoria ou de Maria Thereza.¹³⁷

Esta, com os exemplos do seu pai no governo, intervindo em tudo, desde a promoção de cadetes a alferes até as nomeações de ministros; com a falseada

¹³⁴ *Gazeta da Tarde*, n. 193, 24 ago. 1885.

¹³⁵ *Idem*.

¹³⁶ *Idem*.

¹³⁷ *Idem*.

educação política que recebeu e o seu pronunciado espírito de bigotismo; com o corrilho em cujo meio vive, não fará um reinado como o de Maria Thereza ou de Victoria I, mas quem pode fazer um como o dessa infeliz soberana, parenta de Sua Majestade a Imperatriz e que vive hoje fora da pátria e desconsiderada.¹³⁸

O redator da *Gazeta da Tarde* demonstrava concordar com as especulações do correspondente estadunidense acerca do futuro de sua pátria, já que encerrou a transcrição com o seguinte parágrafo: “Não sei se a monarquia durará ainda muito no Brasil, e se o imperador está tão doente como dizem, mas, com certeza, tem ele razão em relação ao futuro império; a nação não suportará soberana com os prejuízos e hábitos que tem a princesa e muito menos o corrilho que a cerca”.¹³⁹

Os boatos relacionados a abdicação do Imperador se consolidavam cada vez mais ao longo dos anos, assim como as especulações entorno da sua partida para a Europa. A *Gazeta da Tarde*, divulgando novamente a opinião estrangeira acerca das questões políticas no Brasil, publicava um artigo proveniente de uma suposta conversa com um colega residente em Paris. O amigo dos jornalistas afirmava que, “muitos dos nossos fidalgos não tem se divertido este inverno, fazendo economias para receber dignamente o Sr. D. Pedro II em junho futuro”, já que ele viajaria para a Europa um mês depois de abertas as câmaras: “Desta vez o imperador parece estar resolvido a passear para sempre. Não voltará ao Brasil [...]. Sua Majestade pretende abdicar e passar aqui na Europa, entre os sábios que o veneram, os restos dos seus dias”.¹⁴⁰

Identificamos na linguagem do periódico acusações de que D. Pedro II preparava-se para a abdicação, planejando até mesmo formas de angariar popularidade e apoio para o governo de sua filha. Acusavam o Imperador de planejar utilizar a causa abolicionista para conquistar prestígio para a futura Imperatriz, por meio da extinção da escravidão; ou preservar a instituição escravista para inaugurar o novo reinado a partir do apoio dos conservadores. Deste modo, os

¹³⁸ *Idem.*

¹³⁹ *Idem.*

¹⁴⁰ *Gazeta da Tarde*, n.5, 08 jan. 1886.

rumores envolvendo a renúncia do Imperador à coroa brasileira ganhavam corpo e cresciam cada vez mais.¹⁴¹

Ao passo que se agravava o estado de saúde do monarca, a elite política especulava a data da partida de D. Pedro II para a Europa, a fim de encontrar tratamento médico: “O imperador precisa retirar-se para a Europa; já tem marcado o dia da viagem, 9 de junho de 1886. O estado de sua saúde reclama esta viagem. A sua idade aconselha-lhe o ensaio de seus herdeiros na governação do Estado”.¹⁴² Destacamos, que neste caso arrolado pelos periodistas da *Gazeta da Tarde*, antecipavam, em suas projeções, a partida do monarca em quase um ano, já que Pedro II só deixaria o país em 30 de junho de 1887.

A mudança de governo parecia iminente na linguagem da folha, debatiam inclusive, a colaboração entre o Imperador, a Princesa Isabel e o Partido Conservador. Para os jornalistas, tal cooperação, seria a única capaz de assegurar a solidez do “Terceiro Reinado que se aproximava, sendo perigoso para o “futuro império” a ruptura com os conservadores, já que este dependia do referido partido. “O imperador, quer abdique, segundo se diz insistentemente, quer não, precisa dos conservadores. Se abdicar, o partido que é principal chefe é o único capaz de cimentar o trono vacilante e de suprir a inexperiência da imperatriz e a impopularidade do imperador honrado”.¹⁴³

A retórica da folha evidenciava em sua linguagem que a única opção para o Imperador diante da situação do país seria a abdicação. Já em artigo publicado no mês seguinte, prosseguiam debatendo a possibilidade de renúncia de D. Pedro II em favor de sua filha “auspiciando-o, o começo do Terceiro Reinado”. O texto, chegava a evidenciar que a câmara estaria pronta e favorável para a coroação da nova Imperatriz: “O país armou a realeza com uma câmara, que não saberá dizer não ao governo; uma câmara que aceitará a abdicação e o novo reinado”.¹⁴⁴

¹⁴¹ *Gazeta da Tarde*, n.5, 08 jan. 1886.

¹⁴² *Gazeta da Tarde*, n.12, 16 jan. 1886.

¹⁴³ *Gazeta da Tarde*, n.12, 16 jan. 1886.

¹⁴⁴ *Gazeta da Tarde*, n.28, 06 fev. 1886.

A folha esclarecia que a possibilidade da abdicação era tão real que “até as minudências para o brilho, decoração e força do novo reinado já estão sendo objeto de especial cuidado”. Deste modo, o jornalista divulgava a ilegalidade da nova corte que estava sendo engendrada para o Terceiro Reinado: “as famílias enriquecidas e prestigiadas pelo favoritismo do reinado, que se despede, organizam espontaneamente a corte futura, dando-se títulos, criando imperceptivelmente uma nobreza de que a lei não havia tratado suficientemente”. Assim como criticava a religiosidade da nova corte, nomeando-a “corte espiritual”, e alegando que seria composta por “salesianos, lazaristas, irmãs de caridade e toda a gente da roupeta”.¹⁴⁵

A *Gazeta da Tarde* explicitava, em tom crítico, demonstrando incômodo com os privilégios daquele grupo, que a corte de D. Pedro II começava a se afastar para dar lugar à nova corte, onde havia concertos, “onde a arte substituiu as palestras literárias”. O jornalista afirmava não desejar o Terceiro Reinado, mas reconhecia que as mudanças refletiam “as esperanças dos que já veem a miragem azul do 3º reinado, de um Terceiro Reinado que eu não desejo, mas que já é a virgem loura do sonho de fadas, escalando a muralha do Castelo Corinhio”.¹⁴⁶

Os periodistas buscavam demonstrar em sua linguagem a iminência da inauguração do Terceiro Reinado. Conjecturamos se tal linguagem pretendia atingir a aceitação da monarquia no Brasil, já que a coroa significava o Imperador, era D. Pedro II quem gozava de popularidade e prestígio entre os brasileiros. D. Isabel, ao contrário, apenas pelo seu gênero já estava fadada a receber menor aceitação em uma sociedade em que mulheres da elite culturalmente estavam destinadas as obrigações matrimoniais, maternais e domésticas.

1.5. A PARTIDA DO IMPERADOR: INAUGURAVA-SE O TERCEIRO REINADO OU A TERCEIRA REGÊNCIA?

Contrariando os boatos do ano de 1886, o Imperador partiu para a Europa apenas em junho de 1887, em busca de tratamento para a diabetes. Assim como não abdicou ao trono como

¹⁴⁵ *Gazeta da Tarde*, n.28, 06 fev. 1886.

¹⁴⁶ *Gazeta da Tarde*, n.238, 16 out. 1886.

proclamavam os rumores, o terceiro reinado não havia sido instaurado. Neste sentido, mais uma regência da Princesa Imperial D. Isabel se iniciava em solo brasileiro, dividindo a elite política entre aqueles que esperavam o retorno do Imperador, e acreditavam no restabelecimento da sua saúde e aqueles que imaginavam que o Terceiro Reinado dava os seus primeiros passos.

Logo, dias antes de Pedro II deixar a pátria, a *Gazeta da Tarde* publicava novas especulações. O periódico veiculava a existência de boatos entorno da votação das câmaras para a excursão do monarca. Segundo a folha, o Imperador era vítima de uma conspiração do palácio e do parlamento, que decidiu expulsar o soberano de suas terras. Assim, acreditavam que D. Pedro não estava partindo por decisão própria, mas que um conluio do ministério pretendia instaurar o Terceiro Reinado. Os jornalistas também questionavam a postura da Princesa Imperial D. Isabel diante do suposto golpe contra seu pai, inquiriam a sucessora de Pedro II por um posicionamento. Deste modo, conjecturavam acerca dos fatores que mantinham a Princesa inerte diante do início de seu reinado, que os periodistas consideravam ser a deposição do soberano.

A verdade é que o parlamento foi cúmplice do maior atentado que há memória nos anais da monarquia brasileira, ominosa urdidura de cavilações e ilegalidades.

O imperador não pediu as câmaras consentimento para retirar-se: o ministério foi quem resolveu fazer sair do império o soberano.

Pessoas fidedignas nos afirmam que sua majestade está sendo vítima de uma conspiração, que ao mesmo tempo a afronta acintosa da lei e o desrespeito o mais revoltante contra um enfermo.

Sua Majestade é deposta por uma conspiração de palácio e de parlamento, do mesmo modo que foi entronado. O não sei de hoje é o doloroso inverso do quero já de ontem.

[...] inaugura-se o terceiro reinado com a responsabilidade que deve ter perante a história.

O que não é justo é que nos obriguem a pensar que Sua Majestade vai para a Europa no mesmo estado em que Maria I veio para o Brasil., sem consciência de que mudavam-na do seu reino.

O ministério não tem coragem de desmentir o boato da enfermidade mental do imperador, e não obstante insiste em querer mascarar a deposição de soberano pela regência.

Não é isto um triste início para o terceiro reinado?

Por que não protesta a Regente?

Todas estas interrogações que denunciam as nossas dúvidas, nos fazem pedir ao povo habeas-corpus para o imperador deportado pelo ministério 20 de

agosto, que de um só golpe suprime o rei valetudinário e entrega à suspeição pública a futura imperatriz.

As leis não permitem deportar nacionais: e é uma crueldade cominar à enfermidade semelhante pena.¹⁴⁷

Nesta perspectiva, no dia em que D. Pedro II embarcava no Gironde para sua jornada rumo à Europa, parte da elite política brasileira acreditava que um novo reinado estava sendo inaugurado no Brasil, a partir da ascensão da Princesa Imperial D. Isabel ao poder. Logo, os debates na *Gazeta da Tarde* exibiam questionamentos acerca do primeiro ministério da Regente. Para os jornalistas, tal ministério, determinaria o futuro do novo reinado, e o tempo em que a herdeira se conservaria no trono.¹⁴⁸

Os periodistas conjecturavam, na ocasião da partida do imperador, que, “no dia em que o trono passar às mãos débeis e inexperientes da Princesa Imperial”, assistiremos ao início do governo absoluto do Sr. Cotegipe. Assim vislumbraríamos, para a folha, “a recrudescência do espírito escravocrata no governo”, e a impossibilidade de qualquer reforma. Acusavam o ministério conservador no poder de “incapaz de aconselhar os primeiros atos da Regente”, e “impróprio para guiar os primeiros passos vacilantes da jovem soberana”.¹⁴⁹

Ao analisar o jornal *Gazeta da Tarde*, constatamos seu claro posicionamento abolicionista.¹⁵⁰

Assim, compreendemos a resistência dos escritores da folha perante as influências de um ministério conservador e escravista sobre a Regente, considerada por eles inexperiente. Deste modo, demonstravam em sua linguagem, temer que D. Isabel não estivesse habilitada para corrigir e conter seus ministros, apesar de reconhecerem a princesa como “dotada do mesmo patriotismo que seu pai”, alegavam que ela não possuía “conhecimento dos negócios e força”.¹⁵¹

Enquanto a *Gazeta da Tarde* acusava o ministério e a Princesa Isabel de conspiração contra o Imperador D. Pedro II, o *Diário de Notícias* descrevia a despedida da família imperial como

¹⁴⁷ *Gazeta da Tarde*, n.145, 28 jun. 1887.

¹⁴⁸ *Gazeta da Tarde*, n.146, 30 jun. 1887.

¹⁴⁹ *Idem*.

¹⁵⁰ Neste período o jornal era propriedade do famoso abolicionista José do Patrocínio, sócio do comerciante Luiz Ferreira de Moura Brito: MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p.35.

¹⁵¹ *Idem*.

tocante, explicitando que D. Isabel estava “banhada em lágrimas” abraçando os pais e o sobrinho D. Pedro Augusto.¹⁵² E ao contrário da argumentação da *Gazeta*, que afirmava que o Terceiro Reinado havia sido instaurado, o *Diário de Notícias* fazia votos pelo restabelecimento da saúde do soberano, para que ele pudesse “em breve regressar à pátria, reassumindo as rédeas do governo”.¹⁵³

O jornal *Diário de Notícias* iniciou sua circulação em junho de 1885, sendo propriedade de Carneiro, Senna e companhia, com tipografia localizada na Rua do Ouvidor. Pelo número avulso cobrava-se 40 rs., já a assinatura anual na corte era vendida por 12\$000, e nas províncias por 16\$000. Contudo, assim como expõe Maria Cristina Gomes Machado¹⁵⁴, o republicano Rui Barbosa passou a colaborar com o periódico em 1889, escrevendo para o jornal durante 7 meses. Sendo assim, a partir da análise de suas páginas, é possível perceber a mudança em sua linguagem política. Anteriormente à colaboração de Rui Barbosa, identificamos uma tônica mais informativa e aliada aos interesses da monarquia, por vezes exaltando a imagem da Princesa Isabel. Deste modo, com o ingresso do político como jornalista no *Diário de Notícias*, verificamos intensas críticas à possibilidade do Terceiro Reinado e a própria estrutura da monarquia.

No dia da partida de Pedro II, o *Jornal do Comércio* rebatia as críticas que apresentavam Isabel como inexperiente para atuar como Regente do Império.¹⁵⁵ Já no dia seguinte, a folha tentou refutar os rumores de que o Imperador era vítima de uma conspiração entre a própria família e seus ministros, para expulsá-lo do Brasil. Assim, o jornal também sustentava defesa ao

¹⁵² *Diário de Notícias*, n.752, 01 jul. 1887.

¹⁵³ *Diário de Notícias*, n.751, 30 jun. 1887.

¹⁵⁴ MACHADO, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa no *Diário de Notícias* (1889): a imprensa como fonte de pesquisa, 2006, Caxambu. *Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromissos*. Rio de Janeiro: ANPED, 2006. p. 1-16.

¹⁵⁵ *Jornal do Comércio*, n.181, 30 jun. 1887.

ministério conservador do Sr. Barão de Cotegipe, acusando os propagadores dos rumores de conluio contra o imperador, de hipócritas, inimigos da ordem e anarquistas.¹⁵⁶

O *Jornal do Comércio* argumentava também que D. Isabel estava destinada a reinar, e seria apoiada pelo povo brasileiro, além de ter recebido uma sólida educação, e apresentar profundo conhecimento da constituição da pátria. O jornal defendia abertamente a competência da princesa em conduzir sua Terceira Regência.

Por mais que a hipocrisia insinuasse que o Imperador era uma vítima violentada pela sua própria família e seus ministros; a verdade é que ontem a população inteira desta capital correu pressurosa a saudar na sua passagem o grande monarca.

O movimento unísono e universal de toda a população fluminense, era também um protesto veemente e indignado às frases acerbas que o “Paiz” acertou de escrever ontem, figurando a Augusta Regente o simples produto do tumulto do príncipe D. Afonso, O Imperador um cadáver, o Gironde um esquite, a monarquia uma debandada da realeza!

Será oposição ao ministério 20 de agosto? Mas qual é o crime do gabinete?

A excelsa Princesa Imperial não sobe pela primeira vez os degraus do trono para exercer a missão de que a investiu, não o acaso ou o tumulto de seu irmão, mas a soberania e voto nacionais. Hoje, como ontem, Sua Alteza saberá impor-se a gratidão e ao devotamento entranhado de todos os brasileiros, porque, se ela é princesa por destino, é também nossa concidadã pelo nascimento neste solo sagrado, que é a sua e a nossa pátria.

Educada nos mais sólidos princípios, aprimorado o seu espírito pelo conhecimento perfeito de todo o aparelho constitucional, ela governará com os elementos que preponderam no nosso regime, de cujo manejo possui altíssima lição.

Encontra uma situação nova, com todas as condições de vitalidade, apoiada por imensa maioria do parlamento, tendo à sua frente um chefe conservador provecto, amadurecido na lição da experiência, encanecido no serviço do governo, possuindo das necessidades públicas, da oportunidade das reformas, do valor e mérito dos homens de todos os partidos a mais clara e ligeira orientação.¹⁵⁷

O *Jornal do Comércio* rebatia as críticas dos inimigos da monarquia, defendendo por meio da linguagem a regência da Princesa. Assim, buscavam construir uma representação para D. Isabel que acalmasse a população brasileira e evidenciasse que na ausência do Imperador D. Pedro II, a herdeira da coroa estaria preparada intelectualmente para reinar, assim como possuía apoio no parlamento e um ministro extremamente experiente para direcioná-la, além de ser devota ao povo brasileiro.

¹⁵⁶ *Jornal do Comércio*, n.182, 01 jul. 1887.

¹⁵⁷ *Idem*.

Constatamos, que um eixo mais conservador dos políticos, ao publicar no *Jornal do Comércio*, também tentava contrariar os boatos acerca da mudança de situação política do Império perante a viagem do monarca D. Pedro II, a partir do suposto início do Terceiro Reinado. Veiculavam que não tinha fundamento o “clamor de trombetas com que a demagogia anuncia o advento do novo reinado”. E tentavam tranquilizar a sociedade imperial: “o que há, neste momento, é puramente este fato simplíssimo de um enfermo que vai à Europa procurar, no saber de notabilidades médicas e no conforto de outros climas, os meios de debelar a enfermidade”.¹⁵⁸ O periódico proclamava que a situação política do país ainda era a mesma, “a regência é de fato a regência em nome do imperador”. Assim, asseveram que brevemente o patriarca da nação estaria “aplicado de novo ao seu mister difícilimo e patriótico de diretor do país”. O artigo também repreendia os políticos que questionavam o equilíbrio mental do augusto enfermo, sustentando que não havia motivos nos horizontes políticos do Brasil que justificassem “a quebra dos preceitos de cortesia”.¹⁵⁹

Ao contrário da argumentação do *Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias* veiculava que a Terceira Regência da Princesa Isabel deveria ser temida, já que ela não se assemelhava as duas anteriores. O primeiro número da *Gazeta de Notícias* passou a circular no dia 2 agosto de 1875, e conforme explica George Vidipó, o periódico foi fundado por dois redatores, Henrique Chaves e Lino de Assunção, e por três editores, Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes.¹⁶⁰ A folha rapidamente atingiu a tiragem de 24 mil exemplares, sendo comercializados pelo valor de 40 rs. Caso o leitor residisse na Corte e optasse por efetuar a assinatura anual do jornal, desembolsaria a quantia de 12\$000, já os moradores das demais províncias pagariam anualmente 16\$000. A *Gazeta* contemplava em suas páginas diversos aspectos do cotidiano da

¹⁵⁸ *Jornal do Comércio*, n.182, 01 jul. 1887.

¹⁵⁹ *Jornal do Comércio*, n.182, 01 jul. 1887.

¹⁶⁰ VIDIPÓ, George. A Gazeta De Notícias do Rio De Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889). In: XVII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2016, Nova Iguaçu. *Entre o local e o global: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*. Nova Iguaçu: URRJ, 2016. p.1-12.

sociedade oitocentista, assim como debatia questões ligadas à política, por vezes propagandeando a abolição e a República.

Para o jornal *Gazeta de Notícias*, nos outros momentos em que Isabel ocupou o trono na ausência de seu pai, existia um plano de governo estabelecido, sua posição como Regente foi apenas formalidade. Contudo, na linguagem da folha, na conjuntura da Terceira Regência, a princesa parecia experimentar “forças para um vôo por conta própria”. Na retórica da *Gazeta*, o que mais preocupava o imperador, neste período de enfermidade, era passar o governo da nação às mãos de sua filha:

O que mais o deve ter atribulado durante esta moléstia, - é ver que sua augusta filha tem de governar com os homens que ele educou para governarem contando principalmente com o soberano, - e reçar que lhe falte, a ela, a vontade tenaz e perseverante, a alta habilidade com que ele se impôs a quase todos.

Seja a viagem propícia ao Imperador, é o nosso sincero desejo; e que volte a tempo de assistir a organização de uma nacionalidade, porque até aqui o Brasil tem sido o Sr. D. Pedro II, e é preciso que depois do Sr. D. Pedro II, com esta ou outra forma de governo, o Brasil seja o Brasil.¹⁶¹

A *Gazeta de Notícias* parecia identificar a regência como o momento propício para propagandar a república, já que Isabel não dispunha do mesmo prestígio que seu pai. Sendo assim, veiculavam em sua linguagem que o próprio monarca desconfiava da capacidade governativa da herdeira. Nesta perspectiva, se o Brasil era D. Pedro II, na visão destes republicanos, grande seria o desafio da propaganda para derrubar a monarquia e instalar um novo governo. Construir a identidade nacional como independente do Imperador seria viabilizar um novo Brasil, com outras simbologias e significações que pudessem sustentar um governo republicano. O Brasil não significava a Princesa Isabel, mas sim D. Pedro II, os próprios estadistas haviam sido preparados por ele. Portanto, percebe-se que a linguagem republicana também utilizou a popularidade de Pedro II para impugnar a concretização do Terceiro Reinado. Sendo assim, constatamos que cada eixo da elite política divulgava a partida do Imperador e o início da Terceira Regência segundo seus próprios interesses. Existiam aqueles que

¹⁶¹ *Gazeta de Notícias*, n.178, 27 jun. 1887.

determinavam a inauguração do Reinado da Princesa Imperial na forma da Terceira Regência, e alegavam que D. Isabel não estava preparada para gerir o país, assim como outros argumentavam que brevemente o monarca estaria com a saúde restabelecida e retornaria ao país para o exercício de suas funções majestáticas. Apresentaremos a seguir outro ponto que inspirou debates e discordâncias na imprensa oitocentista: a manutenção ou demissão do Gabinete Cotegepe por parte da nova Regente.

1.6. O GABINETE DO SR. BARÃO DE COTEGIPE SUSTENTARIA O TERCEIRO REINADO OU LEVARIA ISABEL I À RUÍNA?

Os primeiros momentos da Terceira Regência de D. Isabel são pautados por embates entre a elite política relacionados à permanência ou demissão do Ministério do Sr. Barão de Cotegepe. Enquanto um eixo político defendia a sua demissão para a passagem de reformas no Império, outro setor tentava demonstrar que, caso a Regente destituisse o gabinete, estaria cometendo um ato autoritário e ilegal. Deste modo, o *Jornal do Comércio* tentava rebater as investidas da linguagem da imprensa contra o ministério conservador.¹⁶²

O periódico expunha que seria prejudicial para Regente começar o governo com uma troca de ministério. Além disso, no decorrer do artigo, percorrem a argumentação dos opositores ao gabinete conservador, invalidando suas alegações. Assim, apontavam a insistência da resistência ao ministério na questão militar como anseio de provocar a anarquia, justificando que os próprios militares já abandonaram o embate, deixando o conflito no passado.¹⁶³

Para o periódico, “seria deplorável que a regência, em vez de ocupar-se das necessidades vitais do Estado e de inteirar-se na senda do progresso, promovendo o bem geral, tomasse a si a ingrata tarefa de apurar ódios passados”. Em sua linguagem, o jornal afirmava a existência de um plano insidioso por parte da chamada “imprensa irresponsável”, para provocar o fracasso do governo de D. Isabel: “A Princesa – ou segue os conselhos da imprensa, e precipita-se nas

¹⁶² *Jornal do Comércio*, n.188, 07 jul. 1887.

¹⁶³ *Idem*.

aventuras de uma política sem orientação, ou resiste as suas sugestões e torna-se o pasto das cóleras odientas do espírito vertiginoso de desordem”.¹⁶⁴

Diante dos opositores ao barão de Cotegipe, o *Jornal do Comércio* explicitava que “não se compreende a necessidade da retirada do gabinete simplesmente porque se supõe que a Princesa inaugura o Terceiro Reinado”. Deste modo, o artifício linguístico da folha foi demonstrar historicamente os momentos em que herdeiros do trono preservaram o ministério que encontraram no poder. Logo, elencaram o exemplo da Rainha Victoria¹⁶⁵ na Inglaterra, soberana frequentemente mencionada pela imprensa da época como modelo para a Princesa Isabel.¹⁶⁶

O artigo do *Jornal do Comércio* buscava assim tornar públicas as razões que, para os conservadores, justificavam a manutenção do gabinete Cotegipe pela Regente. Já os jornalistas da *Gazeta da Tarde*, dois dias depois, questionavam a atitude de D. Isabel ao não aceitar a demissão do Ministério. De acordo com o texto do periódico, tal atitude da princesa comprovava a veracidade dos rumores de que o Imperador partiu coagido: “o ministério colocou a questão nestes termos: ou sua majestade parte, ou vamos pedir-lhe a interdição, e isto secretamente, sem que nenhum poder constitucional fosse se quer a puridade consultado”.¹⁶⁷

Assim, o artigo da *Gazeta da Tarde* acusava o gabinete de corrupto e comprometido com a manutenção do regime escravista. E para tanto, se utilizava “das ideias da Regente favoráveis à abdicação” de seu pai. Em sua linguagem, inquiriam atitudes do Parlamento, assim como questionavam se a princesa simpatizava ou não com o movimento abolicionista. Logo, constatamos que a adesão abolicionista da folha justificava a propagação dos rumores de

¹⁶⁴ *Idem.*

¹⁶⁵ “A Rainha Victoria manteve o ministro de Lord Melbourne, nomeado por Guilherme IV, seu predecessor e era este ministério apoiado por insignificante maioria na câmara dos comuns”: *Idem.*

¹⁶⁶ *Idem.*

¹⁶⁷ *Gazeta da Tarde*, n.154, 09 jul. 1887.

conspiração conservadora para deposição do Imperador. Já que consideravam que o gabinete Cotegipe era um forte empecilho para extinção do cativo escravo.

O periódico *Gazeta da Tarde* também conjecturava que a Regente havia mantido o ministério por piedade filial, não pretendendo modificar a ordem estabelecida pelo pai. Ainda assim, os jornalistas espalhavam boatos de que a Princesa Imperial não possuía nem o apoio do monarca D. Pedro II para governar em sua ausência. A folha abolicionista expressava seu temor: “a Regência será a época da mais infrene e vergonhosa perseguição dos abolicionistas”. E ainda asseverava: “se não for a escravidão redimida quem tenha de abençoar ao reinado, que assim se estreita, quem o abençoará?”.¹⁶⁸

O jornal *Cidade do Rio*, questionava o fato de a Princesa Imperial aceitar governar com um ministério que tirava “a sua autoridade da força e não da estima pública”.¹⁶⁹ O periódico, reconhecidamente abolicionista, foi fundado por José do Patrocínio no ano de 1887. Sua tipografia e redação ficava localizada na Rua do Ouvidor, e seus números eram vendidos por 40 rs., ao passo que a assinatura anual custava 12\$000 na corte e 16\$000 nas províncias. De acordo com Humberto Fernandes Machado, foi com o intuito de fundar seu próprio jornal para expor seus posicionamentos abolicionistas que Patrocínio deixou a redação da *Gazeta da Tarde* em 1887.¹⁷⁰

A retórica do jornal *Cidade do Rio* atacava a Regente por não demitir o Ministério Cotegipe, atitude classificada pela folha como uma “imagem do que será o governo do Terceiro Reinado”. Para os periodistas, a força do gabinete do Sr. Barão de Cotegipe estava no fato de que haviam convencido “a Regente de que o único meio que tem para popularizar o Terceiro Reinado é conservá-lo”.¹⁷¹

¹⁶⁸ *Gazeta da Tarde*, n.189, 20 ago. 1887.

¹⁶⁹ *Cidade do Rio*, n.19, 16 out. 1887.

¹⁷⁰ MACHADO, 2014, p.36.

¹⁷¹ *Cidade do Rio*, n.19, 16 out. 1887.

A folha *Cidade do Rio* diagnosticava que tal ministério havia se consolidado no poder por haverem convencido a Regente de que a única maneira de popularizar o Terceiro Reinado era conservar o Sr. Barão de Cotegipe como ministro. Utilizando o recurso linguístico da ironia, os jornalistas rogavam para que os conservadores realmente tivessem razão na empreitada de “perseguição e morticínio dos abolicionistas” já que, para eles, a princesa estaria se achando na razão ao empreender tal política, pois considerando as tradições imperiais “os imperadores do Brasil tem iniciado sempre o seu governo pela violência”.¹⁷²

O artigo da *Cidade do Rio* ainda alertava à princesa que o sangue e a violência não seriam capazes de consolidar o seu trono. Ao contrário, estipulavam um prazo para o fim da escravidão, 1889, e previam que os libertos não corresponderiam aos sustentáculos do trono da jovem Imperatriz, mas seriam “os filhos indignados pleiteando a causa dos seus pais oprimidos”.¹⁷³

Assim, os abolicionistas também pareciam pretender, em sua linguagem, ameaçar a Regente, asseveram que se ela permanecesse com tal política, seu Terceiro Reinado cairia: “Este e outros resultados da política de abstenção incompreensivelmente adotada pela augusta Regente do Império hão de ser ainda fatal ao Terceiro Reinado...”.¹⁷⁴

Nesta perspectiva, o periódico dirigido por José do Patrocínio, continuava requerendo da princesa Imperial um posicionamento diante das atitudes do ministério que, segundo a folha abolicionista, perseguia os defensores da abolição e os colocava na cadeia sem fórmula de processo, ao passo que os “assassinos de cativos campeiam tranquilamente pelas ruas e praças públicas”, enquanto a população era “pisada a patas de cavalos pela soldadesca infrene e assanhada”.¹⁷⁵

Sendo assim, o jornalista provocava a Princesa Imperial Regente, questionando se ela não percebia o quanto tal política seria o “elemento mais perigoso para a estabilidade do trono”.

¹⁷² *Cidade do Rio*, n.58, 26 nov. 1887.

¹⁷³ *Cidade do Rio*, n.58, 26 nov. 1887.

¹⁷⁴ *Cidade do Rio*, n.79, 22 dez. 1887.

¹⁷⁵ *Cidade do Rio*, n.6, 09 jan. 1888.

Acusava o ministério de retrógrados, já que para os partidários da causa da abolição, progresso correspondia à extinção da escravidão no Brasil: “Que espera sua alteza? Por que não enxota do palácio essa gente retrógrada, que tão desastrosamente congrega contra o terceiro reinado as desesperanças e os ódios do seu povo?”¹⁷⁶

A retórica do abolicionismo, que ansiava pela deposição do Sr. Barão de Cotegipe, em vista de seu comprometimento com a manutenção do cativo escravo, buscava convencer D. Isabel da necessidade de destituir o conservador do cargo. Para tanto, tentava demonstrar por meio de seu vocabulário que as atitudes do gabinete que governava em seu nome corresponderiam à ruína de sua imagem e do seu Terceiro Reinado vindouro. Logo, parecia almejar inspirar temor na Princesa Imperial.¹⁷⁷

1.7. A PUBLICIDADE PARA O TERCEIRO IMPÉRIO E O VOCABULÁRIO DO ISABELISMO

Nos anos finais do Império brasileiro, as ideias de evolucionismo e progressismo permeavam o contexto político da época, impulsionando um posicionamento na elite política de planejar um futuro melhor para a nação. Deste modo, preocupava-se constantemente com a sucessão do augusto imperante ou com a elaboração de uma alternativa à monarquia, a República. Identificamos que a imprensa oitocentista expressava eixos que defendiam a ascensão de D. Isabel ao trono, assim como grupos que propagavam o ideário do republicanismo.

Sendo assim, analisamos a linguagem política monarquista que buscava inflar de prestígio a representação da Princesa Imperial D. Isabel. Assim, tentavam demonstrar em sua linguagem o preparo intelectual da herdeira, suas virtudes como boa mãe, caridosa e generosa,

¹⁷⁶ *Cidade do Rio*, n.6, 09 jan. 1888.

¹⁷⁷ “A impunidade acoroça a prática de delitos monstruosos, os homens transformam-se em feras e ensanguentam a aurora do terceiro reinado! E, todavia, sua alteza ainda hoje reuniu os seus ministros para despacho. Como será o dia de amanhã?”: *Cidade do Rio*, n.46, 28 fev. 1888.

“Ainda uma vez apelamos para sua alteza Regente, cuja longanimidade para com o ministério está acarretando gerais antipatias sobre o terceiro reinado. É preciso despedi-los, Senhora! Quanto mais cedo, melhor”: *Cidade do Rio*, n.47, 29 fev. 1888.

assemelhando sua figura a do próprio Jesus Cristo. Conjecturamos que esta argumentação se ancorava na cultura política cristã católica do período, sendo, portanto, passível de assimilação positiva pela sociedade da época.

Analisando a propaganda para o Terceiro Reinado, identificamos uma intensa crítica ao movimento republicano. Nesta perspectiva, concordamos com a argumentação de Maria Teresa Chaves de Mello acerca da linguagem monarquista que favoreceu o golpe de 15 de novembro. Para a autora, a assimilação do vocabulário dos adversários conduziu os defensores do Império à ruína.¹⁷⁸ Não podemos afirmar que o uso da mesma linguagem dos republicanos destruiu a publicidade do reinado da Princesa Isabel, mas constatamos, a partir do exame da imprensa, que os argumentos dos dois lados são bastante similares para propagar objetivos contrastantes. A folha *Cidade do Rio* veiculava que não entendia o motivo para o Terceiro Reinado ser mais odiado pelo republicanismo do que o Segundo, já que seu prenúncio foi apenas duas leis “leis de amor e de fraternidade, leis de reparação e de humanidade”. Acusavam os republicanos de colocar um dilema sobre o trono: “escravidão ou república”. Entretanto “o velho imperador, não querendo arriscar o futuro da sua herdeira, procurou contemporizar, enquanto o abolicionismo ganhava forças para responder ao dilema da pirataria pelo dilema da liberdade: abolição ou República”.¹⁷⁹

Nesta perspectiva, para o jornal *Cidade do Rio*, no momento em que a Princesa assumiu a Regência, iniciou a sua batalha contra a escravidão, promovendo a reabilitação da pátria. Assim, questionavam os republicanos de São Paulo: “Qual é o crime da princesa; qual esse atentado de lesa-pátria que provoca tantos ódios?”, em sua linguagem, afirmavam não compreender o compromisso daquele partido em combater pelas armas o Terceiro Reinado.

Denunciavam a aproximação dos republicanos paulistas aos ex-senhores de escravos, e em tom de incompreensão, munidos de vocabulário cristão-católico, criticavam o desprezo destes

¹⁷⁸ MELLO, 2007, p.174-175.

¹⁷⁹ *Cidade do Rio*, n.124, 01 jun. 1888.

políticos pela “meiga e caridosa senhora, que limpou como a Samaritana a face de Jesus”. Assim, para os periodistas “para matar essa república, basta dizer de onde ela vem; para salvar a princesa basta lembrar o que ela fez”.¹⁸⁰

A arma dos defensores do Terceiro Reinado para atacar o movimento republicano era acusar a ausência de adesão daquele novo partido a causa abolicionista. Assim, os jornalistas da *Cidade do Rio* exaltavam Isabel por ter feito da “abolição o diâmetro da sua futura coroa”, e atacavam os republicanos por supostamente não terem desempenhado “nenhum trabalho sistemático em prol dos cativos”. Assim, acusavam o Partido Republicano de dispor de dinheiro advindo da escravidão para “guerrear o Terceiro Reinado”, comprando armas e subvencionando jornais.¹⁸¹ Valendo-se do recurso linguístico da ironia, o periódico *Cidade do Rio* afirmava que “o verdadeiro sistema democrático digno, livre e honesto” era a república, não a “Regência de Isabel, a Redentora, que permite ao partido republicano comprar armamento e pregar a guerra por todos os meios ao terceiro reinado”.¹⁸²

Este governo regencial, que integrou a nacionalidade brasileira, que restituiu a pátria a honra de uma nação cristã, é uma calamidade; essa república que se gaba da adesão de fazendeiros; alguns dos quais ainda com as roupas úmidas do sangue esguichado das chagas dos escravos ou do coração dos abolicionistas, esta república onde tem de preferência valor o homem rico, sem que se apure de onde lhe vem a fortuna, [...] esta república sim é a melhor das liberdades e a mais perfeita das seguranças públicas.
[...] o partido republicano convida a população desta cidade a não considerar grande serviço o ato da princesa, em 13 de maio!¹⁸³

Neste sentido, por meio do sarcasmo, propagandeava a ascensão de Isabel ao posto de Imperatriz, e condenava o republicanismo utilizando o conceito de liberdade, extremamente presente nas argumentações do próprio partido opositor. Os Isabelistas reconheciam também que era esperada a produção de “ódios e vinganças, agradecimentos e simpatias” em consequência da lei de 13 de maio, “seus efeitos eram múltiplos e diametralmente opostos”. Sendo assim, explicitavam que os antigos proprietários de escravos haviam se convertido em

¹⁸⁰ *Cidade do Rio*, n.124, 01 jun. 1888.

¹⁸¹ *Cidade do Rio*, n.146, 02 jul. 1888.

¹⁸² *Cidade do Rio*, n.154, 12 jul. 1888.

¹⁸³ *Cidade do Rio*, n.154, 12 jul. 1888.

republicanos, e que os cidadãos libertos colocaram-se em defesa da princesa que sacrificou seu trono pela causa.¹⁸⁴

A assimilação do vocabulário republicano para defender o Terceiro Reinado é clara, os Isabelistas relatavam que os republicanos não possuíam homens suficientes ao seu lado para compor uma revolução contra o Terceiro Reinado. Explorando o conceito de povo, explicitavam que no campo de defesa da Princesa Isabel, encontrava-se “o povo, o Zé povinho”, formando a Guarda Negra¹⁸⁵, uma “congregação de homens agradecidos”, que pretendia “resistir, não atacar”. A linguagem rememorava inclusive episódios e vocábulos da Revolução Francesa:¹⁸⁶

a excelsa Redentora, que demoliu a bastilha do escravismo, sem matar absolutamente ninguém, arriscando só uma coisa: o trono”.

Parece, portanto, incrível que cem anos depois da revolução que tornou todos os homens iguais ante a lei, um partido político a sombra do barrete frígio, hostilize a Excelsa Senhora pelo fato de ter transformado em lei no Brasil os Direitos do homem que, há um século o povo francês proclamava no Campo de Marte em Paris.¹⁸⁷

Nesta perspectiva, os propagandistas do Terceiro Reinado satirizavam o fato de os republicanos se declararem “amantes da liberdade e da fraternidade”, já que ignoravam seu próprio credo democrático ao caluniar “a Excelsa Redentora que cometeu o nefando crime de tirar-lhe os escravos do tronco, e pedindo a execução do Sr. conde d’Eu, que defendeu nossa pátria nos campos de batalha”. Ainda acerca do republicanismo, o jornalista do periódico *Cidade do Rio*, elucidava também, que o movimento republicano anterior ao 13 de maio era composto por abolicionistas-republicanos e republicanos anti-abolicionistas. Entretanto, após a lei áurea, os ex-senhores de escravos passaram a compor o partido. Neste sentido, os abolicionistas não aceitaram conviver com estes, passando a defender a Princesa.¹⁸⁸

¹⁸⁴ *Cidade do Rio*, n.4, 05 jan. 1889.

¹⁸⁵ Verificar: MATTOS, Augusto Oliveira. A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redentora no ocaso do Império (Rio de Janeiro 1888-1889). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília.

¹⁸⁶ *Cidade do Rio*, n.4, 05 jan. 1889.

¹⁸⁷ *Cidade do Rio*, n.4, 05 jan. 1889.

¹⁸⁸ *Cidade do Rio*, n.92, 26 abr. 1889.

Logo, constatamos, a partir da investigação da imprensa, que uma das estratégias da linguagem Isabelista era combater as inúmeras críticas direcionadas à Princesa Imperial pelos republicanos. Sendo assim, buscavam demonstrar que a melhor opção para o futuro do país seria o Terceiro Reinado, e não a República. Delineamos, nas páginas a seguir, a composição do vocabulário dos propagandistas do Terceiro Reinado.

Destacamos que os eventos de caridade promovidos pela Princesa Isabel obtinham repercussão na imprensa conservadora, aumentando o prestígio da herdeira da coroa na sociedade imperial. A quermesse realizada em outubro de 1886, “em favor da infância desamparada”, foi considerada uma “humanitária e caridosa festa”, garantindo elogios à sucessora do Imperador no jornal *Diário de Notícias*. A princesa realizou uma *soirée* na intimidade da sua casa para agradecer às senhoras que auxiliaram com seu “generoso coração e fervoroso zelo” na realização da “boa causa”.¹⁸⁹

A festa beneficente foi noticiada pelo periódico como uma demonstração das virtudes da Princesa Imperial, e como provas do seu comprometimento com o bem dos pobres, e do povo brasileiro em geral. O evento poderia demonstrar à população que a futura imperatriz não estava alheia aos problemas da nação. O vocabulário do jornalista demarcava a bondade, o generoso coração, a caridade de D. Isabel, características esperadas de uma mulher brasileira do século XIX. Neste sentido, também a apresentação ao piano aproximava a Princesa das prendas necessárias para ser reconhecida como uma mulher virtuosa.

As homenagens a Princesa Isabel e o proselitismo envolvendo o futuro reinado eram bastante expressivos nos aniversários da herdeira do trono. O vocabulário das folhas monarquistas era permeado por aspectos que demonstrassem o bom caráter da condessa d’Eu, e o seu preparo para gerir a nação no futuro. O trecho a seguir corresponde a um poema elogioso oferecido à D. Isabel pelo Jornal do Comércio no ano de 1885:

¹⁸⁹ *Diário de Notícias*, n.490, 11 out. 1886.

Vai além desta vida, à Eternidade
 Onde o espírito de luz
 Espalha a harmonia nas esferas:
 São as almas bondosas e sinceras

Como fora Jesus,
 Que reinam sempre e deixam neste mundo
 Real recordação
 Recordação do bem, da caridade
 No trono da justiça e da verdade,
 Só reina o coração¹⁹⁰

O texto promovia homenagem à Princesa Imperial através de uma associação aos vocábulos que compõem o universo cristão católico. Ressaltavam a “caridade”, a “bondade”, a “diva missão” de D. Isabel e seu suporte à orfandade, promovendo a aproximação de sua imagem à do próprio Jesus Cristo. Deste modo, consideramos que a mobilização de tal vocabulário era bastante efetiva naquele contexto sustentado e marcado por tradições e regras do mundo cristão. Também verificamos a associação da princesa ao futuro da pátria, sua posição no trono, possíveis cerimônias do beija-mão, buscando, por meio da linguagem, tornar consenso entre a sociedade a aproximação da consumação do Terceiro Reinado.

No ano de 1887, o *Diário de Notícias* felicitava a então Regente do Império, D. Isabel, pelo seu aniversário e rendia “à excelsa senhora as homenagens devidas às suas grandes virtudes, coroadas por inextinguível bondade de coração, fazendo os mais ardentes e sinceros votos pela conservação de sua muito preciosa saúde”. Assim como publicava canção dedicada a mesma, na sessão do jornal intitulada “A Pedidos”.

O povo alegre percorre
 As ruas em multidões!
 Quem motiva o regozijo
 Desse imenso festival?
 É de Isabel, a bondosa,
 O auri-luzente natal.

Parabéns, Brasil, festeja
 Esse teu dia de glória,
 Justiça, amor, caridade,

¹⁹⁰ *Jornal do Comércio*, n.209, 29 jul. 1885

DELLA escreverão a história,
 Que tão preclara, e brilhante,
 Recorda a nossa memória:
 Vamos saudar, brasileiros,
 Nossa Princesa gentil,
 Penhor de paz, de progresso,
 Do futuro do Brasil,

Praza Deus que longos anos
 Desfrute alegre, ditosos,
 [...]

 Vendo a nação dos cruzeiros
 Do progresso caminhar
 Fiel a Deus, ao Monarca,
 Sabendo o trabalho amar.¹⁹¹

O vocabulário do periódico mobilizava vocábulos como bondosa, justiça, amor, caridade, gentil, paz para descrever e enaltecer a então Regente do Império, moldando uma representação de D. Isabel como mulher virtuosa e como capaz de governar o país na ausência de seu pai, D. Pedro II, inspirando segurança à população. A primeira estrofe da canção parecia visar demonstrar ou forjar uma certa aceitação popular para a Princesa.

Também é possível verificar a associação da imagem da Regente ao futuro da nação, o escritor dos versos utilizou o termo progresso por duas vezes. Sendo assim, o arcabouço de ideias progressistas e evolucionistas que permeavam a cultura política da sociedade brasileira oitocentista é empregado como forma de assegurar que o Terceiro Reinado não estaria desassociado das perspectivas da elite intelectual oitocentista.

O *Jornal do Comércio* também publicou felicitações à Princesa pelo seu aniversário, evocando o consenso da aceitação popular da figura de D. Isabel. Por meio de um soneto, a linguagem monarquista veiculou elogios à Regência da herdeira da coroa, assim como demonstrou a expectativa de que a condessa d'Eu “impere nos futuros anos”, fazendo uma referência indireta à inauguração do Terceiro Reinado, atribuíam também a princesa os adjetivos de “anjo da paz, amparo dos humanos”.

¹⁹¹ *Diário de Notícias*, n.780, 29 jul. 1887.

Que tenhas uma vida prolongada
 Que ainda impere nos futuros anos
 É o que aspira nossa pátria amada.
 Por monarquistas, por republicanos,
 Vossa regência está qualificada
 Anjo da paz, amparo dos humanos.¹⁹²

Nos anos anteriores a 1888, o aniversário da Princesa Imperial recebia tímida menção nos periódicos, por meio da divulgação dos eventos envolvendo a celebração, ou de poemas elogiosos nas últimas páginas dos jornais. Já em 1888, tendo em vista seu cargo de Regente do Império, e as especulações em torno do início do Terceiro Reinado, as folhas destacaram suas primeiras páginas para homenagear ou atacar D. Isabel, segundo seus interesses políticos, veiculando inclusive fotografias. A *Gazeta da Tarde* chegava a saudar Isabel como Imperatriz do Brasil.

Constamos, a partir da análise da linguagem do jornal *Gazeta da Tarde*, que D. Pedro II tentava preparar a sua corte e o país, para a chegada do reinado de sua filha. Deste modo, demonstrava em seus discursos que ela seria um prolongamento do pai, comparando as qualidades da princesa com as suas. Em sua retórica, o Imperador parecia tentar tranquilizar a sociedade quanto ao momento de sua morte e ascensão de D. Isabel ao trono, certificando que a princesa estaria preparada para gerir a nação.

Sua Majestade dirá mais uma vez aos convidados que não tenham o menor receio; que ele espera morrer daqui a muitos anos e que aquela senhora, que é sua filha, que da sua carne veio, boa, como ele, magnânima, como ele, inteligente, como ele, ilustre, como ele, não há de governar senão um povo de homens livres, um povo ativo, um povo ... um povo em suma.

Dirá mais às pessoas presentes que elas fiquem convencidas de que ele há de morrer; mesmo porque não é destino seu ficar aqui para semente, como um fantasma branco a atravessar gerações sobre gerações, tropego e esbrugado.¹⁹³

A inauguração da Terceira Regência da Princesa Isabel provocou publicações em sua defesa na imprensa monarquista. O jornal *Diário de Notícias* caracterizava a Regente como liberal, tolerante, patriota e amante do progresso, assim como afirmava que nas duas Regências

¹⁹² *Jornal do Comércio*, n.210, 29 jul. 1887.

¹⁹³ *Gazeta da Tarde*, n.95, 29 abr. 1886.

anteriores, “as conquistas democráticas” encontraram “animação e auxílio” por parte da filha de Pedro II. Nesta perspectiva, defendiam que a monarquia garantia à pátria liberdade, tranquilidade e progresso, denunciando que a República ambicionava apenas “substituir um soberano hereditário por um soberano eletivo”.¹⁹⁴

Exaltando novamente a Regência, o *Diário*, valendo-se dos ideais democráticos em difusão no período, divulgava que “o Terceiro Reinado parece enunciar-se por uma série de concessões que tocam quase aos limites das mais ilustradas democracias”. Assim, a linguagem de proselitismo do reinado de Isabel, argumentava que em sua Regência, “a monarquia torna-se uma forma filosófica de governo que tem por si o direito e a tradição, mas não exclui as mais variadas e adiantadas organizações”.¹⁹⁵

Os periodistas do *Jornal do Comércio*, provavelmente reconheciam a pouca aceitação de uma mulher no exercício das funções majestáticas. Neste sentido, ao defender a Regência da Princesa Isabel, a linguagem da folha acionava os exemplos inglês e espanhol, vislumbrando normalizar a posição ocupada pela filha do soberano brasileiro: “três princesas ilustres empunham atualmente o cetro de soberana de três grandes povos do universo”: a rainha Vitória, a rainha Maria Cristina e a Princesa Isabel, Regente do Brasil.¹⁹⁶

Para exaltar o desempenho da Regente, rememoravam suas Regências anteriores, antecipações ao Terceiro Reinado, que conforme o periódico, foram marcadas pelo “devotamento entusiástico e sincero do povo”. A linguagem do jornal elencava os aspectos positivos¹⁹⁷ que marcaram o governo da Princesa Isabel, buscando assegurar e tranquilizar a população acerca da Terceira Regência que se instalara recentemente, e do Terceiro Reinado vindouro.

¹⁹⁴ *Diário de Notícias*, n.752, 01 jul. 1887.

¹⁹⁵ *Diário de Notícias*, n.1009, 15 mar. 1888.

¹⁹⁶ *Jornal do Comércio*, n.210, 29 jul. de 1887.

¹⁹⁷ “A correção constitucional de suas relações com o ministro, a prudência e sabedoria reveladas no exercício de suas atribuições privativas; a liberdade com que os partidos pleitearam todas as suas grandes causas e reformas, desde o comício popular até o recinto augusto do parlamento; a preponderância legítima deste na marcha dos negócios e da política do governo; tais são as características que mais assinalaram a passagem de sua Alteza pelo solo imperial: *Jornal do Comércio*, n.210, 29 jul. de 1887.

Asseguravam que, “munida da melhor pedra de toque para a direção de um príncipe”, a herdeira da coroa modelava “seu governo pelas inspirações da opinião nacional”.¹⁹⁸

Os propagandistas do Terceiro Reinado figuravam que toda a vida da princesa havia sido dedicada à prática do bem, sendo “um traço luminoso em nossa história política”, atuando em suas regências caridosa e patrioticamente:

Dotada de qualidades nobilíssimas, Sua Alteza tem angariado simpatias gerais de todas as classes da nossa sociedade.

Filha extremosa, mãe exemplar, esposa distintíssima, fez jus à consideração e respeito daqueles que veneram a virtude, base única da família, que por sua vez é também o sustentáculo do bom caráter social.

Dotes cívicos de grande valia exornam a Princesa Imperial, e o Brasil inteiro é testemunha dos atos de generosidade e beneficência que sua mão está sempre pronta a dispensar em escala não pequena.

Os desprotegidos da fortuna, os pequenos e humildes de condição, jamais deixaram de encontrar auxílio no seu coração sempre caridoso.

Qualidades intelectuais e gosto artístico concorrem também em Sua Alteza, e por demais é conhecida a proteção poderosa que tem dispensado as belas artes. Na ordem política o percurso de sua existência tem sido o mais brilhante possível.

Trilhando resolutamente o caminho indicado por sua consciência, firmando-se no estudo das necessidades públicas e felicidade da pátria.

Sua Alteza, nas épocas em que tem ocupado a Regência, manifestou aptidão bastante para as funções constitucionais de supremo chefe político, determinadas pela nossa lei fundamental.

Guiando-se pelo procedimento prudente e sábio de seu augusto progenitor, o Sr. D. Pedro II. Sua Alteza há de consolidar o seu trono, que não é uma imposição do destino, mas uma sincera aspiração dos brasileiros patriotas.

Os atos políticos de maior vulto praticados pela Princesa Regente, desnecessário é relembrá-los aqui, porque acham-se suficientemente esculpidos em nossos corações, refulgem sintilantemente e nem toda a vozeria dos despeitados conseguirá jamais empanar-lhes o brilho.¹⁹⁹

O panegírico dedicado à princesa, publicado no *Diário*, contemplava em elogios diversos aspectos da vida da Regente do Império. Identificava D. Isabel como mulher virtuosa, filha, esposa e mãe exemplar. Ainda em relação ao esperado pela sociedade brasileira de uma mulher da elite, reconhecia a sua generosidade demarcada pela efetivação da caridade. Correspondendo

¹⁹⁸ *Jornal do Comércio*, n.210, 29 jul. de 1887.

¹⁹⁹ *Diário de Notícias*, n.1142, 29 jul. 1888.

às expectativas do contexto oitocentista, que valorizava intensamente a ciência e as artes, mencionava a ilustração de D. Isabel, bem como seu envolvimento no campo artístico.

E finalmente, em se tratando do plano político, atestava o compromisso da herdeira do trono com as necessidades públicas e a felicidade da pátria, fornecendo provas de sua capacidade nos momentos que ocupou a posição de Regente do Império. Assim, pretendendo sufocar os anseios republicanos, e assegurar a concretização do Terceiro Reinado, declarava que a Princesa Isabel consumaria seu governo a partir das orientações do pai. Logo, contrariando as argumentações republicanas que identificavam a sucessão apenas como uma imposição do destino, estabelecia que todo brasileiro patriota desejava o governo da princesa.

A linguagem do *Diário de Notícias* que propagava o Terceiro Reinado comparava os feitos abolicionistas da Princesa Imperial D. Isabel de Bragança aos do próprio navegante Cristóvão Colombo. O poema elogioso da folha chegava a afirmar que as realizações da futura Imperatriz eram ainda maiores que a do mencionado genovês, se destacando na história.²⁰⁰

Neste sentido, os defensores do governo de Isabel caracterizavam sua Terceira Regência como “inteligente e patriótica”, sendo marcada pela “gratidão nacional” que elevou “um trono imperecível”. Buscando aceitação para o Terceiro Reinado, expunham na linguagem do jornal monarquista que o povo apoiava a “Redentora”: “de norte a sul levanta-se o Brasil, ergue vivas de entusiasmo à sua amada princesa e eleva aos céus sinceras preces pela conservação da vida da Santa Redentora dos Cativos”.²⁰¹

A linguagem dos propugnadores do Terceiro Reinado, frequentemente veiculava a Princesa Isabel como santa, utilizando um vocabulário permeado pela cultura política cristã. Assim como explorava por diversas vezes o ideário progressista da época: “o nome da Sereníssima Princesa

²⁰⁰ *Diário de Notícias*, n.1142, 29 jul. 1888.

²⁰¹ *Diário de Notícias*, n.1142, 29 jul. 1888.

Isabel simboliza a vitória do bem, a aurora de uma nova era de prosperidades e desenvolvimento do Império”.²⁰²

Aproveitava-se do prestígio do velho imperador e assegurava também, a despeito das críticas dos opositores, que a herdeira da coroa conhecia e dominava as diretrizes constitucionais: “com seu augusto pai aprendera a amar a pátria e a trabalhar com verdadeira dedicação pelo seu progresso, nos limites dos deveres e direitos consignados na Constituição política do Império”.²⁰³

Os monarquistas pareciam reconhecer que proteger o Terceiro Reinado significava também proteger o marido da herdeira da coroa. A despeito da impopularidade do conde d’Eu e das críticas ao fato de ser estrangeiro, tentavam apresentar Gastão de Orleans como filho dedicado da pátria brasileira, que prestou “relevantes serviços nas campanhas da pátria, onde não foi o general, mas o companheiro constante dos heróis brasileiros”. Assim, valendo-se do moralismo, enalteciam também o próprio matrimônio do casal como “modelo de virtude e união conjugal”. Atribuíaam ao francês a responsabilidade conjunta pelas “bençãos e hinos dos brasileiros” advindo da lei áurea.²⁰⁴

Os defensores do reinado da Princesa Imperial reconheciam as hostilidades que ameaçavam “destruir o trono e impedir o Terceiro Reinado”, por este motivo, convocavam o poder supremo a “inspirar confiança aos monarquistas”.²⁰⁵ Respondiam aos ataques dos republicanos à Guarda Negra, afirmando que era a agremiação muito mais respeitável que as organizações de políticos tradicionais.²⁰⁶ Também esclareciam que os “libertos tem por dever defender a pessoa a quem compete ocupar a elevada posição de Imperatriz na falta do nosso adorador imperador”, assim

²⁰² *Diário de Notícias*, n.1142, 29 jul. 1888.

²⁰³ *Diário de Notícias*, n.1142, 29 jul. 1888.

²⁰⁴ *Diário de Notícias*, n.1142, 29 jul. 1888.

²⁰⁵ *Gazeta da Tarde*, n.261, 26 set. 1889.

²⁰⁶ *Cidade do Rio*, n.63, 19 mar. 1889.

como informavam a necessidade de desmascarar aqueles que se aproveitavam desta associação para conquistar futuramente cargos no Terceiro Reinado.²⁰⁷

A folha *Cidade do Rio* questionava as acusações feitas pelo Sr. Ruy Barbosa contra a Guarda Negra: “diz que ela foi a capoeiragem arregimentada e posta a serviço do Sr. João Alfredo contra a oposição ao isabelismo”. Protestava contra tais alegações elogiando a associação de libertos e tentando demonstrar que sua formação constituía desejo espontâneo dos próprios escravos:²⁰⁸

Podemos dar testemunho pessoal de que a primitiva Guarda Negra era composta por homens morigerados, trabalhadores, dignos de respeito, pelo elevado sentimento que os congregava.

É preciso não esquecer o momento em que se deu a fundação da Guarda Negra.

Foi poucos dias depois da lei de 13 de maio, quando a vida do imperador perigava, quando se declarava guerra ao terceiro reinado, pedindo-se a execução de Isabel, a Redentora.

Tudo parecia anunciar uma mudança de reinado no meio de uma conflagração geral.

A Guarda Negra tinha como missão defender com a vida a Redentora da sua raça, a quem queria despojar da coroa só por esse glorioso título.

Não era só um direito, era um dever do negro morrer por aquela a quem devia a posse de tudo quanto mais se preza na vida.

[...]

Condenar uma princesa por haver contribuído heroicamente para a dotação da pátria com a melhor de suas páginas, repetimos hoje, como dizíamos então, seria a última das ignominias.

[...]

A Guarda Negra não era um bando de assalariados, mas uma falange de corações agradecidos.²⁰⁹

A folha *Cidade do Rio* atestava em sua linguagem a respeitabilidade dos membros da agremiação, e esclarecia os motivos que conduziram à inauguração do movimento. Conforme a *Cidade do Rio*, os libertos pretendiam proteger a monarquia e a sucessora do Imperador, que havia sido jurada de morte. Assevera que era um direito, e principalmente uma obrigação dos ex escravos salvaguardar a vida da responsável pela sua liberdade. Portanto, os jornalistas expunham que era o sentimento de gratidão que motivava a dedicação daquele conjunto de

²⁰⁷ *Cidade do Rio*, n.91, 25 abr. 1889.

²⁰⁸ *Cidade do Rio*, n.161, 20 jul. 1889.

²⁰⁹ *Cidade do Rio*, n.161, 20 jul. 1889.

homens. Utilizavam frequentemente o vocábulo heroína para citar a princesa, e veiculavam também que seria vergonhoso para a nação punir a agente da civilidade no Brasil.

Grande parte da preocupação dos Isabelistas era responder à crítica republicana contra o Terceiro Reinado. Segundo o jornal *Gazeta da Tarde*, o paulista Carlos Augusto e Silva havia organizado uma “grande reunião em sua propriedade, com o fim de defender o Terceiro Reinado”. O político convocava a todos e se comprometeu a realizar uma “conferência apologética” em favor da Princesa Imperial, termo utilizado pelo catolicismo.²¹⁰

Os propugnadores deste reinado, no período em que João Alfredo conservava-se no cargo de Presidente do Conselho, declaravam confiar no conservador e em seus colegas para “fundar definitivamente na América a monarquia democrática, que é sempre mais fácil tendo a sua testa uma senhora, com todas as delicadezas do seu sexo, do que um homem que por ambição ou vaidade seja demasiado autoritário ou tenha paixão pelo militarismo”.²¹¹ Propunham em sua linguagem, que o gênero da princesa favoreceria o modelo de governo, garantindo a ascensão do Terceiro Reinado.

A linguagem destes combatentes do republicanismo acusava seus opositores de escravistas, e exaltava a lei de 13 de maio, alegando que a princesa havia abolido “os esteios do trono da república agrícola”.²¹² Neste sentido, afirmavam estar solicitando algo muito simples à sociedade: “não pedimos ao nosso país gratidão servil a princesa Isabel, e que lhe converta a forma de governo em tabernáculo judaico, defeso aos pés dos que não tenham a sagração hereditária, sob pena de fulminação”. Ao contrário, alegavam que apenas defendiam o respeito aos princípios constitucionais.²¹³

²¹⁰ *Gazeta da Tarde*, n.295, 31 out. 1889.

²¹¹ *Gazeta da Tarde*, n.152, 07 jul. 1888.

²¹² *Cidade do Rio*, n.91, 25 abr. 1889.

²¹³ *Cidade do Rio*, n.67, 28 mar. 1889.

Munidos do vocabulário jurídico comum entre a elite política da época, já que a maior parte dos seus membros eram bacharéis em direito²¹⁴, alegavam votar pela Princesa Isabel “nos termos do mandato imperativo da nossa constituição, que não isentou a forma de governo da faculdade legislativa de reforma constitucional”. Tal modelo citado, corresponde à obrigatoriedade do governante de cumprir as determinações de seus eleitores sob pena de perder seu cargo.²¹⁵

O arcabouço linguístico propagandista mobilizava figuras de linguagem para esclarecer a sua argumentação. Utilizando o recurso da metáfora, expunha-se que D. Isabel não poderia ser responsabilizada pelos atos dos seus antecessores “Entre nós acha-se muito razoável pedir-se a república, porque o tifo fulminante assolou a cidade, cujos esgotos não consta, tenham sido construídos pelo terceiro reinado, nem planejados pela herdeira presuntiva da coroa”. Nesta perspectiva, os Isabelistas justificavam que seria equivocado combater o Terceiro Reinado e propagar a república colocando sobre a herdeira da coroa a culpa pelos erros de seu pai e de seu avô. Assim, divulgavam a concepção de que o novo reinado consistiria em uma ruptura com o passado, e inauguração de dias melhores para o país.²¹⁶

Constatamos, que a linguagem que propagandeava o reinado da Princesa Imperial vai se modificando ao longo da década. Em 1885, o vocabulário cristão-católico era componente principal da linguagem, o enfoque recaía sobre as virtudes domésticas, as obras de caridade e a bondade da herdeira, assimilando a representação de Isabel ao universo feminino. Já com a aproximação do golpe, o idioma se modificava, acrescentando à representação da princesa vocábulos do universo político. Seu papel na abolição garantiu novos símbolos para a futura imperatriz, tornou-se “santa”, “redentora”, “heroína”, “mãe dos libertos”, a linguagem não

²¹⁴ Para compreender a composição da elite política do Império brasileiro verificar: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²¹⁵ *Cidade do Rio*, n.67, 28 mar. 1889.

²¹⁶ *Cidade do Rio*, n.67, 28 mar. 1889.

abandonou termos do catolicismo, mas incorporou aspectos que provassem a capacidade intelectual, cultural e governativa da sucessora de D. Pedro.

1.8. O QUARTO REINADO: ESPECULAÇÕES EM TORNO DA ASCENSÃO DE D. PEDRO AUGUSTO DE SAXE AO TRONO

Verificamos, a partir da análise da imprensa, que o vocábulo Terceiro Reinado costumeiramente estava ligado à Princesa Isabel. Contudo, circulavam boatos na sociedade imperial acerca da possibilidade de D. Pedro Augusto de Saxe herdar a coroa. Os estudos de Heitor Lyra²¹⁷ e Mary Del Priore²¹⁸ expõem a existência de uma conspiração entre o filho da Princesa Leopoldina, o Barão de Estrela e Eduardo Prado para tornar o príncipe o protagonista do processo sucessório. Entretanto, ao analisar a documentação, não podemos confirmar se existia realmente uma conjuração pretendendo usurpar a posição da princesa como herdeira da coroa, verificamos apenas rumores relacionados a esta temática.

O jornal *O País* publicou, em sua coluna *Argueiros e Cavaleiros*, um texto envolvendo esta possibilidade do neto mais velho do Imperador herdar a coroa. O periódico *O Paiz* era dirigido por Quintino Bocayuva, importante líder do Partido Republicano na Corte. Com redação localizada na Rua do Ouvidor, era publicado diariamente, contando com artigos que debatiam assuntos políticos, jurídicos, culturais, econômicos e ligados ao entretenimento. Assim como a maioria dos jornais de grande tiragem da época, contava também com anúncios em suas últimas páginas. O valor do número avulso era 40 rs., já para assinar anualmente a folha na corte desembolsava-se 12\$000, e nas demais províncias 16\$000.

O artigo d'*O País* expõem supostas discordâncias existentes no interior do Partido Liberal de São de Paulo acerca do Terceiro Reinado. Valendo-se da ironia como artifício linguístico, é exposto que o referido partido encontrava-se polarizado entre o grupo que negava o Terceiro

²¹⁷ LYRA, 1964.

²¹⁸ DEL PRIORE, Mary. O príncipe maldito – Pedro Augusto de Saxe e Coburgo: uma história de traição e loucura na família imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

Reinado, defendendo a elevação ao trono do Príncipe D. Pedro Augusto, e o grupo que aceitava o Terceiro Reinado, e não via razão para a seleção entre príncipes da mesma dinastia. Deste modo, afirmava-se que o primeiro grupo justificava a repulsa à Isabel herdar a coroa por esta princesa representar “orleanismo puro”.²¹⁹

O autor do artigo demonstrava certa discordância com a polarização em relação ao Terceiro Reinado entre os liberais paulistas.

Proclamar o Príncipe D. Pedro Augusto, por quê? Eis aí uma ideia que dificilmente ocorreria a quem estivesse descontente da monarquia tradicional e hereditária. O Terceiro Reinado é mau, viva o Quarto. [...] mas o Segundo ainda não findou, e o liberalismo, que ainda poderá viver com ele, faz mal vendendo assim a pele de urso que não morreu
Se há liberais inimigos da futura imperatriz, porque a regente fez a abolição, esses que se enveredem como conservadores descontentes pelo caminho da república.²²⁰

A intencionalidade do artigo parecia ser a convocação dos liberais descontentes com a Princesa Isabel a tornarem-se partidários da causa republicana. O redator questionava a contradição dos referidos membros do partido liberal em negar um membro da casa de Bragança e exaltar outro, já que ambos representavam a perpetuação da instituição monárquica. O jornalista desqualificava a monarquia, atribuindo a ela os termos tradicional e hereditária, que representavam o oposto da república. Neste sentido, convidavam os políticos “inimigos da futura imperatriz” para comporem o Partido Republicano, ao invés de apoiarem D. Pedro Augusto.²²¹

A folha *Cidade do Rio* expunha em sua linguagem, que os acatólicos consideravam a possibilidade de desrespeitar as prerrogativas constitucionais relacionadas as leis sucessórias, e elevar o Príncipe D. Pedro Augusto de Saxe ao trono. O jornal veiculava a probabilidade da colônia alemã do sul do país assumir apoio à D. Pedro Augusto na luta pela coroa: “Ora, já uma

²¹⁹ *O País*, n.1358, 26 jun. 1888. O termo orleanismo puro faz referência ao marido da Princesa Isabel, Gastão de Orléans, o conde d’Eu. Esta questão será discutida no segundo capítulo desta dissertação.

²²⁰ *O País*, n.1358, 26 jun. 1888.

²²¹ *O País*, n.1358, 26 jun. 1888.

ocasião a colônia alemã abasileirada do sul falou a respeito da sucessão e tanto quanto é possível ver que não se faria rogar muito para ser favorável ao príncipe D. Pedro”.²²²

Sendo assim, para a folha, a gênese da rejeição ao governo da Princesa Isabel advinha da complexa relação da herdeira do trono com a Igreja: “A colônia alemã, com certeza, não deposita confiança num reinado que se inicia soprando no cinzeiro das superstições para apanhar a brasa quase extinta do clericalismo, a fim de aquecer a fé da população católica do país”.²²³

Neste sentido, identificamos, a partir da análise das páginas da *Gazeta da Tarde*, que para a elite política da década de 1880, a Princesa Isabel representava a “sucessão natural”, mas o primeiro neto do Imperador representava a sucessão “intelectual”.²²⁴ Um dos aspectos explorados pela crítica dos opositores ao Reinado da Princesa Isabel era a sua formação intelectual, considerada deficiente, constituindo-se em grave empecilho para o exercício do trabalho público. A linguagem de crítica dos opositores à possibilidade de concretização do Terceiro Reinado de D. Isabel será explorada no próximo capítulo.

O Príncipe D. Pedro, ao contrário, era citado na imprensa pelo seu destaque no campo dos estudos. Em sessão denominada *Ciência no Diário de Notícias*, publicou-se a monografia do filho da Princesa Leopoldina. A folha ainda descrevia o momento em que o Príncipe havia lido o trabalho perante a Academia de Ciências de Paris, “sendo acolhida com manifestação de aprovação por aquele comício de sábios”.²²⁵ Nesta perspectiva, constatamos um fator latente na sociedade brasileira imperial, componente da cultura política patriarcal.²²⁶ Naquela conjuntura, estaria reservado ao homem espaço de notoriedade intelectual, enquanto a mulher deveria

²²² *Cidade do Rio*, n.48, 15 nov. 1887.

²²³ *Idem*.

²²⁴ *Gazeta da Tarde*, n.145, 28 jun. 1887

²²⁵ *Diário de Notícias*, n.861, 18 Out. 1887.

²²⁶ Segundo Roderick Barman, “nas culturas de tradição judaico-cristã, a ordenação derivada da posição binária Adão-Eva vigorou até muito recentemente. Em geral denominada “patriarcal”, essa ordenação era tida como imposta por Deus [...]. Permeava todos os aspectos da cultura, portanto, moldava o funcionamento da sociedade”: BARMAN, 2005, p.20.

dominar outros saberes, como as prendas domésticas. Assim, o periódico *Cidade do Rio* veiculava que D. Isabel fora “educada para ser mãe de família, nada conhece do governo do Estado”.²²⁷

O jornal *Cidade do Rio* mencionava inclusive a existência de uma conspiração, por parte do ramo d’Eu da família imperial, para exilar D. Pedro Augusto do Brasil, a fim de assegurar o trono da sua tia Isabel. Segundo a folha, planejavam o casamento do Príncipe com uma Orleans, a partir da condição de que o neto do Imperador se comprometesse a viver longe de sua pátria. Entretanto, Pedro Augusto recusou prontamente a proposta. Afirmavam que a animosidade entre os príncipes era tão grande que na temporada que o casal d’Eu passou na Quinta da Boa Vista, Pedro Augusto viajou para o Palácio de seu pai.²²⁸

Os jornalistas também espalhavam boatos a respeito de uma suposta preferência de D. Pedro II pelo neto primogênito, que provocava “suspeitas e mesmo suscetibilidades da parte dos herdeiros presuntivos”. Na linguagem da folha *Cidade do Rio*, o imperador não se empenhava para popularizar o casal herdeiro direto da coroa, mas preparava D. Pedro Augusto “para ser uma espécie de ponderador político futuro”, tendo em vista o prestígio do filho da Princesa Leopoldina.²²⁹

Nesta perspectiva, o jornal realçava os triunfos científicos de Pedro Augusto e as distinções recebidas no Instituto da França, durante a viagem com o avô enfermo. Entretanto, questionava a pequena repercussão que os feitos do príncipe recebiam no Brasil: “Longe de procurar divulgar e tornar notórios a capacidade e amor ao estudo do príncipe, esforçam-se por desviar a atenção pública”. Assim, comparava tal tratamento à atenção fornecida aos filhos da Princesa Isabel e ao marido, o conde d’Eu: “Não há particularidade, minudência simpática dos príncipes que não venha logo a lume”.²³⁰

²²⁷ *Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887.

²²⁸ *Cidade do Rio*, n.28, 06 fev. 1888.

²²⁹ *Cidade do Rio*, n.28, 06 fev. 1888.

²³⁰ *Cidade do Rio*, n.28, 06 fev. 1888.

Sendo assim, argumentava existir um projeto para “apagar da memória pública o nome do príncipe, que em qualquer emergência política tem pela Constituição a Regência durante a maioria do príncipe Grão Pará; por outro lado manda-se perseguir aqueles que, [...] pretendem aproveitar o recurso legal da Constituinte”. Seria esta a justificativa, conforme a linguagem da *Cidade do Rio*, para a não divulgação da negociação do enlace entre o Príncipe Pedro Augusto com a irmã do príncipe herdeiro da Bélgica. Deste modo, expõe-se a existência de um “ciúme de palácio”, que promovia a ocultação de enlace tão benéfico para a dinastia Bragança.²³¹

Identificamos, que a linguagem da folha abolicionista, que se colocou como defensora da Princesa Isabel apenas após a abolição, vislumbrava nublar a expectativa do Terceiro Reinado. Deslegitimava, neste sentido, a herdeira direta da coroa, afirmando inclusive que o próprio monarca, reconhecia que o neto primogênito “tinha porte de Imperador” em comparação com o Príncipe Consorte. Deste modo, o jornal enfraquecia, por meio da linguagem, os simbolismos que sustentavam a posição de D. Isabel como sucessora.²³²

Entretanto, já nas vésperas do golpe republicano, o jornal *Cidade do Rio* criticava as atitudes do Ministro do Império, o Sr. Visconde de Ouro Preto, e o acusava de planejar a ascensão do Terceiro Reinado do Príncipe D. Pedro Augusto. Assim, questionava-se: “a quem vem servir o Sr. Presidente do Conselho?”. Nesta linguagem, o Terceiro Reinado obtinha uma diferente significação, representava um golpe contra as determinações constitucionais relacionadas à sucessão. Como visto anteriormente, representava também o reinado da intelectualidade, característica tão destacada na personalidade do Príncipe Pedro de Saxe.²³³

A folha denunciava que vários chefes liberais trabalhavam “em favor da candidatura do príncipe D. Pedro”, já que temiam “os sentimentos clericais” da Princesa Isabel. Enumeravam, em sua

²³¹ *Cidade do Rio*, n.28, 06 fev. 1888.

²³² *Cidade do Rio*, n.28, 06 fev. 1888.

²³³ *Cidade do Rio*, n.131, 12 jun. 1889.

linguagem, atitudes do Visconde de Ouro Preto que geravam a suspeição da elaboração de uma conspiração como a da maioria.²³⁴ Logo, o jornal defensor do reinado da legítima herdeira da coroa, esforçava-se para demonstrar em sua linguagem a ilegalidade do suposto intento dos liberais, utilizando os vocábulos “golpe de estado” e “conspiração” para referirem-se aos citados planos.²³⁵

Questionamos se realmente existiu uma conspiração em que D. Pedro Augusto objetivasse desrespeitar as determinações constitucionais e usurpar os direitos sucessórios de sua tia. Verificamos que Mary Del Priore e Lucas Suzigan Nachtigal²³⁶ abordam a questão, contudo, os autores não referenciam uma documentação que fundamente as alegações. Identificamos que o período em que o filho mais velho da Princesa Leopoldina esteve mais próximo da coroa foi na ocasião da morte de sua mãe, em 1871. Devido à ausência de filhos do casal d’Eu, Pedro Augusto passou a ocupar a segunda posição na linha de sucessão ao trono. Contudo, quatro anos depois, D. Isabel deu à luz ao seu primeiro filho, afastando ainda mais D. Pedro Augusto da possibilidade de se tornar imperador do Brasil.

A análise dos periódicos nos proporcionou visualizar rumores envolvendo as intenções do neto do monarca e de seus apoiadores com relação à sucessão dinástica. O vocábulo Terceiro Reinado era associado neste contexto, não somente à legítima herdeira, a Princesa Isabel, e ao seu marido, o conde d’Eu, mas também ao primeiro neto de Pedro II.

1.9 CONCLUSÃO

O presente capítulo pretendeu investigar como as linguagens políticas que circulavam na imprensa da década de 1880 figuravam a expectativa do Terceiro Reinado. Destacamos como

²³⁴ Se o pensamento de S.Ex. fosse consorciar o trono com o povo, arredando a suspeita de que o palácio quer substituir-se a nação; porque, no momento em que uma poderosa corrente de opinião se atira, principalmente, contra o terceiro reinado, expos sua excelência a herdeira presuntiva da coroa, chamando para o ministério o Sr. Barão de Loreto, confidente da casa dessa augusta senhora? [...]
Será acaso o fito do Sr. Visconde de Ouro Preto salientar bem a influência de sua alteza imperial na marcha política do Estado, para tornar, pelo desastre de sua intervenção, mais viável essa candidatura? : *Cidade do Rio*, n.131, 12 jun. 1889.

²³⁵ *Cidade do Rio*, n.131, 12 jun. 1889.

²³⁶ DEL PRIORE, 2007.; NACHTIGALL, 2015.

a moléstia do Imperador D. Pedro II e a possibilidade de seu falecimento despertou discussões na imprensa a respeito de quem geria o país naquele momento: o monarca doente, sua filha ou o príncipe estrangeiro. Nesta perspectiva, também verificamos que os opositores à concretização do Terceiro Reinado publicavam rumores acerca da situação política do país frente à debilidade física de Pedro II. Neste contexto, alegava-se a existência de uma conspiração entre a Princesa Isabel e o Ministério para que o monarca abdicasse ao trono e deixasse o país. Em outros momentos, os boatos exprimiam que o próprio Pedro II almejava renunciar à coroa em favor de sua filha.

Também apresentamos os embates entre duas linguagens no contexto de partida do imperante para a Europa para tratar da saúde, uma que declarava que o Terceiro Reinado havia começado, e que Isabel não seria capaz de conduzir a nação, e outra que alegava que a princesa era apenas Regente, e que seu pai logo retornaria ao país com a saúde reestabelecida dando prosseguimento ao seu governo. Ademais, demonstramos que a publicidade para a sucessão monárquica era orientada pelos interesses e adesões partidárias ou ideológicas dos políticos daquele contexto. Identificamos um vocabulário Isabelista que tentava construir símbolos que legitimassem o governo de uma futura Imperatriz.

Considerando as proposições teóricas de Roger Chartier, a dominação de um soberano advém “da ostentação das formas simbólicas”.²³⁷ Assim, para legitimar o Terceiro Reinado, percebemos que a linguagem de seus propagandistas enfocava a exaltação das virtudes da Princesa Imperial D. Isabel e de seu marido, o conde d’Eu. Contrariamente, verificamos também um vocabulário que negava a posição de Isabel como sucessora, elencando o Príncipe D. Pedro Augusto para o papel de herdeiro da coroa e responsável pela perpetuação da monarquia.

²³⁷ CHARTIER, ROGER. Defesa e Ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*, Dourados, n.24, p.15-29, 2011, p.22.

No segundo capítulo, enfocaremos como o vocábulo Terceiro Reinado foi mobilizado na linguagem da imprensa abolicionista e republicana. Neste sentido, examinaremos como o envolvimento da Princesa Isabel no movimento antiescravista e na assinatura da Lei Áurea repercutiu na aceitação ou reprovação do seu futuro papel como possível Imperatriz do Brasil. Por conseguinte, também verificaremos a empreitada da linguagem do republicanismo em desconstruir os símbolos que sustentariam a ascensão da Princesa Imperial ao trono, visando legitimar uma proposta de transgressão constitucional, o golpe republicano.

2. DINASTIA OU DEMOCRACIA: LINGUAGENS ABOLICIONISTAS E REPUBLICANAS ACERCA DO TERCEIRO REINADO

“A má vontade geral contra o Terceiro Reinado começa a ferir profundamente a monarquia, porque é impossível separar os príncipes da monarquia.”²³⁸

O contexto da década de 1880 no Brasil foi marcado pelo fortalecimento das linguagens republicanas e abolicionistas, assim como pela difusão da propaganda em favor do Terceiro Reinado da Princesa Isabel, contra a linguagem de combate à sucessão dinástica. Neste sentido, no presente capítulo, discutiremos a participação da herdeira da coroa brasileira no movimento abolicionista, bem como a maneira que a imprensa repercutiu tal questão. Também elucidaremos como a assinatura da Lei Áurea impactou a representação da Princesa Imperial D. Isabel e do seu possível Terceiro Reinado em meio à elite política da época. Ademais, o capítulo abordará o vocabulário que compunha a linguagem republicana de resistência ao Terceiro Reinado, bem como a crítica destes políticos ao chamados “Isabelistas”.

Nos anos 1880, o regime imperial enfrentava um momento de acentuada crise política. É nesta conjuntura que o principal representante da nação, o Imperador D. Pedro II, tornou-se alvo de severos ataques pelos contestadores da ordem. O intento da propaganda republicana parecia ser promover a fragilização da imagem do Imperador D. Pedro II, comprometendo a estabilidade do próprio regime monárquico. Nesta conjuntura, criticar o Imperador significava criticar também a própria monarquia. Logo, tendo em vista o ideário de modernidade que permeava a cultura política daquela sociedade, tornou-se imperativo combater também a representação da responsável pela continuidade da monarquia em solo brasileiro, a Princesa Imperial D. Isabel de Bragança.

A representação da Princesa Isabel foi alvo das críticas da imprensa, principalmente a partir da inauguração de sua Terceira Regência. Assim como a esposa, a figura do marido da Princesa

²³⁸ Gazeta da Tarde, n.143, 26 jun. 1888.

Imperial, o conde francês Gastão de Orleans, foi mobilizada pela linguagem do republicanismo. Considerando a cultura política patriarcal em voga no período, buscava-se apresentar D. Isabel como submissa ao Príncipe Consorte. Tal argumentação fragilizava a monarquia e a própria sucessora, congregando a percepção de que caso o Terceiro Reinado se concretizasse, o país seria gerido por um aristocrata estrangeiro, e não por uma princesa que compartilhasse a mesma nacionalidade de seus súditos.

A crise que atingiu seu apogeu na década de 1880, iniciou-se a partir das alterações sentidas na sociedade imperial nos anos 1870. De acordo com a obra de Angela Alonso, a desestabilização da ordem ocorreu a partir da modernização da sociedade e da economia, proporcionando novas rotas de acesso ao debate político por indivíduos anteriormente alijados, assim como de uma cisão interna aos partidos monárquicos, com destaque para a emergência de uma ala reacionária do partido Liberal.²³⁹ Neste sentido, como explicita Maria Teresa Chaves de Mello, na última década de vigência da monarquia em solo brasileiro, discutia-se intensamente a redefinição da cidadania.²⁴⁰

Investigaremos, ao longo deste capítulo, a forma como o vocábulo Terceiro Reinado foi mobilizado pelos diferentes eixos políticos no período de crise imperial. Deste modo, enfocaremos como os abolicionistas e os defensores da instituição escravista relacionaram a atuação da Princesa Isabel na causa dos cativos, por exemplo, em sua linguagem de defesa ou rechaço ao Terceiro Império. Ademais, examinaremos também como a linguagem do republicanismo combateu a possibilidade de a Princesa Imperial D. Isabel herdar a coroa, e quais significados este vocabulário conferia ao termo Terceiro Reinado.

Os estudos de Maria Luiza de Carvalho Mesquita argumentam que, no ápice da crise imperial, as vozes favoráveis à instalação do governo da Princesa Isabel silenciavam cada vez mais, assim

²³⁹ ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.100.

²⁴⁰ MELLO, 2007.

como a argumentação contestatória fortalecia o seu posicionamento de que o Terceiro Reinado corresponderia a uma “desgraça iminente para o país”.²⁴¹ Contudo, conforme exposto no capítulo anterior, vigorava, no contexto da década de 1880, uma propaganda em favor da possibilidade da Princesa Imperial D. Isabel herdar a coroa.

Sendo assim, é concomitantemente a esta publicidade, que se delineava também uma linguagem política de ataque à possibilidade de concretização do Terceiro Reinado. Deste modo, demonstraremos, no decorrer deste capítulo, os aspectos que constituíam a linguagem política dos opositores ao Império de Isabel I, pautada pela rejeição ao marido da herdeira da coroa, o príncipe consorte, Gastão de Orleans, conde d’Eu, pela desaprovação às camarilhas que acompanhavam a princesa, assim como as alegações de que o gênero de Isabel constituiria obstáculo para a boa gestão do Império.

2.1 UMA PRINCESA ABOLICIONISTA?

Foi a partir de meados do século XIX que o movimento abolicionista começou a encontrar espaço na sociedade brasileira. O período marcado por transformações de cunho econômico, político, intelectual e social, foi permeado também por modificações no campo do trabalho, que influenciaram todos os outros âmbitos da sociedade. Compreendemos a movimentação abolicionista como determinante no contexto da crise do Estado Imperial, já que conjugará uma nova linguagem de crítica aos fundamentos do regime. O *status quo* monárquico foi montado sob bases escravistas de produção, visto que a elite no poder era marcada por proprietários de escravos. Deste modo, tocar na escravidão significava atingir a elite dirigente, refletindo sobre a fundamentação de toda a ordem no Império.

Na perspectiva de Manolo Florentino, a economia brasileira foi completamente dependente do tráfico de escravos, e conseqüentemente da escravidão, no período compreendido entre 1790 e

²⁴¹ MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras, p.142.

1830. Para o autor, o percentual de escravizados na Corte ultrapassava o de homens e mulheres livres no contexto dos anos 1830.²⁴² Segundo Angela Alonso, a escravidão foi um fator fundamental para a estabilidade da economia, dos partidos e da sociedade aristocrática no país. Deste modo, a instituição escravista sustentava todo o sistema político, já que a maior parte dos eleitos e do eleitorado eram proprietários de escravos.²⁴³

Entretanto, de acordo com Alonso, a partir da abolição do tráfico de escravos em 1850, o ingresso de africanos no Brasil passou a ocorrer apenas de modo clandestino, sofrendo represálias da Inglaterra até sua definitiva interrupção em 1852. Ao longo da década, a mão de obra escrava foi progressivamente se tornando escassa. Assim, as percepções a respeito do regime escravocrata no país também sofreram alterações. Neste sentido, para autora, foi a crise política advinda da troca de ministério em 1868 que abriu, de fato, caminho à expressão de críticas à ordem imperial, e conseqüentemente, à escravidão. Na visão de Alonso, conformava-se, naquele período, um abolicionismo majoritariamente de elite, formado por viscondes, barões, importantes funcionários públicos influentes nos partidos, e que solicitavam reformas brandas como abolição gradual, imigração e pequena propriedade.²⁴⁴

Nesta perspectiva, Andrea Santos da Silva Pessanha define que o debate abolicionista abrangeu intelectuais com elevada dedicação à ação política, partindo de diferentes concepções partidárias. Deste modo, como assevera a autora, “tivemos republicanos como Aristides Lobo e Silva Jardim, monarquistas como André Rebouças e Beaurepaire Rohan”, assim como aqueles que encontraram desentendimentos no interior das agremiações políticas de que provinham,

²⁴² FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²⁴³ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.19-20.

²⁴⁴ ALONSO, 2015, p. 26.

nessa dinâmica do movimento republicano e abolicionista. A exemplo disso, José do Patrocínio se desentendeu com lideranças republicanas, e Ruy Barbosa, rompeu com o Partido Liberal.²⁴⁵ Considerando os estudos de Marialva Barbosa sobre o período, compreendemos o ambiente urbano da década de 1880 como cenário propício para a expansão dos discursos abolicionistas, já que, naquela quadra, constituía-se uma nova cultura política de crítica ao regime imperial, em que os debates políticos ocupavam as ruas e as páginas dos periódicos.²⁴⁶ Nesta perspectiva, Humberto Fernandes Machado demarca que a mobilização abolicionista utilizou diversos espaços para defender seu posicionamento: os debates no parlamento; as apresentações no teatro e na igreja; os artigos que circulavam nos jornais; festas beneficentes buscando adesão popular e fundos para a compra de alforrias; ademais, os comícios denunciavam o caráter desumano da instituição escravista.²⁴⁷

Nesta acepção, conforme elucida Maria Tereza Chaves de Mello, a propaganda antiescravista contou com a atuação de um grande número de intelectuais, que convocava as camadas populares para o debate, assim como a juventude. A propaganda foi de fato efetiva, apresentando a instituição monárquica como responsável pelo vigor do escravismo e construindo, através de um cunho romântico, idealista e humanitário, uma aversão aos que se proclamavam favoráveis a continuidade da escravidão.²⁴⁸

Sendo assim, Angela Alonso explicita que o movimento abolicionista brasileiro baseou a sua argumentação no ideário progressista que permeava a sociedade naquela conjuntura, e utilizou a arte como estratégia para divulgar sua campanha contra a escravidão. Logo, o teatro tornou-se o espaço de propagação da linguagem antiescravista. Assim, segundo Alonso, foi “por meio

²⁴⁵ PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p.23.

²⁴⁶ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p.110.

²⁴⁷ MACHADO, Humberto. F. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, p.2.

²⁴⁸ MELLO, 2007, p.191.

de conferências-concerto, linguagem, fórmulas e recursos artísticos que os abolicionistas dramatizaram a escravidão, sensibilizaram a opinião pública e até mesmo converteram parte dela ao ativismo”. Ademais, a autora assinala que no Império brasileiro os abolicionistas não encontraram apoio da religião para reivindicar o fim da escravidão. Ao contrário da realidade nos Estados Unidos, em que as igrejas protestantes solidificavam os discursos abolicionistas, no Brasil, a Igreja Católica contribuía na sustentação da prática do cativo escravo.²⁴⁹

Ao longo da década de 1880, período de enfoque deste trabalho, os fundos locais de emancipação também constituíam importante ferramenta para a causa abolicionista. De acordo com Celso Castilho e Camillia Cowling, o fundo em funcionamento no Rio de Janeiro, denominado Livro de Ouro, foi estabelecido pelos vereadores daquele município, e tornou-se um forte símbolo público da política antiescravista na corte. A libertação de escravizados por parte dos investimentos do fundo era marcada por eventos comemorativos de forte apelo popular.²⁵⁰

As cerimônias de emancipação ocorriam no Paço Municipal em datas estrategicamente escolhidas, aniversário da Independência do país ou de membros da família imperial. Deste modo, promoviam e alavancavam a abolição, a câmara e a monarquia. Nesta perspectiva, segundo Cowling e Castilho, a Princesa Imperial D. Isabel foi personagem importante nas solenidades públicas de concessão das cartas de alforria. Constatamos, que desde 1885 Isabel foi atuante na causa da emancipação, para tanto, chegava a contrariar, inclusive, as orientações dos ministros imperiais.²⁵¹

No contexto da década de 1880, a necessidade da abolição da escravidão vai se traduzindo como consenso na sociedade imperial. Conforme os estudos de Matheus Serva Pereira, os anseios dos

²⁴⁹ ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. *Tempo Social*, n.2. São Paulo, p. 101-122, 2012, p.113.

²⁵⁰ CASTILHO, Celso; COWLING, Camillia. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. *Afro-Ásia*, n.47, p.161-197, 2013, p.162.

²⁵¹ *Idem*, p.181.

senhores de escravos em estabelecer um laço de gratidão com os cativos se manifestou por meio da concessão de cartas de liberdade, impelindo-os a permanecer nas fazendas. Para o autor, a atitude de caráter paternalista provinha do pânico instalado entre os fazendeiros perante a fragilização latente do controle senhorial na década de 1880, já que as fugas em massa eram cada vez mais frequentes, assim como o abandono da fazenda por parte do liberto.²⁵²

O expressivo desenvolvimento da imprensa nos anos 1880 propiciava a condução de discussões políticas, como a abolição, no âmbito da esfera pública, extrapolando os limites do parlamento. Nesta conjuntura, destacam-se os periódicos espíritas, que segundo Daniel Simões do Valle, funcionaram como verdadeiros canais de debate sobre a escravidão. O espiritismo, assim como expõe o autor, influenciou a narrativa abolicionista por meio de aspectos da sua doutrina, como o direito divino à liberdade, a inquietação em relação ao destino espiritual dos proprietários de escravos e a lei da reencarnação.²⁵³ Reconhecemos assim, as múltiplas esferas do abolicionismo, seja sob o prisma “spiritico”, ou a partir das ações subversivas dos escravizados.²⁵⁴

A causa abolicionista contou com o apoio da herdeira da coroa brasileira. Assim, conforme indica Eduardo Silva, a Princesa Imperial D. Isabel protegia escravos fugidos em Petrópolis, e

²⁵² PEREIRA, Matheus Serva. *Liberdades em Movimento: as disputas em torno da liberdade* (São Paulo, 1886-1889). In.: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2011, p.210-236, p.234.

²⁵³ VALLE, Daniel Simões do. *A abolição da escravidão sob outro prisma: os projetos de reforma na imprensa espírita da Corte, 1881-1888*. In.: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2011, p.237-257, p.255-256.

²⁵⁴ Para compreender outros projetos de abolicionistas nas províncias do Império, verificar: BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: Uma história política – 1870-1888*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.; PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória. (1869-1888)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.; SILVA, Denilson de Cássio. *O drama social da abolição: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del-Rei, Minas Gerais (18671-1897)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.; BAKOS, Margaret Marchiori. *O processo abolicionista no Rio Grande do Sul. Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.6,n.2, p.121-148, 1980.; POZZA NETO, Provino. “Aqui abro-lhe os braços da liberdade”: os rumos abolicionistas no Amazonas Imperial. In.: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2011.; SILVA, Lucian Souza da. *Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição da escravidão na Paraíba do Norte (1870-1888)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

havia montado, naquele contexto, um verdadeiro esquema de fugas e alojamentos de escravos. Para o autor, o Palácio Imperial era praticamente um quilombo abolicionista. O intento da sucessora do Imperador D. Pedro II era alicerçado por importantes damas da corte²⁵⁵, abolicionistas e amigas da princesa: madame Avelar, dona Amanda Paranaguá Dória e Cecília, condessa da Estrela. D. Isabel também contava com o apoio do proprietário do Hotel Bragança, do advogado Marcos Fiovaranti, que atuava como uma espécie de coordenador geral das fugas. Já o intelectual negro André Rebouças, conectava o esquema de fugas orquestrado por Isabel às lideranças do movimento abolicionista no Rio de Janeiro, como João Clapp, Joaquim Nabuco, José Carlos do Patrocínio e Joaquim Serra.²⁵⁶

Ambicionando arrecadar fundos em favor da campanha abolicionista, a partir de fevereiro de 1888, D. Isabel passou a organizar em Petrópolis as “batalhas de flores”. A Princesa Isabel desfilava pelas ruas, numa espécie de “passeata abolicionista”, com Camélias afixadas em seu vestido. Enquanto a Regente e sua família atravessavam as ruas em um automóvel, um grupo de libertos os acompanhavam pedindo doações nas residências delineadas pelo trajeto, visando a compra de alforrias com os fundos angariados. Segundo Eduardo Silva, as camélias cultivadas no quilombo do Leblon no Rio de Janeiro, tornaram-se o “símbolo por excelência do movimento abolicionista”, fazia-se correlação entre a raridade da flor no Brasil com a raridade da liberdade.²⁵⁷

De acordo com Eduardo Silva, a princesa recebeu total apoio de André Rebouças, além disso, a atitude impressionou José do Patrocínio, e o influenciou a romper com seus correlegionários

²⁵⁵ Angela Davis, em sua análise acerca do envolvimento das mulheres brancas no movimento abolicionista nos anos 1830 nos Estados Unidos, afirmava que foi por meio da atuação no movimento antiescravista que as mulheres compreenderam a sua própria posição de submissão: “Ao afirmar seu direito de se opor à escravidão, elas protestavam [...] contra sua própria exclusão da arena política. Se ainda não sabiam como apresentar suas reivindicações coletivamente, ao menos podiam defender a causa de um povo que também era oprimido.” Questionamos se a participação das brasileiras no movimento pela emancipação dos cativos nos anos 1880 congregavam posicionamentos semelhantes. DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

²⁵⁶ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.28-29.

²⁵⁷ *Idem*, p. 35-36 e 13-14.

republicanos, passando a defender o Terceiro Reinado de Isabel I. Nos últimos momentos de vigência da escravidão no território nacional, era de conhecimento público que Isabel abrigava e escondia escravos no palácio. Grandes críticos da princesa, como Rui Barbosa e Silva Jardim repercutiam a questão e alegavam que as atitudes da herdeira da coroa eram movidas por interesses particulares e não poderiam ser entendidas como expressões de generosidade.²⁵⁸

Na visão da historiadora Maria Luiza de Carvalho Mesquita, o envolvimento de Isabel na causa abolicionista foi uma opção política, relacionada a intenção de sustentar a sua futura posição de Imperatriz.²⁵⁹ Em acepção semelhante, Robert Daibert defende que a intenção da monarquia e da própria herdeira da coroa era afastar-se do capital dos proprietários agrários e "construir uma nova base de legitimidade junto aos grupos econômicos emergentes e a população em geral". Para o autor, foi este o motivo que conduziu Isabel a combater publicamente a escravidão a partir dos anos 1880.²⁶⁰

Contudo, apesar de reconhecermos que na década de 1880 a necessidade da abolição tornou-se consenso na sociedade imperial²⁶¹, não acreditamos ser possível afirmar apenas através do exame de fontes periódicas a verdadeira intencionalidade da Princesa Isabel ao iniciar sua atuação na causa abolicionista. Por conseguinte, é com o intuito de alcançar maior visão interna das intencionalidades da Princesa Isabel ao desempenhar determinadas ações, que no capítulo três desta dissertação pretendemos examinar o conjunto de correspondências e escritos pessoais da Princesa Isabel no contexto da década de 1880, a partir da metodologia da Teoria da Avaliatividade. Um dos domínios do referido aporte metodológico é justamente a questão da

²⁵⁸ *Idem*, p.36-37.

²⁵⁹ MESQUITA, 2009, p.134.

²⁶⁰ DAIBERT JÚNIOR, 2001, p.87.

²⁶¹ O movimento abolicionista, conforme explicita Melo "teve caráter e dimensão realmente populares, havia algo de romântico e idealista no seu discurso e na vibração que provocava". Tal movimento, apresentava tanta aceitação na década de 1880 que "ficou difícil alguém se apresentar como defensor da escravidão": MELLO, 2007, p.191-193.

compreensão dos sentimentos, ou dos níveis deste sentimento em relação a uma atitude, a partir da apreciação de um texto.²⁶²

Ainda em relação ao envolvimento da Princesa Imperial D. Isabel na causa abolicionista, percebemos que a princesa participou de diversos eventos, concedendo cartas de alforria aos escravos, garantindo grande repercussão nos periódicos. Constatamos, a partir da leitura minuciosa das fontes, que a imprensa favorável à ascensão de D. Isabel ao trono, noticiava seu envolvimento na empreitada abolicionista como provas da sua bondade e seu zelo para com o bem-estar da pátria. Nas páginas a seguir, explicitaremos os impactos do abolicionismo professado pela herdeira da coroa nas significações do conceito de Terceiro Reinado e nas representações formuladas entorno da imagem da princesa.

Destacamos um poema publicado no *Diário de Notícias*, no aniversário da Princesa Imperial, em 1886. No texto, D. Isabel corresponderia à “bondade personificada”, porque amava os escravizados, e concedia sempre liberdade, sendo que, inclusive, naquele dia, entregaria cartas de alforria. Na linguagem dos apoiadores da monarquia, a Lei do Ventre Livre, implantada durante a Primeira Regência da princesa, correspondia à glória da nação, e solidificava a possibilidade de ascensão da herdeira de D. Pedro II ao cargo de Imperatriz.²⁶³

Reconhecemos que o artifício linguístico da propaganda teria sido associar a imagem de D. Isabel ao movimento abolicionista. Também identificamos, a partir dos jornais, como o vocabulário político enfocou a participação da Princesa na assinatura da Lei do Ventre Livre, cuja linguagem induz a um certo protagonismo da herdeira da coroa no estabelecimento do decreto. Entretanto, em outro trecho, o próprio jornal enaltecia Rio Branco e o “grupo de beneméritos que formavam o gabinete que conseguiu levar avante aquele projeto”²⁶⁴, ignorando completamente a contribuição da Princesa Imperial.

²⁶² MARTIN, James; WHITE, Peter. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. London/New York: Palgrave Macmillan, 2005. p.34.

²⁶³ *Diário de Notícias*, n.416, 29 jul. 1886.

²⁶⁴ *Diário de Notícias*, n.114, 28 nov. 1885.

Verificamos o reconhecimento do desempenho e dedicação de D. Isabel à causa abolicionista em artigo denominado “Horror” transcrito na *Gazeta da Tarde* no dia do aniversário da princesa em 1886. Observamos também, a expectativa dos abolicionistas para o governo da futura imperatriz, e o desejo de prepará-la para atuar em favor do movimento. Os jornalistas republicaram um artigo de Joaquim Nabuco, em que o escritor narrava “uma das mais terríveis tragédias da escravidão”. Neste sentido, lamentavam a publicação da notícia no dia do aniversário de D. Isabel, mas argumentavam que: “esse quadro habilitará a futura Imperatriz a conhecer a condição de nossos escravos e a compreender a missão dos abolicionistas no reinado de seu pai”.²⁶⁵

A mesma edição noticiava também a festa de entrega de sessenta cartas de alforria no aniversário da condessa d’Eu. O jornal, de cunho abolicionista, também reconheceu e homenageou a colaboração da herdeira do trono na Lei do Ventre Livre: “E como a festa é em honra a uma senhora cujo nome está ligado à liberdade dos berços escravos, através de uma luta gigantesca contra os mercadores de carne humana, juntaremos mais esse motivo aos que já tínhamos para considerar o dia de hoje – de gala”.²⁶⁶

Por meio da análise da imprensa, percebemos que a associação de Isabel à causa dos cativos na linguagem abolicionista se ampliou a partir do momento em que ela assumiu o posto de Regente do Império em 30 de junho de 1887. Posteriormente a esta data, os abolicionistas passaram a cobrar cada vez mais da princesa um posicionamento contra o escravismo. De certo modo, a Regência é apresentada na retórica abolicionista como uma esperança “em nome dos desventurados, dos oprimidos, a quem a desumanidade gananciosa roubou família e pátria, amor e liberdade, coração e Deus”.²⁶⁷

²⁶⁵ *Gazeta da Tarde*, n.171, 29 jul. 1886.

²⁶⁶ *Idem*.

²⁶⁷ *Gazeta da Tarde*, n.147, 01 jul. 1887.

Ademais, a folha abolicionista, *Gazeta da Tarde*, questionava: “não é para suspeitar que sob os meigos olhos da regente começa a germinar a igualdade civil de todos os brasileiros?” Assim, os jornalistas veiculavam que “com a Sra. D. Isabel a coisa há de mudar por força”.²⁶⁸

Neste sentindo, rememoravam frequentemente a atuação da Regente na Lei Rio Branco, afirmando que ela havia iniciado no governo “colaborando na mais humanitária e mais evangélica das obras que se pode praticar na terra”. Sendo assim, demonstravam a crença de que seria obrigação da princesa seguir contribuindo com a causa abolicionista, e a tranquilizavam elucidando que “as conveniências dinásticas” não seriam prejudicadas. Para tentar angariar o apoio da Regente do Brasil, sustentavam que o “tempo do escravismo” havia passado, e que a “consciência nacional” estava “inteiramente convertida à santa causa dos cativos”. Assim, reconheciam também que os escravistas tentariam convencê-la de que a abolição prejudicaria seu futuro reinado, mas os abolicionistas se comprometeriam a ser leais à futura Imperatriz.²⁶⁹

Constatamos que a imprensa abolicionista parecia escrever seus artigos completamente direcionados à Princesa Regente, evidenciando em sua linguagem que a abolição seria responsável por popularizar o reinado da futura imperatriz: “Que nobre e alevantada ação não seria essa, que assim se converteria em foco luminoso para emoldurar de fulgores o início do Terceiro Reinado na pátria brasileira!”²⁷⁰

Na retórica abolicionista, o vocábulo Terceiro Reinado parecia significar a concretização das esperanças abolicionistas a qualquer momento, dado o conhecido envolvimento da Princesa Isabel na causa. Entretanto, como verificamos no capítulo anterior, o movimento abolicionista foi se frustrando como o passar dos meses, devido à conservação do Gabinete escravista do barão de Cotegipe. Assim, a significação daquele vocábulo foi se alterando, pois se passava a

²⁶⁸ *Gazeta da Tarde*, n.147, 01 jul. 1887.

²⁶⁹ *Gazeta da Tarde*, n.147, 01 jul. 1887.

²⁷⁰ *Cidade do Rio*, n.19, 25 jan. 1888.

compreender o Terceiro Reinado como símbolo da violência contra os abolicionistas e os escravos.

2.2. A FLUIDEZ DO VOCÁBULO TERCEIRO REINADO NO CONTEXTO PÓS ABOLIÇÃO

A participação da Princesa Isabel na assinatura da Lei Áurea suscitou diversos debates na imprensa política brasileira. A Princesa Imperial, então Regente naquela conjuntura, contribuiu para a formalização de uma questão que modificou completamente a ordem imperial, já que a instituição escravista correspondia a um dos pilares que sustentavam a monarquia. Sendo assim, o decreto de 13 de maio gerou profundo impacto naquela sociedade.

Considerando os estudos de José Murilo de Carvalho²⁷¹, compreendemos a abolição como uma emenda positiva para a imagem do sistema, que sofria uma enxurrada de críticas de um grupo de elite que ansiava por participação política. O autor argumenta que apesar do 13 maio, o 15 de novembro se concretizou. Maria Teresa Chaves também acredita que a abolição foi favorável para a monarquia no período da crise, apaziguando os discursos republicanos, satisfazendo os monarquistas abolicionistas.²⁷² A euforia que tomou a população com a Lei Áurea trouxe ânimo ao império. Conforme Humberto Machado, o povo tomou as ruas, e a princesa Isabel recebeu o prestígio de redentora.²⁷³ O assunto rendeu uma série de artigos nos jornais da época, os próprios republicanos felicitavam a regente pela decisão.

Na conjuntura de assinatura da Lei Áurea, a Princesa Isabel e a monarquia conquistaram o apoio de grande parte dos escravos libertos. É neste contexto que se forma a chamada Guarda Negra da redentora. Segundo Augusto Oliveira Mattos, a Guarda Negra consistia em um grupo formado por libertos armados com pedras e cacetetes para defender a monarquia e a Princesa

²⁷¹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.29-30.

²⁷² MELLO, 2006, p.193.

²⁷³ MACHADO, 2007, p7.

Imperial D. Isabel frente aos avanços da ideia republicana. Este grupo era liderado pelo liberto Clarindo de Almeida Lopes, e possuía como um de seus condutores o jornalista e intelectual negro José do Patrocínio, que frequentemente exaltava a Guarda em seu periódico e afirmava que ela se tratava de um partido político dos negros. Usualmente, as ações da Guarda Negra eram confundidas com as dos chamados capoeiras, responsáveis por atos violentos no Rio de Janeiro pós Lei Aurea.²⁷⁴

Segundo Robert Daibert, após o evento do 13 de maio, a herdeira da coroa passou a ser retratada como uma “líder monárquica corajosa”, responsável por concretizar as ideias da Confederação abolicionista. Na visão do autor, a Princesa Isabel assumiu o papel de principal heroína dos escravos, favorecendo a construção de uma imagem democrática para D. Isabel e para a própria monarquia. Deste modo, investiu-se expressivamente nas comemorações da Abolição, e empreendeu-se demasiado esforço na construção da representação da Princesa como “redentora”.²⁷⁵

Consideramos que a efetivação da abolição realmente atribuiu melhorias à imagem do regime, contudo, não desconsideramos o estrago feito no decorrer das investidas do movimento abolicionista, que duraram longos anos. O discurso, de atraso *versus* progresso, utilizado pelos abolicionistas, contribuiu para o processo da crise, fomentando a dessacralização da monarquia que aos poucos ia perdendo prestígio, signos e sua dominação. Visando compreender os impactos da participação de Isabel no 13 de maio nas visões referentes ao possível Terceiro Reinado, examinamos a recepção da nova lei nos periódicos da corte.

²⁷⁴ MATTOS, 2006. Verificar também: ANTUNES, Livia de Lauro. *Sob a Guarda Negra: abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.; KRAAY, Hendrik. Reis Negros, cabanos e a Guarda Negra: reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. *Varia História*, n.67, v.35, Belo Horizonte, p.141-175, 2019. MACHADO, Humberto Fernandes. Abolição e cidadania: a guarda negra da Redentora no Rio de Janeiro. *Passagens*, n.3, v.5, Rio de Janeiro, p.505-524, 2013.

²⁷⁵ DAIBERT JÚNIOR, 2001, p.122.

No dia da assinatura da lei que extinguiu a escravidão no Brasil, o jornal *Gazeta da Tarde*, que anteriormente a esta data criticava ferrenhamente a possibilidade do Terceiro Reinado e a princesa herdeira da coroa, passou a mencionar Isabel como “senhora distintíssima e, já pela sua posição social, como por suas virtudes, digna de alta estima e imensa consideração de todos os brasileiros”. O periódico abolicionista, aparentemente satisfeito com a atitude da Regente, afirmava que “sem distinção de partidos – todos os brasileiros têm o coração de joelhos diante da futura imperatriz do Brasil”.²⁷⁶

Expressando uma linguagem inspirada nos conceitos da Revolução Francesa, a partir do uso do vocábulo iluminada, o jornalista da *Gazeta* publicou que os libertos pela Lei Áurea corresponderiam à “cúpula iluminada do Terceiro Reinado”.²⁷⁷ Em outro artigo daquela mesma edição, figuravam as acusações do ministro do Império destituído do seu cargo, o Sr. Barão de Cotegipe, contra a Princesa Regente, que havia escolhido novo gabinete, o do Sr. João Alfredo. A folha expunha que o ex-ministro denunciava uma conspiração do palácio, e acusava de imprudente o uso do poder moderador para a demissão.

Entretanto, o jornal abolicionista *Gazeta da Tarde*, defendia a Regente, e afirmava que o conservador Cotegipe não tinha razão em reclamar do uso do “poder pessoal” da princesa, já que seu partido legitimava o quarto poder, o Moderador. Argumentava também, que “a opinião pública reclamava a exoneração” do presidente do conselho, e que a princesa “resolveu em bem da ordem e da harmonia dos brasileiros”. Assim criticava os reclames do escravista: “Sua alteza exigiu dele o que infelizmente tornou-se condição de tranquilidade pública e procedeu com ele do modo como lhe indicava a doutrina de sua escola política”.²⁷⁸

O periódico de Moura Brito repercutiu também os efeitos da nova lei na câmara, salientando as mudanças de opinião quanto ao Terceiro Reinado, que havia angariado resistências.²⁷⁹ Neste

²⁷⁶ *Gazeta da Tarde*, n.108, 13 mai. 1888.

²⁷⁷ *Gazeta da Tarde*, n.108, 13 mai. 1888.

²⁷⁸ *Gazeta da Tarde*, n.108, 13 mai. 1888.

²⁷⁹ *Gazeta da Tarde*, n.115, 22 mai. 1888.

sentido, acreditava que a instalação de uma república no país não seria repelida nem mesmo pelos “mais fiéis e leais conselheiros da monarquia”.²⁸⁰ A folha, que nos primeiros dias após a abolição figurou elogios à Princesa Regente D. Isabel, já passou a defender abertamente a finalização da monarquia em solo brasileiro, e atacar a possibilidade de concretude do Terceiro Reinado.²⁸¹

Assim, para a linguagem *Gazeta da Tarde*, o Segundo Reinado já estava terminado, e a D. Pedro II só restava vida vegetativa, enquanto o Terceiro Reinado começava, inaugurado a partir da nova lei assinada por D. Isabel.²⁸² Este grupo de abolicionistas republicanos da *Gazeta*, acusava a Princesa de apoiar a causa da libertação visando “inaugurar com popularidade o Terceiro Reinado”. Denunciava que a Regente, chamada pelo jornal de usurpadora, possuía agora “uma turba imensa de adoradores, queimando incenso aos pés do trono que se inaugura”.²⁸³

O imperador está moribundo: era preciso aparelhar-se para entrar na sucessão ruidosamente sem dar tempo à cogitação.

Lançou-se poeira aos olhos da nação e a regência, que representa já, pode-se dizer, o exercício efetivo do poder majestático, colhe as glórias de ter contentado o exército e a opinião demitindo o ministério e libertando os escravos.

A verdade é esta que não cessaremos de repetir: quem demitiu o ministério foi o exército; quem libertou os cativos foi a nação.

Não nos deixemos iludir.

Todas as cenas se armam, todo o coro de louvores, que rouba ao povo a glória, que é dele para dá-la a Regente, só tem um fim: disfarçar a tirania que inaugura, consolidar o terceiro reinado.

Até agora tivemos Braganças; de hoje em diante teremos Braganças e Orléans.²⁸⁴

Nesta perspectiva, a linguagem da *Gazeta da Tarde* elencava que o apoio da Princesa à Lei Áurea foi uma estratégia para se beneficiar, popularizando a sua coroa, já que o pai se encontrava a beira da morte. Assim, disseminava que a princesa estava colhendo as glórias que pertenciam ao povo, pois advogava que a nação havia sido a única responsável pela abolição.

²⁸⁰ *Gazeta da Tarde*, n.119, 26 mai. 1888.

²⁸¹ *Gazeta da Tarde*, n. 119, 26 mai. 1888.

²⁸² *Gazeta da Tarde*, n.119, 26 mai. 1888.

²⁸³ *Gazeta da Tarde*, n.140, 22 jun. 1888.

²⁸⁴ *Gazeta da Tarde*, n.140, 22 jun. 1888.

Logo, o vocábulo Terceiro Reinado passou a ser associado, nesta linguagem abolicionista, aos termos, usurpador e tirano. A Princesa Isabel era acusada de aproveitar-se de gratulações que não eram suas para conquistar a aceitação do seu reinado.

Em texto publicado na *Gazeta de Notícias*, assinado como “muitos eleitores”, o diagnóstico era diferente: vislumbrava-se a abolição da escravidão como a satisfação de um capricho da Regente do Império, a atitude, considerada anárquica, cavava um “abismo enorme entre o trono e o povo”, e impunha ao Terceiro Reinado ainda mais antipatias. O escritor reconhecia que a extinção do trabalho escravo já constituía vontade nacional naquela conjuntura, mas afirmava que os prejuízos a imagem do futuro reinado seriam provenientes da forma como D. Isabel conduziu a expressiva mudança no regime de trabalho, “sem consultar os interesses da lavoura e do comércio, únicas fontes de renda do país”.²⁸⁵

A atuação da Princesa Isabel na abolição da escravatura passou a ser utilizada na linguagem monarquista como artifício para propagandear o futuro reinado da herdeira do trono. Os periódicos *Diário de Notícias* e *Jornal do Comércio* divulgaram em suas páginas as manifestações populares favoráveis à Princesa Imperial D. Isabel advindas do ato do dia 13 de maio. Conjecturamos se as intenções dos periódicos consistiam em demonstrar que a sucessora do Imperador possuía aprovação da sociedade para reinar no futuro. Identificamos que a imprensa favorável à D. Isabel manifestava que o próprio povo reconhecia os atos da princesa, proclamando-a redentora.²⁸⁶

Sendo assim, no dia da promulgação da lei, o *Jornal do Comércio* publicava textos reconhecendo os feitos da Regente do Império. A linguagem dos propagandistas do Terceiro Reinado rememorava o papel de D. Isabel no Decreto do Ventre Livre de 1871, e celebrava o “Decreto do Brasil Livre” de 1888.²⁸⁷ O *Diário de Notícias*, considerava que as duas datas eram

²⁸⁵ *Gazeta de Notícias*, n.159, 8 jun. 1888.

²⁸⁶ *Diário de Notícias*, n.1142, 29 jul. 1888.

²⁸⁷ *Jornal do Comércio*, n.139, 18 mai. 1888.

gloriosas e “significavam o princípio e o fim do áureo período do triunfo da causa abolicionista”.²⁸⁸ Utilizando as ideias iluministas que permeavam o período, proclamavam: “Entre a agonia do Grande Cidadão – Imperador e o início do Terceiro Reinado, está de permeio este imenso jorro de luz: o trabalho livre na pátria livre”.²⁸⁹

A retórica do *Jornal do Comércio* exaltava a abolição como símbolo do progresso em que o Brasil se inscrevia sob a responsabilidade da herdeira da coroa. Agradecia a princesa por permitir que “as inspirações do amor desfizessem as trevas de um passado, cuja legislação já se não adaptava ao nosso progresso moral e intelectual, da primeira das nações da América do Sul”. Assim, este eixo da linguagem propagandista do Terceiro Reinado, que nunca antes publicou escritos defendendo a causa abolicionista, passou então a exaltar a lei Áurea e a responsabilizar a Regente por sua execução.²⁹⁰

O *Jornal do Comércio*, munido do ideário progressista e evolucionista daquela conjuntura, propagandeava o futuro reinado, pela exaltação da sua possível Imperatriz. Assim, utiliza também aspectos religiosos em sua linguagem de publicidade, tendo em vista a cultura política cristã católica. Neste sentido, veiculava que o feito da Princesa Isabel constituía a garantia da concretização da sucessão monárquica.

Quantos progressos em poucos meses. Quanto caminho andado!
A providência não dorme: o bem triunfa, afinal da iniquidade de Sua Alteza a Princesa Imperial Regente é um instrumento predestinado dos altos desígnios de Deus.
Sua alteza acaba de immortalizar o seu nome e de firmar o futuro da dinastia no coração do povo brasileiro.²⁹¹

Para ancorar a representação do Terceiro Reinado ao conceito de progresso, os monarquistas elencavam o fato de D. Isabel ter atuado na causa abolicionista, libertando o ventre escravo em sua Regência de 1871 e assinando a Lei Áurea extinguindo a escravidão em todo o território nacional em 1888. Deste modo, rebatiam a argumentação republicana de que a monarquia

²⁸⁸ *Diário de Notícias*, n.1142, 29 jul. 1888.

²⁸⁹ *Jornal do Comércio*, n.139, 18 mai. 1888.

²⁹⁰ *Jornal do Comércio*, n.139, 18 mai. 1888.

²⁹¹ *Jornal do Comércio*, n.139, 18 mai. 1888.

significava o passado, e a república simbolizava o progresso. Logo, buscavam inscrever a imagem do Terceiro Reinado no conjunto de ideias evolucionistas que influenciavam a sociedade imperial.²⁹²

A morte da escravidão, iniciada e ultimada gloriosamente sob o seu governo, não será motivo para abalar-se o seu reinado futuro, e com ele a monarquia brasileira.

Não

O triunfo da liberdade, o despedaçamento dos grilhões que constituíam a nossa vergonha, o entrave mais forte ao progresso e desenvolvimento da nossa indústria e a da riqueza pública, e o descrédito no estrangeiro não pode, não poderá nunca prejudicar a forma de governo que o determinou e a excelsa princesa que o sancionou.²⁹³

Diante das antipatias conquistadas pelo Terceiro Reinado devido à atuação de D. Isabel no 13 maio, o *Diário de Notícias* criticava os insatisfeitos com a liberdade dos escravos e tentava demonstrar os benefícios que o país experimentava pela mudança na forma de trabalho. Neste sentido, o artifício da linguagem da folha era também expor que a Princesa possuía o apoio do povo que a concedeu o título de Santa Redentora dos cativos.²⁹⁴

Ao contrário dos periódicos mencionados acima, *Jornal do Comércio* e *Diário de Notícias*, a folha *Cidade do Rio* era abolicionista antes mesmo do 13 de maio. No entanto, foi a partir desta data que sua campanha pela ascensão da Princesa Isabel ao trono começou. A publicação combatia fortemente os inimigos do Terceiro Reinado, que para eles ainda estaria no futuro, e era influenciado pelo passado do domínio de Pedro II.²⁹⁵ Assim, o artifício da linguagem deste eixo de propagandistas do reinado da princesa era atacar o movimento republicano.

“À princesa imortal, que entre bençãos e flores
Ao seu povo se uniu no mais glorioso feito
Com o vosso meigo olhar, olhar piedoso e santo
E o angélico sorrir que esses lábios descerra,
Morte pronta e cruel destes à escravidão.”²⁹⁶

²⁹² *Diário de Notícias*, n.1142, 29 jul. 1888.

²⁹³ *Idem*.

²⁹⁴ *Diário de Notícias*, n.1142, 29 jul. 1888.

²⁹⁵ *Cidade do Rio*, n.124, 01 jun. 1888.

²⁹⁶ *Idem*.

Como mencionado anteriormente, o Barão de Cotegipe, ministro do Império demitido pela Regência de D. Isabel, criticava a princesa por ter usado o Poder Moderador para entregar seu cargo ao Sr. João Alfredo. Contudo, para o grupo de abolicionistas do periódico *Cidade do Rio*, a princesa havia sido enérgica e patriota, desinfectando a administração da nação, aplaudida pelo povo por ter respondido a vontade nacional. O jornal *Cidade do Rio* acreditava que a defesa do conservador para indenizar os proprietários de escravos, consistia em uma única pretensão: “perturbar o início do Terceiro Reinado”, “para vingar-se da heroicidade da princesa”. Os jornalistas acreditavam que a aureola redentora do Terceiro Reinado era sua maior força, e que era este o ponto que os escravistas pretendiam atacar, por meio da proposição da indenização aos antigos proprietários de cativos.²⁹⁷

Os Isabelistas, para exaltar a imagem de D. Isabel, a denominavam santa, responsabilizando-a por livrar Joaquim Nabuco, João Clapp e José do Prato das calúnias e feridas dirigidas diariamente à sua honra, trocando “as lágrimas de dor desses heróis do abolicionismo em lágrimas de alegria, os seus sofrimentos em júbilo, e as calunias que receberam em aclamações populares, concedendo ao mesmo tempo o que esses homens mais desejavam: a liberdade dos escravos”.²⁹⁸

Os abolicionistas do jornal *Cidade do Rio*, consideravam D. Isabel a grande responsável por inscrever o Brasil nos caminhos da civilização²⁹⁹, proclamavam a princesa como “mãe dos escravos”³⁰⁰, “heroína mártir da liberdade nacional”, “magnânima”.³⁰¹ Propagandeavam o reinado da Princesa Imperial, afirmando que ela havia colocado em risco a sua própria posição de futura imperatriz para beneficiar os “mais desgraçados dos seus compatriotas”.³⁰² Deste

²⁹⁷ *Cidade do Rio*, n.131, 11 jun. 1888.

²⁹⁸ *Cidade do Rio*, n.92, 26 abr. 1889.

²⁹⁹ *Cidade do Rio*, n.101, 07 mai. 1889.

³⁰⁰ *Cidade do Rio*, n.92, 26 abr. 1889.

³⁰¹ *Cidade do Rio*, n.101, 07 mai. 1889.

³⁰² *Cidade do Rio*, n.101, 07 mai. 1889.

modo, expunham, em sua linguagem propagandista, que a Princesa possuía apoio incondicional dos libertos.³⁰³

No contexto pós-abolição, a temática do Terceiro Reinado passou a ser assunto constante nas sessões do Senado, da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. *O Jornal do Comércio*, por seu caráter informativo, publicava o conteúdo das discussões que apresentavam discursos dos republicanos contrários à implantação do Terceiro Reinado de Isabel I, relativos à indenização dos proprietários de escravos, e a respeito da cerimônia de entrega da Rosa de Ouro à Princesa Imperial.³⁰⁴

O impacto da abolição na linguagem monarquista foi sensível, nos momentos posteriores à assinatura da lei áurea, o periódico *Jornal do Comércio* passou a um posicionamento de combate à sucessão dinástica: “o ato ditatorial que extinguiu a escravidão opera como um dissolvente: neste momento, não podemos salientar onde está o Partido Conservador, se no governo, se na oposição”.³⁰⁵ A linguagem do *Jornal do Comércio* republicava textos que alegavam que o Terceiro Reinado “acaba de cavar um abismo entre o trono e o povo, impondo a promulgação de uma lei anárquica”.³⁰⁶

Analisamos as alegações destes conservadores insatisfeitos com a forma como a Princesa Imperial D. Isabel conduziu a questão da abolição. Afirmava-se que o desconforto não provinha da extinção da escravidão, já que esta representava “inquestionavelmente a vontade nacional”, mas sim da forma como tal processo foi conduzido pela Princesa Regente, ignorando completamente “os interesses da lavoura e do comércio, únicas fontes de renda do país”.³⁰⁷

Deste modo, utilizando o recurso linguístico da ironia, acusavam D. Isabel de apressar a assinatura da Lei Áurea unicamente para garantir o recebimento da honraria católica da Rosa

³⁰³ *Cidade do Rio*, n.92, 26 abr. 1889.

³⁰⁴ *Jornal do Comércio*, n.265, 22 set. 1888; n.267, 24 set. 1888; n.278, 05 out. 1888.

³⁰⁵ *Jornal do Comércio*, n.145, 25 mai. 1888.

³⁰⁶ *Jornal do Comércio*, 158, 07 jun. 1888.

³⁰⁷ *Idem*

de Ouro. Para estes conservadores, “um governo que aceita a imposição de fazer passar de afogadilho a mais importante lei, sem estudo, sem discussão e sem refletir sobre a consequências futuras e unicamente para saciar a vaidade de ser o libertador, é um governo incapaz de continuar a dirigir a nação”.³⁰⁸

Portanto, a argumentação contrária ao Terceiro Reinado adquiria uma nova textura, acusando a herdeira da coroa de atuar na libertação do cativo escravo apenas para angariar prestígio para o seu governo, que ensaiava uma inauguração a partir da Regência. Os conservadores defendiam que a decretação da abolição deveria ter ocorrido sustentada por medidas que resguardassem a ordem, impedindo a instalação do caos e a total desorganização do sistema de trabalho no país. Assim, garantia-se que o insucesso de Isabel na condução da questão do elemento servil atestava a incapacidade do governo da princesa prosperar.³⁰⁹

O jornal *Diário de Notícias* passou a pertencer ao republicano Ruy Barbosa a partir de 1889. Logo, foi perceptível a alteração ideológica do conteúdo dos seus artigos. Com relação à abolição, a linguagem do periódico argumentava que o povo não deveria nutrir gratidão em relação à Regente que assinou a lei Áurea, já que este não foi “um mimo do trono à nação”, e ainda que fosse não deveria significar o juramento de “vassalagem perpétua”. Por conseguinte, alegava-se que a emancipação do elemento servil correspondia a uma conquista popular, provocada pela “emancipação geral da província de São Paulo e pela crise militar nas ruas do Rio de Janeiro”.³¹⁰

Portanto, a partir do exame dos periódicos mencionados acima, constatamos que a abolição do cativo escravo foi traduzida pela retórica da imprensa política, basicamente, de três formas diferentes: existiam aqueles que atribuíam o feito às glórias da Regente e da monarquia, responsável por direcionar o Império nos caminhos do futuro, da civilização, solidificando a

³⁰⁸ *Idem.*

³⁰⁹ *Idem.*

³¹⁰ *Diário de Notícias*, n.1377, 22 mar. 1889.

capacidade de D. Isabel de exercer o papel de Imperatriz em momento vindouro; existiam também os que acreditavam que a Princesa Regente pouco tinha influenciado no percurso de assinatura da lei, sendo o povo o responsável pela abolição, e que a condessa d'Eu aproveitava-se do evento para conquistar popularidade e prestígio; e por fim, existiam aqueles que abominavam a Lei Áurea, e culpavam a princesa pela forma como foi implantada, reclamavam a ausência de indenização aos proprietários de cativos, acusavam D. Isabel de autoritarismo, e de utilizar irresponsavelmente o Poder Moderador para passar uma reforma que objetivava apenas divulgar o Terceiro Reinado.

2.3. ESTADISTAS DO TERCEIRO REINADO? A TÔNICA DA CRÍTICA AOS ISABELISTAS

Os embates no campo das linguagens entre os republicanos e os defensores do Terceiro Reinado eram constantes no contexto pós-abolição. Como explicitado no capítulo anterior, a linguagem dos Isabelistas atacava o republicanismo para propagar a sucessão. Entretanto, o Partido Republicano se defendia e veiculava a sua réplica contra os chamados “thuribularios da Regente”, insultavam Joaquim Nabuco³¹¹ e José do Patrocínio³¹², acusando-os de “falsificar a verdade histórica” para favorecer o Terceiro Reinado.³¹³

O *Jornal do Comércio*, que noticiava aos seus leitores o posicionamento dos republicanos no contexto pós abolição, expunha artigos em que a narrativa republicana condenava Joaquim Nabuco por apoiar o Terceiro Reinado. Assim, afirmava-se que o político havia se tornado “o

³¹¹ Joaquim Nabuco foi um importante político e intelectual do Brasil Imperial. O abolicionista era filho de um antigo Ministro do Império, o Sr. Nabuco de Araújo. Deste modo, em sua trajetória, atuou como jornalista, diplomata, advogado, e até mesmo historiador. Joaquim Nabuco destacou-se como um dos maiores nomes do movimento abolicionista sustentando seu posicionamento monarquista e liberal até os últimos instantes de vigência do Império: PAMPLONA, Marco A. Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1879-1886) – ação parlamentar, campanhas nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norte-americanos. *Revista de História Ibero-americana*, Rio de Janeiro, v.3, p.50-68, 2010, p.52.

³¹² O abolicionista José do Patrocínio nasceu fruto da relação entre o pároco e grande proprietário de terras, João Carlos Monteiro, com sua então escrava Justina Maria do Espírito Santo. Quando menino recebeu uma esmerada educação, e após estabelecer residência na Corte se diplomou em Farmácia. Contudo, passou a trabalhar como professor, adquirindo assim, contatos com indivíduos influentes na sociedade carioca. A partir de então, passou a se envolver com a causas abolicionista e republicana, e a atuar como jornalista em importantes periódicos da época: MACHADO, 2014, p.23-29.

³¹³ *Gazeta da Tarde*, n.8, 08 jan. 1889.

maior, ou pelo menos, o mais ruidoso admirador” da princesa. Entretanto, conforme o periódico, tal posicionamento advinha do anseio do abolicionista em ser “estadista do Terceiro Reinado, e já que não pode subir pela confiança pública, resolveu fazer carreira pendurado no guindaste do favor régio”. Proclamavam que Nabuco caluniava os republicanos para elogiar Isabel.³¹⁴

A tônica de rechaço aos Isabelistas, atingia também José do Patrocínio, explicitando que muitos republicanos se converteram em patronos do Terceiro Reinado a partir do 13 de maio. Neste sentido, em tom de sarcasmo, o jornalista alegava que Nabuco e Patrocínio entendiam que os abolicionistas “de todos os partidos e de todas as cores, devem formar um partido para cercar o trono e inclinar-se diante da Princesa Imperial”. Assim, os republicanos acusavam os propagandistas do Terceiro Reinado de “se ajoelharem aos pés de usurpadores”, e de tentarem concretizar o novo reinado falseando a realidade, ao advogar que a abolição seria um presente da Princesa, “quando ela foi imposta pelo medo”.³¹⁵

Atacando diretamente Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, os republicanos afirmavam que: “os homens de verdadeiro prestígio dos partidos monárquicos não se alistaram na cruzada em favor do terceiro reinado, conservam-se em significativo silêncio, ou arriscam mesmo sobre ele uma crítica condenatória”. Prosseguiam em seu método desmerecendo a importância política dos abolicionistas: “No Rio de Janeiro, além do Sr. Nabuco e do Sr. Patrocínio, que não tem prestígio algum, não se sabe quais os defensores do Terceiro Reinado”.³¹⁶

O jornal *Gazeta da Tarde* combatia a sucessão Imperial em sua linguagem, republicando artigos que afirmavam que o Terceiro Reinado havia começado “entre os rubros e sinistros clarões da guerra civil”. Fazia referência, neste sentido, à “criação da Guarda Negra, da Tocha Vermelha e de outras tantas variantes da capoeiragem”, que para os republicanos, eram comandadas pelo

³¹⁴ *Jornal do Comércio*, n. 213, 01 ago. 1888.

³¹⁵ *Jornal do Comércio*, n. 213, 01 ago. 1888.

³¹⁶ *Gazeta da Tarde*, n. 281, 06 dez. 1888.

próprio Presidente do Conselho³¹⁷, assim como contavam com o “mando supremo” de José do Patrocínio. Assim, para o vocabulário opositor à monarquia, o Terceiro Reinado se anunciava “sombrio e temeroso, despertando a ansiedade do horror em todos os corações que pulsam pelo bem da pátria”. Contudo, asseveravam: “não é com leis de repressão, não é com derramamento de sangue e de graças”, “não será trancando o pensamento”, que “se tornará possível esse Terceiro Reinado”.³¹⁸

Nesta perspectiva, a repressão aos eventos republicanos por parte da Guarda Negra assustava os políticos, que se sentiam vítimas de uma “conspiração infernal” contra a sua liberdade. Alegavam que as atitudes da Guarda Negra no combate à propaganda republicana surtiam efeito contrário, promovendo a degradação da dinastia, e demarcando uma linha tênue entre os “monarquistas de razão e consciência e os monarquistas de balcão e navalha”. Na linguagem republicana, a Guarda Negra era traduzida como “quadrilhas insufladas sob a senha do Terceiro Reinado”, projetada para proteger a herdeira presuntiva do trono “como se sua alteza estivesse no seio de uma nação inimiga”. Deste modo, utilizando o termo “quadrilhas”, vinculavam tanto a Guarda Negra, quanto o próprio Terceiro Reinado, a um âmbito criminoso, transgressor. Contudo, os republicanos consideravam que nenhuma guarda seria capaz de impedir a rejeição da nação à Princesa Isabel.³¹⁹

Os periodistas republicanos censuravam os atos dos partidários do Terceiro Reinado. O Sr. Silveira Martins foi apresentado naquela linguagem como “um caudilho do orleanismo”.³²⁰ O termo caudilho é comumente associado a ditadores, já o vocábulo orleanismo, se referia ao marido da Princesa Isabel, conde d’Eu, que pertencia à Dinastia Orleans, expulsa da França no contexto da Revolução Francesa, e identificada, naquela conjuntura, como corrupta e exploradora. Neste sentido, toda a trajetória política de Silveira Martins foi ridicularizada,

³¹⁷ O Presidente do conselho naquele contexto era o político João Alfredo.

³¹⁸ *Gazeta da tarde*, n.54, 23 fev. 1889.

³¹⁹ *Diário de Notícias*, n.1405, 19 abr. 1889.

³²⁰ *Gazeta da Tarde*, n.56, 25 fev. 1889.

apenas por apoiar a legítima sucessora do trono: “é um pobre homem, que só tem de realmente grande a vaidade, e de forte os órgãos vocais. D. Parola, pertence à comédia, metê-lo na história é um sacrilégio. Ele não merece nem apoteose, nem ser lançado às gemônias”. Os jornalistas empregam o termo D. Parola, que remete a um pirata capturado em um conflito, e que não pode sofrer agressões do navio inimigo, para diminuir a importância política de Silveira Martins.³²¹ Já o partido Liberal era representado como cúmplice de todas as perversidades, delatavam que o grupo político estava “se armando para o Terceiro Reinado”³²², entregando assim, “as grandes bandeiras do partido Liberal às incertezas covardes” do Terceiro Império.³²³ Acusavam também os chefes liberais Saraiva, Afonso Celso, Sinimbu, Paranaguá, Lafayette e Candido de Oliveira de ignorar a vontade popular e comprometerem-se com a consolidação do reinado de D. Isabel, ao invés de atuarem como Ruy Barbosa, enfraquecendo a representação do Terceiro Reinado.³²⁴ O Sr. Dr. Mendes de Almeida também foi alvo do combate republicano à sucessão dinástica, conforme republicou a *Gazeta da Tarde*, o político falsificava “o pensamento de adversários” para privilegiar “a batalha em favor do Terceiro Reinado”. Utilizando a linguagem progressista e evolucionista do período, e o ideário de laicização do Estado, o jornal veiculava que o conservador era “antipático ao progresso nacional”, pois se propunha a garantir o Terceiro Reinado, “representante da espada e do confessionário nos excessos de egoísmo de classe: e eles sabem quanto isto é prejudicial às indústrias, ao progresso de um povo, e à fecundação das fontes de riqueza”.³²⁵

Nesta perspectiva, verificamos que um dos artifícios da linguagem dos republicanos para inviabilizar a continuidade da monarquia na forma de Terceiro Reinado, era criticar os próprios Isabelistas. Assim, manifestava-se que os defensores da Princesa Imperial eram inimigos do

³²¹ *Gazeta de Notícias*, n.52, 21 fev. 1889.

³²² *Gazeta da Tarde*, n.58, 27 fev. 1889.

³²³ *Gazeta de Notícias*, n.160, 09 jun. 1889.

³²⁴ *Diário de Notícias*, n.1369, 14 mar. 1889.

³²⁵ *Gazeta da Tarde*, n. 213, 08 ago. 1889.

progresso, caluniadores, antiliberais, repressores, e estavam dispostos, inclusive, a deflagrar uma guerra civil para assegurar a coroa da filha de D. Pedro II. Em contrapartida, como discutido no capítulo anterior, os monarquistas acusavam os republicanos de se armarem para combater o Terceiro Reinado, e explicitavam que sua única pretensão era a de defenderem-se. Logo, constatamos que a linguagem de combate ao Terceiro Reinado buscava derrubar a propaganda Isabelista por meio do ataque à credibilidade dos políticos aliados da princesa herdeira.

2.4. A LINGUAGEM DE RESISTÊNCIA AO TERCEIRO REINADO

A partir da análise das fontes documentais, verificamos que a linguagem que combate à possibilidade de concretização do Terceiro Reinado era agudamente mais expressiva que a retórica de publicidade da sucessão. Neste sentido, identificamos mais ocorrências de textos combatendo o Terceiro Reinado do que o exaltando. Tal questão poderia ser justificada pelo fato de que a ascensão da Princesa Isabel ao trono era assegurada por diretrizes constitucionais, já a República, ao contrário, representaria um golpe ao poder institucionalizado. Portanto, a batalha pela derrubada da monarquia precisava construir uma nova linguagem que legitimasse seu intento.

As investidas da linguagem republicana precisavam construir uma nova rede de simbolismos para sustentar suas alegações, assim como esvaziar em significado o regime que vigorou no país por décadas. A cruzada dos propagandistas do Terceiro Reinado exigia menor esforço, já que pretendiam apenas fazer cumprir as normas sucessórias da constituição, dando prosseguimento ao domínio da dinastia Bragança. Questionamos, o gênero da Princesa seria mesmo obstáculo tão grande a ser vencido pelos monarquistas? No final da década de 1880, duas nações europeias possuíam mulheres ocupando o cargo de soberanas. Assim, ponderamos que estes fatores justificavam a significativa quantidade de escritos contrários ao Terceiro Reinado, frente à fraca propaganda do mesmo.

O movimento republicano ofertou intensa resistência à monarquia na década de 1880. Neste sentido, o intento de instalar um novo regime no país consistia também em impedir a perpetuação do regime imperial no Brasil por meio da consagração da Princesa Isabel como Imperatriz. A cena política do Império havia sido dominada por dois principais partidos monárquicos, o Conservador e o Liberal, até 1870, quando emergiu o Partido Republicano.

Segundo José Murilo de Carvalho, até 1837 não existiam partidos políticos no Brasil. No contexto posterior à abdicação do Imperador D. Pedro I ao trono nascem sociedades de caráter mais aberto dedicadas a encontrar alternativas para o problema gerado pela abdicação. Sendo assim, neste período destacaram-se três grupos, os restauradores ou caramurus que clamavam pelo retorno de Pedro I ao Brasil e ao posto de Imperador; os Liberais Monarquistas, que propunham a organização da Regência; e os Republicanos ou Exaltados que com posturas mais radicais, sugeriam até mesmo o fim da monarquia. Para Carvalho, a instalação de medidas de caráter descentralizador no Império durante o período Regencial (Código de Processo Criminal de 1832 e Ato Adicional de 1834), assim como a eclosão de rebeliões provinciais ocasionaram a formação dos partidos Liberal e Conservador.³²⁶

Segundo informa o autor, o Partido Conservador nunca publicou um documento que descrevesse suas pautas. No entanto, para Carvalho, o grupo formado por ex-moderados e ex-restauradores empenhou-se inicialmente em reformar as leis de descentralização e dedicou-se a centralizar o poder, defender o fortalecimento do Poder Moderador e o controle centralizado da magistratura e da polícia. Já o Partido Liberal, formou-se com antigos liberais monarquistas e caracterizava-se por defender as leis descentralizadoras, pleitear a autonomia provincial, a justiça eletiva, a separação entre a polícia e a justiça e a redução das atribuições do Poder Moderador. Mesclando concepções radicais e progressistas, o Partido Liberal reclamava a extinção da Guarda Nacional, ambicionava tornar o Senado temporário, imputar ao Conselho

³²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/ Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.204.

de Estado apenas atribuições administrativas, extinguir gradualmente a escravidão e promover a liberdade de consciência.³²⁷

Assim, a partir de 1870, o Partido Republicano despontou na cena política do Império. De acordo com Angela Alonso, as reformas ocorridas no país no início da década de 1870 propiciaram a instalação de uma crise interna à elite política. Neste sentido, questões que anteriormente nunca haviam entrado em pauta do debate político, porque representavam sustentáculos do Império, passaram a compor as discussões, como a religião de estado, a escravidão e o sistema representativo. Os anos 1870 foram marcados pelas consequências da guerra contra o Paraguai, do conflito do Estado com a Igreja, da fragmentação dos partidos políticos, e da Lei do Ventre Livre. O Império havia enfrentado demasiadas transformações econômicas, modificando sensivelmente o formato de representação provincial estabelecido no contexto pós Independência. Os pesos populacionais e econômicos das regiões se alteraram, assim como ocorreu o surgimento de grupos sociais urbanos, que não contavam com escravos entre as suas possessões e não tinham seus interesses representados no parlamento.³²⁸

Por conseguinte, Angela Alonso explicita que uma nova geração política³²⁹ surgiu na década de 1870, insatisfeita com a falta de representação política, consequência da longa dominação conservadora. Segundo José Murilo de Carvalho e Maria Teresa Chave de Mello, o Partido Republicano foi formado por antigos liberais radicais insatisfeitos com a situação do país, e convencidos de que no interior do regime monárquico as reformas que idealizavam não se concretizariam.³³⁰

³²⁷ CARVALHO, 2007, p.204-213.

³²⁸ ALONSO, 2002, 97-98.

³²⁹ Segundo Angela Alonso, a nova geração de 1870 não participava ativamente das principais instituições imperiais, o parlamento, os partidos políticos imperiais, e as cadeiras nas universidades. Nesta perspectiva, o movimento intelectual “buscou formas alternativas, não institucionalizadas de associação política e de manifestação pública. Apostou em campanhas temáticas, associações de curta duração, passeatas, comícios e banquetes”. Estes intelectuais exprimiam seus posicionamentos políticos por meio de livros, artigos em jornal, conferências: ALONSO, 2002, p.101.

³³⁰ CARVALHO, J. M. República, democracia e federalismo. *Varia História*, 45. Belo Horizonte, p.141- 157, 2011, p.142; MELLO, 2007, p.160.

Os indivíduos que compunham o Partido Republicano advinham de uma nova geração de intelectuais. Estes jovens não vivenciaram a instabilidade do Período Regencial, portanto, não se intimidavam em propor reformas que pudessem comprometer a ordem ou ameaçar a unidade territorial da nação.³³¹ Neste sentido, ao lançarem o documento intitulado “*Manifesto do Partido Republicano*” em 1870, os intelectuais condenavam a instituição imperial, acusando-a de corrupta, violenta e pautada em privilégios. De acordo com Milene Ribas da Costa, o grupo vislumbrava a República como o único regime apto a modernizar a nação e a ampliar os direitos civis e políticos.³³²

Ao investigar as páginas do *Manifesto*, verificamos que os escritores do documento argumentavam a existência de uma decadência moral, de uma desorganização administrativa e de complicações econômicas no Império. O Poder Moderador foi alvo de intensas críticas, sendo chamado de Poder Irresponsável. Os argumentos apresentados compunham uma linguagem de descaracterização da ordem imperial. Frequentemente, os vocábulos atraso, democracia, povo, representação, federação, apareciam no *Manifesto*, indicando uma nova linguagem política. Um artifício explorado nas páginas do referido documento foi promover a exaltação do movimento da Independência e do período regencial. Alegava-se que os períodos em que a nação experimentou progresso foram conduzidos por homens comuns, distantes das influências da família imperial. Para os redatores do documento, a vontade do povo foi assegurada apenas nas referidas ocasiões, em outros momentos, foi sempre substituída pelos desejos de um único homem, o Imperador. No entanto, percebemos que a voz povo, naquela conjuntura, significava apenas a voz das elites políticas intelectuais.³³³

³³¹ MELLO, 2007, p.160.

³³² RIBAS da COSTA, Milene. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.9.

³³³ *Manifesto do Partido Republicano*.

Por meio da análise do *Manifesto*, verificamos que a pauta dos republicanos também se apresentava favorável a uma eleição livre, elencada como a única capaz de garantir a representação e a vontade do povo. Ademais, os redatores do documento questionavam, frequentemente, o que consideravam ser o cerceamento das liberdades dos brasileiros: a liberdade de consciência, confiscada pela Igreja; a liberdade econômica, afligida por leis restritivas; e a liberdade de imprensa, submetida aos desmandos de membros do governo. O vocábulo liberdade permeava os questionamentos, demonstrando os posicionamentos teóricos que influenciavam estes intelectuais, pautados nas ideias do liberalismo. Outro princípio que compunha as reivindicações do *Manifesto* era o clamor pelo federalismo, capaz de garantir autonomia em âmbito provincial. Condenava-se, severamente, a centralização administrativa, política e econômica a que se encontrava submetido o território nacional. Os escritores do documento afirmam que a centralização fortalecia o poder pessoal, restringia a liberdade, aviltava a soberania nacional, impedia o progresso e os ganhos econômicos nas províncias, submetendo todos ao desejo de apenas um homem.³³⁴

A partir do exame do documento, percebemos que a premissa do federalismo – defendida por estes republicanos – explica porque fora da Corte o movimento obteve tantos adeptos, que muitas vezes defendiam a implantação da república de modo radical. A linguagem do atraso *versus* progresso foi um artifício destes intelectuais, visando tornar o Império símbolo do atraso, instituição emperrada, e a República uma concretização do progresso. Proclamava-se que a monarquia hereditária e a soberania nacional não funcionavam juntas. A monarquia hereditária, justificada pela vontade de Deus seria a expressão do atraso. Em contrapartida, a soberania nacional seria um princípio da democracia que conjugava as vontades do coletivo.³³⁵

³³⁴ *Manifesto do Partido Republicano.*

³³⁵ *Manifesto do Partido Republicano.*

A tese de Karulliny Silverol Siqueira³³⁶, em consonância com os estudos de José Murilo de Carvalho, explicita que apesar da publicação do *Manifesto*, nunca houve uniformidade de propostas no Partido Republicano da Corte, assim como cada província possuía diferentes linguagens republicanas que eram mobilizadas de acordo com os interesses particulares daquela localidade. Carvalho expõe que, os republicanos brasileiros inspiraram-se em pelo menos em três modelos diferentes de república: o jacobinista, o positivista e o americanista.

Segundo Carvalho, o primeiro modelo era proveniente da França e baseava-se na teoria de Rousseau. Os revolucionários adeptos desta vertente defendiam a igualdade entre os indivíduos e o protagonismo popular. No Brasil, conforme explicita o autor, esta tendência foi assimilada por parte dos republicanos da Corte, já que no Rio de Janeiro o partido nunca foi sólido. O eixo jacobinista foi conduzido por Aristides Lobo e formado por membros da população urbana, pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes. O grupo radical, apesar de pequeno, propunha liberdade, igualdade, participação popular, progresso, o fim da escravidão, do desemprego, da centralização, dos privilégios e da corrupção.³³⁷

Assim como o jacobinista, o modelo positivista também encontrava origem na França, fundamentando-se nos escritos de Auguste Comte. A vertente dividia-se entre ortodoxos, que desaprovavam o federalismo, e heterodoxos, que idealizavam a constituição de um sentimento de patriotismo, valorizando a vida em comunidade e a instituição familiar. Assim, Carvalho demonstra que o positivismo encontrou adeptos no Brasil entre os militares, principalmente do Rio Grande do Sul, atraídos pelas ideias de cientificismo e desenvolvimento industrial. O autor

³³⁶ A autora se destaca no estudo do movimento republicano na província do Espírito Santo, explicitando as divergências existentes entre a capital Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Segundo Siqueira, o movimento republicano em solo capixaba possuía como principal pauta a questão da autonomia municipal, demonstrando a insatisfação dos políticos da cidade de Cachoeiro com o domínio dos políticos da capital sobre todas as decisões envolvendo a província: SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das Repúblicas: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016, p.187.

³³⁷ CARVALHO, 1990, p.20-22.

expõe que para este grupo, a monarquia era um impasse para o progresso do país. Logo, defendiam a laicização do Estado e uma ditadura republicana.³³⁸

Já a vertente americanista, conforme esclarece Carvalho, havia sido elaborada a partir da leitura de textos de Montesquieu e enfocava principalmente a garantia dos direitos individuais. Entre as proposições estava a separação dos poderes, a fim de assegurar a liberdade. Este modelo foi expresso no Brasil pelos republicanos da província de São Paulo, localidade onde o partido era mais uniforme, composto pelos grandes fazendeiros de café. Defendia-se o federalismo, já que a centralização prejudicava a província, assim como se argumentava a inutilidade da participação popular na instalação da República.³³⁹ Também na Corte o modelo americanista encontrou entusiastas. Angela Alonso define que se formou um grupo liberal republicano, integrado por profissionais liberais, especialmente jornalistas, insatisfeitos com a impossibilidade de ocuparem postos de representação política. O referido eixo era liderado por Quintino Bocayuva, e solicitava a descentralização política, assim como mudanças nas condições necessárias para ocupar cargos representativos no cenário político nacional.³⁴⁰

Constatamos, a partir da investigação da imprensa, que um dos desafios dos republicanos em todo o Império era deslegitimar o domínio da instituição monárquica e impugnar a sucessão dinástica. Nesta perspectiva, constatamos que os contestadores do regime criticavam diversos aspectos que sustentavam a tradição imperial, como o Poder Moderador³⁴¹, a centralização

³³⁸ CARVALHO, 1990, p.20-22.

³³⁹ CARVALHO, 1990, p.20-22.

³⁴⁰ ALONSO, 2002, p.110.

³⁴¹ “O chefe de Estado possui constitucionalmente a faculdade da livre escolha dos seus ministros, e se adotou o regime que tem vigorado, foi de certo porque achou nele o meio mais comodo de exercer o poder pessoal, sem a responsabilidade inerente ao atributo legal de sua própria onipotência”: *O País*, n.1240, 28 fev. 1888.

política e administrativa³⁴², os privilégios da elite tradicional³⁴³, o parlamentarismo.³⁴⁴ Portanto, como discutiremos a seguir, a possibilidade do Terceiro Reinado de D. Isabel também foi objeto de atenção dos republicanos, que buscavam demonstrar em sua linguagem uma suposta incapacidade de a Princesa herdeira gerir o país.

Sendo assim, a partir da análise das fontes documentais, verificamos que a retórica do republicanismo frequentemente associava o Terceiro Reinado à “calamidade” nacional. Nesta perspectiva, utilizando o arcabouço de ideias liberais³⁴⁵ que compunham a cultura política do período, justificava-se que a ascensão de D. Isabel ao trono ameaçaria as garantias “à liberdade, ao direito, à propriedade, à paz e à vida do cidadão”.³⁴⁶ Deste modo, para a linguagem republicana, caso a sucessão se concretizasse o país vivenciaria um período de “brutalidade desavisada”.³⁴⁷

Ao divulgar as reuniões realizadas pelo Partido Republicano no país, o jornal *Gazeta de Notícias* demonstrava que o posicionamento urgente e em comum do partido era combater fortemente o Terceiro Reinado.³⁴⁸ Em manifesto publicado no periódico e assinado por Silva Jardim e outros 13 correligionários republicanos, denominava-se a Regência de Isabel como uma ditadura e afirmava-se o temor de um “governo argentário do Sr. Gastão de Orleans, conde d’Eu e clerical da senhora D. Isabel”. Nesta perspectiva, reforçava-se o compromisso de

³⁴² “O efeito da exagerada centralização, que torna dependente do despacho dos ministros até a falta de selos nos papéis entregues às secretárias, e que tanto avolumam o papelório obrigado a transitar pelos canais competentes, e facilmente se compreende que é admirável haver ainda quem queira ser ministro em um regime semelhante. O defeito está no sistema e não nas pessoas, e é isso que caracteriza a impotência do nosso governo para fazer o bem, ainda quando deseja fazê-lo”: *O País*, n.1396, 03 ago. 1888.

³⁴³ Que do campo senhores, para o governo de todos, sobretudo para o governo republicano, da pátria, em vez da exploração de tudo e de todos para um e os seus, para a monarquia, ociosa e privilegiada: *O País*, n.1421, 28 ago. 1888.

³⁴⁴ “Porque o mal é inerente ao nosso sistema de governo, enquanto perdurar o parlamentarismo não podemos pretender que os assuntos propriamente administrativos escapem à influência da política ou sejam por ela contrariados até nos tramites ordinários de expediente dos negócios”: *O País*, n.1396, 03 ago. 1888.

³⁴⁵ Verificar: CARVALHO, José Murilo de. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*. Oxford: Working Paper, Center For Brazilian Studies, Oxford, 2007.

³⁴⁶ *Gazeta de Notícias*, n.126, 06 mai. 1889.

³⁴⁷ *Diário de Notícias*, n.1369, 14 mar. 1889.

³⁴⁸ *Gazeta de Notícias*, n. 145, 25 mai. 1888; n.147, 27 mai. 1888; n. 345, 11 dez. 1888; n.23, 23 jan. 1889; n.148, 28 mai. 1889; n.151, 31 mai. 1889; n.218, 06 ago. 1889.

impugnar o Terceiro Reinado com os mais variados recursos para a “formação de um grande e numeroso partido”.³⁴⁹

O famoso Isabelista, José do Patrocínio, somente aderiu à causa do Terceiro Reinado após o 13 de maio. Anteriormente a esta data, a linguagem da *Cidade do Rio* expressava que a concretização da sucessão dinástica corresponderia “a uma grande desgraça pública, uma tremenda calamidade nacional”. Para propagar o abolicionismo, afirmava-se que a Regência da Princesa, em voga naquele período, desdenhava da opinião pública. O redator da *Cidade do Rio* questionava a inércia dos estadistas diante das atitudes da Regente, que para o abolicionista, inscreveria o futuro do país no despotismo.³⁵⁰

Deste modo, combatia-se o Terceiro Reinado pela linguagem republicana que fazia um prognóstico negativo da junção do conde e da condessa na direção das funções majestáticas. Assim, declarava-se que a ascensão de Gastão de Orleans ao posto de Imperador Consorte originaria no país “a opressão material do militarismo, obrigado aos militares, e do argentarismo, inspirados aos capitalistas”. Acusando a Princesa Imperial de carola, assevera-se que iniciado o domínio de Isabel I no Brasil, experimentaríamos “a opressão moral do beatério papista e opressão do clero”. Sendo assim, conceituava-se o termo Terceiro Reinado como a institucionalização da “tirania a fortuna, tirania ao trabalho, tirania ao pensamento”, assim como a “perseguição as convicções”.³⁵¹

O *Jornal do Comércio*, dado o seu caráter informativo, noticiava os posicionamentos dos opositores ao Terceiro Reinado, principalmente no contexto posterior à abolição. A folha publicava trechos de discursos de políticos republicanos em suas páginas, ou relatórios de reuniões dos clubes do partido antimonárquico. Assim, transcrevia: “assistimos ao reinado das

³⁴⁹ *Gazeta de Notícias*, n.322, 18 nov. 1888.

³⁵⁰ *Cidade do Rio*, n.28, 06 fev. 1888.

³⁵¹ *Gazeta da Tarde*, n.281, 06 dez. 1888.

ficções, da mentira, da hipocrisia, a realeza tem provocado anarquia moral e política e concorrido para o desprestígio das instituições outorgadas na carta constitucional”.³⁵²

Identificamos, como será explorado em tópico posterior, que a resistência do republicanismo ao Terceiro Reinado explorava também uma linguagem elogiosa à Princesa Isabel, em detrimento da crítica ao seu marido. Reconhecendo a afeição popular pela “redentora”, atacava-se a imagem do Príncipe Consorte, para registrar que se a sucessão dinástica se efetivasse, o orleanismo dominaria o país. A linguagem convocava a população para combater o Terceiro Reinado, alegando que o reconhecido espírito democrático da princesa a conduziria na devolução da soberania para o povo. Assim, verificamos que um dos principais isabelistas, o redator da *Cidade do Rio*, modificou seu posicionamento e transformou-se em republicano, mas o abolicionista ainda se encontrava receoso de criticar a “sua redentora”.

Dissemos e repetimos: Isabel, a Redentora, que uma vez pôs em perigo a Coroa para satisfazer uma aspiração nacional, é bastante digna para abrir mão dessa mesma coroa, quando sentir que ela já não é sustentada em sua cabeça pela vontade popular.

E acrescentávamos justificando o nosso isabelismo: “governo de satisfação das vontades populares, o de Isabel, a redentora, será uma escola de democracia. O que nos cumpre é educar a futura soberana para que ela restitua ao povo, sem mágoa, a soberania que ele delegou.

Quanto mais pensamos no ato inestimável de 13 de maio, tanto mais nos convencemos de que só uma grande alma o podia sancionar, entre lágrimas de filha e sorrisos de soberana, e a nossa veneração por essa desinteressada senhora cresce a medida que nos afastamos, cada vez mais, do pensamento de tolerância pela monarquia, contra a qual aconselhamos sinceramente ao povo combate sem tréguas, dentro dos limites da civilização.”³⁵³

A retórica republicana³⁵⁴ denunciava a forma como o casal herdeiro preparava a sucessão: “a casa Bragança-Orleans trabalha na treva, conspira, cerca-se de mistérios. Em público ela especula com sentimentalismo, em segredo arregimenta os ódios, pela imprensa anuncia o advento da liberdade, nos conciliábulos secretos amedronta os crédulos com a escravidão”. Em sua linguagem, elucidava a direção antagônica que as duas propagandas assumiam, tentando

³⁵² *Jornal do Comércio*, n.221, 09 ago. 1888.

³⁵³ *Cidade do Rio*, n.186, 20 ago. 1889.

³⁵⁴ Destacamos que consideramos a linguagem do republicanismo de um modo mais geral, visto que os periódicos investigados contavam com diversos jornalistas colaboradores, que na maioria das vezes não assinavam os seus artigos publicados.

justificar uma superioridade do republicanismo: “Os republicanos querem provocar o raciocínio e a família de Bragança Orleans quer excitar as paixões”. No interior dos embates no campo das linguagens, este setor da elite política brasileira trabalhava o vocábulo Terceiro Reinado de modo a torná-lo sinônimo de “guerrilha” e “clericalismo”.³⁵⁵

A herdeira da coroa também era constantemente acusada de indiferença frente aos problemas do país, como a fome e as doenças que afligiam a população pobre.³⁵⁶ O jornal, com tendências republicanas, *O Mequetrefe*, endossava a crítica. A folha nasceu da iniciativa de Pedro Lima e Eduardo Joaquim Correa em janeiro de 1875. Contudo, assim como indica Aristeu Elisandro Machado Lopes, a partir de 1879, a publicação tornou-se exclusiva de Correa, até seu falecimento em 1891. O jornal contou com a contribuição de literatos consagrados como Olavo Bilac e Artur Azevedo, e caricaturistas famosos como Aluísio Azevedo.³⁵⁷

A redação do periódico localizava-se na Rua da Quitanda, no Rio de Janeiro, e os números emitidos eram comercializados através de assinaturas anuais que custavam 16\$000 na Corte e 20\$000 nas demais províncias. Acreditamos que *O Mequetrefe* era vendido por um valor mais alto do que os outros jornais examinados neste estudo pelo fato de conter ilustrações em suas páginas.

O Mequetrefe atacava a regência da Princesa Imperial D. Isabel, veiculando que o governo não se dedicava à caridade pública. Sendo assim, alegava que Isabel, “banqueteia-se constantemente na luxuosa cidade imperial, onde a redentora promove pomposas quermesses em favor de templos esplendorosos, rindo-se da desgraça e da miséria dos seus futuros súditos!”. Assim, utilizando o recurso linguístico da ironia, utilizava o termo “redentora” - que fora elaborado

³⁵⁵ *Gazeta da Tarde*, n.11, 11 jan. 1889.

³⁵⁶ *O Mequetrefe*, n. 476, abr. 1889.

³⁵⁷ LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *O Mequetrefe e a República: imprensa ilustrada, política e humor*. Rio de Janeiro, século XIX. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 01-09, p.2.

pelos Isabelistas para exaltar a imagem da Princesa - para repreender os gastos e o envolvimento de Isabel com festividades.³⁵⁸

O texto contraria um dos pilares do discurso dos defensores do Terceiro Reinado, a associação de D. Isabel às obras de caridade. Para estes republicanos, a suposta despreocupação da sucessora do trono com os problemas vivenciados pela parte carente da sociedade demonstrava sua incapacidade para gerir o país em momento futuro: “que belas garantias já nos oferece a herdeira do Terceiro Reinado”. Sendo assim, proclamavam que o Terceiro Reinado não irá se concretizar: “herdeira? Veremos”.³⁵⁹

A articulação constante na retórica dos combatentes do Terceiro Reinado, era atacar a camarilha que cercava o casal imperial. Segundo os republicanos, a Princesa Isabel agia em sua Regência por influência de pessoas externas, buscando ser amável e delicada para com este grupo, adotava atitudes que geravam questionamento a respeito da respeitabilidade da então Regente do Império. Assim, asseveravam que se a Princesa realmente se tornasse Imperatriz, precisaria abandonar “suas intimas relações de condessa d’Eu³⁶⁰ e meditar em que certas facilidades de hoje não podem ser toleradas no dia de amanhã”, desmanchando assim “o infeliz corrilho que a cerca e que já a tem comprometido suficientemente”.³⁶¹

Diante da saúde debilitada do imperador, a linguagem do republicanismo indicava que D. Pedro II não mais governava o país: “o governo que temos não é dele, é da camarilha que o cerca”. Declarava-se que um grupo de exploradores geria a nação, e pretendiam continuar ludibriando o país a partir da inauguração do Terceiro Reinado.³⁶²

Em contrapartida, por vezes, a crítica seguia uma direção divergente, alegando que o soberano D. Pedro II controlava as decisões da filha. Deste modo, a linguagem republicana de combate

³⁵⁸ *O Mequetrefe*, n. 476, abr. 1889.

³⁵⁹ *O Mequetrefe*, n. 476, abr. 1889.

³⁶⁰ “É preciso, porém, que desde já se fique convencido de que Isabel I do Brasil não lembrará muito a Condessa d’Eu: *Gazeta da Tarde*, n.119, 26 mai. 1888.

³⁶¹ *Gazeta da Tarde*, n.119, 26 mai. 1888.

³⁶² *Gazeta da Tarde*, n.240, 19 out. 1888.

ao Terceiro Reinado, atacava a representação de D. Pedro II, apresentando que as supostas falhas do soberano perdurariam sobre o Terceiro Império, que se inauguraria sob suas advertências. Seguindo uma argumentação embasada na cultura política patriarcal³⁶³, alegavam que D. Isabel apresentava uma “exagerada submissão filial”, e que era o augusto imperante o responsável pelo planejamento da ascensão da Princesa ao trono.

Ele, afirmamos, sem segunda intenção, é o grande Romão nacional, o testa de ferro de todas as manobras que dão ingresso efetivo ao terceiro reinado, a sombra impalpável que ocupa o cenário fantasmagórico por trás do qual se representa a comédia política, e se principia a encenar a próxima tragédia de uma forçada sucessão dinástica contra a mais viva repulsão de todo o país.³⁶⁴

Nesta cruzada da linguagem republicana contra a possibilidade de ascensão do Terceiro Reinado, os opositores utilizavam até mesmo a crítica a dinastia Bragança para combater um novo Império. Declarava-se que D. Isabel apresentava “alguns dos defeitos dos príncipes de sua raça”, “falsos princípios religiosos, propensão para se cercar de corrilhos compostos de pessoas de pouca respeitabilidade e deixar-se influenciar por criaturas que” não sabem avaliar “o que é amor da pátria e o interesse geral”.³⁶⁵ Nesta perspectiva, a linguagem republicana manifestava que o Terceiro Reinado da casa de Bragança sobre o país seria ainda mais prejudicial para a nação do que os dois anteriores, anunciavam que a futura Imperatriz seria ainda mais corrupta que seu pai Pedro II, e mais violenta que seu avô Pedro I no exercício das funções majestáticas.³⁶⁶

Esta comparação com o desprestigiado governo de D. Pedro I era constante na linguagem dos inimigos do Terceiro Reinado: “Este alvorecer do Terceiro Reinado já vai mais tinto em sangue do que o alvorecer do primeiro”. A tônica republicana explicitava que “o que o fundador do Império praticava em certos limites, mediante as comissões militares, os prelúdios do governo de sua neta estão desenvolvendo em larga escala, mediante o aliciamento da raça liberta contra

³⁶³ Verificar: BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX*. 1988. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

³⁶⁴ *Gazeta da Tarde*, n.50, 19 fev. 1889.

³⁶⁵ *Gazeta da Tarde*, n.170-171, 28/29 jul. 1888.

³⁶⁶ *Gazeta de Notícias*, n.91, 01 abr. 1889.

a opinião nacional”. A argumentação difere a postura de D. Pedro I e de D. Isabel em apenas um aspecto, apontam que no reinado de seu avô “a coroa assumia francamente as responsabilidades, que hoje procura evadir”.³⁶⁷

Inspirados em ideais propalados pela Revolução Francesa, os republicanos utilizavam exemplos históricos dos predecessores de D. Isabel para ilustrar o fiasco que seria o Terceiro Reinado na visão destes políticos. Os inimigos da monarquia, apresentavam o Primeiro Reinado como um período de vigência do “despotismo feroz de um príncipe ignorante e brutal”, já o segundo, seria a “tirania maquiavélica de um outro príncipe, corrompido e astuto”. Sendo assim, criticando a afeição de Isabel a eventos sociais e à Igreja, previam que o Terceiro Reinado só poderia ser a desonra da pátria, devido à “influência imoral do clericalismo, e pelos apetites depravados do cançã³⁶⁸ e das habaneras³⁶⁹, do luxo, da dissipação e do desregramento dos costumes”.³⁷⁰ A tentativa de relacionar o Terceiro Império à uma certa promiscuidade, provavelmente foi utilizada na linguagem republicana como forma de fortalecer a argumentação contrária à Isabel, já que a sociedade brasileira oitocentista era pautada em uma cultura política cristã-católica e demasiadamente moralista.

Entretanto, verificamos que a crítica republicana à Princesa Isabel tentava contemplar todos os eixos da vida da herdeira da cora. Assim, ao mesmo tempo em que a condessa d’Eu era apresentada como luxuriosa, também a julgavam carola, mobilizando termos comumente considerados diametralmente opostos. Logo, a partir da análise dos periódicos, identificamos que a linguagem de enfretamento à possibilidade do Terceiro Reinado alegava que, caso a sucessão se concretizasse, o clericalismo dominaria o Império, já que a Princesa Isabel era descrita como uma beata.

³⁶⁷ *Diário de Notícias*, n.1405, 19 abr. 1889.

³⁶⁸ Verificar: SOUZA, Maria Cristina de. Boa noite Rio! – O samba-cancã ou a História do Espetáculo. *Tecnologia e Humanismo*, Curitiba, n.27, p.29-41, 2004.

³⁶⁹ Verificar: SARAIVA, Joana Martins. A habanera através da imprensa carioca: revisitando práticas musicais oitocentistas pela Hemeroteca Digital Brasileira. *Debates*, Rio de Janeiro, n.25, p.88-101, 2021.

³⁷⁰ *O País*, n.1154, 03 dez. 1887.

Munidos do recurso linguístico da ironia, a linguagem da *Gazeta da Tarde* indicava que um certo “beato vice-cônsul tão amigo de enviar almas ao céu”, seria o Ministro perfeito para o governo da futura Imperatriz.³⁷¹ Ainda utilizando o sarcasmo, em outro artigo anunciava-se que “a benemérita Companhia de Jesus” pretendia fundar mais um colégio no Rio de Janeiro, “no intuito de preparar convenientemente o espírito público para o futuro reinado”.³⁷²

A *Gazeta da Tarde* noticiava as intervenções de um reverendo que deixou o Vaticano e veio ao Brasil para empreender defesa oficiosa do trono. Contudo, para o periodista, tal atitude corresponderia a “um presente de grego”. Apesar de naquele contexto a maior parte da população brasileira professar a fé católica, a linguagem do jornalista notificava o clérigo de que em sua pátria, os indivíduos desejavam expulsar os padres de seu território. Nesta perspectiva, afirmava que o “receio que infunde no espírito popular o futuro Terceiro Reinado, resulta unicamente da crença de todos que a princesa inclina-se muito para o Vaticano. [...] tu com tua intervenção só consegue aguçar os ódios, tornar mais carregado o quadro do futuro reinado”.³⁷³

A linguagem republicana afirmava que a ascensão da Princesa Isabel ao trono corresponderia à entrada dos jesuítas no Brasil para dominar estas terras. A associação do Terceiro Reinado aos jesuítas na linguagem republicana correspondia à reconhecida imagem negativa desta ordem religiosa no país, proveniente do século XVIII, quando o Marquês de Pombal expulsou o grupo católico do Brasil. Proclamava-se também que a educação recebida pela herdeira da coroa, a tornaria um “joguete nas mãos dos padres”. Questionava-se a entrega da Rosa de Ouro³⁷⁴ para D. Isabel, afirmando que seria “um tratado de aliança entre o clericalismo e o Terceiro

³⁷¹ *Gazeta da Tarde*, n.267, 19 nov. 1885.

³⁷² *Gazeta da Tarde*, n.29, 08 fev. 1886.

³⁷³ *Gazeta da Tarde*, n.232, 10 out. 1888.

³⁷⁴ Cerimônia na qual a Princesa Isabel recebeu a honraria católica da Rosa de Ouro, ofertada pelo Papa Leão XII, condecorando sua atuação em favor da abolição do cativo escravo. De acordo com Lourenço Luís Lacombe, a solenidade foi marcada intencionalmente para o dia 28 de setembro, aniversário da Lei do Ventre Livre, e primeiro decreto abolicionista assinado pela Princesa Isabel, na sua Primeira Regência. A entrega da condecoração pontifícia, pelas mãos do Internúncio Spolverini ocorreu na Capela Imperial, na presença de toda a família da redentora, de importantes eclesiásticos: LACOMBE, 1989, p.243.

Reinado”, e que o Papa conhecia o “espírito fraco e religioso da princesa”. Portanto, a igreja intencionava aproveitar-se.³⁷⁵

Grande parte da elite política brasileira propagava o ideal da laicização do Estado. Neste sentido, a linguagem dos combatentes do Terceiro Reinado tentava “demonstrar a influência que o clericalismo exercia sobre o espírito da princesa imperial arrastando-a a prática de atos contrários aos seus deveres e que não podem deixar de ser reprovados pela sua consciência”. Enumerava-se um suposto episódio em que um bispo solicitou apoio à Isabel para realizar uma obra de caridade, e a filha do Imperador concedeu “alguns baronatos para que ele os vendesse e se utilizasse do preço”.³⁷⁶

Outro fato elencado pela oposição ao Terceiro Império foi a cerimônia de entrega da Rosa de Ouro, repercutindo as discussões na imprensa que questionavam se a princesa havia jurado ou não obediência ao Papa naquela solenidade. A linguagem republicana delineava que o governo de Isabel viabilizaria a “humilhação suprema de sermos governados por algum padre”. Assim, afirmava-se: “O terceiro reinado é o desconhecido e nas sombras de que se envolve parece-nos ver claramente desenhado o espectro do clericalismo”.³⁷⁷

O vocabulário de maledicência ao Terceiro Reinado ancorava-se fortemente no gênero da filha do soberano. Tal artifício originava-se da cultura política patriarcal vigente no país. Deste modo, mencionava-se Isabel de Bragança como “uma dama fraca e delicada”.³⁷⁸ Neste sentido, verificamos que para propagar seus anseios antiescravistas, os abolicionistas da Cidade do Rio exploravam também o gênero da Princesa Regente.

Sua alteza a Regente não foi educada para os grandes lances políticos; não se pode falar com sua alteza com franqueza devida a um soberano, sem melindrar a dama.

A corte não fala a verdade aos príncipes e muito menos às princesas.

³⁷⁵ *Gazeta da Tarde*, n.238, 17 out. 1889.

³⁷⁶ *Gazeta da Tarde*, n.253, 02 nov. 1888.

³⁷⁷ *Gazeta da Tarde*, n.253, 02 nov. 1888.

³⁷⁸ *Gazeta da Tarde*, n.147, 01 jul. 1887.

As mulheres de palácio extraem da amizade da rainha a posição e a riqueza para os maridos e prole; os homens calam-se, porque lucram, e mostram-se gentis não contrariando uma senhora.

Os ministros especulam com a fraqueza da soberana e com a impopularidade dos maridos, quase sempre estrangeiros.

A nossa voz infelizmente chega desnaturada pela suspeição aos ouvidos de sua alteza.

Em vão lhe bradaríamos: Senhora, nós queremos que a primeira soberana da nossa terra seja tão grande como a Isis egípcia, que a gratidão do povo converteu em deusa: e o meio, o único meio é vossa alteza assumir a responsabilidade do padroado dos cativos.

Sua alteza julgaria que nós estávamos falando como Ulysses e consideraria o nosso conselho um presente grego.

Entretanto é este o caminho que poderia levar a herdeira do trono ao coração dos brasileiros."³⁷⁹

A *Cidade do Rio* também reduzia Isabel ao âmbito privado, convidando a princesa a cuidar da música e da religião, e a abandonar a vida pública do universo político. No cenário da década de 1880, os salões regados a música correspondiam a uma ampliação do mundo domiciliar, assim como a dedicação à Igreja deveria compor a personalidade de uma mulher considerada virtuosa. Seguindo este mesmo raciocínio, a filantropia era vista como responsabilidade da mulher, e os eventos de caridade uma extensão do domicílio. Assim, levantando a bandeira do gênero, convocavam a Princesa para a “libertação dos pobres escravizados”, sustentando que este feito filantrópico inauguraria com louvor o Terceiro Reinado.³⁸⁰

A argumentação dos opositores à herdeira da coroa brasileira reconhecia que a Princesa apresentava “todas as qualidades e nobres virtudes privadas de sua digna mãe”. Entretanto, afirmava-se que tais atributos não eram suficientes para um “bom chefe de estado, muito principalmente quando a evolução da sociedade é cada vez mais rápida e infalível”. Assim, presumia-se que a filha do monarca apresentava virtudes privadas, estando plenamente preparada para gerir o lar doméstico. Entretanto, os opositores não a consideravam capaz de governar a nação: “A Sra. Princesa Imperial tem todas as condições para uma excelente e

³⁷⁹ *Cidade do Rio*, n.59, 28 nov. 1887.

³⁸⁰ *Cidade do Rio*, n. 68, 09 dez. 1887.

virtuosa mãe de família, mas não foi educada para chefe de um país constitucional, com ministros responsáveis e parlamento”.³⁸¹

Na narrativa republicana, o gênero de D. Isabel era um grande obstáculo para o seu papel de governante do país, já que como mulher, a sucessora estaria frequentemente sujeita a deixar-se guiar pelo coração ao invés da razão. Tal fato, para os jornalistas da *Gazeta de Notícias*, foi provado historicamente como fatais a um governo. Nesta perspectiva, mencionava-se que o sucesso das regências de Branca de Castella e Anna de Beaujeu foi assegurado pelo afastamento das paixões particulares da direção do Estado. Em tom imperativo, a linguagem do periódico elucidava que Isabel deveria seguir o exemplo da Rainha Vitória da Inglaterra, “marchando sempre de acordo com a opinião geral de seu país, não tendo corrilho, e colocando-se sempre no verdadeiro ponto de vista das conveniências públicas”. Neste sentido, asseguravam também que o povo dificilmente seria simpático a soberanas mulheres, a não ser nos casos de Maria Teresa e Vitória I.³⁸²

A linguagem do republicanismo buscava expor uma princesa frágil, influenciada por posicionamentos do seu pai, do marido, da Igreja e até mesmo da própria preceptora, a Condessa de Barral. Um artigo do jornal *Gazeta de Notícias* acusava a Regente do Império de fazer “favores pessoais à custa da causa pública”, escolhendo o político Pereira da Silva para Senador do Império apenas para agradar sua educadora da infância. Nesta perspectiva, percebemos que o intento do texto é questionar a legitimidade da escolha da princesa, já que para o jornalista a melhor opção seria o Sr. Andrade Figueira. Assim, buscava-se expor que a princesa desrespeitava a constituição e não estaria apta para gerir o Terceiro Reinado: “para atender a um pedido, feriu as conveniências, a verdade dos princípios constitucionais, o interesse das

³⁸¹ *Gazeta da Tarde*, n. 193, 24 ago. 1885.

³⁸² *Gazeta de Notícias*, n.15, 15 jan. 1888.

instituições, mostrando que sacrifica as grandes conveniências públicas à pequenas paixões que não devem achar abrigo no peito de um soberano constitucional”.³⁸³

Outra argumentação intensamente explorada na linguagem dos combatentes da sucessão era a formação intelectual³⁸⁴ de D. Isabel. Para fortalecer a argumentação contrária ao Terceiro Reinado, a linguagem republicana asseverava que a sucessora do Imperador não havia recebido “a educação indispensável a um soberano constitucional”. Reconhecia-se apenas que a Princesa absorveu as virtudes privadas de sua mãe e o patriotismo e abnegação do seu augusto pai.³⁸⁵ Entretanto, ao analisar as páginas dos periódicos, constatamos que a educação do próprio imperador era apresentada como frágil nesta linguagem, e a despeito disto, o monarca havia permanecido no trono por longos anos.

A retórica dos republicanos combatentes do Terceiro Reinado utilizava artifícios linguísticos para tornar consenso que o futuro governo da princesa era extremamente impopular. Veiculavam como verdade em sua linguagem o objetivo que pretendiam conquistar: esvaziar o prestígio do Terceiro Reinado. Para o jornalista: “o terceiro reinado cairá na realidade de sua posição sucumbirá infalivelmente, e no meio também de manifestações em sentido contrário das que hoje o acalentam. A posição da Regente é falsa, e suas glórias fictícias e passageiras. A de imperatriz será mais falsa ainda, ou antes, impossível”.³⁸⁶ Sendo assim, apregoavam que a população não nutria simpatias ao Terceiro Reinado, devido ao corrilho que cercava D. Isabel e aos seus posicionamentos caracterizados pela *Gazeta de Notícias* como ultracatólicos.³⁸⁷

A partir da análise da linguagem do jornal *Cidade do Rio*, constatamos que, antes da abolição, a folha abominava o Terceiro Reinado, e divulgava que a princesa era extremamente impopular.

³⁸³ *Gazeta de Notícias*, n.15, 15 jan. 1888.

³⁸⁴ Contrariamente à argumentação dos republicanos, abordamos no capítulo anterior a extenuante rotina de estudos enfrentada pela Princesa Imperial durante boa parte de sua vida, dedicou-se a aprendizagem das letras, da política, das ciências e da história. Verificar: AGUIAR, Jaqueline Vieira de. D. Pedro II: o pai/mestre das princesas. *Encontros*, n.19. Rio de Janeiro, p.58-72, 2012.

³⁸⁵ *Gazeta da Tarde*, n.170-171, 28-29 jul. 1888

³⁸⁶ *Gazeta da Tarde*, n.131, 11 jun. 1888.

³⁸⁷ *Gazeta de Notícias*, n.15, 15 jan. 1888.

Para o periódico, uma das gêneses do desprestígio era o envolvimento de D. Isabel na questão religiosa.³⁸⁸ O ocorrido havia provocado grandes perturbações na ordem imperial, e logo em seguida iniciou-se a segunda Regência da herdeira da coroa. Portanto, a Princesa precisou lidar com os ânimos exaltados dos membros da maçonaria. Assim, utilizando a figura de linguagem da metáfora, descrevia-se o episódio: “Quando ainda não haviam arrefecido de todas as lavas com que o vulcão maçônico parecia querer soterrar a igreja, de que sua alteza era apregoada como padroeira imperial”, assumira Isabel o posto de Regente, sendo sua imagem prejudicada pelas inquietações daquela conjuntura.³⁸⁹

Para a linguagem da *Gazeta da Tarde*, a suposta aproximação da sucessão dinástica em 1888 provocava “mal-estar geral”, “apreensões”, e “temor da transição iminente cujos desastres anunciam-se tanto pelo caráter da futura imperatriz, quanto pelo do príncipe consorte”. Os redatores afirmavam que o Terceiro Reinado seria uma “tremenda ameaça”, um risco de “calamidade nacional”, “humilhação nacional”. Logo, afirmavam existir um “forte espírito de resistência” contra ele.³⁹⁰ O ímpeto de combater a sucessão vociferava: “talvez sobre um cemitério seja possível o terceiro reinado”.³⁹¹

A folha veiculava também, que a “má vontade geral contra o Terceiro Reinado” prejudicava a monarquia.³⁹² Afirmava-se existir uma aversão à futura imperatriz, “por mais apelidos que ponham na princesa, não conseguem torná-la simpática, e do conde d’Eu os pregoeiros do Terceiro Reinado nem se atrevem a fazer alusões, esquecendo-se que ele é inseparável da princesa herdeira”. Assim, afirmava-se que diante da exacerbada impopularidade do Terceiro

³⁸⁸ O conflito ocorrera a partir das discordâncias do trono e dos bispos em relação à questão da maçonaria. Enquanto os bispos ordenaram o fechamento de irmandades compostas por maçons que descumpriam suas ordens sustentadas por bulas pontifícias. O ministro do Império do período, o Sr. Visconde do Rio Branco, era Grão-Mestre da Maçonaria, e fora inflexível contra as determinações dos eclesiásticos. D. Pedro II apoiara Rio Branco, “levando a questão ao Conselho de Estado”: LACOMBE, 1989.

³⁸⁹ *Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887.

³⁹⁰ *Gazeta da Tarde*, n.143, 26 jun. 1888.

³⁹¹ *Gazeta da Tarde*, n.16, 16 jan. 1889.

³⁹² *Gazeta da Tarde*, n.240, 19 out. 1888.

Reinado, não era mais necessário esperar o falecimento do Imperador para combater a sucessão, a batalha contra o inimigo deveria começar imediatamente.³⁹³

O periódico *Gazeta da tarde* exprimia em sua linguagem a existência de uma “pronunciada antipatia pelo Terceiro Reinado”, e que, por este motivo, caso ele se inaugurasse, receberia “franca hostilidade”. Na intenção de inviabilizar a sucessão, tentava demonstrar em sua linguagem que nem mesmo os monarquistas estariam ao lado de Isabel I: “Monarquistas reconhecidos tem mesmo feito a solene declaração de combate ao reinado da guarda negra”. Sendo assim, convocava-se os monárquicos para romper relações com os Isabelistas: “Combater o Terceiro Reinado é combater a monarquia; e os que se declaram contra a ciganagem orleanica não tem mais o direito, por considerações de qualquer ordem, de continuar caudatário de quem se faz caudatário da princesa e do conde d’Eu”.³⁹⁴

Por conseguinte, com base na análise dos jornais que circularam nos anos finais de vigência da monarquia brasileira, delimitamos um vocabulário político de repúdio à possibilidade de concretização do Terceiro Reinado. Nesta linguagem republicana, a representação da Princesa Isabel foi significativamente atacada, conduzindo à destruição dos simbolismos que poderiam sustentar a elevação da Princesa Imperial ao posto de Imperatriz do Brasil. Logo, conjecturamos que a pretensão dos jornalistas poderia ser deslegitimar o Terceiro Império para possibilitar a inauguração da República.

2.4.1. ORLEANIZAR A NAÇÃO: O TERCEIRO REINADO E A IMPOPULARIDADE DO PRÍNCIPE CONSORTE, O CONDE D’EU

A figura do conde d’Eu, marido da Princesa Imperial D. Isabel, dividia opiniões na sociedade brasileira oitocentista. Enquanto certos grupos da elite política exaltavam sua imagem e demonstravam confiança no príncipe francês para auxiliar sua esposa no Terceiro Reinado, outros o rejeitavam firmemente. De acordo com o biógrafo Luis da Camara Cascudo, o conde

³⁹³ *Gazeta da Tarde*, n.292, 21 dez. 1888.

³⁹⁴ *Gazeta da Tarde*, n.56, 25 fev. 1889.

era o filho primogênito do Duque de Nemours, e na ocasião do seu nascimento, no dia 28 de abril de 1842, foi batizado com o nome Luis Felipe Maria Fernando Gastão de Orleans. Devido aos eventos da Revolução Francesa, ele foi obrigado a deixar seu país aos 6 anos, encontrando exílio na Espanha. Em terras espanholas iniciou a preparação para a carreira militar, chegando a se destacar na Batalha de Tetuan, no Marrocos, sendo, portanto, agraciado com uma medalha.³⁹⁵

A referida medalha, segundo Hermes Vieira, inclusive adornou a farda utilizada pelo conde d'Eu em seu casamento com a Princesa Imperial D. Isabel.³⁹⁶ Ao assumir a condição de Príncipe Consorte do Brasil, Gastão de Orleans também empregou seu treinamento militar na Guerra do Paraguai. De acordo com Braz Batista Vas, o conde d'Eu pediu autorização ao Parlamento, ao Conselho de Ministros e ao Conselho de Estado para participar da guerra nos anos de 1866, 1867 e 1868. Entretanto, somente sua última solicitação foi homologada. Segundo Vas, a gênese da recusa do Conselho de Estado aos requerimentos do marido de D. Isabel estava em uma “política da cautela e preservação da família imperial”. Assim, para Vas, o objetivo era impedir o destaque e a visibilidade da figura do conde d'Eu, tendo em vista a possibilidade de sua esposa herdar a coroa.³⁹⁷

Logo, a partir da referida aprovação em 1868, e do fato do general Caxias ter pedido demissão, o Conde foi escalado como comandante-em-chefe para coordenar os exércitos aliados. Gastão liderou as tropas nas batalhas de Peribeubú e de Campo Grande, consagradas como as duas mais importantes do contexto final da guerra. Vas também destaca a contribuição do conde d'Eu na perseguição e assassinato do Presidente do Paraguai, Solano Lopez.³⁹⁸ Ademais, o biógrafo Luis da Camara Cascudo apresenta outra importante contribuição de Gastão, a abolição da

³⁹⁵ CASCUDO, Luis da Camara. *Conde d'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p.52-53.

³⁹⁶ VIEIRA, 1989, p.50.

³⁹⁷ VAS, Braz Batista. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde d'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011, p.158-160.

³⁹⁸ VAS, 2011, p.160 e 166.

escravidão no Paraguai em 1869, manifestando-se categoricamente contra a instituição escravista.³⁹⁹ Na visão de Braz Vas, a divulgação da atuação do Príncipe Consorte na guerra correspondia a um esforço dos aliados do conde em aumentar seu prestígio e aproximá-lo do povo, disseminando a imagem de um herói de guerra.⁴⁰⁰

Contudo, como discutiremos a seguir, a representação do conde d'Eu foi alvo de ferrenhas críticas da elite política imperial, principalmente na linguagem republicana. O teor da crítica atingia frequentemente a Dinastia Orleans, a qual pertenciam as características físicas de Gastão, até uma suposta surdez por parte do marido da herdeira do trono era alvo da narrativa jocosa. Sendo assim, era frequentemente elencado como um grande problema para a pátria possuir em solo brasileiro um representante do orleanismo francês. Assim, exemplos da história francesa, e momentos em que a referida dinastia de Gastão havia usurpado a França monárquica eram publicadas nos periódicos com um certo tom de orientação à D. Pedro II. Valendo-se de conceitos como “progresso”, “futuro” e “amanhã”, almejavam amedrontar o Imperador, demonstrando historicamente que a onipotência da realeza é temporária.⁴⁰¹

O jornalista, que assinava como Proudhomme⁴⁰², demonstrava para o imperador a inevitabilidade do fim da monarquia a partir da elucidação do exemplo francês, utilizando também o conjunto de ideias progressistas e evolucionistas em voga no período para justificar sua argumentação. Em sua linguagem, comparava D. Pedro II ao rei francês, tanto em relação à idade avançada quanto às decisões tomadas no governo. Assim, o autor expressava para o monarca, que em sua visão, seu domínio seria temporário, assim como o futuro dos seus herdeiros seria incerto. Deste modo, o periodista, demonstrava, em sua linguagem, a crença de

³⁹⁹ CASCUDO, 1933, p.106.

⁴⁰⁰ VAS, 2011, p.163.

⁴⁰¹ *Gazeta da Tarde*, n.40, 20 fev. 1886.

⁴⁰² Segundo Humberto Fernandes Machado, este era o pseudônimo usado por José do Patrocínio: MACHADO, 2015, p.16.

que o Terceiro Reinado não se concretizaria, já que “o dia de amanhã” para a monarquia não chegaria.⁴⁰³

O jornal *Gazeta da Tarde* comparava e criticava as dinastias de Bragança e Orleans: “não há Braganças em França, há praga semelhante: - a dos Orleans, por exemplo”. Os jornalistas expunham uma situação em que a família Orleans cobrou do governo francês uma dívida em momento que o país se encontrava em guerra. A crítica à dinastia segue elucidando o evento da expulsão dos príncipes do território francês, fornecendo ao leitor a justificativa para não confiar nos Orleans, demonstrando o quanto seriam prejudiciais para a França, ou para qualquer nação que acolher um de seus membros em suas possessões.⁴⁰⁴

Utilizando o recurso linguístico da ironia, o redator do artigo demonstrava sua insatisfação com as duas famílias reais, Bragança e Orleans, e sua crença no mal que poderia advir da junção de ambas, a partir do casamento da Princesa Isabel.⁴⁰⁵ Assim, constatamos que um dos meios para atacar a possibilidade de concretização do Terceiro Reinado, era espalhar o temor pela dinastia a que o Príncipe Consorte provinha. Logo, quando se instalou a Terceira Regência, os abolicionistas atribuíam a manutenção do gabinete escravista do barão de Cotegipe a uma “política orleanista, a que o Terceiro Reinado está fatalmente condenado”.⁴⁰⁶

Com a inauguração da Regência da Princesa Imperial D. Isabel, a linguagem abolicionista da *Cidade do Rio* denunciava o domínio do conde sobre as decisões da princesa, chamando-o de “conselheiro perpétuo”.⁴⁰⁷ Criticava-se Gastão a partir da sua família, que consideravam não saber “reinar com o povo e para o povo”, amantes da “autocracia”, obedientes apenas da “sua vontade e do seu capricho”, exploradores do país que residem. Em seu vocabulário, o jornalista utilizava trocadilhos com o título do príncipe consorte: “não considera se não o seu Eu”. Os

⁴⁰³ *Gazeta da Tarde*, n.40, 20 fev. 1886.

⁴⁰⁴ *Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886.

⁴⁰⁵ *Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886.

⁴⁰⁶ *Cidade do Rio*, n.59, 28 nov. 1887.

⁴⁰⁷ *Cidade do Rio*, n.59, 28 nov. 1887.

abolicionistas alegavam que a “Regência Orleans”⁴⁰⁸ perpetuaria o escravismo porque seu único interesse era o dinheiro.⁴⁰⁹

O jornal *Gazeta da Tarde* transcreveu trechos de uma coletânea de artigos escritos por um diplomata francês para uma revista russa descrevendo “A Sociedade do Rio de Janeiro”. Em texto dedicado a figura do conde d’Eu, observamos mais descrições da dinastia a que pertencia Gastão de Orleans: “a perfídia de seus membros uns para os outros, e o espírito de ganância, de industrialismo e de avaréza, que os distingue a todos”.⁴¹⁰ Conjecturamos, que ao reproduzir o texto, o periódico aproveitava-se da ácida crítica do estrangeiro, protegido pela distância, para expressar seus próprios posicionamentos, sob o pretexto de uma mera transcrição.

O escritor descreve o conde como “um moço que tem a infelicidade de não contar um só amigo sincero, uma dedicação real, uma simpatia espontânea no país que adotou por seu, e onde lhe nasceram os filhos”. Além de expor as relações sociais do marido da Princesa Imperial D. Isabel, o diplomata zombava de suas características físicas, considerando que faltava beleza ao francês, assim como simpatia, elegância e graciosidade para dançar, andar a cavalo ou até mesmo para caminhar. Também é explicitado pelo autor, a origem da surdez de Gastão, assim como os prejuízos que a deficiência causou em sua vida.⁴¹¹

Na descrição do diplomata, a inteligência e os destacamentos do Príncipe Consorte são alvo de elogios, por meio de uma comparação com o Imperador D. Pedro II, ridicularizando a formação intelectual do monarca. Também contrastava as pretensões galanteadoras do sogro, frente às atitudes respeitáveis do genro para com as senhoras. Neste sentido, identificamos uma linguagem que comparava diretamente o monarca e o marido da Princesa Imperial, incitando

⁴⁰⁸ “O que há de mais agora é o orleanismo esboçado de modo a nos prometer a cópia mais fiel do reinado de Luiz Felippe”: *Cidade do Rio*, n.19, 16 out. 1887.

⁴⁰⁹ *Cidade do Rio*, n.59, 28 nov. 1887.

⁴¹⁰ *Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886.

⁴¹¹ *Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886.

uma certa competição entre os dois, como se fosse Gastão o real sucessor, o futuro Imperador e não sua esposa, D. Isabel.⁴¹²

Aspecto latente na crítica ao conde d'Eu é a sua suposta ganância e corrupção. No artigo transcrito do diplomata francês, expunha-se que a partir do momento em que Gastão constatou que era pouco estimado no Brasil e que a Princesa Isabel nunca seria imperatriz, passou a economizar “de modo ridículo e pouco digno”. Assim, divulgava que ao organizar as recepções no Palácio Isabel, contabilizava a compra de cervejas estrangeiras, ao passo que servia aos convidados a nacional de marca “Barbante”, vislumbrando superfaturar os gastos das festas patrocinadas pelo sogro.⁴¹³

Outro artigo da *Gazeta* denunciava que a estrada de ferro D. Pedro I era o maior crime contra o tesouro nacional, tendo sido sua construção motivada pela insistência de D. Isabel, já que o Príncipe Consorte era proprietário “de terras na província de Santa Catarina, onde fundou uma colônia, cuja propriedade depende principalmente de ser construída essa estrada”.⁴¹⁴ O próprio casamento com a Princesa Imperial era descrito naquela linguagem de rechaço ao conde, como uma tentativa de se aproveitar das riquezas do imperador, expunham, por meio do recurso linguístico da ironia, que Gastão pretendia continuar a “boa vida” “de ócio e folgança” dos “bons tempos acadêmicos”.⁴¹⁵

A desaprovação ao matrimônio da Princesa Imperial com o francês era tema constante na crítica à possibilidade do Terceiro Reinado. A linguagem do jornal *Cidade do Rio* acusava Pedro II de descurar-se do “futuro dinástico” ao negociar o casamento de Isabel. Para os abolicionistas, foi errônea a escolha de um príncipe representante de casa banida, de pouca influência, sem significação diplomática e sem prestígio próprio. Assim, apesar de considerarem a grande inteligência e os dotes morais do conde d'Eu, reconheciam que ele não possuía “maneira de

⁴¹² *Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886.

⁴¹³ *Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886.

⁴¹⁴ *Gazeta da Tarde*, n.193, 24 ago. 1885.

⁴¹⁵ *Gazeta da Tarde*, n.95, 29 abr. 1886.

soberano”, necessária a um “imperador consorte”. Neste sentido, o vocabulário abolicionista manifestava que D. Isabel não havia “recebido educação para soberana”⁴¹⁶, logo:

“O terceiro reinado, por esta circunstância, estava adstrito aos méritos governamentais do príncipe consorte. Devia vir dele o ascendente majestático da herdeira da coroa sobre o povo e entretanto o príncipe consorte, pela sua própria posição secundária na representação dinástica, não serviu de complemento a sua augusta consorte”.⁴¹⁷

Utilizava-se um vocabulário que identificava o Terceiro Reinado como responsabilidade do conde d’Eu e não de D. Isabel. Em abaixo-assinado dos republicanos de Monte Santo, Minas Gerais, argumentava-se que o estado valetudinário de Pedro II anunciava o início do governo do Príncipe Consorte. Para os recém signatários do *Manifesto Republicano* de 1870, o Terceiro Reinado do conde d’Eu, significaria a destruição das liberdades políticas, das manifestações de progresso social e da paz no país, implicando em entraves para o “desenvolvimento da indústria e da riqueza comercial da nação”, impedindo por fim, à fundação de instituições “que promovam o desenvolvimento moral e intelectual do povo”.⁴¹⁸

O jornal *Cidade do Rio* especulava inclusive que a Primeira Regência da Princesa teria sido motivada pela sede do genro do imperador em governar, e os boatos de que ele aproveitaria o prestígio conquistado na Guerra do Paraguai para forçar a abdicação do soberano. Assim, diante da repercussão negativa da assinatura da Lei do Ventre Livre, para os periodistas: “O Sr. conde d’Eu não teve, pois, ocasião de cimentar a popularidade do Terceiro Reinado”.⁴¹⁹

A rejeição ao Terceiro Reinado sustentava sua linguagem em um certo consenso quanto à impopularidade do marido da sucessora: “O governo sabe que o Sr. Conde d’Eu é profundamente impopular e essa impopularidade aumenta dia a dia pela posição que sua alteza, talvez com a melhor intenção, tem assumido na terceira regência”.⁴²⁰ Neste sentido, o jornal *Cidade do Rio* explicitava que parte da gênese deste desprestígio foi proveniente dos ocorridos

⁴¹⁶ *Cidade do Rio*, n.28, 06 fev. 1888.

⁴¹⁷ *Cidade do Rio*, n.28, 06 fev. 1888.

⁴¹⁸ *Gazeta de Notícias*, n.55, 24 fev. 1889.

⁴¹⁹ *Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887.

⁴²⁰ *Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887.

na segunda Regência de Isabel e do marido: “Sabendo-se que sua alteza a Regente, como esposa e amante que é, inspira-se nos conselhos do Sr. conde d’Eu, que os dá, sem reserva [...], a antipatia popular convergiu toda sobre o infeliz descendente dos Orleans”.⁴²¹

Sendo assim, o periódico asseverava que, diante do insucesso das duas primeiras Regências, “o único ensejo que o Sr. conde d’Eu tinha para popularizar-se era a terceira regência, mas a esta esperava época ainda mais tormentosa”. Para os abolicionistas, a sustentação da “política negra do gabinete” Cotegipe provava que o casal imperial não possuía “nenhuma ideia abolicionista” e que a lei de 1871 só se concretizou “porque se tinham comprometido com o imperador e com a própria dignidade”. “De feito, se a política da emancipação fosse espontânea no espírito da Regente, ela não permitiria que a continuação de 1871 fosse a página ensanguentada de 1887”. Somavam a esta questão a decadência da popularidade de Gastão no exército. Assim, estimavam: “a impopularidade dos herdeiros diretos do trono é hoje palpável”.⁴²²

Fundamentados na história da França, a retórica republicana rememorava a expulsão da família do Conde daquele país e questionavam a possibilidade de submissão dos brasileiros à um Orleans exilado. Para a linguagem dos periodistas, a transição para o Terceiro Reinado se projetava por meio de mentiras, e a despeito das tentativas de cobri-lo com o “manto democrático”, “o orleanismo” constituía o “sangue e a alma” do Terceiro Reinado. Nesta linguagem, a concretização da sucessão dinástica significava “uma calamidade nacional”.⁴²³ Alegavam também que ninguém ignorava um fato, “o reinado incipiente pertencerá ao Sr. conde d’Eu”.⁴²⁴

Nesta perspectiva, a linguagem do jornal *Diário de Notícias* denunciava que a Princesa Imperial perdia cada vez mais proeminência, “desaparecendo atrás da individualidade militante e absorvente de seu marido”, que interferia constantemente na esfera administrativa. Para o

⁴²¹ *Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887.

⁴²² *Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887.

⁴²³ *Gazeta da Tarde*, n.165, 27 jul. 1888.

⁴²⁴ *Gazeta da Tarde*, n.26 jun. 1888.

redator, o povo encontrava-se atento e desconfiado perante a “inversão de papéis” que se operava. Na linguagem mergulhada na cultura política patriarcal do período, a natureza impunha ao príncipe consorte o papel de chefe do casal, em contrapartida, a constituição não o admitiria como chefe de Estado.

No dia em que a fraqueza da mulher e os interesses do paço confundirem no príncipe consorte funções como essas, que a índole das nossas instituições insuperavelmente distingue, a ambição mal esclarecida receberá na ruína dos seus planos uma lição, de que não sabemos como se poderia salvar a monarquia brasileira.

Diante do príncipe consorte oscilam hoje os thuribulos da adulação: a sua alteza se dirige o incenso dos que esperam, dos que agradecem, dos que temem. É como se a abdicação lhe pusesse a coroa na cabeça, como se Órleans fosse o descende da nossa dinastia constitucional, e a sereníssima princesa apenas um disco lunar ao lado do esposo. Este aniquilamento da herdeira da coroa na pessoa de seu marido, esta proeminência da casa estrangeira sobre a dinastia nacional, colocará o príncipe consorte numa situação ilegítima, abusiva, malquistadora, obrigada ao regime da intriga, da corrupção e da força. Em resultado, o desdém e a impopularidade repartir-se-hão entre a princesa anulada e príncipe invasor.

Em vez de governar, e querer que se sinta o seu governo, o primeiro interesse do príncipe consorte está em evitar a ação política, e aceitar sinceramente o segundo lugar na monarquia.

Infelizmente não é o que lhe dirão os seus melhores amigos.⁴²⁵

No último ano de vigência da monarquia em solo brasileiro a animosidade contra o marido da Princesa Imperial era latente. Os republicanos acusavam os monarquistas de serem “instrumentos” de um “francês degenerado que pretende impor-se às justas antipatias e legítimas repulsões da nação”. Combatiam fortemente o Terceiro Reinado em sua linguagem e afirmavam: “é o governo do terror e do sangue”. Valendo-se de um vocabulário que se traduzia na abominação ao conde, inscreviam o seu desejo de impedir o Terceiro Reinado e finalizar o regime imperial, convocando seus correligionários para “uma atitude de resistência e mesmo de agressão e de castigo contra as violências do príncipe avaro, ambicioso desalmado, que pretende impor-se à dignidade e à honra do país”.⁴²⁶

⁴²⁵ *Diário de Notícias*, n.1383, 28 mar. 1889.

⁴²⁶ *Gazeta da Tarde*, n.43, 12 fev. 1889.

Constatamos que o ataque à representação do conde d'Eu era constante na linguagem dos opositores ao Terceiro Reinado da Princesa Isabel. Em uma sociedade marcada por uma cultura política extremamente patriarcal, as vontades de Gastão de Orleans representavam também os posicionamentos da condessa d'Eu, Isabel não existiria politicamente sem o marido, era este o seu “conselheiro perpétuo”, “ministro perpétuo”, “chanceler honorário do império”.⁴²⁷ Assim, após a análise das fontes, reconhecemos que o Terceiro Reinado significava a presença do casal imperial e não apenas da Princesa Isabel, legítima sucessora do pai. Para endossar sua crítica, os opositores à sucessão criaram um novo verbo para compor a linguagem política da época: “orleanizar”.

2.5. CONCLUSÃO

Quadro 1		
Periódicos analisados no decorrer dos capítulos 1 e 2		
Jornal	Ano de início de publicação	Proprietários
<i>Cidade do Rio</i>	1887	José Carlos do Patrocínio
<i>Diário de Notícias</i>	1885	Carneiro, Senna e companhia.
<i>Gazeta da Tarde</i>	1880	José Carlos do Patrocínio (até 1887) e Luiz Ferreira de Moura Brito
<i>Gazeta de Notícias</i>	1875	Henrique Chaves e Lino de Assunção
<i>Jornal do Comércio</i>	1827	Junius Villeneuve (a partir de 1863)
<i>O Mequetrefe</i>	1875	Eduardo Joaquim Correa

⁴²⁷ *Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887.

<i>O Paiz</i>	1884	Quintino Bocaiúva
---------------	------	-------------------

A turbulenta década de 1880 foi permeada pela crise do sistema monárquico, e por dois destacados movimentos intelectuais que sacudiram de diversas maneiras o cenário político brasileiro. O abolicionismo e o republicanismo encontravam convergência na insatisfação com a ordem instalada, e na vigência de diferentes camadas de pensamento no interior de suas ideologias. Neste momento do século XIX, ideias de caráter evolucionista e progressista, direcionavam os olhares dos estudiosos para o futuro, e para a proposição de novos projetos de Brasil.

Nesta perspectiva, reconhecemos a convivência da linguagem da propaganda Isabelista com as correntes republicanas e abolicionistas no campo da ilustração intelectual da última década do oitocentos. O ideário de modernidade daquela conjuntura, por muitas vezes entendia o Terceiro Reinado da Princesa Imperial D. Isabel como fato já consumado, ou em vias de acontecer. Portanto, os políticos excluídos dos postos representativos debatiam constantemente a questão da sucessão dinástica em seus canais não oficiais de manifestação política, a exemplo, o investigado neste estudo, a imprensa periódica.

O exame do arcabouço documental selecionado para esta dissertação orientou a percepção de que o conceito de Terceiro Reinado recebia diferentes significações de acordo com os interesses políticos ou particulares dos indivíduos que o descreviam. Deste modo, constatamos, que para um eixo dos abolicionistas, a participação da Princesa Isabel na assinatura da Lei Áurea significava que o Terceiro Reinado proporcionaria muitas glórias à nação, sendo inaugurado sob os auspícios da liberdade e da emancipação. Já outro grupo, identificava o Terceiro Reinado como perversão, aproveitando-se de uma causa premente na aspiração nacional a fim de conquistar popularidade para o trono, que logo seria ocupado por D. Isabel. Seguindo considerações semelhantes, uma ala mais conservadora da elite política, visualizava o Terceiro Reinado como irresponsável, devido à forma como sua futura Imperatriz havia concretizado a

extinção do cativo escravo, sem preocupar-se com a organização da força de trabalho e somente interessada em garantir prestígio para a sua presuntiva coroa.

A retórica republicana travava batalha com a Isabelista, mobilizando diversos aspectos em sua linguagem que pudessem sustentar suas aspirações golpistas, frente a sucessão imperial garantida pelas determinações constitucionais de 1824. Neste sentido, a credibilidade dos aliados da Princesa Isabel era posta em dúvida, assim como a capacidade intelectual da filha do Imperador. No vocabulário deste irregular grupo político, o conceito de Terceiro Reinado poderia significar uma orleanização da pátria, devido à influência do Príncipe Consorte; uma tirania geral, herdada da personalidade autoritária do avô da futura Imperatriz; a continuidade dos desmandos do Poder dito Pessoal (Poder Moderador), historicamente utilizado pelo patriarca da Dinastia Bragança no Brasil, e por meio do qual, a Princesa, enquanto Regente, havia empregado para demitir um ministério e extinguir o cativo escravo; o governo ultramontano, vertente do catolicismo professado pela aluna da condessa de Barral; o domínio da ignorância, comum às mulheres da sociedade imperial, que possuíam débil formação intelectual, dedicando seu tempo às prendas e virtudes domésticas; a promiscuidade e a corrupção, manifestada pela afeição do casal d'Eu e de suas camarilhas pelos eventos sociais; por fim, a verdadeira calamidade nacional.

Portanto, a partir dos capítulos 1 e 2, destacamos, por meio da análise de publicações periódicas de grande tiragem que circulavam na sociedade imperial da década de 1880, que o vocábulo Terceiro Reinado não apenas se modificava de acordo com o indivíduo que estava o caracterizando, mas também em um curto período de tempo. Se em um momento era reconhecido como calamidade nacional - termo extremamente frequente na documentação - meses depois já era associado a esperança de um futuro melhor para a pátria, e ao próprio conceito de democracia.

No próximo capítulo, investigaremos como os membros da família imperial expectavam a possibilidade da sucessão dinástica, intencionando delimitar mais um eixo de significações atreladas ao vocábulo Terceiro Reinado. Para tanto, analisaremos as correspondências e escritos pessoais da Princesa Imperial D. Isabel de Bragança, demonstrando aspectos da personalidade da herdeira da coroa e seus posicionamentos acerca da cena política do final do Império.

3. SOBERANIA E INTIMIDADE: AS ASPIRAÇÕES DA PRINCESA HERDEIRA PARA O PROGRESSO DO BRASIL

“Não me arrependo do que fiz. Mais tarde ou mais cedo o teria feito, confesso que eu deixei a irritação se apoderar de mim, e em consciência não devia continuar com um Ministério, quando eu, por mim mesma, sentia, e estava convencida de que ele não preenchia as aspirações do país nas circunstâncias áureas e atuais. Deus me ajude, e que a questão da emancipação dê breve o último passo que tanto desejo ver chegar! Há muito a fazer, mas isto antes de tudo.⁴²⁸

Este capítulo pretende delinear a expectativa do Terceiro Reinado a partir da visão da primeira na linha de sucessão do trono no período de crise do regime imperial, enfocando a década de 1880. Objetivamos demonstrar o posicionamento da Princesa Imperial D. Isabel de Bragança acerca da possibilidade de herdar a coroa após o falecimento do Imperador D. Pedro II, esclarecendo aspectos inerentes a personalidade da sucessora, seus interesses e posicionamentos políticos. Desvendaremos os sentimentos da Princesa diante da moléstia que atingiu o soberano do Brasil e conduziu à inauguração da sua Terceira Regência, bem como a atuação de D. Isabel no processo que possibilitou a assinatura da Áurea Lei e concretizou a extinção do sistema escravista no país.

A Princesa Isabel foi preparada, desde o falecimento do seu irmão mais velho, para governar o Brasil. Este futuro, atrelado ao dever para com a pátria, a responsabilidade selada pelo seu nascimento e pelo precoce falecimento do irmão orientou a existência da jovem princesa do Brasil. Seu destino exigia o cumprimento de diversas competências não comumente reservadas para uma mulher da elite imperial brasileira. Nesta perspectiva, a sucessora estaria fadada a uma trajetória de ingerência em um universo considerado estritamente masculino. Deste modo,

⁴²⁸ Carta remetida pela Princesa Imperial D. Isabel ao Imperador D. Pedro II e à Imperatriz Teresa Cristina no dia 14 de março de 1888: Arquivo Grão Pará, XLI -3.

ao ser reconhecida como Princesa Imperial e herdeira presuntiva da coroa brasileira, Isabel não encontraria referências na sua nação que legitimassem a sua condição.

A jovem nação, ainda em processo de construção da sua nacionalidade no contexto do século XIX, apresentava um percurso de certa inspiração nos costumes, valores, cultura e moral advindas do continente europeu. Sendo assim, a moda, a gastronomia, a arte, a literatura e a arquitetura eram importadas de países como França e Inglaterra. Em contrapartida, seja exclusivamente pelo intento de instalar uma República, ou por repúdio à inserção de uma mulher no campo político, assumindo a mais alta posição no país, ou por ambos os aspectos, nesta questão, a elite brasileira rejeitou peremptoriamente os exemplos das nações europeias. Tendo em vista que, ao longo do século XIX, soberanas do sexo feminino reinaram em três nações europeias. A Princesa Imperial D. Isabel, encontrou como inabalável obstáculo para a concretização do seu reinado uma condição inata da sua natureza, seu gênero.

A princesa, assumiu a posição de herdeira presuntiva da coroa apenas após o falecimento de seus dois irmãos do sexo masculino. Logo, a partir do juramento feito no senado aos 4 anos de idade, Isabel se tornou Princesa Imperial, e assim como qualquer outro membro da realeza que ocupasse a primeira posição na linha de sucessão ao trono, era contemplada pelo direito divino do rei. Estas incorrências de modificações na ordem sucessória não são incomuns nos regimes monárquicos ao redor do mundo, o mesmo ocorreu com a Rainha Vitória e com a Rainha Elisabeth II na Inglaterra, a título de exemplo. Entretanto, estes fatores não constituíram empecilhos determinantes no reinado destas mulheres, já que seus governos contabilizam como os mais longos de toda a história da Inglaterra.⁴²⁹

Identificamos que estes percalços, na verdade, foram corriqueiros na maior parte das monarquias mundiais. Seguindo em direção antagônica ao direito divino de reinar, como observado nos capítulos anteriores, a representação da Princesa Imperial era associada à

⁴²⁹ Williams, Richard. *The Contentious Crown: Public Discussion of the British Monarchy in the Reign of Queen Victoria*. Abingdon: Routledge, 2018.

incapacidade feminina de atuar para além dos limites da vida privada, do campo doméstico, das obrigações domiciliares. A linguagem Isabelista, pautada na publicidade para o Terceiro Império e exaltação da imagem da Princesa Isabel, costumava ignorar o gênero de Isabel, não considerando este aspecto na propaganda para o Terceiro Reinado.

Nos capítulos anteriores examinamos como a linguagem da imprensa da corte imperial projetava o futuro do país e expectava o Terceiro Reinado, assim como contemplava a figura da herdeira da coroa, a partir de representações divergentes. Neste capítulo, pretendemos identificar como a própria princesa projetava o seu futuro como Imperatriz, quais sentimentos mobilizava em relação ao governo do Estado e ao possível Terceiro Reinado. Deste modo, utilizaremos a Teoria da Avaliatividade⁴³⁰ para investigar as correspondências redigidas pela Princesa Isabel e enviadas à Imperatriz D. Teresa Cristina, ao Imperador D. Pedro II e à amiga e preceptora da infância, Condessa de Barral, nos anos de 1887, 1888 e 1889. Também verificaremos as cartas submetidas pela mãe e pelo pai à Princesa Herdeira.

Esta documentação selecionada encontra-se disponível para acesso no Arquivo Grão-Pará, no Museu Imperial, na cidade de Petrópolis – RJ. O recorte temporal realizado corresponde ao período de início da Terceira Regência de D. Isabel e de deposição da monarquia da Casa Imperial dos Bragança no Brasil. A escolha deste marco temporal para empreender a pesquisa deve-se também ao difícil acesso as fontes no Arquivo Histórico, tendo em vista os custos para efetuar viagens à cidade de Petrópolis e a dificuldade de agendamento para acesso ao local onde a documentação se encontra alocada. Além disso, tratando-se de um acervo pessoal, aponta-se ainda a proibição expedida pelos descendentes da família Bragança-Orléans quanto a reprodução do acervo por meio de fotografias, o que acaba por limitar a pesquisa de fontes. Assim como informado pela direção do Museu Imperial, os documentos do Arquivo Grão-Pará encontram-se dispostos na propriedade pública em regime de comodato. Portanto, o museu é

⁴³⁰ MARTIN, James; WHITE, Peter. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. London/New York: Palgrave Macmilan, 2005.

responsável pela conversação das fontes históricas, mas são os herdeiros da família imperial quem detêm a posse do material.

Para analisar esta documentação, por meio de recurso metodológico, avaliaremos os escritos da Princesa e de seus familiares a partir de três domínios que interagem entre si: *attitude*, *engagement e graduation*. Considerando a *attitude*, verificaremos os sentimentos, as reações emocionais, os julgamentos de comportamento e dos objetos que compunham o universo daquela princesa que circulava entre o mundo público e privado, privilégio com que não contava nenhuma mulher de elite da época.⁴³¹ Sua melhor amiga, por exemplo, Amandinha de Paranaguá Dória, intensamente mencionada em suas correspondências, e lembrada com frequência pelo próprio Imperador Pedro II, manteve-se sempre ao lado de Isabel. Contudo, a companheira de infância da herdeira do trono não poderia vicejar os caminhos da política, destinados para a princesa desde os 4 anos de idade.

Assim, neste capítulo, discutimos os sentimentos e julgamentos da princesa acerca do seu possível Terceiro Reinado, sobre a fragilidade do estado de saúde do pai, a imprensa política da época, e a aspectos de grande relevo para a situação política do país, como a causa abolicionista e o movimento republicano. Consideramos que até mesmo a ausência de menção a estes tópicos traduziria também as sensações de Isabel em relação às questões.

A dimensão da *attitude* apresenta também três segmentos de sentimento, sendo estes: *affect*, *judgement e appreciation*. O primeiro está relacionado à interpretação de reações emocionais, por meio de determinados recursos. Por exemplo, indagamos se quando a princesa redigia suas correspondências, manifestava sentimento de choque em relação a alguma questão. Assim, perseguimos em nossa investigação esse eixo de reações. Dentro deste percurso metodológico, a segunda região da *attitude*, o *judgement*, considera os aspectos morais e princípios normativos empregados para avaliar um comportamento.⁴³²

⁴³¹ MARTIN; WHITE, 2005. p.34-37.

⁴³² MARTIN; WHITE, 2005. p.34-37.

Em se tratando da Princesa Imperial, tendo em vista a cultura política cristã católica que permeava a sociedade oitocentista brasileira, e sua estreita relação com a Igreja, não seria estranho apontar a influência do catolicismo nos princípios morais que guiavam os posicionamentos da princesa, as avaliações que ela empreendia das atitudes ou das pessoas que influíam na dinâmica política ou social das suas relações na corte, no universo íntimo familiar ou no âmbito de questões de Estado. Por fim, o segmento *appreciation* refere-se ao valor concedido as coisas que compõem o universo daquele que escreve, considerando fenômenos naturais e a semiose. No caso da princesa, podemos conjecturar a forma como ela valorava sua posição como herdeira da coroa.⁴³³

Outra dimensão da Teoria da Avaliatividade, o *engagement*, evoca a apreciação do “jogo de vozes” que permeiam um discurso. Neste sentido, ao investigar a documentação, pretendemos captar as influências que orientavam as percepções da Princesa, sejam estas de seus familiares, como o marido, o pai, Pedro II, a mãe, D. Teresa Cristina, os amigos, como a Baronesa de Loreto, a condessa de Barral, antiga preceptora, o abolicionista André Rebouças. Ou mesmo os influxos do catolicismo que a princesa professava em seus escritos e diálogos. Do mesmo modo, foi imperativo perseguir resquícios da literatura estudada por Isabel, ou das vozes de seus colegas dedicados à causa da abolição.⁴³⁴

Por fim, a dimensão *graduation* enfoca a intensidade dos sentimentos traduzidos no texto. A investigação da documentação evidenciou termos e palavras que demonstram se havia fervor ou veemência para tratar determinada questão. A exemplo disso, se a Princesa Imperial empregava o grau superlativo em seu texto para mencionar questões de Estado no período em que assumiu pela terceira vez a regência do país devido à ausência de seu pai. Com que ânimo a herdeira da coroa tratava a causa abolicionista, ou a possibilidade de se tornar Imperatriz em

⁴³³ MARTIN; WHITE, 2005. p.34-37.

⁴³⁴ MARTIN; WHITE, 2005. p.34-37.

suas correspondências, analisando, para tanto, se havia a repetição frequente de certas palavras ou termos.⁴³⁵

Este arcabouço metodológico apresentado nos concederá subsídios para traçar outros eixos da representação da Princesa Imperial D. Isabel e do seu possível Terceiro Reinado, assim como perseguir as influências daquela cultura política nos posicionamentos da herdeira da coroa brasileira. No tópico a seguir, apresentamos aspectos da personalidade de Isabel, considerando sua vida íntima como filha, mãe, cristã e apreciadora das artes. Intencionamos traduzir os diversos interesses e espectros da herdeira da coroa brasileira.

3.1. DIFERENTES PRISMAS DE UMA MESMA PRINCESA

Com o objetivo de compreender a perspectiva da Princesa Imperial D. Isabel de Bragança em relação ao seu destino, demarcado constitucionalmente, de se tornar Imperatriz, empreendemos o exame de correspondências redigidas pela Princesa Isabel destinadas ao soberano Pedro II, à D. Teresa Cristina, à Condessa de Barral. Nesta investigação, aplicamos o referencial metodológico da Teoria da Avaliatividade, possibilitando uma imersão em aspectos íntimos da vida da herdeira do trono brasileiro. Assim, foi possível desvelar os diferentes prismas da personalidade de uma mulher tão singular, fadada a conciliar o universo público e o privado.

No decorrer do exame das cartas produzidas por D. Isabel reconhecemos suas diferentes nuances como filha, mãe, esposa e amiga sensível, afetuosa, carinhosa, com certa propensão a posição de liderança, e comprometida a cuidar de toda família. A Princesa herdeira expressava-se de modo sempre atento aos problemas que envolviam os familiares e amigos, assim como assumia uma postura resolutiva diante dos mesmos. Os interesses de Isabel giravam em torno da música, das obras de arte, das viagens, da possibilidade de conhecer lugares novos e desfrutar de tempo de qualidade ao lado dos entes queridos.

⁴³⁵ MARTIN; WHITE, 2005. p.34-37.

Nas páginas a seguir, reproduzimos o conteúdo de um panfleto enviado ao marido em 1889, ilustrando a afeição e a compreensão da condessa d'Eu sobre música. Ao examinar o documento, por meio de nosso arcabouço teórico, foi possível identificar, como indica Chartier, “as formas de dominação simbólica, pela imagem, pela “exibição”, ou pelo “aparato” como o corolário do monopólio sobre o uso legítimo da força que pretende reservar-se o monarca absoluto”.⁴³⁶ D. Isabel, assim como os monarcas contemporâneos a ela, mobilizava eventos, cerimônias que evocassem este caráter de exibição, a fim de construir ou legitimar sua dominação simbólica naquela sociedade.

O panfleto de divulgação ou convite para um “grande concerto” realizado a partir do patrocínio da princesa apresentava quatro páginas de um papel cartão ricamente ornamentado, com descrição exata da programação do recital e instruções para o bom comportamento do público no decorrer do espetáculo: “roga-se o maior silêncio e não entrar, nem sair do salão, durante a execução das peças”. O folheto apresentava no final da sua última página a indicação da tipografia em que havia sido produzido, “G. Leuzinger & filhos”, localizada na famosa rua do Ouvidor.⁴³⁷

A referida sociedade promotora do recital possuía o marido de Isabel como presidente honorário, e contava com a presença de importantes membros da corte na sua diretoria e na Comissão de Recepção das senhoras.⁴³⁸

Sociedade de Concertos Clássicos
7º ano
Sob os auspícios de Sua Alterza Imperial

⁴³⁶ CHARTIER, ROGER. Defesa e Ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*, Dourados, n.24, p.15-29, 2011, p.21.

⁴³⁷ Arquivo Grão Pará, XLI-1.

⁴³⁸ Visconde da Penha (Presidente), Barão de Teffé (Vice-presidente), Barão de Ipanema (Tesoureiro), Comendador Pandia Calogeras (Secretário), Visconde de São Francisco, Conde da Estrella, Conselheiro José da Silva Costa, Barão do Alto Mearim, Comendador José White (Diretor da parte musical), Comendador João Luiz Tavares Guerra, Barão de Muritiba, Conselheiro Francisco de Paulo Mayrinck, General F. V. de Faria Rocha, Comendador Antônio de C. Raythe, Dr. José Avelino Gurgel do Amaral, Dr. Alfredo Pacheco, Dr. Arthur Pacheco, Barão do Cattete, Barão de Jaceguay, Comendador José Mendes de Oliveira Castro, Comendador Antônio Mesquita Neves, Antonio Martin Lage Filho, Dr. Sebastião Saldanha da Gama, Max Nethmann, E. J. Hime, W. Yeats, Comendador Oliveira Rosário, Dr. Júlio Paranaguá, Dr. Ricardo Paranaguá, Comendador Joaquim Caetano Pinto, Francisco B. M. Topin: Arquivo Grão Pará, XLI-1.

Grande concerto
 No salão de honra do Cassino Fluminense
 Em benefício
 Do
 Insigne compositor brasileiro Antônio Carlos Gomes
 Honrado com a augusta presença de SS. MM. e AA. II.
 e com gracioso concurso de distintas senhoras e professores
 Direção do Senhor José White

Segunda-feira, 26 de agosto de 1889⁴³⁹

O grande concerto demonstrava o envolvimento da futura imperatriz com a arte, a música, a cultura e a erudição. Tais conhecimentos eram intensamente valorizados pela elite da sociedade imperial brasileira que se inspirava, frequentemente, nos costumes e práticas das nações europeias, e almejava tornar-se cada vez mais culta e civilizada. Assim, no embate travado para construir a representação da herdeira coroa, forjava-se a imagem de uma sucessora instruída, letrada, erudita, apreciadora de importantes obras musicais, como as que compunham o programa do concerto realizado no Cassino Fluminense.⁴⁴⁰ Este tipo de evento, realizado “sob os auspícios” da Princesa Isabel, correspondiam, considerando as indicações teóricas de Chartier, a “instrumentos da dominação simbólica”. Através destes mecanismos, Isabel demonstrava a sua potência enquanto sucessora e poderia desencadear obediência e submissão. Para o autor, estes dispositivos abstém o soberano da aplicação de violência para construir sua legitimidade.⁴⁴¹

Primeira Parte

I° Ouvertura do sonho de uma noite
 d'estio Mendelssohn para grande orquestra.

2° Adelaide Beethoven
 para Mezzo-soprano
 (D. Maria de Mesquita Neves)

3° 2ª simphonia Beethoven
 para grande orquestra

⁴³⁹ Arquivo Grão Pará, XLI-1.

⁴⁴⁰ A edificação foi projetada por Manuel de Araújo Porto Alegre, sendo adquirida pelo clube dançante Cassino Fluminense em 1845, e reformado pelo arquiteto Luís Hoske em 1854. Hoske conferiu um aspecto neoclássico e luxuoso para o imóvel com especial evidência para o salão de baile. O cassino era frequentado pela alta sociedade do Rio de Janeiro e pela família imperial.

⁴⁴¹ CHARTIER, 2011, p.21.

- a) _ Adagio-Motto Allegro
- b) _ Larghetto
- c) _ Scherzo
- d) _ Allegro

Programa
Segunda parte

I° 4° Concerto Rubinstein

- a) _ Moderato assai
- b) _ Andante
- c) _ Allegro

Para piano com acompanhante de orquestra
(Sr. Arthur Napoleão)

2° Dueto do Lohengrin R. Wagner

para soprano e contralto

(Sra. D. Cecília Braconnot Lage e D. Rosa de La Croix Ribeiro)

3° Cantilena – Andante, Allegro moderato do concerto (op.14) de
..... Goltermann

para violoncelo com acompanhante de orquestra

(Sr. Duque Estrada Meyer)

4° Marcha do Tanhauser Wagner

para grande orquestra⁴⁴²

O programa era constituído por compositores renomados do século XIX, demonstrando o conhecimento e a afeição da Princesa, responsável pela promoção do evento, pelo universo musical. Assim como discutido nos capítulos anteriores, a possibilidade da sucessão imperial era algo iminente nos últimos anos de vigência da monarquia no território brasileiro, e a nova corte já parecia estar sendo engendrada para a elevação de Isabel ao posto de Imperatriz. O referido concerto poderia figurar como um exemplo de como se conformaria esta nova corte, afeita a festejos e celebrações.

A participação da Princesa Imperial neste tipo de evento ou o interesse pela música não datava apenas do ano de 1889, mas foi uma constante na vida da herdeira da coroa, que sempre contou com esta disciplina no seu programa de estudos da sua infância e adolescência. Nesta perspectiva, o espaço do Cassino Fluminense, mencionado anteriormente, funcionou como o ambiente de sociabilidade da sucessora com a elite imperial brasileira, assim como para

⁴⁴² Arquivo Grão Pará, XLI-1.

apreciação dos concertos que Isabel tanto estimava. Assim, em carta endereçada a Pedro II, no dia 25 de agosto de 1887, Isabel relatava o ensaio que compareceu no Cassino, onde foi possível presenciar a execução da Sinfonia de Beethoven. Ainda no universo da arte, mencionava o seu gosto por pinturas e relembrava a obra com a qual o pai havia a presenteado em seu último aniversário.⁴⁴³

Verificamos, a partir da análise das correspondências, que a herdeira da coroa frequentemente compartilhava com o Imperador Pedro II descrições dos concertos em que comparecia. Aparentemente, pai e filha apresentavam como interesse comum a música. Em um texto perpassado por *affect* de melancolia e nostalgia, Isabel remetia correspondência ao monarca no dia 23 de outubro de 1887: “Volto agora do Concerto Clássico, no qual a Tostinha brilhou!”. No manuscrito, redigido no Paço Isabel, identificamos também a dimensão *appreciation* da Teoria da Avaliidade: “Tocou perfeitamente a Sonata de Bach que papai ouvia ainda não pronta de todo na Tijuca. Pensei bem quanto teria estimado poder ouvi-la. Lá vão todos os programas dos concertos clássicos deste ano assim como um requerimento das irmãs do Pedro Paiva”.⁴⁴⁴ Verificamos que além de frequentar concertos, a Princesa ainda buscava auxiliar na carreira dos músicos brasileiros. É o caso de Francisco Valle, que deixava o Brasil em 1887 para iniciar sua jornada no Conservatório de Música de Paris. Sendo assim, em carta redigida no Paço São Cristóvão e endereçada a Pedro II, no dia 6 de setembro de 1887, D. Isabel solicitava o apoio do monarca, confiando na influência do pai para auxiliar Valle na instalação na França, e julgando que o brasileiro possuía muito talento e merecia tal oportunidade.⁴⁴⁵

A afeição da Princesa Imperial pela música também pode ser demonstrada em suas próprias investidas como artista e pelo apreço aos instrumentos musicais. Em diversas cartas enviadas aos pais durante a permanência do casal de imperantes na Europa, a sucessora requisitava

⁴⁴³ Arquivo Grão Pará, XLI-3.

⁴⁴⁴ Arquivo Grão Pará, XLI – 3.

⁴⁴⁵ Arquivo Grão Pará, XLI- 3.

insistentemente que os monarcas enviassem uma harpa e um piano de cauda para ela no Brasil. Escrevendo a Pedro II no dia 3 de dezembro de 1887, indagava: “E a minha harpa colea?! Devia-lhe ter lembrado quando estive em Baden Baden, porque Mariquinha me disse que ali é que viu um Castelo”. Diante da ausência de retorno quanto ao pedido, no dia 22 de março de 1888, em correspondência destinada ao soberano, a Princesa herdeira repetia: “Mamãe se puder lembre-se do meu piano de cauda e papai da minha harpa cólea.” Assim, quando finalmente recebeu um dos frutos de sua solicitação, Isabel ofereceu sua gratidão em um manuscrito endereçado ao pai no dia 9 de junho de 1888. Nesta mesma missiva, percebemos a admiração da Princesa por esculturas: Muito e muito obrigada pelo piano que é muitíssimo bom e pela estatuazinha do Gaston menino que é linda, também já me chegou a bonita cabeça de camponesa milanese”.⁴⁴⁶

Na conjuntura dos nos 1887 e 1888, em que Pedro II esteve fora do Brasil para tratar da saúde, o Imperador se dedicou à produção de diários relatando as aventuras da viagem pela Europa. Nas cartas endereçadas à filha durante este período, o monarca costumava ser bastante sucinto, dedicando algumas poucas linhas para demarcar as saudades da filha, do genro (“meu abraço bem apertado ao nosso Gaston”), dos netos, a quem chamava de caturros ou pequerruchos (“benção e beijinhos aos caturros”), enviar lembranças às damas da princesa, ou pedir que ela cumprimentasse os membros da corte em seu nome. Contudo, diante do interesse compartilhado com a filha pelo universo musical, julgou importante ampliar o texto de uma de suas cartas do ano de 1888 para tratar do comparecimento a um concerto.⁴⁴⁷

No princípio da semana que vem tenho concerto Colombo para o qual espero escolher o programa. Há de ser (palavra ilegível); mas que saudades ainda maiores das lições de música de Petrópolis.

Está aqui comigo o escultor Guilherme do Instituto que fez meu busto para o estabelecimento antirrábico de Pasteon. O Dr. Charcot retirou-se há pouco. Nós três formamos uma miniatura do Instituto.

⁴⁴⁶ Arquivo Grão Pará, XLI- 3.

⁴⁴⁷ Arquivo Grão Pará, XXXIX-1.

Continuo meus estudos com Seibolo e enfim estou procurando formas mais passável, sem (palavra ilegível) o tempo que tenho de (palavra ilegível) até ver pelo menos o Pão de Açúcar.

Adeus! Festinhas aos caturros que afetuosamente abençoo. Meu abraço a nosso caro Gaston e outro bem apertado para você de seu pai que muito lhe quer

Pedro.⁴⁴⁸

No trecho destacado acima, identificamos *affect* de nostalgia emanando no manuscrito do Imperador que regressava ao Brasil após o restabelecimento da saúde. É possível ainda conjecturar o quanto era importante para Pedro II exprimir a filha, de quem foi o primeiro professor, as direções que assumia no campo dos estudos. Nesta perspectiva, a Princesa Imperial também se preocupava em expor aos pais seus influxos no universo intelectual. Na carta enviada à D. Teresa Cristina no dia 9 de setembro de 1887, a herdeira da coroa relatava sua visita ao Gabinete Português de Leitura. Já na correspondência do dia 15 de março de 1888, descrevia sua visita à biblioteca do Lyceu de Artes e Ofícios, na noite da inauguração, narrando com grande satisfação o fato do local já possuir 300 volumes.⁴⁴⁹

No decorrer do século XIX, as mulheres da elite eram educadas para tornarem-se boas mães de família e esposas. Sendo assim, seus estudos privilegiavam o domínio das prendas domésticas, dos idiomas, o desenvolvimento musical, por meio do estudo e exercício de instrumentos musicais que pudessem promover entretenimento nos eventos sociais e atrair um bom pretendente para o matrimônio. Contudo, as princesas brasileiras Isabel e Leopoldina foram educadas sob outros prismas. As meninas possuíam constitucionalmente a responsabilidade de garantir a perpetuação da monarquia no país, através da sucessão dinástica de D. Pedro II. Logo, o programa de estudos das meninas foi sumariamente mais rigoroso que o de outras jovens da nobreza oitocentista.⁴⁵⁰

⁴⁴⁸ Arquivo Grão Pará, XXXIX-1.

⁴⁴⁹ Arquivo Grão Pará, XLI- 4.

⁴⁵⁰ Acerca do programa de estudos das Princesas Isabel e Leopoldina verificar: AGUIAR, Jaqueline Vieira de. D. Pedro II: o pai/mestre das princesas. *Encontros*, Rio de Janeiro, n.19, p.58-72, 2012.

O exame criterioso das correspondências trocadas entre a Princesa Isabel e seus pais demonstrou a erudição da sucessora, seu conhecimento e entusiasmo pelas artes, qualidades imprescindíveis para uma futura Imperatriz naquela conjuntura do século XIX. Nesta perspectiva, a herdeira da coroa parecia considerar fundamental a impecável instrução de seus três filhos, em especial a dos dois mais velhos, Pedro e Luiz, que assegurariam o futuro da dinastia em sua ausência, sendo, respectivamente, os segundo e terceiro na linha de sucessão do trono brasileiro. Isabel parecia ser presente na vida dos meninos, cuidando da saúde de seus herdeiros e dedicando especial atenção à educação dos pequenos príncipes.

Na maior parte das cartas enviadas para Pedro II e Teresa Cristina, a Princesa Imperial informava aos monarcas o estado de saúde dos netos, seja para narrar a vitalidade dos jovens, ou para lamentar algum mal-estar enfrentado pelos garotos, como na carta do dia 8 de abril de 1889, destinada à Imperatriz: “Pedro felizmente vai melhor, mais ainda de noite teve muita dor de ouvido”. A cautela e o zelo que conduziam este tópico da vida da princesa não poderiam ser justificados como uma simples preocupação materna. A família imperial possuía um histórico de tragédias relacionadas à perpetuação da linhagem: enquanto filha, Isabel assistiu ao falecimento dos dois irmãos ainda na infância. Já após o casamento com Gaston d’Orleans, segundo Roderick Barman, a princesa enfrentou muita dificuldade para engravidar, sofrendo dois abortos nos anos de 1872 e 1876.⁴⁵¹

De acordo com Barman, a primeira filha de Isabel faleceu durante um traumático trabalho de parto que perdurou por 50 longas horas: “a criança morreu no começo na noite de 27 de julho, mas só duas horas da madrugada do dia 28 foi que conseguiram extrair o corpo do útero e salvar a vida da princesa”. Após vivenciar esta terrível experiência, a sucessora de D. Pedro II finalmente conseguiu produzir um herdeiro no ano de 1875, batizado como Pedro de Alcântara, o menino apresentava uma deficiência e não conseguia mover o braço esquerdo. Já em 1878,

⁴⁵¹ BARMAN, Roderick J. Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p.167-217.

Isabel deu à luz a Luiz, seu segundo filho, com o qual parecia nutrir maior proximidade. O último descendente nasceu em 1881, recebendo o nome de Antônio.⁴⁵²

Considerando a posição de seus rebentos na linha de sucessão da coroa brasileira, verificamos, que nas cartas enviadas aos pais, Isabel parecia tentar demonstrar a conformação do ordenamento intelectual dos meninos. Em correspondência remetida da cidade de Petrópolis, no dia 2 de janeiro de 1888, a Princesa Imperial, com *affect* de orgulho, festejava o desempenho acadêmico de Luiz e atualizava os avós sobre o cotidiano dos outros dois netos:

Por aqui todos vamos muito bem. Luiz está de férias e bem me ganhou pelos excelentes exames que fez. Em recompensa dei-lhe também e tipografia maior, ele lhes manda o primeiro número impresso nela e no qual todos trabalhamos. Luiz tem muito jeito para isso e compõe e imprime muito bem e depressa.

Nosso excelente Pedrinho, tão bom de coração, coitadinho, não tem férias porque é preciso trabalhar bem para março. O Correio Mirim é dele; mas neste momento não acho o jornalzinho exemplar nenhum para poder ser mandado. A ginástica começa hoje no Hotel Bragança, e meus pais teriam se divertido em ver os exercícios de Antônio.⁴⁵³

Como observado nas correspondências examinadas, os filhos da Princesa nutriam demasiado interesse pela imprensa. Os meninos fundaram os próprios jornais, deixando a mãe extremamente orgulhosa e animada com o empreendimento dos pequenos: “Até agora os meninos, por assim tem sido, deram em querer tornar-se tipógrafos. Lá vão os jornaizinhos deles.”⁴⁵⁴ Sendo assim, em grande parte das cartas envidas pela sucessora aos pais, os exemplares dos periódicos de Luiz e Pedro também acompanhavam o pacote, como na carta transcrita a seguir:

03 de dezembro de 1887, Paço Isabel, Rio de Janeiro

[...] Os meninos lhe mandam um exemplar do jornalzinho que imprimiram ontem. O Luiz tem-se tornado um bom tipografozinho e sozinho imprime o seu jornal. Figura-se que Mariquinha, Amandinha e eu somos as repórteres do Laranjeiras. Felizmente que é o Laranjeiras.

As saúdes por cá são muito boas Graças a Deus. Irei para Petrópolis com Antônio e Luiz depois dos estudos destes. Pedro só as passará no mês de Março mas ficará aqui ainda alguns dias mais do que nós para ter explicação do Drajo, Gaston ficará com ele. Em Petrópolis, por causa da Regência, por

⁴⁵² BARMAN, 2005, p.167-217.

⁴⁵³ Arquivo Grão-Pará, XLI-3.

⁴⁵⁴ Arquivo Grão-Pará, XLI-3.

maior comodidade e espaço viemos para o Palácio. Creio que todos estaremos juntos lá para o Natal, e que eu partirei com os dois pequenos a 9. Felizmente o calor tem sido muito moderado.

Muito e muito obrigada por seu bom jornal. E a minha harpa colea?!

Todos sempre me pedem muitas notícias de meus pais.

Minhas damas e respectivas famílias lhes agradecem muitíssimo suas saudades, lhes beijam as mãos.

Aceitem ambos o abraço saudosíssimo de todos e deixem-nos sua benção.

Sua filhinha que tanto o ama.

Isabel Condessa d'Eu.⁴⁵⁵

Assim, a partir do exame da documentação, desvelamos o espectro maternal da Princesa herdeira da coroa brasileira. Isabel revelava-se dedicada, amorosa e atenciosa para com os filhos. Os feitos dos príncipes eram motivo de entusiasmo, orgulho e apoio por parte da princesa. O cuidado de D. Isabel e do marido com a instrução e saúde das crianças, significava também assegurar satisfatoriamente a manutenção do domínio da Dinastia Bragança no Brasil. Logo, a publicização da vitalidade dos netos do monarca, fortaleceria automaticamente o próprio regime imperial.

Outro espectro da Princesa nos interessa nesta discussão, seu catolicismo e dedicação à Igreja. Nas cartas enviadas aos pais, frequentemente a herdeira da coroa mencionava suas orações, as missas que participava, mostrando-se uma mulher católica dedicada aos dogmas cristãos. Na correspondência do dia 2 de janeiro de 1888, expressando afeto aos genitores, declarava que havia rezado por ambos, agradecia o envio de uma “imagenzinha” e o comparecimento da mãe “à minha Capelinha das Carmelitas”.⁴⁵⁶ Já em carta datada de 2 de fevereiro de 1888, Isabel lamentava a ausência dos monarcas e relatava: “Hoje comunguei na Capella das Irmãs e bem rezei pelo pronto restabelecimento completo de Papai”.⁴⁵⁷

A cerimônia católica da Primeira Comunhão do filho mais velho da Princesa Imperial, Pedro de Alcântara, Príncipe do Grão-Pará, foi assunto frequente nos manuscritos enviados ao casal de imperantes na Europa. Ao escrever para D. Teresa Cristina nos dias 4 de março de 1888 e 21 de abril de 1888, com *affect* de entusiasmo, pedia carinhosamente à Imperatriz que rezasse

⁴⁵⁵ Arquivo Grão-Pará, XLI-3.

⁴⁵⁶ Arquivo Grão-Pará, XLI-3.

⁴⁵⁷ Arquivo Grão-Pará, XLI-3.

pelo dia da confirmação do Batismo do neto. Sendo assim, após a efetivação do Sacramento católico, a Princesa escreveu aos pais muito orgulhosa, no dia primeiro de junho de 1888.⁴⁵⁸

01 de junho de 1888, Petrópolis

No dia 27 de junho teve lugar a Primeira Comunhão de Pedro na Matriz de Petrópolis.

Como bem pensaram foi ainda um ato cheio de emoção para nós. Nosso bom Pedrinho estava muito bem-preparado e o ato da comunhão, como o de Renovação dos votos de Batismo e de Consagração a Maria às 2 da tarde foram muito tocantes.

Grandes e pequenos todos ardentemente rogamos a Deus e a Virgem Maria por meus Pais! Deus tem ouvido as preces fervorosas e de coração que todos lhe temos dirigido pelo bem de papai,

Missas todos os dias e durante a comunhão quatro dias o Santíssimo exposto todos os dias e guardado por senhoras e irmãs (como irmãs por essa ocasião entraram muitas senhoras também desejaram fazer o que pudessem).

O Pedro já lhes escreveu por ocasião de sua Primeira Comunhão e breve lhes mandarei a fotografia dele que mandaram tirar no dia seguinte no mesmo traje.⁴⁵⁹

Neste trecho, identificamos o quanto a Princesa Isabel valorizava a Igreja Católica e a doutrina cristã, assim como depositava todo a sua fé e orações no restabelecimento da saúde do estimado patriarca da família Bragança. Este aspecto da vida íntima, espiritual e da personalidade da herdeira da coroa foi constantemente traduzido na imprensa da época como uma tendência de Isabel para o obscurantismo. Neste sentido, em diversas publicações periódicas, a sucessora de Pedro II foi descrita como beata, carola e controlada pelos líderes eclesiásticos. Deste modo, alegava-se que o Terceiro Reinado corresponderia a um período em que o Brasil seria governado pelo clericalismo.⁴⁶⁰

Destacamos que grande parte da historiografia⁴⁶¹ representou a figura da princesa herdeira a partir da reiteração destes estereótipos provenientes do século XIX. Correntemente, delineavam

⁴⁵⁸ Arquivo Grão-Pará, XLI-3.

⁴⁵⁹ Arquivo Grão-Pará, XLI-3.

⁴⁶⁰ *Gazeta da Tarde*, n.267, 19 nov. 1885; *Gazeta da Tarde*, n.29, 08 fev. 1886; *Gazeta da Tarde*, n.232, 10 out. 1888; *Gazeta da Tarde*, n.238, 17 out. 1889; *Gazeta da Tarde*, n.253, 02 nov. 1888; *Gazeta da Tarde*, n.253, 02 nov. 1888.

⁴⁶¹ BARMAM, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005; DEL PRIORE, Mary. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, o conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013; CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel, "a redentora"*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941; LACOMBE, Lourenço Luís. *A Princesa Redentora*. Petrópolis: I.H de Petrópolis, 1989; VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1990.

a imagem de D. Isabel como mais interessada pela vida privada e pelos eventos da Igreja, do que por aspectos políticos prementes à sua função como sucessora de Pedro II. Contudo, neste trabalho, acreditamos que a fé católica professada por D. Isabel era apenas mais uma das nuances da sua personalidade, e da multiplicidade de interesses que a princesa nutria. A participação de Isabel no mundo religioso não prejudicava os deveres majestáticos da princesa, assim como não consideramos extraordinário o devotamento de Isabel a igreja. Naquela conjuntura do século XIX, as mulheres eram educadas na direção dos preceitos católicos, e assim como as outras soberanas ao redor do mundo, o cristianismo permeava um dos espectros da atmosfera da vida privada da Princesa Isabel de Bragança.

Investigando as correspondências recebidas e enviadas pela Princesa Imperial, verificamos diferentes versões de Isabel. Ao escrever para os pais, apresentava-se frágil, afetuosa, quase infantilizada. Assinava as cartas endereçadas à mãe, a Imperatriz Teresa Cristina, como, “sua filhinha que tanto a ama”, e iniciava sempre com os vocativos, “Minha querida e boa mamãezinha”.⁴⁶² Já nas correspondências destinadas ao pai, geralmente introduzia o texto com, “meu querido papaizinho”, e finalizava assinando, “Sua filhinha que tanto o ama, Isabel Condessa d’Eu”.⁴⁶³ As cartas do patriarca para a filha demonstravam um espectro amoroso e terno do velho Imperador, assim como revelavam a relação de cumplicidade entre pai e filha. Pedro II iniciava suas missivas à princesa por meio do vocativo, “cara filha”, e despedia-se demonstrando o zelo para com a sua sucessora, “seu pai extremado, Pedro”, ou “seu pai que tanto lhe quer, Pedro”.⁴⁶⁴ Quanto à Imperatriz, ao redigir correspondências para Isabel, principiava o texto com o vocativo, “minha querida e boa filha Isabel”, e assinava como, “tua afetuosa mãe saudosa, Teresa”.⁴⁶⁵

⁴⁶² Arquivo Grão-Pará, XLI-4.

⁴⁶³ Arquivo Grão-Pará, XLI-3.

⁴⁶⁴ Arquivo Grão-Pará, XXXIX-1.

⁴⁶⁵ Arquivo Grão-Pará, XL-2.

Identificamos, a partir da investigação das correspondências remetidas por Isabel aos pais, a admiração e afeto que ela nutria por seus genitores. Nos diversos pedidos, e encomendas que a princesa fazia aos pais ao longo de sua Terceira Regência, verificamos a intimidade que existia na relação com o casal de imperantes. A exemplo disto, em carta de 2 de fevereiro de 1888, Isabel pedia auxílio à Imperatriz para presentear o marido Gaston com um busto esculpido pelo artista Bernardelli, pela ocasião do aniversário do Príncipe Consorte no mês de abril. Em um *affect* carinhoso e amável, a princesa se desculpava: “Perdoe, minha mamãezinha, se abuso, mas estou tão acostumada em fazê-lo por sua grande condescendência comigo”.⁴⁶⁶

Reconhecemos, por meio do exame da documentação, que a Princesa Imperial nutria demasiada admiração e gratidão para com o Imperador D. Pedro II. No contexto em que o monarca esteve com a saúde fragilizada na Europa, Isabel mostrava-se extremamente saudosa em suas correspondências ao pai, e prescrevia em tom incisivo que o monarca agisse de modo prudente com relação ao seu tratamento médico. Na conjuntura de retorno do imperante ao Brasil em 1888, e finalização da Terceira Regência de Isabel, a filha extremosa produziu um manuscrito permeado por *affect* de gratidão ao soberano: “Foi meu pai quem me educou, foi ele quem me deu a grande felicidade doméstica de que gozo, foi ele afinal quem iniciou o grande movimento que proporcionou-me agora o ensejo de assinar a mais bela lei de nossa pátria”.⁴⁶⁷

Constatamos, que o Imperador D. Pedro II poderia representar para a Princesa Isabel a sua maior inspiração para o futuro de imperante que lhe aguardava. Além do grande espelho de Isabel, o pai havia sido o primeiro professor na infância, o responsável por escolher a condessa de Barral para o cargo de preceptora da Princesa, garantindo uma amizade fiel para toda a vida da herdeira. Assim, também a “felicidade doméstica” a sucessora computava ao pai, já que o Imperador havia organizado toda a negociação que resultou no enlace matrimonial com Gaston d’Orleans, com quem gerou 3 filhos.

⁴⁶⁶ Arquivo Grão-Pará, XLI-3.

⁴⁶⁷ Arquivo Grão-Pará, XLI-3.

Deste modo, no decorrer destas páginas, percorremos os sentimentos e a intimidade da Princesa Isabel, delineando sua postura como mãe, filha, católica e erudita. Já no tópico a seguir, pretendemos demonstrar uma outra faceta da herdeira da coroa brasileira, a princesa que precisou substituir o pai no exercício das funções majestáticas no contexto de 1887 e 1889. Assim, elucidaremos os momentos de inseguranças e incertezas de Isabel como Regente, assim como os períodos em que a sucessora de Pedro II precisou adotar uma postura mais incisiva, independente, traçando a sua trajetória de amadurecimento e autonomia como governante.

3.2. TERCEIRA REGÊNCIA DE ISABEL: EXPECTATIVAS E SENTIMENTOS

A Terceira Regência da Princesa Imperial D. Isabel iniciou-se a partir da partida do Imperador para a Europa, no dia 30 de junho de 1887. O frágil estado de saúde do monarca exigiu o seu afastamento do exercício das funções majestáticas, e a consequente convocação da sucessora para assumir sua Terceira Regência da nação. A moléstia que afligiu Pedro II preocupava a elite política monarquista, e ao mesmo tempo era utilizada com artifício linguístico de endosso para propaganda republicana. Assim como explicitado nos capítulos anteriores, os primeiros momentos da Terceira Regência de Isabel promoveram discussões conflitantes da imprensa. A linguagem do republicanismo alegava que o Terceiro Reinado já havia sido inaugurado e que Pedro II não retornaria vivo à pátria. Em contrapartida, monarquistas declaravam que o regresso do imperante seria breve, e que D. Isabel estaria plenamente capacitada para conduzir a nação na ausência do patriarca, tendo em vista o conhecido sucesso, na linguagem daqueles políticos, das duas últimas regências da Princesa.

Esta Terceira Regência havia sido inaugurada a partir da interrupção do lazer que a Princesa desfrutava junto ao marido e filhos na Europa. Em 5 de março de 1887, a sucessora escreveu ao pai da cidade francesa de Nice: “Saudades e mais saudades! O papai doente e eu não estou aí para lhe fazer companhia”.⁴⁶⁸ Conjecturamos, como discutiremos nas próximas páginas, que

⁴⁶⁸ Arquivo Grão Pará, XLI – 3.

a princesa era assídua leitora dos periódicos imperiais, então provavelmente conhecia as especulações que permeavam a imprensa brasileira desde 1886, em que se elaborava prospecções para a data de partida do Imperador para tratar da saúde na Europa. Tal fato culminaria na interrupção da estadia de Isabel naquele continente, já que, sendo a primeira na linha de sucessão ao trono, seria obrigada a assumir a Regência do Império na ausência de Pedro II, assim como nos *espaços de experiência* de 1871 e 1876.

Já no final daquele mês de março de 1887, ainda de Nice, a herdeira da coroa escrevia com *affect* de apreensão, e melancolia ao pai, assim como no excerto destacado anteriormente. Assim, Isabel demonstrava sua preocupação: “Saudades e mais saudades! Me tem aborrecido os jornais de Lisboa que dizem que papai está de novo indisposto! Deus queira que não seja nada, e só vontade de dar notícias!”.⁴⁶⁹ Apesar das desconfianças da Princesa com relação a veracidade das publicações dos periódicos lisboetas, tais alegações quanto à fragilidade do estado de saúde de Pedro II são confirmadas. Deste modo, em correspondência endereçada ao soberano, em 19 de abril de 1887, Isabel lastimava: “Quem me dera saber papai livre de todo acesso de febre! Muito me tem entristecido saber que não está bem de todo. Não foram minhas orações que faltaram durante a semana santa e sempre, meus queridos e bons pais.”⁴⁷⁰

Neste cenário, a Princesa Imperial foi compelida a retornar ao país para inaugurar sua Terceira Regência e possibilitar o tratamento médico do patriarca da nação na Europa. Sendo assim, dois dias após o monarca deixar o país, D. Isabel redigiu uma carta relatando sua situação, e demonstrando *affect* de tristeza e insatisfação diante da nova residência que estava sendo obrigada a ocupar para exercer o governo da nação, além da apatia em relação aos seus compromissos oficiais. A partir do momento em que a princesa assumiu a posição de Regente, foi necessário se mudar para a residência da Família na Corte, deixando o confortável clima do

⁴⁶⁹ Arquivo Grão Pará, XLI – 3.

⁴⁷⁰ Arquivo Grão Pará, XLI – 3.

Palácio Isabel em Petrópolis. A herdeira da coroa passou a viver no Palácio São Cristóvão⁴⁷¹ no Rio de Janeiro.

Figura 2 – Palácio São Cristóvão⁴⁷²



Os escritos da Princesa herdeira mesclavam aspectos da vida íntima familiar com atualizações sobre os trâmites da sua nova posição como Regente. Assim, numa mesma missiva, uma caligrafia diferente da de D. Isabel se destacava, sendo esta, de um dos netos do monarca. A correspondência elucidava bem a conformação de uma monarquia, mesclando sentimentos e emoções parentais com a direção política de um país.

02 de julho de 1887, São Cristóvão,
 Meu querido e bom pai,
 Muito me comoveu a missa de hoje na Misericórdia pelas recordações! Que saudades!!!

⁴⁷¹ O Palácio São Cristóvão, prédio que atualmente abriga o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi a residência oficial do Imperador D. Pedro II no Rio de Janeiro. Segundo Regina Maria Macedo Costa Dantas, o local foi habitado pelo rei D. João IV, antes da Independência, e pelo Imperador D. Pedro I. Conforme informa Dantas, a edificação pode ter feito parte de uma fazenda na conjuntura do domínio jesuíta sobre esta região do país. Entretanto, a autora esboça que a expulsão da Companhia de Jesus da Colônia levou a propriedade às mãos de um comerciante luso-libanês. Por fim, após uma reforma iniciada no ano de 1803, o local tornou-se residência real em 1809, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil: DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A Casa do Imperador: Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p.23-39.

⁴⁷² Fonte: <https://www.museunacional.ufrj.br/casadoimperador/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

É do quarto e da mesa de mamãe que estou lhes escrevendo, A nossa instalação aqui está muito cômoda, e mesmo esta solidão de São Christovão (alegrada pelos meninos) foi boa para estes primeiros dias sobretudo.

Goza-me de uma paz que faz bem quando se está triste.

Já marcamos as audiências para as quintas feiras seguidas dos despachos, as recepções para as segundas e o Corpo Diplomático para as primeiras terças feiras dos meses. (duas palavras ilegíveis) meus únicos atos oficiais. Quem me dera não ter nenhum para fazer!!!

Vamos as noites à exposição do Caminho de ferro, e dizem que voltaremos de bonde elétrico. Pelo sim, pelo não, mandarei o carro seguir para não correr o risco de ficar a pé.

Josefina também escreveu hoje.

Mil beijos e abraços saudosíssimos de nós todos.

Sua filhinha que tanto o ama,

Isabel Condessa d'Eu.

Muitas saudades a Pedro, ao Nioac, aos Motta Maia e aos Carapebus.

O tigre grande morreu, mas há ainda três onças, duas cobras papa veado e muita bicharada.

Seus netinhos que o ama

Pedro, Luiz e A.⁴⁷³

Destacamos a forma como a Princesa herdeira da coroa referiu-se aos atos oficiais de sua Terceira Regência: “quem me dera não ter nenhum para fazer!!!”. A exclamação de Isabel poderia levar o leitor a presumir equivocadamente, que a sucessora esboçava pouco ou nenhum interesse pelo exercício das funções majestáticas na ausência do pai. Todavia, é imperativo considerar que a Princesa Imperial demonstrava em seu texto muitas saudades do soberano, e *affect* de abatimento. Sendo assim, pressupomos que não precisar realizar o trabalho de diligência do país, significaria a presença do patriarca ao seu lado, e conseqüentemente, o restabelecimento da saúde de seu amado pai. Além disso, considerando a preocupação de Isabel com o sucesso do tratamento do Imperador, não acreditamos que a princesa cometeria a imprudência de demonstrar ao seu primeiro preceptor – que havia se dedicado a educação intelectual da filha desde o seu nascimento, para garantir a perpetuação da monarquia em solo brasileiro – descaso com o governo da pátria. Tal atitude poderia provocar preocupações ao monarca, a quem Isabel pretendia poupar os aborrecimentos, como evidenciaremos nas correspondências enviadas pela Princesa à D. Teresa Cristina.

⁴⁷³ Arquivo Grão Pará, XLI – 3-32.

Assim, a partir da elevação da Princesa Imperial D. Isabel ao posto de Regente do Império, foi necessário que a herdeira, sua família e damas de companhia iniciassem a adaptação em uma nova residência, o Palácio São Cristóvão. O local não agradava muito a sucessora, como demonstrado nos trechos de uma carta redigida pela Princesa Isabel e endereçada à mãe, a Imperatriz Teresa Cristina. A correspondência foi enviada menos de dois meses depois da Princesa assumir a gestão do Estado.

25 de agosto de 1887, São Cristóvão
 Minha querida e boa mamãezinha
 [...]. O bom retrato grande de papai a óleo que usava na biblioteca de baixo, assim como um mesmo bom seu em fotografia, pendurei-a no meu quarto, ao menos os tenho imagem.
 Quando os terei na realidade?!!
 Saudades e mais saudades!!!!
 Ontem foi a sessão conhecida do Lyceu literário Pasuijuz.
 Sessão bonita, discurso mau, e pequeno concurso muito bom
 [...]
 Sua filhinha que tanto a ama.
 Isabel Cristina
 Minhas saudades a Pedro, Nicais, Motta Maia e Carapebús.⁴⁷⁴

Analisando a correspondência, é notória a boa relação e a afetuosidade que conduzia a relação entre a princesa herdeira e o casal de imperantes. Identificamos, considerando o princípio da *attitude* e a categoria *affect*, sentimentos de melancolia e tristeza permeando os escritos da princesa, demarcando a falta que sentia dos pais. Questionamos se este suposto apego aos progenitores afetava suas ambições em relação ao trono, e a forma como ela conduziria a Regência. Já que, tendo em vista a crítica situação da saúde de Pedro II, e a iminência de concretização do Terceiro Reinado, esta Regência poderia significar um ensaio para a futura missão na direção do Estado Imperial, assim como a oportunidade para demonstrar ao povo, e principalmente à elite política, sua capacidade governativa para assumir o posto de Imperatriz do Brasil.

Apreciando ou não o novo cenário, Isabel não tinha outra escolha naquela conjuntura. Assim, iniciou a organização da sua nova residência, que ocuparia durante os meses na regência do

⁴⁷⁴ Arquivo Grão Pará, XL-1.

Estado Imperial, e ao contrário das suscintas descrições que enviava a Imperatriz Teresa Cristina, encaminhou uma missiva com o relatório completo da redecoração do Palácio para a amada amiga e antiga preceptora, a Condessa de Barral.

30 de setembro de 1887, São Cristóvão

Minha querida Condessinha

É ainda de São Cristóvão que lhe escrevo e dir-lhe-hei que não tenho pressa em deixar este lugar tão cheio de recordações dos que andam por lá, de que tanto gosto também, e onde me acho bem a cômodo, bem longe e longe do barulho, Gaston lhe tem escrito, Amandinha também.

Esta lhe deu meu recado do porquê não tenho escrito, e também um recado sobre rendas. A biblioteca de papai está agora em ordem, e disso me ocupo com amor e levou-me muito tempo.

Você não faz ideia da papelada que se desencava de todos os cantos. Sabe bem que não desejaria que acabassem as vistas de pessoas que entrassem na biblioteca e por isso logo que dei com elas reuni-as todas e juntei-as (palavra ilegível) com cuidado as que papai tinha no quarto dele. Papai tem preciosidades naquela biblioteca dele e penso que com a inspeção que dei poderá ser muito melhor vigiada agora e limpa.

Amandinha e Doris mesmo me ajudaram no arranjo.

Gaston já lhe deu detalhes sobre a nossa instalação aqui, mas como não sei como ele o fez, vou fazê-lo a meu modo. Com duas explicações você entenderá ainda melhor.

O novo quarto de dormir é a antiga nova sala de jantar, de teatro. O lugar que ocupava o teatro está separado do resto por uma tapagem.

[...] e a sala de estudos (que ocupou Pedro Augusto com seus minerais) é (palavra ilegível) salinha que arranjei-a de novo e está bem bonitinha e me serve em alguns casos de visitas [...]

[...]

Nós almoçamos às 9 ½ e jantamos perto das 5. O chá é as 9. Almoçamos e jantamos na sala dos jantares grandes [...].

As audiências têm lugar na sala dos foguetes e os despachos no seu lugar como na antiga [...]⁴⁷⁵

A princesa fez questão de detalhar cada cômodo da nova moradia, apesar do próprio marido já ter enviado uma descrição para a Condessa de Barral. Esboçava as circunstâncias do quarto dividido pelos dois filhos, Pedro e Luís, as particularidades dos aposentos do marido, a localização do seu piano, as salas de visitas, jantar, foguetes, encontros oficiais, fornecendo especial detalhamento para a biblioteca do pai. A condessa foi professora da herdeira da coroa por longos anos, até a ocasião de seu casamento, o que possivelmente motivaria o enfoque de Isabel nesta parte da residência ao corresponder com a antiga preceptora, e o *appreciation*

⁴⁷⁵ Arquivo Grão Pará, XLI-5.

valorativo conferido ao acervo do Imperador. O texto transparece *affect* de intimidade e amizade permeando o relacionamento das duas mulheres.

Luísa Margarida Portugal de Barros, a Condessa Barral, foi a preceptora responsável pela educação das Princesas Isabel e Leopoldina. A condessa nasceu na Bahia, no ano de 1816, sendo filha do Visconde de Pedra Branca. De acordo com Vanessa Gandra Dutra Martins, no ano de 1856, em que as princesas possuíam respectivamente, 10 e 9 anos, a Condessa foi convocada pelo Imperador Pedro II, por meio de notificação do mordomo da Casa Imperial, para tornar-se aia das meninas. Sendo assim, segundo a autora, Barral assumiu a posição de Dama da Imperatriz Teresa Cristina, e permaneceu na corte até o casamento das jovens Isabel e Leopoldina em 1864. Conforme esclarece Martins, Luísa e Pedro II nutriram um romance ou amizade que durou quarenta anos, sendo interrompido apenas pela ocasião do falecimento da Condessa, no ano de 1891. A autora elucida que o casal possuía um pacto para queimar as correspondências após a leitura, entretanto, tal acordo não se cumpriu completamente.⁴⁷⁶ Questionamos se Isabel possuía conhecimento acerca da qualidade da relação estabelecida entre o pai e a amiga.

A estadia no Paço São Cristóvão também foi assunto nas correspondências enviadas pela Princesa Imperial ao pai. No dia 26 de setembro de 1887, Isabel queixava-se da dolorosa saudade causada pela distância do “querido e bom papaizinho”, e informava ao monarca o quanto apreciava receber suas cartas, seu diário e fotografias. Com *affect* de melancolia, a Regente do Império ansiava pelo retorno do soberano ao país, assim como elogiava o Palácio São Cristóvão, mencionando o deleite de suas damas para com o local: “Quando voltará para o nosso querido São Cristóvão?! Mariquinha e Amandinha não cessam de se entusiasmar por esta residência e compreendem perfeitamente seu gosto”.⁴⁷⁷

⁴⁷⁶ MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. Pedro e Luísa - Construções de si: a escrita epistolar de D. Pedro II e da Condessa de Barral. 2009. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

⁴⁷⁷ Arquivo Grão Pará, XLI- 3.

Naquela conjuntura, além de ocupar uma nova residência, a Princesa Regente passou a cumprir as obrigações oficiais, antes desempenhadas pelo pai. Deste modo, para realizar suas novas atribuições como Regente, D. Isabel precisava destinar maior atenção às notícias envolvendo o país, assim como conhecer a opinião pública acerca do seu governo. Para tal feito, a sucessora dispunha dos periódicos que circulavam no Brasil, e ainda os remetia para o Imperador na Europa, como demonstrado na correspondência do dia 26 de setembro de 1887: “Quanto à política papai verá pelos jornais o que tem havido. Senti que o Portella sairia do Ministério, mas achei que ele fez bem de o fazer.”⁴⁷⁸ Através da remissão dos periódicos, Isabel poderia se abster de descrever ao pai a conjuntura política do país, permitindo ao monarca a apreciação das edições dos jornais.

A princesa não estava alheia às discussões que circulavam na imprensa acerca da ausência do pai, ou mesmo às satirizações produzidas entorno da fragilidade do estado de saúde do monarca. Em carta à Imperatriz Teresa Cristina, em outubro de 1887, a princesa reprovava as publicações periódicas: “Malditos jornais que sentenciam a fazer o jogo que tanto dói meus sentimentos! Meçam-no minha raiva; mas o essencial é que papai vá indo de melhorar em melhorar.”⁴⁷⁹ Percebemos o uso da dimensão *graduacion* no texto da correspondência, pela repetição do verbo melhorar, enfatizando o quanto Isabel considerava importante o restabelecimento da saúde do soberano, que neste sentido público da imprensa, poderia significar um fortalecimento da própria monarquia perante os jornais.

No escrito endereçado à mãe, verificamos, por meio da região *affect* da *attitude*, os sentimentos de indignação, raiva, tristeza, mágoa e o quanto a sucessora de Pedro II se sentia pessoalmente ofendida pela forma como os jornalistas exploravam a enfermidade do pai em seus artigos. A sucessora do Imperador não cita o nome dos jornais que lhe causaram tamanha indignação, muito menos as edições. Entretanto, como mencionado no primeiro capítulo desta dissertação,

⁴⁷⁸ Arquivo Grão Pará, XLI- 3.

⁴⁷⁹ Arquivo Grão Pará, XLI-4.

diversos rumores foram disseminados no contexto de partida do Imperador para a Europa, a princesa foi, inclusive, acusada de conspirar com o parlamento para depor o monarca através de um golpe de Estado. Ao longo de sua regência, ao passo que os boatos a respeito da enfermidade do imperante atravessavam o atlântico, mais se endossava a teoria de que D. Pedro não retornaria vivo ao país, e que em realidade Isabel havia se tornado Imperatriz no momento em que o Gironde deixou o porto no Rio de Janeiro. Nesta perspectiva, verificamos que a D. Isabel não faltaram motivos capazes de produzir tamanho ressentimento em relação às práticas dos periodistas brasileiros.

Naquela conjuntura, era notório o impacto dos escritos da imprensa naquela família que protagonizava as páginas dos jornais. Assim, em duas correspondências diferentes destinadas à Imperatriz Teresa Cristina, Isabel citava o *Jornal do Commercio*, no dia 5 de novembro de 1889, e o *Diário de Notícias*, no dia 2 de junho de 1888: “O *Diário de Notícias* de hoje dá como telegrama que partem ainda no dia 20 para cá.”⁴⁸⁰ Deste modo, constatamos que a Princesa Imperial acompanhava assiduamente as discussões nos jornais.

Logo, acreditamos ser possível que a Princesa conhecesse a fundo as inúmeras discussões e expectativas relacionadas ao possível Terceiro Reinado: a rejeição por parte dos republicanos, a publicidade dos isabelistas, os boatos entorno do golpe de seu sobrinho e o desrespeito às leis sucessórias, através da proposta de elevar Pedro Augusto ao posto de Imperador, a partir das alegações de que ele seria mais bem preparado intelectualmente. Entretanto, nas documentações acessadas no Arquivo Grão Pará, não chegamos a identificar as opiniões da personagem principal desta trama nas cartas produzidas por Isabel, nem mesmo uma única menção ao termo Terceiro Reinado.

Sendo assim, considerando a intensidade das críticas dos periódicos ao Imperador, à Princesa herdeira, e à própria monarquia, Isabel mostrava-se preocupada com as influências que tais

⁴⁸⁰ Arquivo Grão Pará, XLI-4.

textos jornalísticos poderiam causar no estado de saúde do pai. Em carta endereçada à Imperatriz Teresa Cristina, carinhosamente chamada pela filha de querida mamãezinha, a então Regente do Brasil, instruía à mãe acerca da forma que ela considerava mais adequada de relatar ao pai a situação do país. O texto, redigido na cidade Petrópolis, no dia 2 de janeiro de 1888, esboçava *affect* de ansiedade, medo, aflição, inquietação: “Leia tudo o que lhe escrevo e jornais que mando antes de mostrá-los a papai para que eles não possam causar-lhe qualquer emoção prejudicial. Não posso saber como ele se achará quando o que mando lhe chegar”.⁴⁸¹

Neste sentido, cogitamos também, se pelo mesmo motivo citado acima a Princesa evitava escrever para o monarca, enviando recados ao pai através de cartas endereçadas a D. Teresa Cristina. A exemplo disto, podemos citar a correspondência redigida em Petrópolis no dia 20 de janeiro de 1888: “O Raposo me mostrou o diploma de membro do Instituto de França para papai”.⁴⁸² Deste modo, identificamos que a Imperatriz, durante o período em que Pedro II foi submetido à tratamentos médicos na Europa, funcionou como uma ponte entre pai e filha. Conjecturamos se tais circunstâncias contribuíram para estreitar os laços entre Isabel e a mãe. Entretanto, a ausência das correspondências da filha eram alvo de frequentes reclamações de Pedro II em suas cartas. Em correspondência enviada no dia 8 de fevereiro 1888, da cidade de Cannes, na Riviera Francesa, o pai amavelmente inquiriu a herdeira: “muito me interessam suas cartas onde espero que me dê notícias de tudo que você sabe que me interessa”.⁴⁸³ Entretanto, ao perceber que não atingiu o objetivo desejado, no mês seguinte, no dia 7 de março de 1888, o soberano encaminhou seus protestos à Isabel de modo mais incisivo: “Aguardo sempre ansioso por notícias de vocês. Não seja preguiçosa em escrever”.⁴⁸⁴

Talvez a Princesa se preocupasse sempre com os impactos de suas cartas na saúde do pai, por isso não escrevia regularmente. Logo, é possível perceber a diminuição no fluxo de

⁴⁸¹ Arquivo Grão Pará, XLI-4.

⁴⁸² Arquivo Grão Pará, XLI-4

⁴⁸³ Arquivo Grão Pará, XXXIX-1.

⁴⁸⁴ Arquivo Grão-Pará, XXXIX-1.

correspondências destinadas ao monarca neste contexto de enfermidade. Pedro II, por sua vez, demonstrava o *affect de* impaciência diante das atitudes de sua sucessora, empreendendo assim, um *judgement* de seu comportamento, por meio da influência dos princípios cristão católicos, avaliava a prática de Isabel como reflexo de preguiça. Entretanto, a censura paterna parecia não atingir o efeito desejado, já que no mês seguinte, a 26 de abril de 1888, em carta redigida em Veneza, na Itália, o imperante lastimava novamente: “Há muito que não recebo carta de você”.⁴⁸⁵

Nesta perspectiva, percebemos também, que a Princesa Imperial almejava poupar o pai de qualquer questão da vida privada cotidiana que pudesse chateá-lo, assim como transcrito a seguir, D. Isabel relatava à mãe a morte de uma árvore muito apreciada pelo Imperador. Neste texto, verificamos a dimensão do *engagement*, na analogia feita pela princesa entre o pai e a noqueira do Palácio de São Cristóvão, Isabel demonstrava suas tendências a acreditar em superstições. Por mais que ela automaticamente se defendesse do seu próprio julgamento, já que conhecia profundamente a doutrina da Igreja católica e sabia o quanto a igreja proibia tais crenças, ela associava o definhar da planta ao agravamento da doença do soberano.

Desejaria poupar a papai qualquer impressão desagradável.
 Não sei se não seria bom previni-lo de que a grande noqueira de São Cristovão de que ele tanto grada morreu. O tronco e o galho aí estão mas não tem mais nenhuma folha.
 Começou a definhar quando papai esteve tão mal e não faz ideia a impressão de tristeza que em mim produzia, apesar de não se superticiar.
 Também eu gostava muito de uma árvore e me faz penar vê-la assim. Foi uma moléstia que deu nas raízes que a matou.
 [...]
 Sua filhinha que tanto a ama,
 Isabel Condessa d’Eu.⁴⁸⁶

Seria equivocado conjecturar as raízes da inquietação de D. Isabel no concernente à saúde do pai? A princesa possuía apenas uma preocupação inocente e genuinamente filial diante da possibilidade de perder o estimado pai? Ou tal aflição apresentava origens muito mais

⁴⁸⁵ Arquivo Grão-Pará, XXXIX-1.

⁴⁸⁶ Arquivo Grão Pará, XLI-4. A carta não apresenta a data exata ou o local em que foi redigida, apenas consta o ano de 1887 em sua identificação.

profundas, como o medo de que finalmente chegasse o momento para o qual a Princesa herdeira havia sido preparada praticamente durante toda a sua vida, a coroação e sagração como Imperatriz do Brasil? Ou ainda, e muito provavelmente, um misto de emoções atravessavam Isabel diante da possibilidade do falecimento do pai e iminente concretização do seu Terceiro Reinado? De certo modo, não existiria também na sucessora um sentimento ambicioso em relação a coroa? Ela não desejava se tornar a mulher mais importante do país?

É imperativo destacar, que ao examinar grande parte da documentação do Arquivo Grão Pará, percebemos que Isabel ou seus correspondentes não utilizavam o conceito Terceiro Reinado em seus escritos, tal termo ficou restrito às discussões da imprensa? Aludir ao Terceiro Reinado significava o falecimento do patriarca daquela família imperial, por isso as reservas para citá-lo explicitamente?

Entretanto, apesar do termo Terceiro Reinado não compor as missivas da família Bragança brasileira, não se pode negar que o futuro de Isabel como Imperatriz estava sendo forjado na conjuntura da década de 1880. A iminência do falecimento do monarca diante do seu frágil estado de saúde não deixaria outra alternativa à herdeira da coroa, senão empunhar o cetro e proceder sua coroação e sagração como Isabel I do Brasil. A Terceira Regência iniciada no ano de 1887 poderia ser o último ensaio para o Terceiro Império. Nesta perspectiva, destacaremos no tópico a seguir a evolução da Princesa como governante, e o quanto sua autonomia na regência da nação foi determinante para a assinatura da lei que aboliu a escravidão no país.

3.3. A AUTONOMIA DA REGENTE ABOLICIONISTA

A Princesa Imperial D. Isabel foi muito atuante no movimento abolicionista. Grande parte das produções historiográficas⁴⁸⁷ localizam Isabel como a redentora dos escravos e heroína

⁴⁸⁷ BARMAM, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005; CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel, "a redentora"*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941; LACOMBE, Lourenço Luís. *A Princesa Redentora*. Petrópolis: I.H de Petrópolis, 1989; VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1990.

abolicionista. Em contrapartida, versões revisadas da historiografia⁴⁸⁸ apontam Isabel como oportunista nesta causa, dedicando-se ao movimento apenas para popularizar o seu futuro reinado, ou descrevem seus atos como de parca importância para a extinção do cativo no Brasil, conferindo o protagonismo aos políticos abolicionistas ou ao próprio movimento negro. Contudo, conservamos uma perspectiva mais amena diante do envolvimento da sucessora no abolicionismo. Não acreditamos ser possível demarcar um herói ou heroína para os eventos que desembocaram na assinatura da Lei Áurea sem incorrer em uma narrativa essencialmente positivista da história. Além disso, a partir do exame das fontes documentais, como pretendemos comprovar nas páginas a seguir, discordamos da minimização da participação da herdeira da coroa no processo.

Compreendemos Isabel como uma senhora alinhada às demandas da sociedade brasileira oitocentista. No decorrer da década de 1880, foi se escasseando progressivamente os defensores da instituição escravista no país, tornando-se praticamente um consenso a necessidade da abolição. Foi nesta conjuntura que a Princesa passou a articular suas investidas contra o sistema escravista, destacando-se nos periódicos pela concessão de cartas de alforria, e por realizar eventos direcionados à libertação de cativos. Assim, concebemos que a Princesa herdeira não estava imune aos efeitos do ideário evolucionista que permeava aquela conjuntura e apresentava a extinção do cativo como única alternativa para a inserção do Brasil nos caminhos do progresso. A personalidade de D. Isabel, demonstrada em seus escritos, delineava uma princesa empática, e, deste modo, propensa a se compadecer do sofrimento e opressão infligida aos escravizados. Todavia, não desconsideramos que a princesa estivesse ciente de que assinar a lei

⁴⁸⁸ DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora dos escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001; MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras.

abolicionista poderia conferir prestígio e popularidade para a sua imagem, favorecendo a construção da legitimidade do seu possível Terceiro Reinado.

Os anseios abolicionistas da sucessora permeavam a sua vida íntima e pública. Na carta transcrita a seguir, a princesa atualizava a Condessa de Barral acerca da evolução da ideia abolicionista no Brasil, e prospectava que a instituição escravista seria extinta em um ano e meio. Considerando a dimensão *engagement* da Teoria da Avaliatividade, percebemos as vozes dos abolicionistas permeando a missiva da princesa herdeira, assim como as influências do próprio cristianismo. D. Isabel qualificava como caridade, um dos principais fundamentos da Igreja Católica, o investimento na compra de cartas de alforria.

Neste sentido, constatamos também que o movimento abolicionista poderia apresentar certa dualidade de significação no universo sentimental da princesa, ao mesmo tempo que corresponderia à uma prática do âmbito feminino, na condição de atividade filantrópica, regida pelas mulheres de elite naquela conjuntura, também figurava como atividade da esfera pública, masculina, por envolver a necessidade de elaborações legislativas. Neste último campo, contudo, somente uma representante do sexo feminino poderia colaborar no Brasil, a Princesa Imperial D. Isabel.

22 de fevereiro de 1888, São Cristóvão

Querida queridíssima

[...]

Gaston lhe tem escrito e lhe tem mandado os jornaizinhos dos meninos onde você terá visto o que se fez pela Emancipação cativa de Petrópolis

Como já lhe disse atualmente é quase que (palavra ilegível) empregar dinheiro em libertar escravos, mas vimos que podíamos libertar já os que ficarão livres daqui um ano e meio (é convicção minha e da maioria).

É sempre uma caridade grande, e além disso o que mais nos influiu foi a ideia de dar um empurrão ao pensamento da abolição com pequeno prazo que parece estar no ânimo de todos, relapso no dos emperrados que é necessário acordar. Ou acordam, ou a onda os levará. Que Deus nos proteja, e que mais essa revolução ou evolução nossa se faça o mais pacificamente possível. Você terá lido o terrível assassinato do Delegado da Penha do Rio do Peixe.

Parece que os ensejadores farão dores sul-americanas usando (palavra ilegível). Antes isso.

Mil saudades de ambos para vocês todos.

Sua muito e muito de coração

Isabel Condessa d'Eu.⁴⁸⁹

A partir da análise desta correspondência, é possível identificar o ideário evolucionista e progressista⁴⁹⁰ que vigorava na sociedade oitocentista, orientando a perspectiva de Isabel acerca da inviabilidade do sistema escravista perdurar. Verificamos a dimensão *appreciation* no texto da Regente, que qualificava a abolição como manifestação da evolução. A sucessora também expressava *affect* de repúdio aos defensores do cativo escravo, utilizando o termo “emperrados” para se referir ao grupo. D. Isabel referenciava ainda o caso do assassinato do delegado abolicionista da Penha do Rio do Peixe⁴⁹¹, como provas da barbárie perpetrada pelos escravistas no Império.

O entusiasmo da Princesa Regente com o movimento abolicionista também era demonstrado nas cartas remetidas ao Imperador. Saudosa e ansiosa para ver o pai, em correspondência do dia 25 de agosto de 1887, redigida no Paço São Cristóvão, com *affect* de entusiasmo, a herdeira relatava o distinto feito do Marques de Três Rios, ao alforriar todos os escravos de sua propriedade. Isabel se mostrava exultante e eufórica no texto, e desejava que todo o país fosse contemplado por atitudes daquela ordem, acelerando o processo de ruptura com a mão de obra escravizada, que contrariava as concepções humanitárias da sucessora de Pedro II.

Quando tornarei a ver?!?! Mas por hora pense sobretudo em curar-se bem, e pelo amor de Deus e pelo meu não se canse demais!

⁴⁸⁹ Arquivo Grão Pará, XLI-5.

⁴⁹⁰ Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, experimentou-se no Brasil um positivismo heterodoxo a partir da segunda metade do século XIX, pautado pela difusão de ideias evolucionistas e científicas. Para a autora, a ideia de progresso foi introduzida no pensamento dos brasileiros a partir do romantismo e das revoluções liberais. Neste sentido, na visão de Mello, a geração de 1870 encarava o cientificismo com uma ferramenta de ruptura com as fantasias religiosas para a concretização do progresso. Assim, conforme a autora, o caráter atrativo do positivismo residia em seu potencial para traduzir todo o conhecimento, produzindo respostas para questões cotidianas a partir da razão: MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica na década de 1880 no Rio de Janeiro*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.118-119.

⁴⁹¹ No mês de fevereiro de 1888, o delegado abolicionista de Penha do Rio do Peixe foi vítima de um linchamento perpetrado por uma multidão de aproximadamente 200 pessoas. O agrupamento era composto até mesmo por destacados fazendeiros, provenientes de importantes famílias daquela localidade. Os responsáveis pela morte do Delegado Joaquim Firmino foram absolvidos pela justiça brasileira. Verificar: ROCHA, Antonio Penalves. The Rio News de A. J. Lamoureux: um jornal abolicionista carioca de um norte-americano. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p.141-159, 2007, p.142-143; MONSMA, Karl. Pânico e repressão: a reação à abolição das elites nas regiões de cafeicultura paulistas. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo: USP, 2011. p.1-14, p.4-5.

O Marquez de Trez Rios acaba de alforriar para o começo de 1890 os escravos que têm e que são mais de 300! Que gosto seria (ilegível) caso semelhante por toda a parte!

Felizmente, cada vez tem se tornado mais (ilegível).

[...] ⁴⁹²

A herdeira da coroa aparentava *affect* otimista no concernente à abolição definitiva do sistema escravista no território brasileiro. Analisando a correspondência manuscrita pela Princesa Isabel e endereçada ao Imperador, no dia 26 de setembro de 1887, é possível perceber que a Regente do Império expectava que brevemente o cativo estaria abolido, que a modificação no regime de trabalho ocorreria de modo gradual, progressivamente, como uma marcha impossível de deter: “Quanto a questão servil, uma vez que as coisas forem com prudência; tomara que vão andando sempre.” ⁴⁹³

A libertação de escravos que ocorria ao redor do país entusiasmava a Regente abolicionista, e fortalecia a crença da princesa no processo natural de evolução que levaria à extinção do sistema escravista no Brasil. Sempre saudosa e melancólica diante da ausência do pai, a sucessora escrevia do Paço Isabel ⁴⁹⁴, atual Palácio Guanabara, relatando a libertação de escravos pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro e planejando cerimônia semelhante para saudar o momento de retorno do monarca à pátria.

03 de dezembro de 1887, Paço Isabel, Rio de Janeiro

Meu querido papaizinho

Que saudades tenho sempre, especialmente sentia-as ontem! O dia foi um pouco de cansaço, mas passou-me bem. A Câmara Municipal libertou pelo livro de ouro 62 escravos. Já dei a ideia de uma festa importante neste sentido para a sua chegada!

Quem dirá que todos fossem seguindo o exemplo dos fazendeiros de São Paulo!

O Rio de Janeiro (palavra ilegível) está muito emperrado, mas mais tarde ou mais cedo será constrangido a fazê-lo mesmo que os (palavra ilegível). [...] ⁴⁹⁵

⁴⁹² Arquivo Grão Pará, XLI -3.

⁴⁹³ Arquivo Grão Pará, XLI -3.

⁴⁹⁴ O Paço Isabel foi construído no ano de 1853, sendo domicílio do mercador José Machado Coelho, natural de Portugal. A residência foi adquirida pelo Imperador D. Pedro II no ano de 1864 sendo oferecido como presente na ocasião do matrimônio de sua filha mais velha com o conde francês, Gaston d’Orleans. O edifício passou a pertencer ao governo militar na ocasião do golpe republicano, sendo renomeado como Palácio Guanabara, servindo de moradia para presidentes e, atualmente funciona como sede do governo do estado do Rio de Janeiro. A propriedade do palácio foi reivindicada por D. Isabel no ano 1895. Entretanto, o processo obteve resultado desfavorável para condessa d’Eu, e para os seus descendentes, sendo finalmente encerrado no ano de 2020.

⁴⁹⁵ Arquivo Grão Pará, XLI -3.

Figura 3 – Paço Isabel⁴⁹⁶

Todavia, a Princesa ainda não imaginava que o regresso do Imperador ao país seria marcado por um cenário ainda mais positivo para a causa da abolição, a completa extinção do cativeiro escravo. Em sua missiva endereçada ao “querido papaizinho”, D. Isabel comparava as investidas das províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro nos caminhos do que ela qualificava como progresso. Deste modo, ao investigar o texto por meio da Teoria da Avaliatividade,

⁴⁹⁶ Palácio Guanabara. [S.l.: s.n.], [entre 1911 e 1922]. 1 foto, gelatina, pb, 23,4 x 17,2cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon46390/icon46390_013.jpg. Acesso em: 12 fev. 2023. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon46390/icon46390_013.html. Acesso em: 01 fev. 2023.

considerando a dimensão *engagement*, identificamos as vozes das lideranças abolicionistas influenciando as perspectivas da Regente. Assim como a emissão de *appreciation* de repúdio frente à trajetória do Rio de Janeiro em contraponto à São Paulo, qualificando a província carioca como emperrada. Tal termo era comumente utilizado na retórica dos jornalistas propagandistas da abolição naquele período.⁴⁹⁷

No contexto do final dos anos 1880, a imprensa abolicionista pressionava o Imperador D. Pedro II e a Princesa Imperial D. Isabel pelo encerramento do regime escravista no território brasileiro. A herdeira da coroa, assim como seu marido e suas damas, foi importante entusiasta da causa dos cativos, e na conjuntura de sua elevação ao posto de Regente no ano de 1887, expectava-se que a sucessora de Pedro II implementasse ações mais decisivas no concernente à abolição. Neste sentido, a imprensa abolicionista debatia a possibilidade da ruptura de Isabel com o gabinete escravista no poder. Acreditava-se que a reforma do regime de trabalho não poderia ser aprovada durante a administração do ministério conservador do Barão de Cotegipe.

A princesa abolicionista passou a ser extremamente pressionada pela imprensa brasileira por um posicionamento mais incisivo contra o cativo escravo, já que a partir do afastamento do Imperador das funções majestáticas, ela passou a dispor de plenos poderes para concretizar a reforma almejada. Questionava-se a legitimidade das intenções da Regente, que em conjuntura anterior trabalhou filantropicamente pela concessão de alforrias, mas no contexto em que gozava das disposições do Poder Moderador, seguia mantendo um gabinete conservador e escravista no governo, que fortalecia a manutenção daquela ordem contrária à emancipação.

⁴⁹⁷ De acordo com Angela Alonso, duas narrativas opostas permeavam o Brasil no final do século XIX: de um lado os abolicionistas, que se consideravam propugnadores das ideias de progresso e do direito à liberdade, destacando-se como “sensíveis, civilizados e modernos”; de outro lado, os defensores da instituição escravista, que justificavam a necessidade do regime de trabalho perdurar por meio de justificativas associadas à estabilidade da economia, alegando também a possibilidade da instalação de uma calamidade social ou política no país. Este último grupo era denominado por seus opositores como “empedernido, atrasado, bárbaro”: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.71

No capítulo anterior, destacamos concepções diversas envolvendo a Terceira Regência e o gabinete Cotegipe. Discutia-se a possibilidade de Isabel não romper com o ministério por lealdade ao Imperador ou por pretender utilizar o apoio do Partido Conservador para instalar o seu Terceiro Reinado. De outro lado, debatia-se também as tendências abolicionistas de D. Isabel, que poderiam conduzir à demissão do barão escravista. No trecho destacado a seguir, a princesa esclarecia o cenário político em que se encontrava, bem como suas dúvidas e inquietações com relação ao Ministério do Barão de Cotegipe. A carta foi remetida à D. Teresa Cristina, mas também destinada ao pai. Assim, no dia 4 de março de 1888, escreveu da cidade de Petrópolis:

[...] Além disso o Ministério tem-se desmoralizado bastante, eu o sinto, mas a menos que a e (palavra ilegível) seja agora por causa dos fatos ocorridos, não tenho até agora achado ocasião para substituí-lo.

Tomará ele outro rumo? Meses antes das Câmaras.

Dê a papai esta carta para ler, pois também que é destinada. Eu procuro fazer o melhor que posso. Infelizmente ainda não tenho a experiência dele, aliás bem difícil de chegar-se a ela. Supro a boa vontade de fazer o que julgo bom e justo, pelo menos Graças a Deus tenho Gaston para me auxiliar com seu critério e trabalho. Pois, quando se é marido e mulher e se entendem, é mais fácil ou menos difícil a tarefa.

[...] ⁴⁹⁸

Analisando a carta, identificamos a dimensão *judgement* no texto da princesa, que promoveu um julgamento moral da conduta do ministério. A Regente transparecia *affect* de incerteza com relação à manutenção ou demissão do gabinete Cotegipe, e não descartava a possibilidade de utilizar o Poder Moderador para substituir o ministro conservador. O *affect* de insegurança também perpassava o manuscrito da sucessora, justificando as suas decisões como reflexo da falta de experiência e exaltando a desenvoltura do Imperador Pedro II na condução do país. Por mais que Isabel se mostrasse hesitante e temerosa em relação a sua Regência, esclarecia que seu ímpeto era proceder de modo bom e justo, valorizando ainda o suporte e auxílio fornecido pelo marido Gaston d'Orleans, o conde d'Eu.

⁴⁹⁸ Arquivo Grão-Pará, XLI-4.

Verificamos, ao analisar a correspondência do dia 4 de março, um outro prisma da Princesa transparecendo em um papel à parte da carta. As decisões de Isabel aparentavam derivar, majoritariamente, das suas concepções e posicionamentos particulares, não cedendo às solicitações de outras pessoas, caso a atitude pudesse prejudicar a coroa ou mesmo sua reputação como Regente e sucessora. Neste sentido, escrevendo da cidade de Petrópolis, a Princesa Imperial expressava sua negativa às aspirações da mãe, D. Teresa Cristina, de garantir a nomeação de Conde à um indivíduo.

[...] quanto ao negócio de Conde penso minha querida mamãezinha que será melhor deixar para quando estiverem para chegar. Não me descuidarei porque tento sempre fazer o que lhe possa dar prazer. Não poderia fazer um Conde, sem fazer pelo menos um dos outros da Comitiva também Conde. Deste modo as nomeações no fim serão melhores! Escrevo isso em papel a parte para que mamãe possa rasga-lo se quiser.

[...] ⁴⁹⁹

Naquela conjuntura em que a princesa recusava o pedido da Imperatriz, era assunto frequente nos jornais e alvo de ferrenhas críticas, a concessão de títulos nobiliárquicos pela família Imperial.⁵⁰⁰ De acordo com Maria Teresa Chaves de Mello, o procedimento correspondia ao objetivo da monarquia de conquistar apoiadores em um contexto de acentuada disseminação do ideário republicano e fragilização do trono.⁵⁰¹ Conjecturamos, a partir do exame da documentação, se a Princesa Imperial estaria ciente deste espectro da crítica dos jornalistas, já que era assídua leitora dos periódicos da época, e se as alegações haviam influenciado sua decisão de negar a solicitação de D. Teresa Cristina.

Uma evidência do caráter controverso e duvidoso da demanda apresentada pela Imperatriz à filha, é o fato da princesa ter redigido o texto em um papel a parte e sugerido à Imperatriz que poderia queimar esta seção da carta, caso considerasse necessário. Também é possível

⁴⁹⁹ Arquivo Grão-Pará, XLI-4.

⁵⁰⁰ As condecorações foram assunto do jornal *O Paiz*: “Cada Barão que se fabrica, cada tenente coronel da Guarda Nacional que é nomeado, cada faminto que se retira da ucharia governamental com a sua tigela cheia de caldo, aparece-lhe um novo esteio para as instituições, uma nova coluna para suster a abóboda dos privilégios, cujo piso recai mais duramente sobre os ombros do povo contribuinte, do povo que trabalha e sofre”: *O Paiz*, n.1790, 01 set. 1889.

⁵⁰¹ MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.162.

questionar se Isabel seria contrária a este fluxo de nomeações fundamentadas na aspiração de benefícios particulares. Entretanto, mais significativo do que delimitar a gênese da decisão da sucessora, é reconhecer que sua deliberação atestava sua autonomia no exercício do cargo de Regente do Brasil.

O fluxo de incertezas da princesa herdeira, explicitadas na correspondência anterior, desaguarão, dias depois, na destituição do Ministério Cotegipe e indicação de um substituto para o cargo. A atitude da Regente obteve respaldo do movimento abolicionista, mas provocou também reprovações por parte dos defensores do cativo escravo, e de grande parte dos republicanos nos jornais da época. As críticas retratavam a sucessora do Imperador como autoritária, e inspiravam o temor diante da possibilidade de o Terceiro Reinado ser marcado por conduta semelhante de D. Isabel. Logo, como leitora assídua dos periódicos, que auxiliavam a Regente na atualização dos pais acerca da situação da pátria, a Princesa Imperial manifestou *affect* de tristeza e indignação com a forma como os jornalistas descreveram sua deliberação. Em correspondência enviada aos “queridos e bons pais”, atravessada por sentimentos de saudade, a sucessora esclarecia a gênese da sua decisão.

14 de março de 1888, São Cristóvão

Meus queridos e bons pais

Acabamos de beber à sua saúde. De manhã viemos de Petrópolis diretamente para o Paço da Cidade, aqui nos vestimos de grande gala, houver cortejo e um pequeno despacho e viemos para aqui, donde ainda saíremos à noite para inauguração da Biblioteca do Lyceu de Artes e Ofícios.

Mil e mil saudades!!!

Suas cartas nos deram muita alegria a ideia da vinda em julho!!!

Por aqui as saúdes também são muito boas. [...]

Quanto aos Ministérios terão sabido pelos jornais o que houve. Os últimos números muito me entristeceram. Há sempre minhas ideias divergiam das do Ministério, sentia que o governo perdia muita força moral, já alguma coisa neste sentido dir-se-há bastante semanas, agora com mais firmeza e por exemplo, censurando ao mesmo tempo a polícia em grande parte do que houve a política ou antes atitude tomada pelas autoridades policiais há já algum tempo. Minha declaração de perda de força moral e de que insistia pela demissão do chefe de polícia deu em resultado a queda do Ministério. Não me arrependo do que fiz. Mais tarde ou mais cedo o teria feito, confesso que eu deixei a irritação se apoderar de mim, e em consciência não devia continuar com um Ministério, quando eu por mim mesma sentia, e estava convencida de que ele não preenchia as aspirações do país nas circunstâncias áureas e atuais.

Deus me ajude, e que a questão da emancipação dê breve o último passo que tanto desejo ver chegar! Há muito a fazer, mas isto antes de tudo.

[...]

Quanto a escolha dos novos ministros fui eu quem indicou o João Alfredo. Este foi quem escolheu os outros. Deixei-lhe toda a liberdade para que pudesse organizar o gabinete como o fosse necessário a vista da maioria parlamentar.

[...] ⁵⁰²

A princesa insegura da carta de dez dias atrás já não transparece mais nesta última correspondência. A Regente parecia convicta da decisão que tomou sem consultar o Imperador. Neste texto, fica claro que o governo da Princesa Isabel foi orientado pelas ideias e posicionamentos próprios da sucessora. Durante a sua regência, como demonstrado no capítulo anterior, ou mesmo quando prospectavam o Terceiro Reinado, a imprensa retratava a herdeira da coroa como submissa ao marido, ao pai, à Igreja, incapaz de produzir arbítrios por si mesma. Não podemos desconsiderar que tal argumentação encontrava fundamentos na cultura política patriarcal do período. Contudo, questionamos veementemente perspectivas historiográficas que reproduziram tais estereótipos ligados à imagem de D. Isabel.

A princesa parecia conhecer e abominar a representação produzida de sua figura como subordinada aos desejos e projetos de terceiros, já que, nesta correspondência destinada aos pais, tenta atestar que já havia exposto ao casal em outra carta sua insatisfação com o Ministério. Nesta perspectiva, D. Isabel afirmava que as suas ideias divergiam das do Gabinete Cotegipe, tentando elucidar e fortalecer a argumentação de que as concepções que motivavam seus atos governativos eram exclusivamente suas, que não obedeciam aos anseios de qualquer outro indivíduo. A Regente não demonstrava hesitação ou incerteza ao declarar que não se arrependia de sua deliberação.

Neste excerto, constatamos que a Princesa Isabel dispunha de grande autonomia para gerir o país na conjuntura da sua Terceira Regência, e quando julgou necessário, foi categórica em utilizar o Poder Moderador para direcionar a nação aos rumos que considerava mais adequados. A

⁵⁰² Arquivo Grão Pará, XLI -3.

sucedora acreditava ser inadmissível governar com um Ministério desconectado dos seus propósitos e concepções. Esta decisão de D. Isabel, como explicitado no capítulo anterior, foi duramente criticada por uma gama de periódicos, que associavam a imagem da herdeira da coroa ao autoritarismo e sentenciavam seu Terceiro Reinado a ruína caso fosse dirigido com postura semelhante.

O arbítrio da herdeira da coroa pela destituição de Cotegipe provém do seu objetivo central, possibilitar a ruptura da trajetória da nação com o regime de trabalho escravista. Nesta carta, a Princesa Imperial transparecia um desejo de reinar, de conduzir o país no caminho de seus próprios ideais, assim como esboçava estar repleta de aspirações para o futuro da pátria, sendo a emancipação a causa mais urgente. Neste ponto, questionamos também a forma como a historiografia representava a princesa como desinteressada dos aspectos políticos do país e indiferente ao seu futuro como Imperatriz. Nesta correspondência demonstramos exatamente o contrário, já que a sucedora de D. Pedro II parecia planejar as ações do seu possível Terceiro Reinado: “Há muito a fazer, mas isto antes de tudo!”⁵⁰³

Em uma conjuntura de regime monárquico, para um herdeiro planejar seu futuro governo, significava automaticamente vislumbrar um cenário em que seu genitor não estivesse mais presente. Assim, verificamos a Princesa Isabel sempre muito cautelosa ao aludir ao seu futuro reinado. Contudo, nesta carta do dia 14 de março⁵⁰⁴, a Princesa esforçava-se em demonstrar seu caráter autônomo e ao mesmo tempo sua capacidade e planos para imperar na ausência do soberano Pedro II. Deste modo, a sucedora atestava ao casal imperial que a gênese da demissão de Cotegipe estava na divergência de opiniões com a Regente e com o seu desejo de favorecer a emancipação dos escravos, como também buscava deixar absolutamente claro que a escolha de João Alfredo para ocupar o cargo era exclusivamente ideia dela.

⁵⁰³ Arquivo Grão Pará, XLI -3.

⁵⁰⁴ Arquivo Grão Pará, XLI -3.

Os impulsos abolicionistas da Princesa finalmente atingiram os efeitos almejados no dia 13 de maio de 1888, a partir da assinatura da lei que demarcava o fim da escravidão no país. Contudo, assim como atesta Iacy Maia Mata, o contexto pós-abolição foi ainda marcado por iniciativas de caráter escravista, como o uso do espaço das senzalas para moradia dos trabalhadores supostamente livres, e aplicação de castigos físicos aos libertos. Neste contexto, segundo Mata, grande parte dos ex-escravos permaneceram nas fazendas tentando negociar com os proprietários de terras uma remuneração aceitável, bem como dimensionar novos horários para a atividade laboral. Entretanto, o novo panorama conservava ainda aspectos da escravidão.⁵⁰⁵

O *affect* de entusiasmo permeava o manuscrito remetido por Isabel aos “queridos e bons pais” no dia 13 de maio de 1888, exultante de alegria diante do estabelecimento da nova lei e da mudança substancial que seus atos haviam provocado no Brasil. Nesta conjuntura, o principal assunto da imprensa era o novo decreto e a responsável principal por sua implementação. Como destacado no capítulo anterior, a deliberação da Princesa foi alvo de representações conflitantes nos jornais, ao mesmo tempo em que recebia o título de redentora, também atribuiu-se o adjetivo autoritária a sua figura, assim como se explorou a argumentação de que a Princesa seria aproveitadora, e sua única intenção com a áurea lei era popularizar o seu Terceiro Reinado.

13 de maio de 1888, Petrópolis

Meus Queridos e bons pais

Não sabendo pelo qual começar hoje Mamãe por ter tanto sofrido estes dias, papai pelo dia que é, escrevo a ambos juntamente. É de minha cama que o faço, sentindo necessidade de (palavra ilegível) depois de muitas noites custas, dias aziagos e agitação de todos os gêneros. O dia de ante-hontem foi um dia de amargura por mim e direi para todos os brasileiros e outras pessoas que o amam. Graças a Deus desde ontem respiramos um pouco, e hoje de manhã as notícias sobre papai era muito tranquilizadoras.

Também foi com o coração mais aliviado que passo de uma hora da tarde partem para o Rio afim de eu assinar a grande lei cuja maior glória cabe a Papai que há tantos anos esforçou-se por um tal feito. Eu também fiz alguma coisa e confesso que estou bem contente de também ter trabalho para ideia tão humanitária e grandiosa. A maneira pela qual tudo se passou honra nossa pátria e tanto maior jubilo me causa. Os clarins (palavra ilegível) da lei e o decreto foram assinados às 3 ½ em público na sala que precede a grande do trono sanada de arranjar depois da sua partida. O Paço e o Largo estava cheio

⁵⁰⁵ MATA, Maia Iacy. Libertos de treze de maio e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. *Afo-Ásia*, Salvador, n.35, 2007, pp.163-198, p.174-177.

de gente e havia grande entusiasmo, foi uma festa grandiosa, mas o coração apertava-se me lembrando que papai aqui não se achava! Discurso, vivas, flores, não faltou, só a todos faltava saber papai bom e poder tributar-lhe todo o nosso amor e gratidão. As 4 ½ embarcávamos de novo e em Petrópolis novas demonstrações nos esperavam, todos usando também contentes causas notícias de de manhã de Papai. Chuva de flores, senhoras e cavalheiros amados de (palavras ilegíveis), música, foguetes, vivas! Queriam puxar meu carro, mas eu não quis e propus continuar a pé com todos da estação.

Assim o fizemos, entramos no Paço para abraçarmos os meninos e continuamos até a Igreja do mesmo jeito que viemos da estação. Um bando de ex-escravos fazia parte do protesto armado de animação. Chuviscou e mesmo choveu, mas nessas ocasiões não se faz caso de nada. Na igreja tivemos nosso mês de maio sempre precedido do Terço dito em intenção de Papai e Mamãe, não são as orações que tem faltado, por toda a parte se reza e se manda rezar, e esta manhã nas Irmãs tiveram uma Comunhão por intenção de Papai. Comungamos nós todos e umas quarenta senhoras.

Boa noite, queridos, queridíssimos!!!

Saudades e mais saudades!!!⁵⁰⁶

A Princesa Imperial parecia aspirar receber o reconhecimento pelo seu trabalho para a causa abolicionista. Na carta transcrita acima, Isabel não dispensou a formalidade de agradecer ao Imperador e admitir que os louros da abolição lhe pertenciam. Contudo, é rápida e incisiva ao demarcar o quanto se dedicou à causa, que considerava humanitária e grandiosa, manifestando-se extremamente orgulhosa por ter modificado e contribuído para o progresso do país. Neste excerto, o espectro da Princesa interessado por reinar, pela situação política do país, e ansiosa por implementar as mudanças que julgava necessárias para a pátria ficava bastante evidente. Sendo assim, convencida da magnitude dos seus atos, a Princesa descrevia detalhadamente aos pais os ocorridos do dia 13 de maio, conferindo especial destaque para a festa popular engendrada para exaltação do seu feito e de sua figura. A dimensão *appreciation* traduz no texto o nível de apreciação que Isabel dispensava à sua deliberação, assim como aos festejos do povo, não estando alheia ao prestígio angariado neste cenário. Nesta correspondência, verificamos que a sucessora ansiava pelo reconhecimento dos pais e se gratulava demasiadamente com a aclamação dos brasileiros, até mesmo pela escolha de caminhar ao lado da multidão. Deste modo, é possível traduzir a Princesa como afeita às glórias que poderiam advir da posição de

⁵⁰⁶ Arquivo Grão Pará, XLI -3.

Imperatriz no futuro, e inferimos que D. Isabel não desprezava os triunfos que somente poderia alcançar por meio do poder derivado da missão de reinar.

Verificamos, por meio da análise da documentação, que a pompa e o reconhecimento da população eram altamente atrativos para a herdeira da coroa. Todavia, não apenas as gratulações populares interessavam a D. Isabel, a aprovação da família, no âmbito íntimo, também era almejada, e num regime monárquico, intimidade e esfera pública se entrelaçam. Logo, a validação dos pais significaria automaticamente o reconhecimento do casal de imperantes brasileiros, muitas camadas atravessavam este mesmo sentimento e anseio. Neste sentido, no dia 12 de junho de 1888, com *affect* de regozijo e euforia, a Regente remetia um manuscrito à D. Teresa Cristina, da residência oficial da monarquia brasileira, o Paço São Cristóvão: “Vai aí uma fotografia do Paço da Cidade no dia 13 de maio depois da sanção. Vejam numa janela do meio. Euzinha, na mão um grande ramo que me foi dado. Vão duas fotografias, uma para mamãe e uma para papai.”⁵⁰⁷

A Princesa herdeira, orgulhosa do decreto abolicionista assinado, desejava que os pais guardassem o seu momento de triunfo por meio da eternização de uma fotografia, enviada junto à carta em que festejava a projeção da data de retorno de Pedro II e comitiva ao país. A resposta do monarca aos anseios da sucessora por aprovação chegou através de uma correspondência sem indicação exata do dia e mês de produção: “Estou em dia com as notícias d’abril, folgo de repetir que muito e muito prazer me causou estar nossa pátria livre da escravidão. Voltarei para ela ainda mais contente, se é possível”.⁵⁰⁸ Transparecendo *affect* de felicidade e satisfação, o soberano reconhecia o valor e a importância da implantação do decreto que revolucionou o regime de trabalho no país.

Neste trabalho, reconhecemos o protagonismo do movimento abolicionista como pertencente aos escravizados, que mobilizaram resistências das mais diversas ordens, como a formação de

⁵⁰⁷ Arquivo Grão-Pará, XLI-4. A fotografia citada pela princesa não consta na documentação investigada.

⁵⁰⁸ Arquivo Grão Pará, XLI -3.

quilombos, a compra de suas próprias alforrias, além de enfocarmos a relevância da mobilização produzida por pessoas livres, membros da elite, que se dedicaram a redigir jornais, promover eventos em teatros, passeatas, angariação de fundos para compra em massa de cartas de liberdade. Assim como destacamos as investidas populares, ressaltamos também a importância da atuação da Princesa Imperial em favor da causa abolicionista. Naquela conjuntura do final da década de 1880, a Princesa Isabel correspondia, muito provavelmente, a segunda personalidade mais importante, e talvez mais influente do país, sendo ultrapassada apenas por seu pai, o Imperador Pedro II. Nesta perspectiva, acreditamos que o impacto do posicionamento de Isabel como aliada do movimento abolicionista era sensível naquele contexto, e influenciava a visão da população brasileira sobre a temática.

Logo, evidenciamos que a contribuição de Isabel vai muito além de um posicionamento antiescravista. Como atestado pela obra de Eduardo Silva, a sucessora de Pedro II atuou ativamente na execução de obras filantrópicas para a arrecadação de recursos que seriam destinados à concessão de alforrias, assim como foi responsável por fornecer abrigo aos fugitivos numa espécie de quilombo na cidade de Petrópolis.⁵⁰⁹ A articulação abolicionista da Princesa se revelou também durante duas de suas Regências, colaborando para a assinatura de duas importantes leis: a do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871 e a Áurea de 13 de maio de 1888. Esta última, foi possibilitada por meio de uma interferência mais direta de D. Isabel. Fato é, que movida por aspirações genuinamente abolicionistas, ou apenas almejando popularizar a sua figura e o seu Terceiro Reinado, a abolição da escravidão não teria se concretizado na data de maio de 1888 sem a interferência direta da Princesa Regente. A atitude da herdeira da coroa de demitir o Ministério Cotegeipe, e indicar João Alfredo ao cargo foi motivada, como a própria princesa relatava em correspondência endereçada ao pai, pelo desejo de tornar realidade a emancipação dos cativos. Logo, a determinação e a soberania da Princesa

⁵⁰⁹ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

modificaram peremptoriamente os rumos da nação. Consideramos, a partir do exame minucioso da documentação, que a Princesa conhecia a ambiguidade dos posicionamentos envolvendo a abolição, já que consumia os jornais do período.

Sendo assim, ao mesmo tempo que assinar o decreto áureo conferiria popularidade à Isabel entre aqueles que entendiam a escravidão como manifestação da barbárie, e o trabalho livre como expressão da civilização; entre os defensores do regime escravista, sendo minoria ou não, a imagem da herdeira da coroa sofreria sensível fragilização, ameaçando a concretização do seu Terceiro Reinado, para o qual havia sido preparada durante toda a sua existência. Nesta perspectiva, a decisão da Princesa Regente provavelmente foi determinada por uma ponderação de divergentes aspectos políticos, assim como estava conectada aos anseios pessoais da sucessora e ancorada nos seus julgamentos particulares acerca do escravismo. Deste modo, ponderamos que a Princesa Isabel não deveria ser classificada como uma personagem principal ou uma heroína do movimento abolicionista, mas como uma figura que influenciou, ao lado de outros indivíduos, a efetivação da extinção da escravidão no país.

Acentuamos que, contrariamente à grande parte da historiografia⁵¹⁰, não concebemos a Princesa Isabel como desinteressada pela política imperial ou insatisfeita com o seu futuro como Imperatriz do Brasil. Por meio da investigação das fontes documentais, vislumbramos a herdeira da coroa como uma sucessora atraída pelo prestígio que circulava a monarquia. Além disso, também identificamos que os posicionamentos e decisões da princesa exalavam a sua soberania e autonomia. Por mais que o marido se conservasse como um conselheiro e aliado fiel, como exposto em uma de suas correspondências destinadas à Imperatriz Teresa Cristina, ao explorar outras missivas, reconhecemos que Isabel buscava esclarecer que suas deliberações advinham apenas do seu próprio julgamento.

⁵¹⁰ BARMAM, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005; CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel, "a redentora"*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941; LACOMBE, Lourenço Luís. *A Princesa Redentora*. Petrópolis: I.H de Petrópolis, 1989; VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1990.

No decorrer do ano de 1888 especulava-se, constantemente, a data de retorno do Imperador para o Brasil e a conseqüente finalização da Terceira Regência de D. Isabel. Diante da moléstia que afligia Pedro II, circulavam divergentes alegações nos jornais acerca deste tópico. De um lado publicava-se que o regresso do monarca a pátria nunca se concretizaria, que o soberano faleceria em solo estrangeiro, provocando a coroação e ascensão de Isabel I, Imperatriz do Brasil.⁵¹¹ De outro lado, com diagnóstico um pouco mais otimista, previa-se que brevemente o augusto imperante voltaria aos seus domínios com a saúde restabelecida, promovendo a continuidade do seu Segundo Reinado. Diversos telegramas eram reproduzidos e publicados nos periódicos noticiando possíveis regressos do Imperador.⁵¹²

Identificamos, a partir do exame da documentação, que a Princesa Regente D. Isabel acompanhava estas previsões dos jornais, e ansiava por receber o pai de volta no país. A Regente, sempre saudosa, parecia reconhecer a importância da continuidade do Segundo Reinado para a monarquia: “Que papai, pelo amor de Deus, pelo meu e pelo do Brasil, pense que deve ser razoável e poupar-se! Será para maior felicidade de nós todos.”⁵¹³. Nesta correspondência, remetida ao Imperador no dia 2 de janeiro de 1888, da cidade Petrópolis, a Princesa expunha *affect* de alegria com o início do novo ano e em tom imperativo, recomendava que o monarca agisse de modo prudente e tratasse com cautela a sua própria saúde. Revelava, assim, uma postura severa e resolutiva para com a família. Nesta perspectiva, questionamos a exclamação da Princesa, esboçando que o sucesso do tratamento do pai significaria simultaneamente o bem-estar de Isabel e do Brasil. Conjecturamos se tal comentário estaria ligado a uma espécie de temor diante das investidas do movimento republicano e da concepção de que a presença do popular soberano na pátria conferiria estabilidade ao regime imperial.

⁵¹¹ *Gazeta da Tarde*, n.146, 30 jun. 1887; *Gazeta de Notícias*, n.178, 27 jun. 1887.

⁵¹² *Diário de Notícias*, n.752, 01 jul. 1887; *Jornal do Comércio*, n.182, 01 jul. 1887

⁵¹³ Arquivo Grão Pará, XLI -3.

Diante do aparente restabelecimento da saúde do Imperador e da aproximação do seu retorno à pátria, Isabel escreveu à D. Teresa Cristina de Petrópolis, no dia 21 de abril de 1888: “Que excelente telegrama seu recebi há dias! Tomara já saber o dia certo da partida, pois só diz junho! Ainda me parece um sonho ter a esperança de vê-los em pouco mais de dois meses”. Neste mesmo excerto, faz encomendas à mãe para serem importadas da Europa, pedindo livros de História para as crianças, também relatando os resultados dos exames de seu filho Luiz, e as ótimas notas que obteve no colégio. Já no caso do seu primogênito, informava: “Pedro anda distraído, e não cursará o Pedro II⁵¹⁴ naquele ano”. Também relata a aproximação do sacramento da Primeira Comunhão do menino.⁵¹⁵

No mês seguinte, no dia 7 de maio de 1888, hospedada na cidade de Petrópolis, redigiu nova correspondência aos “queridos pais”, “excelentes pais”, com a expressão da dimensão *graduation*, por meio da repetição do verbo vir: “Venham, Venham! Ou só fiquem para o que é necessário à saúde.” Em meio a notícias envolvendo a Primeira comunhão do filho mais velho do casal d’Eu, Pedro Príncipe do Grão-Pará, e dos avanços da febre amarela no Rio, a Princesa declarava: “Quem me dera o dia 9 de julho ou qualquer outro de chegada, com tanto que seja antes!”⁵¹⁶

Seguindo direção semelhante, no início do mês de junho de 1888, a sucessora, com *affect* de ansiedade, recomendava ao pai a prudência e a esquivas de situações prejudiciais à reabilitação

⁵¹⁴ A Princesa Isabel está se referindo ao Colégio Pedro II, fundado no dia do aniversário do Imperador, 2 de dezembro de 1837. O público-alvo da instituição foi por longos anos meninos e rapazes, as próprias Princesas Imperiais, Isabel Cristina e Leopoldina Teresa, responsáveis pela perpetuação da monarquia Bragança em solo brasileiro, nunca frequentaram o colégio. Os filhos de Isabel, ao contrário, estudaram na instituição, e inclusive, como mencionado no capítulo anterior, fundaram um jornal no colégio. Nesta perspectiva, segundo Rosana Llopis Alves, os professores e dirigentes da instituição de ensino também foram sempre homens, ocorrendo apenas em 1883 a inserção de duas alunas do sexo feminino na escola. De acordo com a autora, Dr. Cândido Barata Ribeiro enfrentou empecilhos para matricular suas filhas no instituto, diante das inclinações negativas do reitor. Contudo, conforme elucida Alves, as investidas do médico garantiram o ingresso das filhas, Cândida Borges Ribeiro e Leonor Borges Ribeiro, no colégio. Tal precedente, garantiu ainda a admissão de mais três garotas: Maria Júlia Picanço da Costa, Maria Olympia de Moraes Kohn e Zulmira de Moraes Kohn: ALVES, Rosana Llopis. Trajetórias femininas no Colégio Pedro II. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH. Fortaleza: 2009. p. 1-10, p.1-4.

⁵¹⁵ Arquivo Grão Pará, XLI-4.

⁵¹⁶ Arquivo Grão Pará, XLI -3.

da sua saúde: “Se para a saúde for necessário ficar mais algum tempo longe, conformo-me, mas pelo amor de Deus e pelo nosso, só fiquem pela saúde e venham para cá direitinho sem papai andar por lugares que me metem horror pelo susto que tenho que lhe façam mal.” Neste excerto destacado, a advertência de Isabel parecia advir não apenas de uma preocupação filial, mas demonstrava um certo temor diante da situação política do país, explicitando a necessidade urgente da presença do pai no Brasil. Em um texto que remetia ao drama, indagava: “Quando os veremos? As saudades são tantas!”. A princesa apelava para uma espécie de chantagem emocional em sua carta, provavelmente almejando sensibilizar o monarca: “Peço a papai que se me amar, não proceda se não como em Cannes onde tão bem ficou”.⁵¹⁷

Ao escrever do Palácio São Cristóvão, no dia 9 de junho de 1888, a herdeira da coroa já se mostrava mais positiva com relação ao regresso do casal de imperantes ao Brasil. Esboçando seu espectro religioso, demonstrava *affect* de exultação e inquietação mediante a possibilidade de rever os monarcas: “Esta é a minha última carta, se Deus não mandar o contrário. Que felicidade! Ainda há de me parecer um sonho. [...] Com que ansiedade todos esperamos sua vinda!”⁵¹⁸

Os textos confidenciais aos pais demonstravam *affect* de ansiedade e inquietação com relação ao retorno do casal de imperantes e de sua comitiva ao Brasil. Poderíamos justificar tal postura como evidência da proximidade que a princesa herdeira nutria com os monarcas, já que a missiva também estava recheada de menções à aspectos da vida privada, domiciliar, familiar de D. Isabel. A sucessora de Pedro II inseriu em sua carta as novidades ligadas ao cotidiano dos netos da Imperatriz. Entretanto, não podemos desconsiderar que o regresso do Imperador ao país significava também a retirada da Princesa Isabel do papel de Regente do Império, e assegurava a ela mais alguns anos de imersão naquela esfera doméstica, comum às mulheres

⁵¹⁷ Arquivo Grão Pará, XLI -3.

⁵¹⁸ Arquivo Grão Pará, XLI -3.

imperiais. Todavia, tal conforto reservado às suas amigas íntimas, como por exemplo, suas damas, não contemplava a provável futura Imperatriz do Brasil.

Sendo assim, o regresso do monarca à pátria significava, que apesar das especulações da imprensa política, a Terceira Regência não era o Terceiro Reinado. Contudo, o Imperador já estava com a idade bastante avançada naquela conjuntura, e sua representação e dominação havia sido sensivelmente abalada com o avanço da moléstia e ausência do país no contexto do final da década de 1880, quando a linguagem republicana se tornava cada vez mais potente e disseminada. Deste modo, assim como demonstrado nos capítulos anteriores, o retorno de Pedro II ao país não produziria um distanciamento da representação de Isabel dos embates nos periódicos, do rechaço à possibilidade de instalação do Terceiro Império. Ao contrário, chegava-se a alegar que o monarca havia desembarcado no Brasil, mas não exercia suas funções majestáticas, sendo a Princesa Isabel, ou mesmo seu marido francês, os responsáveis por gerir a nação.

Assim, caso a sucessora esperasse um descanso de sua imagem diante da ferrenha crítica republicana, tal anseio não se concretizou, já que seu nome continuou sendo alvo de especulações nos jornais. No trecho de uma das cartas destinadas à D. Teresa Cristina, ela citava um telegrama publicado no periódico *Diário de Notícias* que se referia ao regresso dos pais para o Brasil.⁵¹⁹ O referido jornal, durante grande parte de sua existência demonstrou-se, de certo modo, um aliado da família imperial, não veiculando críticas, ou opiniões negativas com relação à monarquia. A folha costumava, inclusive, render homenagens à Princesa Isabel em seu aniversário natalício, assim como exaltou sua imagem como redentora no contexto pós-abolição.

Entretanto, conforme explicitado no primeiro capítulo desta dissertação, a partir do ano de 1889, o republicano Ruy Barbosa assumiu a posição de redator chefe do Diário, modificando

⁵¹⁹ Arquivo Grão Pará, XLI-4.

completamente o teor das páginas do periódico, passando a atacar fervorosamente a sucessora e seu possível Terceiro Reinado. Neste sentido, considerando que Isabel foi uma leitora do jornal, qual impacto pode ter provocado na princesa essa radical mudança de posicionamento da folha? Ainda podemos conjecturar as intencionalidades de Ruy Barbosa ao escolher gerenciar justamente este periódico que, até 1889, apresentava um caráter monarquista, e possuía membros da família imperial na lista assinantes.

[...]

Minha carta a achará ainda em Europa? O Diário de Notícias de hoje dá como telegrama que partem ainda no dia 20 para cá. Será Possível?! Que belo! Que belo! Não quero deixar de escrever-lhe logo: para que minha carta ainda a encontre lá! Peço a meu papaizinho pelo amor que me tem de não fazer imprudências, e a minha mamãezinha também pelo amor que me tem de se lembrar de ser cataplasma.

Quando começar a sentir-se mais nervosa, pense em mim minha mamãezinha. Será para o bem de todos, de papai, seu e meu que tanto a amo!⁵²⁰

Nesta carta redigida no Palácio São Cristóvão no dia 12 de junho de 1888, e endereçada à Imperatriz Teresa Cristina, percebemos a dimensão *graduation* no texto da Princesa, ao exclamar duas vezes o termo “Que belo”, Isabel traduzia o grau da animação perante o agendamento do retorno dos pais à pátria, e uma preocupação com a conservação da saúde do soberano. De certo modo, também conseguimos apreender *affect* de alívio fluindo na escrita da sucessora, reflexo de que suas inseguranças com relação a ascensão ao trono ainda não seriam colocadas em xeque, já que o cetro passaria novamente às mãos de Pedro II.

Neste sentido, não consideramos que as inseguranças de Isabel em relação ao seu selado destino de Imperatriz significariam a ausência de desejo de reinar, ou mesmo indiferença com relação as questões de Estado. Compreendemos o quanto o poder poderia ser sedutor para aquela princesa, e questionamos: como ela vislumbraria ou almejaria outro destino se havia sido preparada para se tornar a Imperatriz Isabel I do Brasil desde os 4 anos de idade? Muito provavelmente, não reinar, nunca foi uma opção passível de realização no imaginário daquela

⁵²⁰ Arquivo Grão Pará, XL-1.

princesa, por mais que as investidas do movimento republicano se tornassem cada vez mais acentuadas no final dos anos 1880. Foi também na expectativa de assegurar a ascensão a este trono que Isabel assinou a lei de maio de 1888, abolindo a escravidão no país, apaziguando a linguagem republicana e conquistando novos propagandistas isabelistas para o seu possível Terceiro Reinado.

O regresso de Pedro II ao Brasil ocorreu no mês de agosto de 1888, marcando o fim da Terceira Regência de D. Isabel. O Imperador foi recebido com muitos festejos no Rio de Janeiro, comprovando o prestígio e a popularidade que o monarca ainda gozava entre a população. Todavia, ainda se desconfiava na imprensa da fragilidade da saúde do soberano, e da possibilidade do seu falecimento e inauguração do Terceiro Reinado. Sendo assim, apesar do retorno do imperante ao Brasil, a linguagem do republicanismo seguiu combatendo as expectativas do Terceiro Reinado, a legitimidade do Imperador, da Princesa Isabel e da própria instituição monárquica. Deste modo, em novembro de 1889, o golpe republicano se impôs, sem resistência ou objeção armada por parte dos Bragança.

3.4. CONCLUSÃO

Neste capítulo, a partir da investigação das correspondências redigidas por Isabel e endereçadas ao casal imperial, foi possível traçar os diferentes espectros da personalidade da Princesa Isabel, desvelando uma mulher, que em sua vida privada, dedicava-se à maternidade, à Igreja, à arte, à filantropia, à família. Já no eixo público, a herdeira da coroa brasileira revelava seu posicionamento abolicionista, seu conhecimento sobre a conjuntura política do país e sua afeição pelo prestígio e popularidade que poderiam derivar da sua condição como sucessora do Imperador Pedro II.

Buscando demarcar as concepções da própria herdeira da coroa diante da possibilidade do Terceiro Reinado, constatamos que este termo não chegou a ser utilizado nas cartas manuscritas por Isabel. Contudo, verificamos a expectativa da Princesa para o momento sucessório em seus

escritos, e a forma como Isabel demonstrava estabelecer projeções para progredir o país no momento que passasse a ocupar efetivamente o trono. Acreditamos que a cautela para tratar do Terceiro Reinado derivava do fato de que a coroação da Princesa significaria o falecimento do extremado pai.

A análise das correspondências, por meio da Teoria da Avaliatividade, demonstrou também uma mulher afeita aos dogmas da Igreja Católica. Contudo, diferentemente do defendido por parte da historiografia, não consideramos que a fé da Princesa escasseasse suas aspirações para imperar no Brasil, assim como não vislumbramos uma sucessora governada pelos membros do alto clero. A documentação analisada, exprimiu uma princesa, que no final da década de 1880, desenvolvia cada vez mais a sua autonomia e independência frente às decisões políticas do Império.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou esclarecer a diversidade de percepções acerca da possibilidade do Terceiro Reinado e as múltiplas representações relacionadas à Princesa Isabel que se conjugavam na conjuntura dos anos 1880, período de fragilização da ordem monárquica em solo brasileiro, assim como revelar a expectativa da própria sucessora em relação ao futuro como imperatriz. Por meio deste estudo, demonstramos o contexto de finalização do império marcado por ideias positivistas que direcionavam os olhares da elite política para o futuro do país, formulando diferentes projetos políticos para a nação. Por conseguinte, projetava-se um Terceiro Reinado, garantindo a perpetuação do domínio da dinastia Bragança ou propunha-se a Proclamação de uma República, demolindo a ordem instaurada.

Demonstramos, como a moléstia que afligiu o Imperador D. Pedro II substanciou ainda mais as inquietações referentes ao destino do Brasil no contexto dos anos 1880. O adoecimento do monarca proporcionou a disseminação de rumores relacionados à sucessão dinástica, conjecturando a existência de uma conspiração da Princesa Isabel e do Ministério para forçar Pedro II a renunciar a coroa em favor da filha. Em contrapartida, verificamos especulações envolvendo a intencionalidade do próprio imperante abdicar ao trono. Por outro lado, a partida do monarca para a Europa, em 1887, visando buscar cuidados médicos, também motivou debates na imprensa do período. Alegava-se que Pedro II não retornaria vivo ao país, e a Regência da Princesa Imperial correspondia, em realidade, à inauguração do Terceiro Reinado. Sendo assim, elucidamos linguagens conflitantes debatendo a Terceira Regência da Princesa Isabel na imprensa. Enquanto o vocabulário republicano atacava a representação da herdeira da coroa, uma retórica Isabelista propagandeava a sucessão, apresentando Isabel como uma abolicionista, heroína dos escravos e associando o seu futuro império aos conceitos de democracia e liberdade, intensamente mobilizados pelos inimigos da monarquia. Também localizamos o vocábulo povo sendo empregado para esboçar o suposto prestígio da Princesa

Imperial, ao lado de termos inspirados no Iluminismo. A publicidade Isabelista, enfocava a participação da princesa em obras de caridade, delineando sua figura como uma governante alinhada aos problemas nacionais. Tal retórica associava Isabel aos termos, santa e redentora, utilizando aspectos da cultura política cristã do período, para legitimar a soberania da princesa herdeira. Nesta empreitada de construção de simbolismos que sustentassem o possível governo da filha do imperador, apresentava-se Isabel com preparada intelectualmente, esclarecida acerca da constituição do país, conectada às ideias de progresso, herdeira das qualidades de seu pai, e elencavam o exemplo das soberanas estrangeiras do sexo feminino para justificar a capacidade da princesa para gerir os rumos da nação.

Esta investigação também demonstrou que o vocábulo Terceiro Reinado não era apenas conectado à imagem da princesa herdeira, sendo também associado ao conde d'Eu e ao Príncipe D. Pedro Augusto. Este último, era acusado de conspirar para usurpar o trono de sua tia, e era frequentemente descrito como melhor preparado intelectualmente para governar o Brasil, inscrevendo-o como uma alternativa de “sucessão intelectual” frente à “sucessão natural”.

Esclarecemos ainda, as influências da participação de Isabel na causa abolicionista para a construção de sua imagem e de seu possível Terceiro Reinado. Demarcamos divergentes vocabulários, de um lado, Isabelistas apresentavam a participação da princesa na abolição como vestígio do progresso que contemplaria o país caso o Terceiro Império fosse inaugurado. De outro, republicanos elencavam que a sucessora havia se aproveitado da inevitabilidade da extinção da escravidão para construir seu prestígio, popularizando o Terceiro Império, desfrutando de uma aclamação que não lhe pertencia. Nesta acepção, a linguagem republicana também relacionava Isabel ao autoritarismo, devido à utilização do Poder Moderador para propiciar a assinatura da lei emancipacionista. Logo, acusavam a princesa de tirania.

A retórica republicana, buscava demolir os simbolismos que legitimavam a ascensão da Princesa Isabel ao trono. Sendo assim, criticava-se todos os aspectos da vida da sucessora e de

seu marido. Verificamos um vocabulário que traduzia o Terceiro Reinado como o governo dos padres sobre o Brasil, apresentando a princesa herdeira como uma beata, submissa ao papa. Tal linguagem, explorava o gênero de D. Isabel, alegando que o Terceiro Império corresponderia a um fracasso, à “humilhação nacional”, já que o feminino não possuía capacidade para se inserir no universo da esfera pública. A herança genética também representava empecilho para o Terceiro Reinado, desqualificava-se toda a dinastia Bragança, assim como apresentava-se a princesa como festeira e luxuriosa, pouco interessada na filantropia.

Constatamos que o marido de Isabel, o conde d’Eu também foi alvo da propaganda republicana. Gastão de Orleans era identificado como corrupto, rememorava-se a história da França para atacar a representação do Príncipe Consorte, e situava-se a Princesa Imperial como submissa aos desmandos do francês. Logo, a sucessora era caracterizada como uma boa mulher, boa esposa, boa filha e boa mãe, mas, pelo obstáculo da sua feminilidade, incapaz de governar uma nação.

Nesta perspectiva, identificamos uma pluralidade de linguagens produzindo significações diversas para o conceito de Terceiro Reinado e formulando conflitantes representações para a herdeira da coroa. As retóricas Isabelista e republicana congregavam divergentes projetos para o futuro do país. Tal embate no campo das linguagens, permeou a conjuntura política de finalização do império e influenciou decisivamente os caminhos que ensejaram o golpe republicano.

Neste cenário, desvelamos também as expectativas da Princesa Isabel para herdar a coroa, complementando a historiografia nacional acerca da trajetória política da Princesa Imperial. Obras como as de Pedro Calmon⁵²¹, Lourenço Luis Lacombe⁵²², Hermes Vieira⁵²³ e Roderick

⁵²¹ CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel, “a redentora”*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

⁵²² LACOMBE, Lourenço Luís. *A Princesa Redentora*. Petrópolis: I.H de Petrópolis, 1989.

⁵²³ VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1990.

Barman⁵²⁴ apresentavam a Princesa Isabel como desinteressada em reinar e ignorante quanto a dinâmica política do Império, privilegiando a vida privada em detrimento do seu papel como sucessora de Pedro II.

Por meio desta investigação, evidenciamos uma nova abordagem relacionada à participação de Isabel na cena política monárquica. A partir do exame da documentação do Arquivo Grão Pará, reconhecemos a Princesa Imperial como assídua leitora dos periódicos que circulavam no final dos anos 1880, atestando o seu conhecimento acerca das expectativas relacionadas ao seu possível reinado, bem como a compreensão do contexto político do período. A sucessora demonstrava possuir planos para conduzir a nação ao progresso, e considerava seu envolvimento na assinatura da Lei Áurea como o primeiro passo do Brasil no itinerário do evolucionismo.

Portanto, esclarecemos o papel fundamental da Princesa Isabel na extinção do sistema escravista no país. No entanto, não objetivamos delimitá-la como protagonista do processo, ao contrário, reconhecemos Isabel como um dos múltiplos agentes que possibilitaram a abolição dos cativos. Assinalamos a relevância da atitude da Princesa ao demitir o gabinete Cotegipe, escolhendo o novo ministro João Alfredo para a promulgação da lei 13 de maio. Tal postura, demonstrava como Isabel desenvolvia a sua autonomia naquele contexto, seja aplicando o Poder Moderador para consumir a emancipação, ou controlando o influxo de condecorações durante sua regência.

A despeito das diversas linguagens que situavam Isabel como submissa, seja ao pai, ao marido, ou à igreja, constatamos, que no final dos anos 1880, a Princesa Imperial solidificava sua autonomia como Regente e sucessora, dando indícios da forma que governaria o país, caso seu reinado fosse concretizado. Nesta perspectiva, consideramos que a representação de Isabel na

⁵²⁴ BARMAM, RODERICK J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

posição de subjugação, correspondia ao aproveitamento do seu gênero para destruir a sua soberania e a sua dominação simbólica.

Portanto, esclarecemos que esta pesquisa objetivou explicitar a trajetória da Princesa Isabel, suas representações e as expectativas relacionadas ao possível Terceiro Reinado, complementando a historiografia acerca do período de crise da monarquia, e os estudos relacionados a figura da herdeira do trono brasileiro. Pretendeu-se ampliar o debate envolvendo as linguagens republicanas e seus impactos na legitimidade da monarquia e na soberania da própria família imperial, contribuindo para a apreensão do passado político nacional.

REFERÊNCIAS

1. FONTES

a) Jornais – Hemeroteca Digital

Cidade do Rio

Diário de Notícias

Gazeta da Tarde

Gazeta de Notícias

Jornal do Comércio

O Mequetrefe

O País

b) Correspondências – Arquivo Grão Pará

XL – 2: Da Imperatriz Teresa Cristina para a Princesa Isabel

XLI – 1: Da Princesa Isabel para o Conde d’Eu

XLI – 3: Da Princesa Isabel para o Imperador D. Pedro II

XLI – 4: Da Princesa Isabel para a Imperatriz Teresa Cristina

XLI – 5: Da Princesa Isabel para a Condessa de Barral

XXXIX – 1: Do Imperador D. Pedro II para a Princesa Isabel

c) Meio digital

Manifesto do Partido Republicano

2. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. D. Pedro II: o pai/mestre das princesas. *Encontros*, 19. Rio de Janeiro, p.58-72, 2012, p. 24-28.

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. *Tempo Social*, n.2. São Paulo, p. 101-122, 2012.

_____. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Rosana Llopis. Trajetórias femininas no Colégio Pedro II. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH. Fortaleza: 2009. p. 1-10.

ANTUNES, Livia de Lauro. *Sob a Guarda Negra: abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

ARAUJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism e Classe Média em Salvador (1870-1889)*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

ARAUJO, Rodrigo Soares de. *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, n.24, Vitória, p.157-172, 2010.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e técnica: história da imprensa brasileira*. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1990

BAKER, Keith Michael. El concepto de cultura política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. *Ayer*, Stanford University, p.89-110, 2006.

BAKOS, Margaret Marchiori. O processo abolicionista no Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.6,n.2, p.121-148, 1980.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARMAM, RODERICK J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república*. 2ed. São Paulo: Edições L.B., 1963.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, J; SIRINELLI, J. (org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX*. 1988. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

BLANCO, Silvana Motta Barbosa. *República das letras: discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Campinas, Campinas.

BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Ministério da Educação e Cultura, 1954.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191, p.185 e 189.

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: Uma história política – 1870-1888*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel, “a redentora”*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, J. M. República, democracia e federalismo. *Varia História*, 45. Belo Horizonte, p.141- 157, 2011.

_____. *A construção da ordem/ Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove. Oxford: Working Paper, Center For Brazilian Studies, Oxford, 2007.

_____. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.29-30.

CASCUDO, Luis da Camara. *Conde d’Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CASTILHO, Celso; COWLING, Camillia. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. *Afro-Ásia*, n.47, p.161-197, 2013.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*, Dourados, n.24, p.15-29, 2011.

_____. O mundo como representação. *Estudos avançados*, São Paulo, n.11, p.173-191, 1991.

- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CRUZ, Rafael Oliveira de. *O terceiro reinado em questão: Isabel I uma (im)possível imperatriz nas laudas da imprensa provincial (1886-1889)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, 2020.
- DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora dos escravos”*: um estudo das representações sobre a princesa. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- _____. *Princesa Isabel (1846-1921): a “política do coração” entre o trono e o altar*. 2007. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A Casa do Imperador: Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORE, Mary. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, o conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- _____. *O príncipe maldito – Pedro Augusto de Saxe e Coburgo: uma história de traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- ELIAS, Daiane Lopes. *A guerra das palavras: o discurso político dos republicanos liberais na queda da monarquia no Brasil (1870-1891)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- FARGE, Arlette. *Subversive Words: public opinion in Eighteenth-century France*. Pennsylvania State University Press, 1994.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FERNANDES, Bárbara Ferreira. *Do juramento da Princesa ao Senado Imperial: a análise de uma obra e sua inserção no projeto político do Estado*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico: Do Império à República*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto: Rio de Janeiro, 1923.

KRAAY, Hendrik. Reis Negros, cabanos e a Guarda Negra: reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. *Varia História*, n.67, v.35, Belo Horizonte, p.141-175, 2019.

LACOMBE, Lourenço Luís. *A Princesa Redentora*. Petrópolis: I.H de Petrópolis, 1989.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *O Mequetrefe e a República: imprensa ilustrada, política e humor*. Rio de Janeiro, século XIX. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 01-09.

LOURENÇO, Felipe Teixeira. *A construção de memórias historiográficas através do pensamento de Walter Benjamin e Michel Foucault: o caso da princesa imperial*. 2017. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade ou contingência? A queda do Império reconsiderada. In: RAMOS, Rui; CARVALHO, José Murilo de; SILVA, Isabel Corrêa da. (Org.). *A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*. Belo Horizonte: D. Quixote, 2018.

LYRA, Heitor. *História da Queda do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasileira, 1964, p.176.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MACHADO, Humberto Fernandes. Abolição e cidadania: a guarda negra da Redentora no Rio de Janeiro. *Passagens*, n.3, v.5, Rio de Janeiro, p.505-524, 2013.

MACHADO, Humberto. F. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa no Diário de Notícias (1889): a imprensa como fonte de pesquisa, 2006, Caxambu. *Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromissos*. Rio de Janeiro: ANPED, 2006.

MARTIN, James; WHITE, Peter. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. London/New York: Palgrave Macmilan, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos do Império. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. Pedro e Luísa - Construções de si: a escrita epistolar de D. Pedro II e da Condessa de Barral. 2009. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MATA, Maia Iacy. Libertos de treze de maio e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. *Afo-Ásia*, Salvador, n.35, 2007, pp.163-198.

MATTOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redentora no ocaso do Império (Rio de Janeiro 1888-1889)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica na década de 1880 no Rio de Janeiro*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras.

MONSMA, Karl. Pânico e repressão: a reação à abolição das elites nas regiões de cafeicultura paulistas. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo: USP, 2011. p.1-14.

MORAES, Edite. Os donos da Fazenda de Santa Cruz: uma breve história fundiária. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. *Contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília, 2017.

NACHTIGALL, Lucas, Suzigan. “Mas, e depois? ”:O Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do império (1888-1893). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciência e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

PALTI, Elías José. *El tiempo de la política reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

PAMPLONA, Marco A. Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1879-1886) – ação parlamentar, campanhas nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norteamericanos. *Revista de História Ibero-americana*, Rio de Janeiro, v.3, p.50-68, 2010, p.52.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Rumores e política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado. *História*, São Paulo, n.2, p.307-329, 2014.

PEREIRA, Matheus Serva. Liberdades em Movimento: as disputas em torno da liberdade (São Paulo, 1886-1889). In.: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2011, p.210-236.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória. (1869-1888)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

POZZA NETO, Provino. “Aqui abro-lhe os braços da liberdade”: os rumos abolicionistas no Amazonas Imperial. In.: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1933, p.102.

RIBAS da COSTA, Milene. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das Incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade São Paulo, São Paulo.

ROCHA, Antonio Penalves. The Rio News de A. J. Lamoureux: um jornal abolicionista carioca de um norte-americano. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p.141-159, 2007.

SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007: de D. Pedro I à Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007.

SARAIVA, Joana Martins. A habanera através da imprensa carioca: revisitando prática musicais oitocentistas pela Hemeroteca Digital Brasileira. *Debates*, Rio de Janeiro, n.25, p.88-101, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Denilson de Cássio. *O drama social da abolição: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del-Rei, Minas Gerais (18671-1897)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Lucian Souza da. *Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição da escravidão na Paraíba do Norte (1870-1888)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SILVA, Roger Anibal Lambert da. *Em nome da ordem: O Jornal do Commercio e as batalhas da abolição*. 2017. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das Repúblicas: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

_____. *O Império das Repúblicas: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1987.

SOUZA, Maria Cristina de. Boa noite Rio! – O samba-cancã ou a História do Espetáculo. *Tecnologia e Humanismo*, Curitiba, n.27, p.29-41, 2004.

VALLE, Daniel Simões do. A abolição da escravidão sob outro prisma: os projetos de reforma na imprensa espírita da Corte, 1881-1888. In.: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2011, p.237-257.

VAS, Braz Batista. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde d'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1933.

VIDIPÓ, George. A Gazeta De Notícias do Rio De Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889). In: XVII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2016, Nova Iguaçu. *Entre o local e o global: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*. Nova Iguaçu: URRJ, 2016. p.1-12.

VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1990.

Williams, Richard. *The Contentious Crown: Public Discussion of the British Monarchy in the Reign of Queen Victoria*. Abingdon: Routledge, 2018.